

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE GESTÃO E NEGÓCIOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

ISABELLA CHAVES NASCIMENTO

DESCOLONIZANDO O DISCURSO DA CORRUPÇÃO:
uma análise do envolvimento do HSBC em corrupção transnacional

UBERLÂNDIA
2018

ISABELLA CHAVES NASCIMENTO

**DESCOLONIZANDO O DISCURSO DA CORRUPÇÃO:
uma análise do envolvimento do HSBC em corrupção transnacional**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Administração da Faculdade de Gestão e Negócios, da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito para obtenção do título de Mestra em Administração.

Linha de pesquisa: Organização e Mudança

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Cintia Rodrigues de Oliveira Medeiros

**UBERLÂNDIA
2018**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

N244d Nascimento, Isabella Chaves, 1977-
2018 Descolonizando o discurso da corrupção [recurso eletrônico] : uma análise do envolvimento do HSBC em corrupção transnacional / Isabella Chaves Nascimento. - 2018.

Orientadora: Cíntia Rodrigues de Oliveira Medeiros.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em Administração.
Modo de acesso: Internet.
Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.di.2018.1352>
Inclui bibliografia.
Inclui ilustrações.

1. Administração. 2. Corrupção. 3. Administração financeira.
4. Pós-colonialismo. 5. Impunidade. I. Medeiros, Cíntia Rodrigues de
Oliveira. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-
Graduação em Administração. III. Título.

CDU: 658

ISABELLA CHAVES NASCIMENTO

**DESCOLONIZANDO O DISCURSO DA CORRUPÇÃO:
uma análise do envolvimento do HSBC em corrupção transnacional**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Administração da Faculdade de Gestão e Negócios, da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito para obtenção do título de Mestra em Administração.

Uberlândia - MG, 29 de agosto de 2018.

Banca examinadora

Prof^ª. Dr^ª. Cíntia Rodrigues de Oliveira Medeiros
Universidade Federal de Uberlândia

Prof. Dr. Valdir Machado Valadão Júnior
Universidade Federal de Uberlândia

Prof. Dr. Rafael Alcadipani da Silveira
Fundação Getulio Vargas – EAESP

AGRADECIMENTOS

Terminar uma etapa carrega em si uma imensidão de significados, e sou extremamente grata a cada um deles. Ciente de que não é possível nomear a todos aqueles que, de tantas formas, contribuíram para esse trabalho, me arrisco a elaborar essas palavras.

À minha mãe, Maria Marta, e meu pai, João, agradeço por todo amor e incentivo em cada desafio a que me propus em todos esses anos, e nesse, em particular, por nunca deixarem de acreditar que seria possível.

Ao meu esposo Reinaldo, por me ensinar o poder da presença e da ausência através do seu imenso coração, sempre presente.

À minha tia Maurelice, por cada encontro e cada oração.

Aos meus irmãos, Julyana e Guilherme, por serem minhas “inspirações acadêmicas” e por compreenderem, com tanto carinho, minhas ausências.

À minha orientadora, Prof^a. Dr^a. Cíntia Rodrigues de Oliveira Medeiros, pela compreensão, sensibilidade e energia, que me suportaram, inspiraram e se tornaram um exemplo de vida que sempre terei com admiração. Obrigada por toda essa caminhada!

À equipe de professores e secretários da pós-graduação da Faculdade de Gestão de Negócios da Universidade Federal de Uberlândia, em especial, ao Prof. Dr. Valdir Machado Valadão Júnior, pelos ensinamentos, pela coragem no tempo que estive à frente do programa do qual hoje tenho a oportunidade de participar, pela crença no poder da educação, por ter acreditado na minha proposta e por aceitar fazer parte dessa história.

Ao Prof. Dr. Rafael Alcadipani da Silveira pela profundidade das contribuições na banca de qualificação que me levaram a muitas reflexões, mudanças e crescimento, que espero tenham conduzido a um trabalho melhor.

Aos colegas de mestrado, pelas lutas e pelo aprendizado compartilhados.

Aos colegas de empresa, pelo incentivo e auxílio nas minhas ausências.

Por fim, mas não o menos importante, agradeço a Deus pela vida e por colocar em meu caminho pessoas tão especiais, sem as quais eu dificilmente teria trilhado até aqui.

Até que os leões tenham seus próprios historiadores, as histórias de caça continuarão a glorificar o caçador.

Provérbio africano

RESUMO

A corrupção é um problema com um custo humano devastador, leva milhões de pessoas à pobreza e à morte, e pode ser uma ameaça à segurança nacional pelo descontentamento social que tem gerado, em diversos países. Não é um fenômeno que pode ser atribuído à atualidade ou qualquer tempo histórico específico, ou tampouco a um sistema político ou econômico, sendo repleta de exemplos em todos os cenários. Mas há países onde a corrupção alcança outras dimensões, e pesquisadores e autoridades de todo o mundo têm se esforçado, para compreender, e em alguma medida, coibir, o fenômeno que alegam prejudicar o crescimento e desenvolvimento dessas nações. Organizações, leis e convenções multilaterais com bandeiras anticorrupção surgiram nesse período, ao lado de críticas sobre a efetividade desses mecanismos, posto que atacavam, prioritariamente, o lado da demanda, e não o da oferta na equação da corrupção global. O lado da demanda é conhecido pela definição da ONG Transparência Internacional como abuso de poder concedido para ganho pessoal, remetendo aos interesses das elites políticas, mas também aos riscos e opacidade do ambiente regulatório para os negócios. Por sua vez, o lado da oferta é bem menos questionado, pois o pagamento de suborno e a lavagem de dinheiro raramente são criminalizados, paraísos fiscais continuam protegendo o sigilo bancário e uma rede de atores internacionais, com agentes do sistema financeiro, permite que traficantes e corruptos sigam negociando. Este estudo se orienta por uma perspectiva pós-colonial, que vê a construção da corrupção nos países não ocidentais como resultado de um conjunto complexo de práticas e crenças que permitiram uma ascendência singular de algumas nações em relação ao restante do mundo, compactuando com práticas capitalistas que levam à desapropriação e subjugação da vida e da dignidade humana. Com base nessa perspectiva, e reconhecendo a importância das redes transnacionais informais na perpetuação da corrupção, estabelecemos como objetivo geral desta dissertação, compreender, sob a lente pós-colonial, como a corrupção se constitui um fenômeno transnacional. Realizamos uma pesquisa qualitativa, com a análise de reportagens, dos últimos dez anos, sobre casos de corrupção envolvendo um dos maiores bancos internacionais do mundo: o HSBC *Holdings plc*. Para operacionalizar a pesquisa, nos orientamos por duas questões: (1) quais os padrões e atores presentes na dinâmica de corrupção transnacional? (2) quais as relações coloniais que emergem desses esquemas? A análise temática resultou em 42 categorias e seis grupos de atores principais, que foram associados em nove temas intermediários, indicando os padrões recorrentes observados, nomeados como: manual de operações, clientes (in)desejados, desinformação, justiça autorizada, negligência, imperícia, ligações perigosas, indiferença e disrupção. Os resultados da pesquisa apresentam o mapa temático final e dois temas finais que desvelam as relações coloniais presentes nos esquemas: a cumplicidade dos agentes do sistema financeiro com os infratores; e a impunidade do colonizador com esses agentes.

Palavras-Chave: Corrupção. Sistema financeiro. Colonialidade. Pós-colonialismo. Cumplicidade. Impunidade.

ABSTRACT

Corruption is a problem with devastating human costs, it leads millions of people to poverty and death, and it can be a threat to national security by social discontent it has generated in many countries. It is not a phenomenon that can be attributed to nowadays, or any specific historical time to a neither political nor economic system being full of examples in all scenarios. Yet there are countries where corruption reaches other dimensions then researchers and authorities has striven to understand and somehow curb the phenomenon they claim to harm national growth and development. Organizations, laws and multilateral conventions with anti-corruption flag have arisen in this period besides criticism about the effectiveness of these mechanisms, due to the fact it attacked, primarily, demands side, not the offers side in global corruption equation. Demands side is known by NGO Transparency International definition as abuse of power granted for personal gains, reflecting political class interests but also the risks and the opacity of regulatory environment for business. In turn, the offers side is less questioned because bribe payments and money laundering rarely are criminalized, tax heavens continue protecting baking secrecy and a network of international players, with agents of the national financial system, allows dealers and corrupts keeping negotiating. This study is guided by post-colonial perspective, that see corruption construction in non-western countries as result of a complex set of practices and believes that had allowed singular ascendance in some nations regarding to the rest of the world, getting along to capitalists practices that leadsto dispossession and the subjugation of life and human dignity. From this perspective, recognizing informal transnational networks importance in perpetuation of corruption, is established this thesis general objective as comprehend beneath on the post-colonial lens, how corruption incorporate as a transnational phenomenon. We conducted a qualitative research, and we analyzed reports from the last ten years about corruption cases involving one of the world's biggest bank: HSBC Holdings plc. In order to operate the research, we had been guided by two questions: (1) which are the standards and actors presents in transnational corruption dynamics? (2) which are the colonial relations that comes from these arrangements? The thematic analysis has resulted in forty-two categories and six groups of main actors that where associated in nine intermediate themes, indicating recurrent observed standards named as: operational manual, (un)wanted clients, disinformation, authorized justice, negligence, malpractice, dangerous liaisons, indifference and disruption. The research results shows a thematic final map and two final themes, which disclose colonial relationships presents on the arrangements: the complicit between financial system agents and offenders, and the colonizer impunity with these same agents.

Keywords: Corruption. Financial system. Coloniality. Postcolonialism. Complicity. Impunity.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa da Percepção da Corrupção Global (Pesquisa 2017).....	18
Figura 2 - Linha do tempo dos marcos históricos no combate à corrupção transnacional nos últimos 40 anos.....	39
Figura 3 - Charge em apologia ao poema de Rudyard Kipling, na qual um americano e um britânico carregam seus respectivos “fardos”.....	51
Figura 4 - As Nove Civilizações de Samuel Huntington (1996).....	68
Figura 5 - Dimensões contrastantes da meta-teoria de práticas representacionais.....	82
Figura 6 - Registro da tela, com a função <i>print screen</i> , de busca da pesquisa com as palavras-chave “HSBC Corruption” no website do ICIJ.....	86
Figura 7 - Linha do tempo, apresentando marcos históricos e institucionais envolvendo o banco HSBC e a corrupção transnacional.....	110
Figura 8 - Mapa temático final com as associações dos temas intermediários e finais.....	111
Figura 9 - Mapa temático expandido, apresentando as associações entre os temas finais, os temas intermediários e as categorias (códigos)	113

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Panorama teórico sobre corrupção transnacional considerados na pesquisa	58
Quadro 2 - Panorama teórico sobre conceitos pós-coloniais considerados na pesquisa	74

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AML	<i>Anti-Money Laundering</i>
ANPAD	Associação Nacional de Pós-Graduação em Administração
ATO	<i>Australian Taxation Office</i>
BSA	<i>Bank Secrecy Act</i>
CARF	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais
CBF	Confederação Brasileira de Futebol
COE	<i>Council of Europe</i>
CPI	<i>Corruption Perception Index</i>
CPTM	Companhia Paulista de Trens Metropolitanos
DOJ	<i>Department of Justice</i>
DPA	<i>Deferred Prosecution Agreements</i>
DFS	<i>New York State Department of Financial Services</i>
EUA	Estados Unidos da América
ESD	<i>European Savings Tax Directive (Directive 2003/48/EC)</i>
FATF	<i>Financial Action Task Force</i>
FBI	<i>Federal Bureau of Investigation</i>
FCA	<i>Financial Conduct Authority</i>
FCPA	<i>Foreign Corrupt Practices Act</i>
FED	<i>Federal Reserve System</i>
FIFA	<i>Fédération Internationale de Football Association</i>
FMI	Fundo Monetário Internacional
FSA	<i>Financial Services Authority</i>
GRECO	<i>Group of States against Corruption</i>
HMRC	<i>Her Majesty's Revenue and Customs</i>
HNWI	<i>High Net Worth Individuals</i>
HSBC	<i>Hong Kong and Shanghai Banking Corporation</i>
ICIJ	<i>International Consortium of Investigative Journalists</i>
IEEPA	<i>International Emergency Economic Powers Act</i>
M/C	Modernidade/ Colonialidade
MPSP	Ministério Público de São Paulo
MPF	Ministério Público Federal
NCA	<i>National Crime Agency</i>
NPA	<i>Non-Prosecution Agreement</i>
OCC	<i>Office of the Comptroller of the Currency</i>
OCCRP	<i>Organized Crime and Corruption Reporting Project</i>
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OFAC	<i>Office of Foreign Assets Control</i>
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PEP	<i>Politically Exposed Person</i>
PF	Polícia Federal
PLC	<i>Public Limited Company</i>
P&O	<i>Peninsular and Oriental Steam Navigation Company</i>
PRA	<i>Prudential Regulation Authority</i>
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira

RSC	Responsabilidade Social Corporativa
SEC	<i>Securities and Exchange Commission</i>
SFO	<i>Serious Fraud Office</i>
SIFI	<i>Systemically Important Financial Institutions</i>
SPELL	<i>Scientific Periodicals Eletronic Library</i>
STAR	<i>Stolen Asset Recovery Iniciative</i>
TWEA	<i>Trading with the Enemy Act</i>
UNCAC	<i>United Nations Convention against Corruption</i>

LISTA DE SÍMBOLOS

US\$	símbolo monetário utilizado para o Dólar norte americano, moeda oficial dos EUA
€	símbolo monetário utilizado para o Euro, moeda oficial da União Europeia
£	símbolo monetário utilizada para a Libra esterlina, moeda oficial do Reino Unido

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
1.1 Objetivos	23
1.2 Justificativas da Pesquisa	23
1.3 Estrutura da Dissertação	26
2 CORRUPÇÃO TRANSNACIONAL: ASPECTOS CONCEITUAIS, HISTÓRICOS E CONTEMPORÂNEOS.....	28
2.1 Um Fenômeno Transnacional	28
2.1.1 A Dinâmica da Corrupção Transnacional	29
2.1.2 Bandeiras Contra a Corrupção Transnacional.....	37
2.1.3 Por trás dos Discursos de Corrupção.....	49
2.2 O Pensamento Pós-Colonial	60
2.3 A Colonialidade e a Corrupção.....	75
3 ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	81
3.1 Tipo de pesquisa	81
3.2 Método de Pesquisa e Composição do <i>Corpus</i>	83
3.3 Método de Análise e Interpretação dos dados	87
4 CORRUPÇÃO TRANSNACIONAL COMO UMA NOVA COLONIALIDADE	92
4.1 A versão pós-colonial de “Our History”	92
4.1.1 <i>Too big to fail, too big to jail</i>	96
4.1.2 <i>Swiss Leaks</i>	99
4.1.3 <i>Panama Papers</i>	102
4.1.4 Forex	103
4.1.5 <i>Global Laundromat</i>	105
4.1.6 <i>Guptagate</i>	106
4.1.7 O início da conversa entre os escândalos e a pós-colonialidade	107
4.2 Desvelando os temas.....	111
4.2.1 Cumplicidade	114
4.2.1.1 Manual de Operações	114
4.2.1.2 Clientes (in)desejados	120
4.2.1.3 Desinformação	125
4.2.2 Impunidade.....	129
4.2.2.1 Justiça Autorizada	131

4.2.2.2 Negligência.....	135
4.2.2.3 Imperícia.....	139
4.2.2.4 Ligações Perigosas	142
4.2.2.5 Indiferença.....	145
4.2.2.6 Disrupção	148
5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	153
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	165
REFERÊNCIAS	169
APÊNDICE A – Catalogação e critérios de seleção das reportagens	193

1 INTRODUÇÃO

A corrupção, com um custo econômico estimado em trilhões de dólares, tem ainda um custo humano devastador, matando e levando milhões de pessoas à pobreza em países em desenvolvimento, falindo estados e gerando terrorismo e ameaça à segurança nacional em diversos países ao redor do mundo (GLOBAL WITNESS, 2015). Os crimes corporativos, considerados como práticas obscuras, danosas e, por muito tempo, externas às organizações, dentre os quais está a corrupção, se inserem no campo de estudos do *dark side* (lado sombrio) das organizações, sendo definidos por Linstead, Maréchal e Griffin (2014) como os desvios de comportamento que não são mais uma disfunção exógena às organizações, mas, sim, uma parte constituinte dessas.

Pesquisas sobre crimes corporativos são identificadas nos campos da sociologia e da criminologia, mas ainda se constituem em uma lacuna no domínio dos estudos organizacionais. Nesse campo, especificamente, domina a visão positivista da perspectiva moderna, que tem se mostrado insuficiente nas análises desse fenômeno, visto que organizações são espaços complexos e ambíguos nos quais interagem, simultaneamente, questões envolvendo poder, dominação e ideologia. Sendo os crimes corporativos um fenômeno social complexo, faz-se necessário estudos com perspectivas críticas que se proponham a desvelar esse lado tão pouco discutido, não apenas no campo acadêmico, mas, também, no âmbito das corporações (MEDEIROS, 2015).

A corrupção, além de um tema central para as democracias ocidentais, é um fenômeno recorrente na história das nações, não podendo ser relacionado apenas a um período, a um sistema econômico ou mesmo a um regime político. Sendo um fenômeno complexo, seu estudo exige considerar um conjunto mais amplo de fatores, tais como a concentração de poder político e econômico mundial, a profundidade das desigualdades sociais, a noção de interesse público, as instituições de direito, a tolerância da cultura às diferenças sociais, o distanciamento das elites e a falta de controle social (PINTO, 2011).

Diante desse breve contexto que pontua a dimensão e a complexidade da corrupção, bem como suas manifestações, tornam-se relevantes as pesquisas sobre o fenômeno com abordagens distintas das tradicionalmente utilizadas, buscando, assim, ampliar a compreensão sobre o tema e, potencialmente, avançar em direção a outros caminhos de mitigação. Nesta pesquisa, propomo-nos a analisar a corrupção em sua expressão transnacional e com uma lente pós-colonial, concentrando-nos em reportagens de casos envolvendo o banco HSBC *Holdings*

*plc*¹, doravante, apenas HSBC, uma das maiores corporações financeiras internacionais da atualidade.

A corrupção, de fonte de risco econômico e incertezas para investimentos estrangeiros, se converteria em problema social quando passou a representar dificuldades para a implantação de estratégias econômicas transnacionais. Grandes atores na luta anticorrupção seriam também os defensores da globalização econômica, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o Banco Mundial (WILLIAMS; BEARE, 1999; BRATSI, 2014), apontando as soluções para o lado da demanda e não para o da oferta nessa equação global (WILLIAMS; BEARE, 1999).

Até a década de 1990, grande parte dos esforços contra a corrupção combatiam a dimensão da demanda, limitando a questão ao contexto doméstico e institucional de suborno e corrupção pública (WILLIAMS; BEARE, 1999; WARE; NOONE, 2005; BRATSI, 2014; COOLEY; SHARMAN, 2015). Entretanto, a partir desse período, é possível observar, na economia global contemporânea, um caráter transnacional da corrupção, envolvendo operações interconectadas entre diferentes países, por meio de redes estabelecidas para obscurecer a ilegalidade dessas transações (COOLEY; SHARMAN, 2015; OTUSANYA, 2008; CHRISTENSEN, 2011).

As redes incluem, entre outros, empresas multinacionais, instituições financeiras, empresas *offshore*, operadores e corretores, que se tornaram cúmplices, ativa ou passivamente, ao criarem para essas transações uma fachada de conformidade com as normas e leis internacionais (COOLEY; SHARMAN, 2015), constituindo incentivos do lado da oferta, ao disponibilizar uma base operacional para lavagem do dinheiro (CHRISTENSEN, 2011). E é a esse contexto que se associa a cumplicidade ocidental², pois a maioria dessas instituições não se encontra em países periféricos, mas, sim, nos centros financeiros europeus e norte-americanos ou em paraísos fiscais (CHRISTENSEN, 2011; COOLEY; SHARMAN, 2015, 2017; PLATT, 2017).

¹ A denominação “*holdings plc*” é utilizada por corporações de grande porte com diferentes tipos de ativos, nas quais a sigla PLC se refere à *Public Limited Company* (Empresa Pública Limitada), sendo uma designação legal de *Limited Liability Company* (Sociedade de Responsabilidade Limitada), associada a empresas que negociam ações em mercado público e têm responsabilidade limitada. A denominação PLC é mais utilizada no Reino Unido e em alguns países da *Commonwealth*, enquanto os EUA e outros países utilizam notações, como “Inc.” ou “Ltd.”. A obrigatoriedade da notação após o nome da empresa objetiva informar aos investidores, ou a qualquer pessoa que negocie com a empresa, sua natureza pública e de grande porte (INVESTOPEDIA, 2018).

² Na perspectiva pós-colonial utilizada nesta dissertação, a referência “ocidental” não está associada apenas à questão geográfica, mas também a uma visão geopolítica de poder, como pode ser observado na Figura 4. “Ocidente” é uma denominação associada à países centrais, em uma nova designação de “primeiro mundo”, (MIGNOLO, 2005; SAID, 2007), sendo os demais países e territórios considerados como periféricos.

A questão geográfica da corrupção, cuja incidência é, normalmente, associada a países periféricos, é criticada por autores que defendem a visibilidade da atuação dessas redes transnacionais, seus incentivos e concessões, que representam, ao lado da própria oferta, uma forma de cumplicidade dos países do primeiro mundo, a qual não pode ser ignorada ao explicar a perpetuação do fenômeno (CHRISTENSEN, 2011; BRATSIS, 2014; COOLEY; SHARMAN, 2015; PLATT, 2017). Uma das origens desse viés “geográfico” estaria associada aos próprios *rankings* de corrupção, entre eles, o mais conhecido e criticado é o *Corruption Perception Index* (CPI - Índice de Percepção da Corrupção) desenvolvido pela Organização Não Governamental (ONG) *Transparency International* (Transparência Internacional) e publicado pela primeira vez em 1995 (CHRISTENSEN, 2011; GEBEL, 2012; DION, 2013; BRATSIS, 2014).

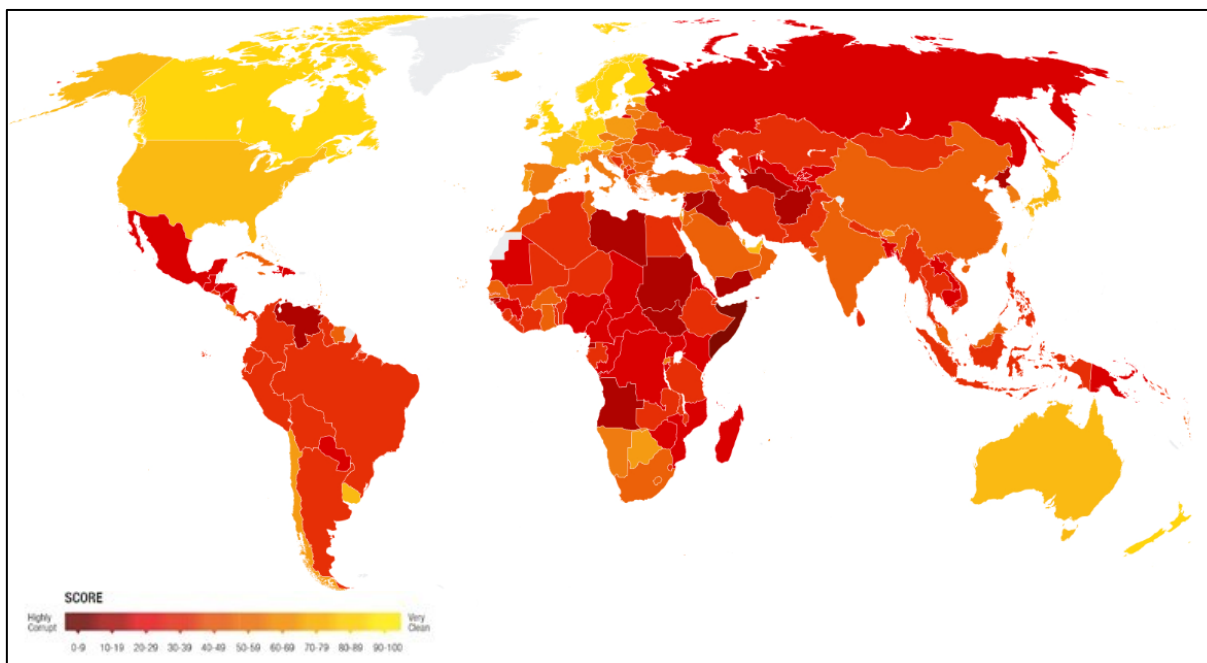
Quanto à metodologia de mensuração, o CPI é duramente criticado (TREISMAN, 2007), seja pelo viés contido em um índice de percepção, pois, quanto mais a corrupção é combatida, mais ela é noticiada e, portanto, mais é percebida (ALVRITZER et al. 2012), seja pela sua filosofia economicista, que considera como principais fontes de dados indicadores de institutos voltados para negócios (DE MARIA, 2008). Por outro lado, quanto à sua essência, alguns autores argumentam que o índice distorce a interpretação do fenômeno, levando a preconceitos ideológicos com relação às suas causas (GEBEL, 2012; DION, 2013), bem como moldando a forma como os países são percebidos em termos de tendências à corrupção (BRATSIS, 2014) ao desconsiderar que países bem classificados nos *rankings* também têm participação na corrupção ao viabilizarem a drenagem das riquezas pelas elites dos países classificados como mais corruptos (CHRISTENSEN, 2011; COOLEY; SHARMAN, 2015, 2017; PLATT, 2017).

O resultado da pesquisa de 2017 (Figura 1) indica, segundo a Transparência Internacional, que a maioria dos países não evoluiu no combate à corrupção, resultando em uma média global de 43 pontos, o que, segundo a ONG, também revela corrupção endêmica no setor público. Como em outros anos, a região com melhor desempenho foi a Europa Ocidental (média de 66 pontos) e as de pior resultado, a África Subsaariana (média de 32 pontos) e a Europa Oriental e Ásia Central (média de 34 pontos) (TRANSPARENCY INTERNATIONAL, 2018), corroborando as críticas apresentadas acima.

Nesse Mapa da Percepção de 2017, o Brasil, em relação ao último *ranking*, passou da 79ª posição (40 pontos) para a 96ª (37 pontos), ocupando a mesma colocação que Colômbia, Peru, Panamá, Indonésia, Tailândia e Zâmbia. Portanto, julgamos pertinente contextualizar que esta dissertação, apesar de não utilizar para análise uma empresa nacional, se ocupa de um

fenômeno brasileiro, tomando como ponto de partida a crítica de Avritzer et al. (2012) sobre a necessidade de se discutir a atuação de outros agentes, além do poder público, reconhecendo que a participação estrangeira em casos de corrupção no Brasil é histórica.

Figura 1 - Mapa da Percepção da Corrupção Global (Pesquisa 2017)



Fonte: Transparency International (2018)

Para contextualizar essa participação, citamos alguns escândalos recentes, ainda em investigação, que ilustram a relevância do lado da oferta na equação da corrupção. Um dos mais antigos é o esquema envolvendo a multinacional alemã Siemens³, além de outras empresas de tecnologia e o metrô de São Paulo, que veio à tona em 2013, revelando o pagamento de propina referente a uma concorrência de 2002 para um contrato de manutenção, sendo constatado, posteriormente, que se tratava de uma prática regular em diferentes administrações do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PSDB) por mais de uma década (GALLAS, 2013). Para compreender esse caso é importante ressaltar que, até o final de 1999, a Alemanha não considerava os subornos a governantes estrangeiros um crime, podendo esses gastos, inclusive, serem deduzidos na declaração de impostos em até 10%, sem recibos. A partir de 2002, essa

³ Em 2014, a Polícia Federal concluiu o inquérito do caso do cartel de trens de São Paulo, indiciando 33 pessoas por diversos crimes, como corrupção passiva, cartel, crime licitatório, evasão de divisas e lavagem de dinheiro. Entre 1998 e 2008, as empresas envolvidas mantiveram um cartel para dividir obras e contratos no Metrô e na Companhia Paulista e Trens Metropolitanos (CPTM) (GLOBO, 2014). Com diversas denúncias no Ministério Público de São Paulo (MPSP) e no Ministério Público Federal (MPF), a questão do cartel envolve, além da Siemens, empresas como *Alstom*, *Daimler-Chrysler Rail*, *ADTranz*, *Mitsui*, *CAF* e *Bombardier*, e ainda continua sem um veredito da Justiça paulistana (OLIVEIRA, 2017).

prática passou a ser criminalizada no país, inclusive, se o pagamento envolvesse pessoas que não ocupassem cargos públicos (DONCEL, 2017).

Outro caso contemporâneo se iniciou com investigações sobre a escolha, pela *Fédération Internationale de Football Association* (FIFA⁴ - Associação da Federação Internacional de Futebol), em 2014, das sedes do Mundial de 2018 e de 2022, na Rússia e no Catar, respectivamente. As investigações do *Federal Bureau of Investigation* (FBI – Agência Federal de Investigação) norte-americano apontaram que, de 1991 a 2015, autoridades da FIFA se envolveram em vários crimes, incluindo fraude, suborno e lavagem de dinheiro, por meio de parcerias com executivos de marketing esportivo, para comercialização de direitos de mídia e marketing de diversas competições esportivas, como a Copa América, a Libertadores e a Copa do Brasil (REEVELL, 2015).

O “Fifagate”, nome com o qual ficou conhecido o maior escândalo de corrupção da história do futebol (EL PAIS, 2018), vem sendo investigado nos EUA. As autoridades alegam que a corrupção era planejada no país, mesmo quando executada em outros locais, e que a utilização de bancos norte-americanos nas transações financeiras é uma peça-chave da investigação (REEVELL, 2015). As autoridades suíças também estão envolvidas, visto que a sede da FIFA fica em Zurique, onde está registrada como instituição de caridade para efeito de redução tributária (REEVELL, 2015).

O papel de paraísos fiscais, como a Suíça, também se tornaria um escândalo em 2015, com a divulgação de dados vazados de clientes do *HSBC Private Bank Swiss* por um funcionário interno. Os dados foram obtidos pelo governo francês em 2009 e, em 2010, foram compartilhados com alguns países e, posteriormente, com o jornal francês *Le Monde* e com um consórcio de jornalistas sob o compromisso de investigarem e obterem mais informações a partir dos dados. Em 2015, uma série de reportagens intitulada *Swiss Leaks* (Vazamento Suíço), iria fornecer detalhes explícitos de como o banco estava ciente de irregularidades quanto a alguns clientes e ainda colaborava com tantas outras (RYLE, et al., 2015b).

As divulgações esclarecem a interseção entre o crime internacional e os negócios legítimos, ampliando o conhecimento sobre o comportamento potencialmente ilegal e antiético

⁴ O escândalo da FIFA arrasta-se nas cortes de justiça dos Estados Unidos (EUA) e Europa desde a prisão de sete “cartolas”, incluindo o ex-presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), José Maria Marins, na Suíça, no início de 2015 (PIRES, 2017). No final de março de 2017, a entidade encaminhou à Justiça dos EUA e da Suíça o documento final com a conclusão do inquérito interno conduzido na intenção de atestar seu papel de vítima das fraudes conduzidas pelos seus ex-dirigentes (ESPORTE IG, 2017). Entre mais de 40 réus, de dirigentes a empresários, estava o ex-presidente da CBF, José Maria Marin, condenado em 2017 pelos crimes de lavagem de dinheiro, suborno e formação de quadrilha, tendo sido também indiciados os ex-presidentes da CBF, Ricardo Teixeira e Marco Polo Del Nero, que foi banido pela FIFA em abril de 2018 por suspeitas de corrupção (EL PAIS, 2018).

de um dos maiores bancos do mundo. Os documentos revelam como o HSBC se beneficiava de clientes como traficantes de armas, ditadores corruptos e contrabandistas de diamantes de sangue, bem como explicitavam seu envolvimento ilegal na estruturação de operações de elisão fiscal voltada para clientes europeus (RYLE, et al., 2015b). Segundo a base de dados do *Swiss Leaks*, o Brasil apareceria na 4º posição no *ranking* por número de clientes e em 9º lugar por volume de depósitos (RYLE, 2015; DRUMMOND, 2015). A Polícia Federal (PF) brasileira teria acesso aos dados apenas em julho de 2015 e em 2017 chegaria a 673⁵ indivíduos suspeitos para a última fase da investigação, que se iniciou em 2018 e ainda se encontra em andamento (GLOBO, 2018).

Em 2016 o HSBC entraria em evidência novamente a partir de um outro vazamento de documentos confidenciais, dessa vez, do escritório de advocacia panamenho *Mossack & Fonseca*, caso conhecido por *Panama Papers*⁶, que revelou um panorama inédito do mundo dos paraísos fiscais, proporcionando uma visão detalhada, entre 1977 e 2015, de como o dinheiro não contabilizado flui pelo sistema financeiro global (ICIJ, 2016). A análise dos documentos vinculou empreiteiras brasileiras envolvidas na investigação denominada “Lava Jato”⁷ a algumas empresas *offshore* operadas pelo escritório, além de identificar integrantes, ou parentes desses, de sete partidos políticos brasileiros (BBC MUNDO, 2016). O HSBC não era o único grande banco envolvido no vazamento, mas o conjunto das suas subsidiárias contava

⁵ A PF enviou à Justiça Federal, em novembro de 2017, a lista dos 660 brasileiros suspeitos de manterem contas ou investimentos suspeitos no HSBC da Suíça e de 13 ex-funcionários do HSBC Brasil suspeitos de conivência ao operacionalizarem transações supostamente ilícitas, totalizando 673 alvos, bem como solicitando desmembramento dos casos para polícia de 12 estados, visando a agilizar a fase final das investigações, principalmente, a análise de conformidade das declarações dos ativos no exterior. Os alvos incluem empresários vinculados à construção civil, setor imobiliário, setor industrial, área financeira e setor de transportes. Mesmo de posse de informações de sigilo bancário e fiscal da época, os investigadores afirmam que diversos alvos aderiram ao programa de regularização de recursos no exterior em 2016, dificultando indiciamentos (GLOBO, 2018).

⁶ A polícia do Panamá prendeu os fundadores do escritório Mossack Fonseca em fevereiro de 2017, dez meses após vir a público a investigação realizada pelo *International Consortium of Investigative Journalists* (ICIJ) e outros parceiros de mídia e divulgada como *Panamá Papers*. As alegações de prisão referem-se à lavagem de dinheiro como parte das ações que envolvem o escândalo da operação “Lava Jato” no Brasil. Os promotores brasileiros envolvidos na investigação disseram, no início de 2016, que investigavam o suposto papel do escritório de ajudar envolvidos em suborno e utilizarem empresas *offshore* na lavagem de dinheiro. Após a prisão, a advocacia geral do Panamá declarou ter evidências de que o escritório atuava como uma “organização criminosa” que dissimulava e eliminava evidências de atividades ilegais. Os fundadores do escritório, Ramón Fonseca e Jurgen Mossack, negam as irregularidades e argumentam que não têm culpa quando empresas *offshore* criadas para clientes são utilizadas ilicitamente (FITZGIBBON; DÍAS-STRUCK; HUDSON, 2017).

⁷ O nome “Lava Jato” decorre do uso de uma rede de combustíveis e lava-jato de automóveis para movimentar recursos ilícitos pertencentes a uma das organizações criminosas originalmente investigadas. Iniciada em março de 2014, é considerada a maior operação de investigação de corrupção e lavagem de dinheiro que o Brasil já teve. Destaca-se nessa investigação a expressão econômica e política dos suspeitos que participaram do esquema (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2016) envolvendo políticos de vários partidos e as maiores empreiteiras do país (FOLHA DE S.PAULO, 2017).

com o maior número de solicitações de contas *offshore* na lista do escritório panamenho (ICIJ, 2016).

Os casos sumarizados acima não ilustram apenas a corrupção no Brasil, mas, também, o papel de empresas e instituições estrangeiras de países centrais, como agentes desse processo, tal como se repete em diversos outros países periféricos. Partindo da observação de fraudes e crimes como esses, a proposta desta pesquisa é analisar a dinâmica entre seus atores sob uma perspectiva pós-colonial, em concordância com o argumento de Banerjee (2008b, p. 39), para quem, “leis também representam os interesses de uma classe específica, apesar de sua autorrepresentação como uma expressão da vontade universal”. Nesse sentido, questionam-se quais são as dinâmicas de poder subjacentes nesses processos e como elas reforçam estruturas hegemônicas para, assim, ser possível imaginar alternativas que nos levem a uma sociedade diferente (BANERJEE, 2008b).

Reconhecemos, como proposto por Banerjee (2008a) ao discorrer sobre o necrocapitalismo, que o imperialismo e o colonialismo sustentam, historicamente, a expansão do capitalismo, formal ou informalmente, por meio da dominação e exploração de territórios. Nesse sentido, a crítica pós-colonial possibilita desvelar as relações estabelecidas entre nações, instituições, agências e corporações transnacionais, nas quais conceitos de fronteira e território são transgredidos a despeito de qualquer noção de independência (BANERJEE, 2008a), ficando a “soberania política subserviente à soberania econômica da corporação” (MEDEIROS, 2015, p. 207).

Medeiros (2015) argumenta que a perspectiva pós-colonial oferece uma alternativa para pesquisas que questionem os crimes corporativos, incluindo aqui a corrupção, como uma prática planejada no contexto corporativo e não como um incidente ou desvio de conduta racionalmente justificada em função do progresso. De maneira mais ampla, o pensamento pós-colonial compõe um arcabouço de interpretações para se analisarem os efeitos deixados pelo colonialismo nas antigas colônias e, talvez, sua maior contribuição seja a tentativa de ruptura com a história sustentada por metanarrativas que legitimam o processo de colonização, naturalizando a dominação do homem pelo homem a partir de diferenças hierarquizadas, como raça ou desenvolvimento (PEZZODIPANE, 2013).

A importância desse pensamento se verifica quando constatamos que, aproximadamente, três quartos da população mundial teve sua vida moldada pela experiência colonial, sendo relativamente simples perceber a relevância desse fato nas esferas política e econômica, mas bem menos evidente quando nos referimos à influência geral sobre as percepções dos indivíduos comuns (ASHCROFT; GRIFFITHS; TIFFIN, 2003).

Dos estudos que compartilham dessa perspectiva, grande parte ainda se dedica à análise da literatura colonial e contemporânea à luz das críticas discutidas pela teoria (ASHCROFT; GRIFFITHS; TIFFIN, 2003; ADAM, 2015). Assim, ainda existem poucos estudos empíricos, tendo sido identificados nesta pesquisa trabalhos publicados sobre a Índia, o México e a África Subsaariana. A dificuldade em encontrar esse tipo de pesquisa torna a proposta desta dissertação mais complexa, mas, ao mesmo tempo, com maiores possibilidades de contribuição.

Dentre os trabalhos encontrados, considerando a Ásia, Gupta (1995) discute, sob uma perspectiva antropológica, a contribuição dos discursos sobre corrupção para a construção da concepção de Estado em comunidades no norte da Índia. Já Witsoe (2011) argumenta que, em um contexto no qual as instituições do Estado e o poder são percebidos como inerentemente corruptos, o fenômeno passou a ser tolerado como símbolo de empoderamento dos membros de castas inferiores que ascendem politicamente. No contexto africano, Osoba (1996) e Mulinge e Lesetedi (1998) apresentam evidências históricas de práticas coloniais que ainda persistem nas sociedades africanas e que favorecem a corrupção. De Maria (2005), analisando o padrão das intervenções anticorrupção por nações ocidentais, defende a necessidade de se desconstruir a visão eurocêntrica de corrupção que domina os projetos anticorrupção na África, bem como defende que se deve atentar para o contexto neocolonial que avança na região, substituindo a exploração de recursos (humanos e materiais) por transferência de modelos ocidentais de democracia e liberalização comercial.

Quanto à América Latina, Coronado (2008) analisa a visão “orientalista” subtendida nas campanhas que estabelecem uma relação causal entre a corrupção e a cultura no México, desvelando o discurso de entidades anticorrupção que, supostamente, ignoram a atuação dos grandes agentes em detrimento da exposição da *petty corruption* (pequena corrupção). Esses trabalhos, com diferentes metodologias, e partindo de diferentes realidades, se aproximam quando apontam a importância do passado colonial na construção de instituições e modelos de sociedade que persistem mesmo após a independência administrativa (OSOBA, 1996; MULINGE; LESETEDI, 1998), por vezes, transvestidos em projetos globais e programas anticorrupção (DE MARIA, 2005; CORONADO, 2008).

Diante o exposto, esta pesquisa se propõe a analisar a presença de elementos coloniais de exploração nas dinâmicas exercidas por corporações financeiras multinacionais envolvidas em esquemas ilícitos, especialmente de corrupção, propondo-se a responder a seguinte questão: como a corrupção transnacional se associa ao projeto colonial a partir da perspectiva pós-colonialista?

1.1 Objetivos

O objetivo geral desta pesquisa é compreender, sob a lente pós-colonial, como a corrupção se constitui em um fenômeno transnacional.

Como objetivos específicos, foram estabelecidos:

- a) Compreender a dinâmica dos esquemas de corrupção no caso analisado, o do HSBC, identificando atores e padrões;
- b) Desvelar as relações coloniais que emergem no caso analisado.

1.2 Justificativas da Pesquisa

O interesse por este estudo se origina do atual contexto de escândalos de corrupção divulgados e pré-julgados diariamente pela mídia, bem como do contato da pesquisadora com os estudos do *Critical Management Studies* (Estudos Críticos de Administração) e do *dark side* das organizações.

Os estudos sobre o *dark side*, ou lado sombrio das organizações, surgem da frustração e da necessidade acadêmica de maior compreensão das práticas que ignoram e, por vezes, suprimem questões éticas, políticas e ideológicas das decisões organizacionais e que não podem mais ser atribuídas apenas ao ambiente econômico ou institucional externo, como defendem Linstead, Maréchal e Griffin (2014). Esses autores argumentam ainda que a corrupção faz parte desse lado sombrio e, como tal, precisa ser compreendida não apenas em termos de consequências não intencionais ou não conformidades rotineiras, como proposto por Vaughan (1999), mas, sim, como atitudes deliberadas, conscientes e intencionais em busca de interesses específicos.

Autores sugerem que novos quadros teóricos, com as teorias críticas, podem facilitar a “desfamiliarização” de antigos fenômenos organizacionais, permitindo ampliar a compreensão ou mesmo desvelar partes ocultas (PRASAD, 2003). A teoria pós-colonial, conforme sugerido nesta pesquisa, se apresenta como uma nova lente de análise do fenômeno por compreender que a releitura histórica e a problematização de velhas e novas questões podem modificar atuações em um mundo marcado pela colonialidade global (BALLESTRIN, 2013), justificando o estudo do ponto de vista teórico, social e prático, conforme apresentado a seguir.

A possibilidade de contribuição teórica para os estudos organizacionais sobre corrupção se dá pela utilização de uma abordagem distinta da versão funcionalista recorrente nas ciências sociais (TREISMAN, 2007; LAMBSDORFF; SCHULZE, 2015), visto que utilizamos uma

abordagem qualitativa sob a perspectiva da crítica pós-colonial, o que não foi encontrado no campo dos estudos organizacionais brasileiros, conforme pesquisa realizada nos portais *Scientific Periodicals Eletronic Library* (SPELL – Biblioteca Eletrônica de Periódicos Científicos) e da Associação Nacional de Pós-Graduação em Administração (ANPAD)⁸. Em pesquisa utilizando o termo “corrupção” como palavra-chave, no portal SPELL, encontramos apenas 39 artigos publicados, desde 1994, que tratam do assunto. Por outro lado, no portal ANPAD, foram encontrados 34 artigos publicados em anais dos eventos, desde 1997, sendo apenas seis deles na divisão de Estudos Organizacionais, dentre os quais, cinco foram publicados recentemente, em 2016. Em ambos os casos, não foi encontrada nenhuma associação com o termo pós-colonial, ponto de partida para que possamos trazer não apenas mais profundidade, mas, também, um novo olhar para essa temática de pesquisa.

Por fim, destaca-se que este trabalho faz parte da linha de pesquisa Organização e Mudança do Mestrado Acadêmico em Administração da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e contribuirá para os estudos do Núcleo de Pesquisa e Estudos Organizacionais, Culturas e Sociedade da Faculdade de Gestão e Negócios da UFU (NUPECS/FAGEN), bem como para a proposta de compreensão das regionalidades em que a instituição está inserida, principalmente, dado o potencial para comércio exterior e a presença de multinacionais na região, empresas que, direta ou indiretamente, supomos estarem sujeitas à subjetividade internacional.

Particularmente, no que se refere a comércio exterior do Estado de Minas Gerais, o segundo maior exportador do país, a região⁹ na qual a UFU se encontra representa 21,6% da participação nas exportações e 18,9%, nas importações (FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS, 2017). Com relação aos empreendimentos assistidos pela Agência de Promoção de Investimento e Comércio Exterior de Minas Gerais, 17,25% do valor total investido no estado encontra-se no Triângulo Mineiro, perdendo apenas para a região metropolitana. Os diferenciais da região estão na sua localização estratégica entre importantes estados brasileiros, na mão de obra qualificada e na infraestrutura, com destaque para os setores de agronegócio, genética bovina e indústria química¹⁰ (ALVES; BARBOSA, 2017).

⁸ Pesquisas realizadas em Maio/2018.

⁹ Representatividade considerando os relatórios “Painel Regional da Indústria Mineira – Regionais FIEMG”, de junho de 2017, consolidando as 04 regionais: Vale do Paranaíba, Alto Paranaíba, Vale do Rio Grande e Pontal do Triângulo (FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS, 2017).

¹⁰ Empresas de expressividade no comércio exterior (importação e exportação) nos maiores municípios do Triângulo Mineiro: Adfert Aditivos Agrícolas, Algar Agro e Farming, Alsol Energias Renováveis, Ambev, Cargill, Companhia Mineira de Açúcar e Alcool, Itambé, JBS, M. Dias Branco, Paranaíba Fertilizantes, Produtos Erlan, Martins Distribuidora, Sadia, Souza Cruz, ME-LE Energietechnik GMBH, Black & Decker do Brasil, Dagranya Agroindustrial, Duratex Industrial, Magnesita Refratários, Ouro Fino Agrociência, Sipcam Nichino

Como contribuição social, partimos da premissa de que a corrupção transnacional acaba por se caracterizar como uma das formas mais complexas e sérias de atividades criminosas que afetam, justamente, os países que mais precisam de assistência para o desenvolvimento (WARE, NOONE, 2005). A corrupção, que até então se limitava a uma questão interna dos estados nacionais, passou a ocupar um espaço considerável nas discussões da comunidade internacional, sem, contudo, ser mitigada ou eliminada (SHAMPSON, 2010; BRATISIS, 2014), sugerindo a necessidade de estratégias novas e alternativas que demandam ampliação de conhecimento sobre a questão.

Quanto à opção pela perspectiva pós-colonial, é relevante compreender a importância desses estudos quando se reconhece que a independência política não significou o fim da era colonial, posto que a “dominação das metrópoles hegemônicas se atualiza em novos arranjos institucionais e em processos persistentes na manutenção dos benefícios que os países subalternos podem representar” (PEZZODIPANE, 2013, p.94). Assim, a contribuição social proposta pela pesquisa está justamente na compreensão dessas estruturas coloniais subjacentes e suas respectivas articulações, o que permite a conformação das redes transnacionais entre instituições financeiras e infratores, contribuindo para a perenidade da corrupção e para a condição colonial nos países periféricos, incluindo, entre eles, o Brasil.

Do ponto de vista prático, esta pesquisa se justifica, a partir do argumento de Lambsdorff e Schulze (2015), para quem a corrupção sistêmica afeta todo o sistema político-econômico e a compreensão dos seus altos níveis e das estruturas de incentivo projetadas para manter o sistema corrompido constitui-se no primeiro passo para projetar políticas anticorrupção realmente efetivas. Para os autores, “[...] estudos sobre a corrupção precisam incorporar a corrupção sistêmica, ou grande corrupção, e não se deter apenas naquelas que podem ser simuladas em laboratório ou submetidas às análises econométricas” (LAMBSDORFF; SCHULZE, 2015, p.109).

A relevância desse argumento se associa ao fato de que escândalos envolvendo a corrupção sistêmica não são fenômenos recentes e, dentre as importantes crises políticas mundiais, muitas tiveram como origem escândalos políticos midiáticos sobre o fenômeno, destacando-se, dentre os mais célebres, o caso Watergate na década de 1970, que levou à renúncia do presidente Richard Nixon nos EUA e, no Brasil, aquele que levou Getúlio Vargas ao suicídio em 1954, e à renúncia do presidente Fernando Collor em 1992 (LIMA, 2012).

Brasil, Vale Fertilizantes, Yara Brasil Fertilizantes, Arroz Vasconcelos, Bunge Alimentos, Frigorífico Mataboi, Indústrias Alimentícias Maguary, Bem Brasil Alimentos, Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração, Arcom Atacado Distribuidor, Louis Dreyfus Company, Monsanto e Nestlé (ALVES; BARBOSA, 2017)

A corrupção tem um efeito devastador para a legitimidade dos regimes democráticos e, consequentemente, para a promessa de igualdade política. Por um lado, ela induz parcelas importantes da opinião pública a considerarem que a lei não é efetiva, posto que nem todo ilícito é igualmente punido e, por outro, também desequilibra os modos pelos quais políticas públicas são definidas, já que, em alguns projetos, apropriações privadas de fundos públicos são recorrentes. Assim, a corrupção estimula o “desinteresse pela vida pública, a desconfiança das instituições democráticas e o cinismo diante de exigências cívicas como a participação política” (MESQUITA; MOISÉS; RICO, 2014, p. 196).

Acreditamos, portanto, que a proposta deste estudo vai ao encontro da necessidade de ampliar a compreensão sobre os esquemas de corrupção cujo combate é essencial para o processo de legitimação da democracia. O escopo da pesquisa pretende, ao se aprofundar sobre o caso de uma organização transnacional envolvida em escândalos financeiros, identificar os interesses que sustentam uma subjetividade internacional, os quais, tal como sugerido por Banerjee (2018), permitem ou, até mesmo, incentivam a corrupção segundo conveniências próprias, indiferentes à vida ou morte dos “*damnés de la terre*” (condenados da terra).

Por fim, para os administradores organizacionais, acreditamos que a compreensão das estruturas envolvidas na corrupção transnacional possa ampliar ou, até mesmo, estabelecer um pensamento crítico quanto à atuação dos gestores nos contextos de dominação em que estão inseridos, seja global ou localmente. Isso pode contribuir para reflexões sobre sua capacidade de planejar e conceber políticas e estruturas de governança mais adequadas e coerentes com o sentido verdadeiramente esperado de Responsabilidade Social Corporativa.

1.3 Estrutura da Dissertação

Apresentamos a seguir a estrutura proposta para esta dissertação, que busca compreender, sob a perspectiva pós-colonial e por meio da análise temática em um estudo de caso, a dinâmica da corrupção transnacional na realidade contemporânea.

A primeira seção é constituída por esta introdução, pela contextualização da temática, bem como pelos objetivos gerais e específicos que orientam o estudo. Na segunda seção, apresentamos o referencial teórico constituído de dois temas principais – corrupção transnacional e pós-colonialismo – distribuídos ao longo de três áreas de conhecimento que acreditamos serem essenciais para a construção da base que nos possibilitará responder ao problema de pesquisa definido.

Na primeira área de conhecimento abordamos o conceito de corrupção transnacional sob as perspectivas da sua dinâmica de funcionamento, mecanismos de combate e críticas a esses pensamentos, analisando as diferentes abordagens para buscar encontrar possíveis temas latentes. Na segunda área de conhecimento apresentamos a teoria pós-colonial, considerada aporte teórico-metodológico orientador da pesquisa, seguida da terceira e última área, em que apresentamos estudos empíricos que analisam a corrupção, sob as lentes do pensamento pós-colonial, transitando entre a perspectiva nacional e a transnacional.

Na terceira seção descrevemos os procedimentos metodológicos, iniciando com a natureza da pesquisa, classificada como qualitativa e documental, e finalizando com os procedimentos utilizados para seleção e análise do material, bem como com a Análise Temática do *corpus* referente à uma organização multinacional envolvida em diversos escândalos relacionados direta ou indiretamente à corrupção. Na quarta e na quinta seção apresentamos, respectivamente, os resultados da pesquisa e as discussões desses achados com o intuito de atender aos objetivos propostos nesta introdução. Por fim, apresentamos as considerações finais, bem como as contribuições, limitações do estudo e sugestões para futuros trabalhos.

2 CORRUPÇÃO TRANSNACIONAL: ASPECTOS CONCEITUAIS, HISTÓRICOS E CONTEMPORÂNEOS

Este capítulo apresenta os principais temas abordados neste estudo, os quais estão distribuídos em três áreas, iniciando com as interpretações sobre a corrupção transnacional a partir do conhecimento da sua dinâmica, das iniciativas multilaterais e internacionais para dissuasão dessa prática, bem como com as críticas ao discurso hegemônico anticorrupção, particularmente, pela versatilidade em coexistir com o fenômeno que proclama combater. Na segunda parte, iniciaremos com uma genealogia do pensamento pós-colonial, não nos propondo a exaurir o tema, mas, sim, destacar a contribuição de alguns dos principais autores e identificar conceitos-chave que acreditamos possam contribuir para a proposta desta dissertação. Finalmente, na terceira parte, apresentamos algumas pesquisas que discutem as relações entre corrupção e colonialidade contemporânea, encerrando, dessa forma, a proposta desta revisão teórica.

2.1 Um Fenômeno Transnacional

Esta seção tem como objetivo apresentar a face transnacional da corrupção e, para fins didáticos, a literatura sobre o tema se encontra estruturada em três eixos temáticos. O primeiro deles aborda os mecanismos de funcionamento e atuação desse fenômeno que envolve um conjunto de atores, interesses e manifestações que extrapolam o conceito convencional de malversação do poder público para benefícios privados (ROSE-ACKERMAN, 2002; KAUFMANN, 2005; COOLEY; SHARMAN, 2015; PLATT, 2017).

O segundo eixo trata sobre os mecanismos de dissuasão estabelecidos e o papel das instituições internacionais nesse contexto. O tema adquiriu notoriedade a partir da década de 1990 nos discursos de organismos multilaterais, como Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, Organização dos Estados Americanos, Nações Unidas e outros que buscavam um consenso quanto aos possíveis mecanismos, particularmente, legais, de inibição e controle (WILLIAMS; BEARE, 1999; ROSE-ACKERMAN, 2002; CARRINGTON, 2007; SAMPSON, 2010; BRATSIIS, 2014; COOLEY; SHARMAN, 2015; PLATT, 2017).

Por fim, o terceiro eixo temático apresenta críticas ao discurso apresentado por essas instituições no âmbito do combate à corrupção transnacional e da sua relação entre os países centrais e periféricos. Identifica-se que parte considerável das críticas estão relacionadas à

análise dos interesses subjacentes às medidas e práticas adotadas internacionalmente (SILBEY, 1997; WILLIAMS; BEARE, 1999; CARRINGTON, 2007; OTUSANYA, 2008; SIKKA, 2008; CHRISTENSEN, 201; LORD, 2014; BRATSI, 2014; COOLEY; SHARMAN, 2015, SIKKA, LEHMAN, 2015).

2.1.1 A Dinâmica da Corrupção Transnacional

Segundo os organismos internacionais, a corrupção transnacional é particularmente insidiosa nos países em desenvolvimento, onde ocorre de forma massiva e sistemática e para os quais a ajuda internacional e os fundos para investimentos poderiam representar um alívio (WARE, NOONE, 2005). Esse tipo de corrupção, diferenciando-se da forma local pela magnitude, complexidade e impunidade dos participantes (SUNG, 2009), pode ser definida como a corrupção que cruza as fronteiras, envolve agentes corporativos e governamentais que, por meio de sofisticados esquemas, drenam as riquezas dos países aos quais deveriam servir. Independentemente do país ou da cultura, observa-se que os mecanismos da corrupção transnacional têm formas muito similares de atuação (WARE, NOONE, 2005; SUNG, 2005).

Corrupção e crime global estão intimamente conectados, visto que contrabando, tráfico de armas e drogas, lavagem de dinheiro, terrorismo e tantos outros seriam impraticáveis sem o envolvimento de funcionários corruptos nas alfândegas, agências financeiras, prestadores de serviço ou policiais (SHELLEY, 2005; SAMPSON, 2010; CHRISTENSEN, 2011). Pelas características de ameaça à segurança e desrespeito às fronteiras, a corrupção e o crime se tornaram objetos de medidas internacionais de controle e mitigação. Governos recebem incentivos para se engajarem nessa luta, como empréstimos mais baratos, melhores *ratings* (avaliações) de crédito e promessas de entrada em organismos internacionais, bem como, até mesmo, sanções por negligenciarem as orientações dos acordos (SAMPSON, 2010).

Para alguns autores, não se trata de coincidência que a maioria dos países com alta incidência de corrupção sejam ricos em recursos naturais – a “maldição dos recursos naturais” (ROSE-ACKERMAN, 1996; PLATT, 2017, p. 128). Além da questão econômica, a corrupção teria também uma íntima ligação com aspectos políticos. Regimes democráticos podem oferecer diversos incentivos à corrupção, dependendo da forma como os processos eleitorais e legislativos são organizados e dos métodos de financiamento de campanhas estabelecidos (ROSE-ACKERMAN, 1999; CARRINGTON, 2007). Por outro lado, o extremo autoritarismo, domínio de oligarquias ou mudanças abruptas de regime, como o colapso da União Soviética e as disputas de poder na África pós-colonial, também representam terrenos férteis para corruptos

(PLATT, 2017). Nesse contexto, a corrupção surge em torno daqueles que estão em posições privilegiadas, bem como em função da fragilidade do sistema democrático naquele momento e como resultado de um cálculo econômico-racional feito por aqueles que têm suficiente poder discricionário e que acreditam na inoperância da lei nesses casos (MONTIGNY, 2015).

Empresas multinacionais pagam propinas para obter tratamento preferencial em contratos, concessões e acordos de privatizações. Os benefícios podem consistir na própria adjudicação do contrato ou em informações privilegiadas que tornam o êxito mais provável e, ainda, em alterações nos termos dos contratos ou no ambiente regulatório futuro. Mesmo quando as empresas acreditam que têm uma forte chance de vencer uma concorrência honesta, elas podem se submeter a negociações, acreditando que os riscos de sanções legais e danos à reputação compensam pelos valores envolvidos (ROSE-ACKERMAN, 2002).

Segundo Rose-Ackerman (2002), o comportamento corrupto se justifica pela invocação de um padrão moral duplo, tendo em vista que as leis do país de destino são ignoradas quanto comparadas com as leis do país de origem ou, ainda, pelo argumento de obrigações com seus acionistas e funcionários em detrimento da preocupação com os cidadãos do país onde será realizado o negócio. Existem também as alegações de que pagamentos são feitos para evitar que uma empresa menos competente obtenha o contrato, supostamente, beneficiando o país anfitrião e, ainda, que os pagamentos são aceitáveis, pois são parte da cultura de se realizarem negócios na localidade “como uma resposta, ainda que desagradável, à fraqueza e venalidade dos governos” (ROSE-ACKERMAN, 2002, p. 1.891).

Essa lacuna entre os discursos corporativos e a prática resultam no que Sikka (2010) denomina uma “hipocrisia organizada” (SIKKA, 2010, p.165), na qual corporações desenvolvem duas culturas: uma que promete conduta ética para o público externo e outra, aceita internamente, na qual práticas organizacionais são voltadas para a ampliação dos lucros a despeito de serem antiéticas. Segundo Dion (2013), percepções de multinacionais sobre a corrupção estão normalmente refletidas nos seus discursos de Responsabilidade Social Corporativa (RSC), o que acaba por lhes fornecer um sentido duvidoso, seja por formarem uma cultura esquizofrênica (com dois universos morais, um aceitando a corrupção e o outro combatendo-a, como proposto nos discursos de RSC), seja por assumir esse relativismo ético apontado por Rose-Ackerman (2002), no qual a corrupção passa a ser considerada uma questão cultural e, portanto, particular e aceita naquela localidade.

Rose-Ackerman (2002) argumenta que grandes corporações apoiariam os esforços internacionais anticorrupção se a situação global pudesse ser descrita como um jogo de coordenação, no qual os pagamentos de suborno individuais maximizam o lucro dos jogadores

no contexto empresarial atual, mas se a corrupção fosse eliminada, todas as empresas se beneficiariam e nenhuma teria um incentivo para desertar unilateralmente. Entretanto, o que se observa é uma relação entre concorrentes que se assemelha a um “dilema do prisioneiro”¹¹ e, nesses casos, “os acordos para evitar a corrupção são instáveis, uma vez que cada empresa tem um incentivo particular para desertar” (ROSE-ACKERMAN, 2002, p. 1904).

Com o intuito de ampliar a compreensão sobre a corrupção transnacional, Ware e Noone (2005) sugerem uma possível anatomia comum do fenômeno nos países periféricos, independentemente da sua ocorrência na África, Oriente Médio, Ásia ou América Latina. Os autores descrevem seis esquemas repetidamente empregados pelos corruptores globalmente, sendo eles: pagamento de propinas, utilização de operadores (*brokers*), empresas de fachada, estabelecimento de cartéis para fraudar licitações públicas, utilização de empresas de familiares do governo e, diretamente, fraude de contas do governo e abuso de bens públicos.

A propina e o suborno são considerados peças centrais nos esquemas de corrupção e são encontrados em todas as culturas e regiões, sendo considerados ilegais, de alguma forma, em todas as sociedades. Em se tratando de *grand corruption*, ou corrupção grandiosa, talvez a forma que cause maior dano seja o suborno associado a contratos governamentais em países emergentes. Em vários desses países, a propina aos agentes do governo não gera vantagem competitiva, visto ser considerada um custo fixo com o qual todos os licitantes devem arcar e se tornou tão comum em alguns deles que são consideradas, pelas multinacionais, como a forma de ser fazerem negócios nessas regiões (ROSE-ACKERMAN, 2002, WARE, NOONE, 2005; CARRINGTON, 2007; PLATT, 2017).

Segundo pesquisa sobre o complexo ambiente de negócios vivido pelas empresas internacionalmente, publicado em 2013, “o incentivo à conduta antiética pode ser forte quando a remuneração pessoal está em jogo e a pressão para gerar crescimento é sentida diretamente” (ERNST&YOUNG, 2013, p.7). Nos resultados apurados nesta pesquisa, com 36 países e mais de 3.000 executivos, condutas antiéticas não representam apenas um risco, mas um fato real,

¹¹ O dilema do prisioneiro trata-se de um problema da teoria dos jogos e um exemplo claro, mas atípico, de um problema de soma não nula. Supõe-se que cada jogador, de modo independente, quer aumentar ao máximo a sua própria vantagem sem lhe importar o resultado do outro jogador, o que pode levar cada jogador a escolher trair o outro, mas, curiosamente, ambos os jogadores obteriam um resultado melhor se colaborassem. O dilema do prisioneiro clássico funciona da seguinte forma: dois suspeitos, A e B, são presos pela polícia. A polícia tem provas insuficientes para os condenar, mas, separando os prisioneiros, oferece a ambos o mesmo acordo: se um dos prisioneiros, confessando, testemunhar contra o outro e esse outro permanecer em silêncio, o que confessou sai livre enquanto o cúmplice silencioso cumpre 10 anos de sentença. Se ambos ficarem em silêncio, a polícia só pode condená-los a 6 meses de cadeia cada um. Se ambos traírem o comparsa, cada um leva 5 anos de cadeia. Cada prisioneiro faz a sua decisão sem saber que decisão o outro vai tomar, e nenhum tem certeza da decisão do outro. A questão que o dilema propõe é: o que vai acontecer? (EPSTEIN, 1995).

dado o considerável número de entrevistados que afirmaram estar cientes dessas ocorrências em suas corporações, sejam em fraudes, registros antecipados de receitas e subnotificações de custos ou com a crença de que o suborno e a corrupção são generalizados em seu país de atuação (ERNST&YOUNG, 2013).

Uma pesquisa mais recente, realizada em 2015 pela *University of Notre Dame* (Universidade de Notre Dame) e pelo escritório de advocacia *Labaton Sucharow LLP* com instituições financeiras dos EUA e UK constatou que, após quase sete anos do colapso do *Lehman Brothers* e da crise financeira decorrente, e apesar de todos os esforços legislativos e iniciativas internacionais, o setor ainda apresenta uma cultura arraigada de comportamento antiético em ascendência. Em particular, destaca-se a proliferação de políticas de sigilo e acordos com o intuito de silenciar relatos de irregularidade internas, o que tem tornado, para os próprios funcionários, cada vez mais difícil relatar lapsos éticos dos bancos às autoridades (TENBRUNSEL; THOMAS, 2015).

A existência de um sistema de incentivo ao comportamento antiético e criminal no setor financeiro, baseado em remunerações e bonificações, é observado indiretamente em diversas questões da pesquisa e, particularmente, naquela que descreve que “quase um terço dos entrevistados (32%) acredita que as estruturas de compensação ou os planos de bônus em vigor em sua empresa poderiam incentivar os funcionários a comprometer a ética ou violar a lei” (TENBRUNSEL; THOMAS, 2015, p.3). Os dados indicam, ainda, uma correlação entre o nível de renda e a probabilidade de cumplicidade, revelando que “mais de um terço dos que ganham US\$ 500 mil ou mais anualmente disseram ter conhecimento, em primeira mão, de irregularidades no local de trabalho” (TENBRUNSEL; THOMAS, 2015, p.5), demonstrando um possível e, talvez, provável, envolvimento da alta gerência.

Ainda sobre o comportamento antiético do setor financeiro, Carlin e Lokanan (2018) argumentam que existe uma relação estreita entre lavagem de dinheiro e os padrões de comportamento no setor bancário suíço, o que foi identificado por meio da análise de casos envolvendo esse tipo de crime e o nome de grandes bancos como HSBC, *Credit Suisse* e UBS. Segundo os autores, práticas simbólicas ritualizadas modelam e influenciam as ações dos agentes, sendo identificadas como: (i) normalização da corrupção e lavagem de dinheiro; (ii) desgaste da reputação suíça e do seu setor bancário; (iii) acusações de outros atores e negação de envolvimento; (iv) declarações de “suposto” arrependimento e; (v) críticas às leis de sigilo bancário de forma geral. Apesar de não ser, em essência, prejudicial, o sigilo bancário permite a conversão de fundos ilícitos por criminosos, tornando os atores do setor bancário cúmplices no processo. Assim, para interromper esses padrões, as autoridades suíças precisariam repensar

tanto sobre a legislação que envolve o sigilo bancário, quanto sobre a questão da criminalização da lavagem de dinheiro (CARLIN; LOKANAN, 2018).

É conhecido pelas autoridades que agentes do sistema financeiro global assumem, rotineiramente, riscos éticos e financeiros, visto a quantidade considerável de pesquisas nos últimos anos, indicando que bancos admitem ter ignorado ou contornado os regimes de combate à corrupção e à lavagem de dinheiro (PLATT, 2017). Apesar dos esforços desenvolvidos pela comunidade internacional, conspirações corruptas continuarão ocorrendo onde existam controles inadequados, legislação insuficiente, e regimes insatisfatórios de *compliance* (conformidade), podendo serem reduzidas, na maioria dos casos, a uma “questão de oportunidade e ganância” (WARE; NOONE, 2005, p.44).

Segundo a Transparência Internacional, o combate à corrupção passa pela compreensão dos sistemas de incentivo que moldam tanto o lado da demanda (agentes públicos) quanto o lado da oferta (agentes privados). Eventos como a crise financeira mundial de 2008 ressaltam os desafios da questão por trás da “opacidade, da supervisão regulatória insuficiente e dos conflitos de interesse em algumas partes da economia” (TRANSPARENCY INTERNATIONAL, 2009, p.17). Ressalta-se, portanto, que o setor privado é parte-chave da dinâmica da corrupção transnacional, seja por meio do suborno de políticos ou partidos políticos de alto escalão, seja do suborno de funcionários públicos de baixo nível para agilização de rotinas como desembaraço aduaneiro e licenciamentos ou, ainda, do uso de relacionamentos pessoais ou familiares para obter contratos públicos privilegiados (TRANSPARENCY INTERNATIONAL, 2009).

Ainda do lado da oferta, empresas multinacionais são responsáveis por estruturar arranjos complexos com o intuito de manter uma fachada em conformidade com os padrões internacionais anticorrupção, mas, passiva ou ativamente, perpetuando práticas que permitem às elites políticas locais acumularem fortunas à custa dos países por eles governados. Mesmo nos casos de cleptocracias – corrupção de larga escala realizada por governantes e seus familiares – que não necessariamente envolvem propinas e subornos de empresas estrangeiras, quase sempre se encontram aspectos transnacionais envolvendo a movimentação e a lavagem do dinheiro (COOLEY; SHARMAN, 2015).

Nesses arranjos transnacionais, o sistema financeiro internacional é um ator chave em grande parte das operações que viabilizam a corrupção transnacional (PLATT, 2017). Os fornecedores de serviços financeiros disponibilizam as contas e as estruturas empresariais que permitem a circulação do dinheiro dessas transações, sendo aqueles inscritos em jurisdições menos rigorosas com relação à identidade e ao propósito das contas e operações, conhecidos

como paraísos fiscais, os responsáveis em larga escala (CHRISTENSEN, 2011; COOLEY; SHARMAN, 2015; PLATT, 2017).

São diversos os intermediários no sistema financeiro que operam para viabilizar a corrupção transnacional, uma vez que, normalmente, negociações não se restringem a apenas duas partes. Os intermediários, na maioria dessas transações, não são criminosos, mas, sim, empresas e atores legítimos que prestam serviços remunerados, como banqueiros, advogados, contadores e corretores de imóveis, os quais direcionam os saques da corrupção para bancos e propriedades de luxo. Nesse contexto, quatro canais principais podem ser identificados na lavagem do dinheiro da *grand* corrupção: os bancos, as empresas de fachada, o mercado de imóveis estrangeiros e os programas de dupla cidadania ou vistos de investidores (COOLEY; SHARMAN, 2017).

Apesar de pouco explorados nos estudos sobre corrupção, o papel dos intermediários é essencial nessa dinâmica, pois eles são os responsáveis por diluir os custos de transação (COOLEY; SHARMAN, 2017). Esse argumento baseia-se no conceito de “Cadeias Globais de Riqueza” ilícitas de Seabrooke e Wigan (2017), que foi inspirado nas premissas de Cadeias Globais de Valor utilizadas para explicar a governança e a coordenação de processos de produção, geograficamente dispersos, entre diferentes atores. Nessa lógica, ao invés do processo de produção, tem-se a gestão da riqueza e, no lugar da eficiência, o objetivo principal da cadeia é evitar a responsabilização, entendida como reivindicações fiscais, obrigações legais, supervisão regulatória ou vantagens garantidas em virtude de sua localização, prioritariamente, em paraísos fiscais (SEABROOKE; WIGAN, 2017).

São várias as definições de paraíso fiscal, associadas, normalmente, a lugares que oferecem facilidades que vão além de otimização de impostos e convenções políticas, permitindo que não exista um consenso nas listas de jurisdições com essa classificação (TAX JUSTICE NETWORK, 2018a). A denominação corresponde a um conjunto de atividades e serviços oferecidos a indivíduos e empresas relativos a oportunidades favoráveis de otimização fiscal, confidencialidade, legislação e regulamentação que, não necessariamente, são criminosas. A terminologia *offshore*¹² é normalmente utilizada para se referir aos paraísos

¹² Apesar de a maioria dos centros *offshore* e jurisdições *onshore* oferecerem um amplo conjunto de serviços, cada um tem a reputação de ser especializado em determinado produto ou serviço, como, por exemplo: as Ilhas Virgens Britânicas são especializadas na incorporação de empresas *offshore*; a Irlanda é um paraíso fiscal corporativo e para a negligência na regulamentação financeira, mas não uma jurisdição secreta; a Suíça e Luxemburgo oferecem operações bancárias secretas e evasão de impostos corporativos (TAX JUSTICE NETWORK, 2018a); e o estado norte-americano de Delaware oferece facilidade de registro, opacidade para as empresas instituídas em seu território, além de isenção de royalties e outras taxas (PLATT, 2017).

fiscais, apesar de serviços equivalentes existirem em jurisdições *onshore*, como nos exemplos do Reino Unido, dos EUA e da Suíça (PLATT, 2017).

Uma definição menos complacente é a do grupo internacional *Tax Justice Network* (Rede de Justiça Fiscal), segundo o qual paraísos fiscais são aquelas jurisdições que fornecem recursos a pessoas ou entidades, permitindo que escapem das leis, regras e regulamentos de outras jurisdições, utilizando o sigilo como uma ferramenta primordial. Essas regras incluem impostos, bem como leis criminais, regras de transparência, regulamentação financeira, regras de herança, entre outras (TAX JUSTICE NETWORK, 2018a).

A relevância da discussão sobre o papel dos intermediários, destacando-se aqueles em paraísos fiscais, pode ser destacada em três pontos: questionar a dicotomia convencional de países ricos e honestos *versus* os pobres e corruptos; compreender que não existe uma separação estrita entre economias lícitas e ilícitas e, por último; identificar o movimento de globalização dos indivíduos envolvidos na *grand* corrupção, como a aquisição de dupla cidadania, por exemplo, dissociando-os intencionalmente de seus países de origem para proteger sua atuação e sua fortuna (COOLEY; SHARMAN, 2017).

Nesse contexto de redes transnacionais explorado por Cooley e Sharman (2015, 2017), são particularmente problemáticas e comuns as falhas de instituições financeiras na identificação de grupos de risco que exigem maior diligência, como os das *Politically Exposed Person* (PEP - Pessoas Politicamente Expostas), que são definidos como detentores de cargos públicos seus familiares e sócios, bem como clientes corporativos que, pela natureza ou localização das suas operações, têm maior probabilidade de se envolverem em subornos. A identificação desses clientes deveria desencadear um procedimento de avaliação de risco de corrupção imediato e continuado, mas a realidade observada tem sido bem diferente (GREENBERG et al., 2009; PLATT, 2017).

No campo corporativo, conduzir *due diligence* de empresas, fundações e associações para as quais se presta serviço também é um padrão internacional obrigatório para instituições financeiras, estando previsto nas recomendações contra a lavagem de dinheiro emitidas pelo *Financial Action Task Force*¹³ (FATF - Grupo de Ação Financeira Internacional), que são consideravelmente negligenciadas. Na mesma perspectiva das PEPs, o acompanhamento de empresas deveria se iniciar na identificação do(s) proprietário(s) beneficiário(s), quando a

¹³ O FATF é um órgão intergovernamental que estabelece padrões, desenvolve e promove políticas para combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo. Atualmente, conta com 37 membros: 35 jurisdições membros e 2 organizações regionais. Suas listas e recomendações são reconhecidas como padrão internacional, tendo sido publicada, pela primeira vez, em 1990, revisadas em 1996, 2001, 2003 e, mais recentemente, em 2012. Mais detalhes sobre as recomendações e os membros podem ser observados em: www.fatf-gafi.org

relação de negócio se estabelece, e continuar durante todo seu ciclo de vida, o que é justificado pela complexidade que se espera na ocultação do verdadeiro propósito em um relacionamento comercial de longo prazo (VAN DER DOES DE WILLEBOIS et al., 2011).

Portanto, há indícios de que apenas uma pequena parte do dinheiro ilegal que passa pelos bancos seja efetivamente identificada como tal, apesar de todos os requerimentos legais em contrário (FSA, 2011; VAN DER DOES DE WILLEBOIS et al., 2011) citados acima. Um banco de dados compilados em 2011 pela *Stolen Asset Recovery Initiative* (STAR - Iniciativa de Recuperação de Ativos Roubados) mostrou que, de 213 casos de *grand* corrupção desde o início dos anos 1980, em 150 deles, envolvendo cerca de US\$ 56,4 bilhões, os veículos financeiros ocultavam, mesmo que parcialmente, o verdadeiro beneficiário. Nesses 150 casos, 817 veículos financeiros foram identificados, estando incorporados, principalmente, nas jurisdições dos EUA (102), Ilhas Virgens Britânicas (91), Panamá (50), Liechtenstein (28), Bahamas (27), Reino Unido (24), Hong Kong (24), Nigéria (20) e Ilhas Cayman (15). Entre as principais jurisdições das contas bancárias associadas, destacaram-se os EUA (107)¹⁴, a Suíça (76) e o Reino Unido (19) (VAN DER DOES DE WILLEBOIS et al., 2011).

Outra pesquisa realizada com um grande grupo de banqueiros e reguladores indica que tem se tornado comum a manipulação das metas referentes ao complexo e caro sistema de regulações criado para evitar que fundos criminosos tenham acesso às redes bancárias internacionais. Devido à maior incidência e severidade das penalidades que vêm sendo aplicadas ao setor, os departamentos de *compliance* não têm tido como objetivo detectar eventuais clientes criminosos, mais, sim, atender a esses reguladores. Logo, esses departamentos preocupam-se mais com as transações pelo país de origem do que com o beneficiário ou a atividade que originou os fundos, permitindo que, com o auxílio de profissionais qualificados intermediando seu relacionamento com os bancos, clientes de alto risco possam continuar operando sem serem, de fato, identificados (COOLEY; SHARMAN, 2017).

Recentemente, em 2016, as revelações contidas no *Panama Papers* demonstraram como se dá o funcionamento desses canais de lavagem de dinheiro por meio de intermediários, como o escritório de advocacia *Mossack & Fonseca*, proporcionando aos clientes proteções importantes, como os direitos à privacidade e à segurança da propriedade (COOLEY;

¹⁴ Segundo o relatório, pode haver um viés definindo a forte presença dos EUA e Reino Unido, tanto na quantidade de veículos financeiros, quanto na de instituições nos casos estudados. Essa ressalva parte do princípio de que um número significativo de ações judiciais criminais e civis contra casos de *grand* corrupção tenham ocorrido nessas jurisdições, em particular, nos EUA, onde a legislação anticorrupção estrangeira, FCPA, existe desde 1977 (VAN DER DOES DE WILLEBOIS et al., 2011).

SHARMAN, 2017), mesmo com todas as convenções e regulamentações internacionais em contrário. Nos documentos, é possível observar que, entre os mais de 500 bancos contratantes de serviços, os mais importantes se localizavam na Suíça, no Reino Unido e em Luxemburgo, e os maiores mercados para as empresas de fachada eram a China, a Rússia e a América Latina, sendo os produtos mais contratados aqueles associados às Ilhas Virgens Britânicas (113.648), seguidos, de longe, pelo próprio Panamá (48.360) (ICIJ, 2017).

A comunidade internacional reconhece que a corrupção se espalhou globalmente e, autores sugerem que, talvez, um dos seus principais suportes seja a “conspiração de silêncio” (WARE; NOONE, 2005, p.38) entre as multinacionais pagadoras de propina e os agentes governamentais de alto escalão que controlam os mecanismos institucionais que poderiam coibir tais práticas. Por anos, a corrupção foi considerada pela comunidade internacional como uma questão doméstica dos países atingidos, tendo sido somente a partir dos anos 1990 que o discurso, de que não se tratava apenas de política interna, mas, sim, de desenvolvimento e pobreza, se tornou um consenso (WARE; NOONE, 2005; SAMPSON, 2010; BRATSI, 2014), fazendo com que ativistas, instituições e homens de negócios levantassem a bandeira anticorrupção, conforme será apresentado na próxima subseção.

Encerramos aqui esse breve panorama das principais questões identificadas na literatura envolvendo o funcionamento da corrupção transnacional e sua estruturação sob a égide de instituições legalmente constituídas. A partir da compreensão do fenômeno e da dinâmica das redes transacionais que o sustentam, bem como da importância de se estancar a drenagem de fundos nos países mais impactados, a próxima subseção se propõe a apresentar as iniciativas e a articulação dos organismos multilaterais com o intuito de estabelecer mecanismos para coibir ou, ao menos, inibir o avanço do fenômeno nas últimas décadas.

2.1.2 Bandeiras Contra a Corrupção Transnacional

Esta seção apresenta um breve histórico dos principais esforços internacionais na luta contra a corrupção transnacional, particularmente, no que se refere aos aspectos institucionais e legais. Kaufmann (2005) já argumentava sobre a necessidade de se reconsiderarem as estratégias e abordagens sobre o tema, assumindo a existência de uma responsabilidade coletiva global envolvendo comunidade internacional e setor privado. O próprio reducionismo da definição convencional de “abuso de poder público” omite a responsabilidade compartilhada dos agentes privados e desconsidera que muitos atos considerados como corrupção do ponto de

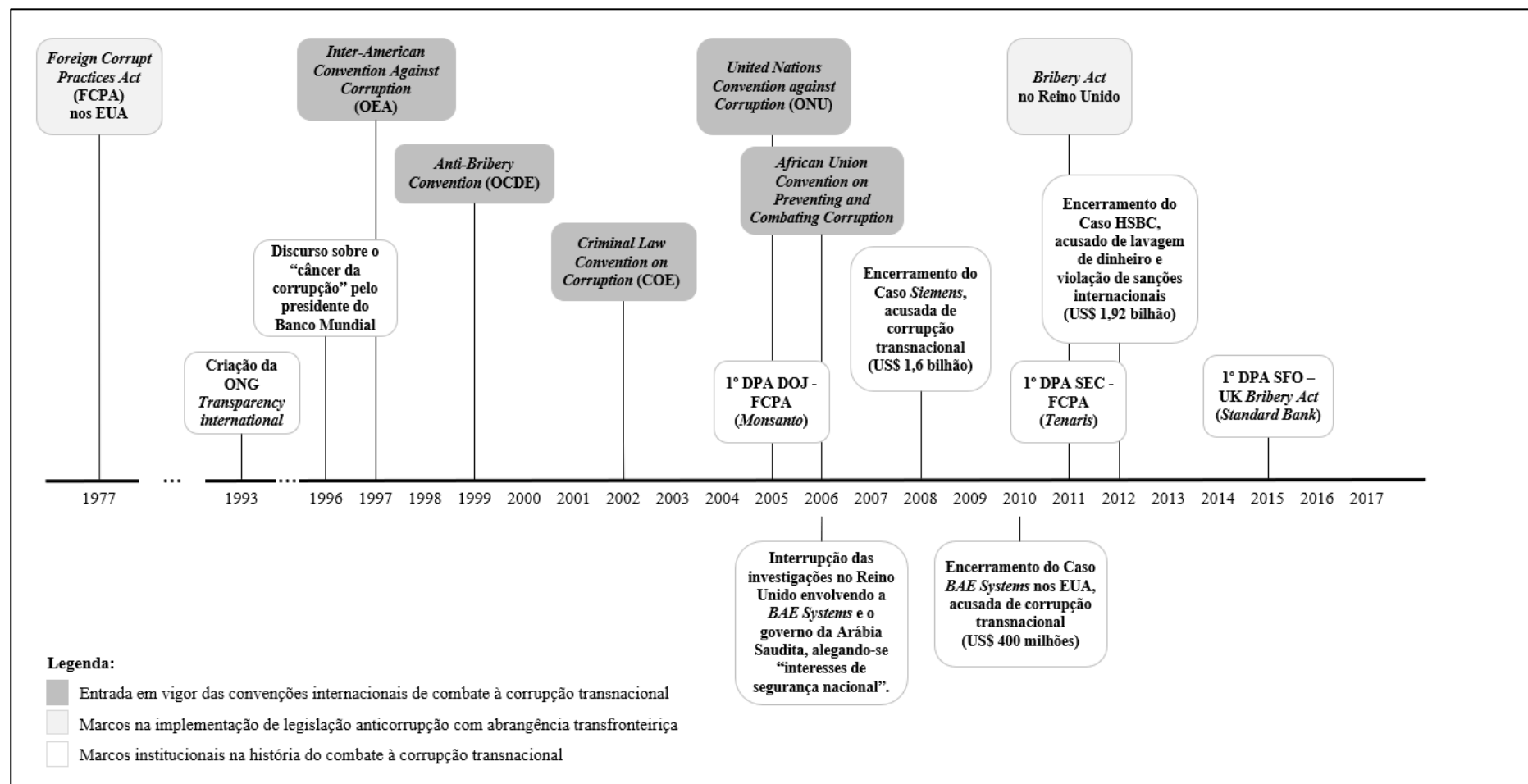
vista ético podem não utilizar mecanismos necessariamente ilegais, como nos exemplos de lavagem de dinheiro em paraísos fiscais (KAUFMANN, 2005).

Para o autor, os desafios da governança e da luta contra a corrupção têm ainda um longo percurso para garantir que empresas transnacionais se abstenham dos subornos no exterior e contribuam para melhorar as práticas de governança nos países com os quais se relacionam. Adiciona-se a essa dificuldade a complexa relação entre os interesses privados e a formulação de políticas públicas, visto que os primeiros, não raramente, também exercem influências, de maneira indevida, nas instituições e na legislação estatal, interferindo ativamente nas “regras do jogo” dos ambientes nos quais irão operar (KAUFMANN, 2005; SIKKA; LEHMAN, 2015). Iniciativas corporativas que determinem princípios gerais contra a corrupção ou códigos de conduta podem aumentar a conscientização, mas acabam tendo um impacto relativamente modesto no resultado. Ao contrário, medidas mais duras, como a ratificação de tratados internacionais e a publicitação de envolvidos, teriam, talvez, maior peso na dissuasão do setor privado, particularmente, no caso de multinacionais (KAUFMANN, 2005)

Diante desse contexto, é relevante para o desenvolvimento desta pesquisa conhecer o histórico das principais iniciativas internacionais de combate à corrupção transnacional (Figura 2), destacando, mas não se restringindo ao *Foreign Corrupt Practices Act* (FCPA - Lei de Práticas Corruptas no Exterior) de 1977, a *Anti-Bribery Convention* (Convenção Anti-suborno) da OCDE de 1999, a *United Nations Convention against Corruption* (UNCAC - Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção) das Nações Unidas de 2005 e o *Bribery Act* (Lei de Suborno), que entrou em vigor, em 2011, no Reino Unido.

Nos EUA, o reconhecimento da corrupção transnacional como um problema remonta ao período da Guerra Fria, visto que, até então, a prática de suborno era recorrente em empresas norte-americanas participantes em licitações estrangeiras e, como em outros países, eram as despesas dedutíveis para efeito de imposto de renda. Em 1930, seriam promulgadas as leis de regulação de valores mobiliários, que impunham normas legais sobre práticas contábeis para corporações que tivessem ações no mercado americano. Surgiram então as primeiras questões quanto à forma de reportar, nos demonstrativos, as propinas pagas no estrangeiro. Em 1972, o escândalo Watergate e o financiamento de campanha do Presidente Nixon levaram a *U.S. Securities and Exchange Commission* (SEC – Comissão de Valores Imobiliários dos EUA) a investigar declarações de despesas de pagamentos associadas à obtenção de vantagens ilícitas junto a funcionários do governo (CARRINGTON, 2007).

Figura 2 - Linha do tempo dos marcos históricos no combate à corrupção transnacional nos últimos 40 anos



Fonte: Elaborada pela autora a partir do referencial teórico

A investigação revelou o uso generalizado de falsos métodos contábeis para ocultar subornos pagos a funcionários estrangeiros, o que levaria a SEC a incorporar investigações de subterfúgios semelhantes nas declarações financeiras divulgadas pelas companhias públicas. A reação política aos escândalos que se seguiram levou à promulgação do FCPA, em 1977, sob o argumento de que era um risco para as disputas da Guerra Fria, uma vez que abalava a confiança nas instituições norte-americanas. Assim, empresas que tinham investidores norte-americanos estavam sujeitas à punição por concederem, oferecem ou prometerem pagamentos ilegais aos oficiais de governos estrangeiros em troca de quaisquer favorecimentos. Com o FCPA, a legislação referente a imposto de renda (*United States Internal Revenue Code*) também foi revisada, passando a proibir a dedutibilidade de valores pagos a título de suborno e propina por empresas norte-americanas (CARRINGTON, 2007).

O crescimento de outros mercados, como Ásia e Europa, bem como o endurecimento dos padrões de governança com o FCPA e a reforma de 2002 com a lei *Sarbane-Oxley*, levaram várias empresas a deixarem o mercado público norte-americano. Com a crise dos Tigres Asiáticos, na década de 1990, intensificava-se o interesse internacional pela regulação dos mercados no intuito de aumentar a estabilidade dos países em desenvolvimento. A regulação da corrupção transnacional também nivelaria os mercados para as empresas norte-americanas, já submetidas à regulação do FCPA e que se sentiam, de certa forma, prejudicadas, justificando o apoio dado pelos EUA à OCDE e, posteriormente, às Nações Unidas, para a criação de convenções anticorrupção internacionais (CARRINGTON, 2007).

Inicia-se, portanto, nesse período, o que Sampson (2010) irá chamar de indústria anticorrupção, destacando-se três eventos importantes. O primeiro seria a fundação, em 1993, da ONG Transparência Internacional por um ex-funcionário do Banco Mundial, Peter Eigen, além de vários colegas do desenvolvimento internacional, de empresas e da diplomacia, vindo a se tornar o principal ator não governamental nesse cenário. O segundo evento é o famoso discurso, em 1996, sobre o "câncer da corrupção" (WORLD BANK, 1996, p.6) proferido pelo então presidente do Banco Mundial, James Wolfensohn, quando a agenda do desenvolvimento econômico foi vinculada à eficácia dos governos, transparência e novas condições para empréstimos aos países do terceiro mundo. E, por fim, o mais recente acontecimento foi o surgimento de uma tendência geral em administração pública e gestão baseada em regras de mercado combinando privatização de serviços e novas técnicas de medição e avaliação de desempenho que, segundo o autor, "os acadêmicos tendem a chamar de neoliberalismo" (SAMPSON, 2010, p. 274).

Uma das primeiras convenções regionais que considerou o suborno de funcionários estrangeiros como um ato de corrupção a ser combatido foi a *Inter-American Convention Against Corruption* (Convenção Interamericana Contra a Corrupção) realizada pela *Organization of American States* (OEA – Organização dos Estados Americanos), assinada em 1996 (ORGANIZATION OF AMERICAN STATES, 1996) e ratificada por 25 membros em 1997, que se diferenciava de outras convenções pela inclusão de países desenvolvidos e em desenvolvimento, sendo, entretanto, carente de mecanismos e dispositivos de execução para se tornar relevante naquele cenário (ROSE-ACKERMAN, 2002).

A *Convention on Combating Bribery of Foreign Public Officials in International Business Transactions* (Convenção sobre o Combate à Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais) ou, apenas *Anti-Bribery Convention* (Convenção Contra o Suborno) da OCDE, de dezembro de 1997, seria assinada e ratificada por todos os países membros, entrando em vigor em 1999 (ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT, 2017). O objetivo básico do tratado foi estender os princípios do FCPA para a comunidade empresarial internacional, sendo assim, não se exigiu apenas a ratificação, mas também a aprovação de legislação interna que criminalizasse o suborno no exterior (ROSE-ACKERMAN, 2002), bem como a não dedutibilidade do imposto de renda nesses pagamento e o estabelecimento de agências responsáveis pela fiscalização (ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT, 2017; LEC, 2018).

A convenção levou os EUA a realizarem uma emenda no FCPA em 1998. Algumas mudanças foram: a proibição de pagamentos para agentes de organizações públicas internacionais; a legitimação dos “pagamentos de facilitação” (valores pouco representativos pagos a funcionários governamentais de baixo calão para agilizar rotinas operacionais); e a inclusão de estrangeiros que trabalhem para empresas norte-americanas ou que realizem qualquer transação corrupta em território dos EUA no grupo passível de responsabilização penal por pagamento de suborno (CARRINGTON, 2007; DOJ, 2017).

Em 2017, a convenção da OCDE contou com 43 signatários, sendo os 35 países membros e 8 não-membros (África do Sul, Argentina, Brasil, Bulgária, Colômbia, Costa Rica, Lituânia e Rússia). Segundo o relatório da organização, nesses 18 anos de vigência, a criminalização do suborno é realidade nos 43 países membros, nenhum deles permitindo a dedução fiscal dos valores de propinas e, para tal, 29 deles tiveram de realizar adequações na sua legislação. Nesse período, 443 indivíduos e 158 entidades foram sancionadas no âmbito do processo penal por suborno estrangeiro em 20 Estados, encontrando-se 500 investigações em

andamento em 29 países (ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT, 2017).

Outras iniciativas surgiram durante esse período. Em 2002, entraria em vigor, então com apenas 14 ratificações, a *Criminal Law Convention on Corruption* (Convenção de Legislação Criminal sobre Corrupção) do Conselho da Europa (COE, 2017), que se destacava por exigir a promulgação de leis que permitissem a criminalização de pessoas jurídicas por ofensas de corrupção (ROSE-ACKERMAN, 2002). Sua implementação e monitoramento é controlado pelo *Group of States against Corruption* (GRECO - Grupo de Estados contra a Corrupção) que conta, atualmente, com 49 membros, com o princípio de que avaliação mútua e a pressão dos pares permitem o monitoramento de forma mais flexível e eficiente (COE, 2017; GRECO, 2017). Já em 2003, seria promulgada a *African Union Convention on Preventing and Combating Corruption* (Convenção da União Africana sobre Prevenção e Combate à Corrupção), que só entraria em vigor em 2006 (AFRICAN UNION, 2003).

De todas as convenções, a mais abrangente seria a *United Nations Convention against Corruption* (Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção), assinada em 2003, e que entrou em vigor em 2005, incluindo uma ampla gama de delitos de corrupção, como suborno doméstico e estrangeiro, desfalque, comércio de influência e lavagem de dinheiro. As disposições da convenção obrigam os signatários a tomarem medidas de combate à corrupção pública e privada, envolvendo medidas de (i) prevenção, (ii) criminalização, (iii) cooperação internacional, (iv) assistência técnica e intercâmbio de informações e, de forma inovadora, a (v) recuperação de ativos aos seus estados de origem (UNITED NATION OFFICE ON DRUGS AND CRIME, 2004). A convenção tem, atualmente, 140 ratificações entre estados membros e não membros, de um total de 183 membros (UNITED NATION OFFICE ON DRUGS AND CRIME, 2018).

Deixando as convenções e retornando ao âmbito das estruturas legais, foram mais de 30 anos desde o FCPA para que mais um país relevante no comércio internacional avançasse com uma legislação transfronteiriça. O Reino Unido promulgou em 2010, entrando em vigor em 2011, o *Bribery Act* (Lei do Suborno), implementado num momento em que o país enfrentava críticas internacionais, particularmente, por parte da OCDE, visto que, apesar da ratificação da *Anti-Bribery Convention*, ainda tinha leis inadequadas, fragmentadas e desatualizadas contra a ameaça de suborno e corrupção (DOHERTY; FINLAYSON, 2015). O *Bribery Act* traz mudanças significativas em relação à abordagem vigente e encontra semelhanças em sua contraparte norte-americana, o FCPA, além da admissão da jurisdição extraterritorial. Entretanto, a referida lei é considerada mais abrangente e severa, tipificando quatro categorias

de crimes; (i) a corrupção ativa de sujeitos públicos e privados; (ii) a corrupção passiva de sujeitos públicos ou privados; (iii) corrupção de agentes públicos estrangeiros; e (iv) a falha das empresas na prevenção da corrupção (GAUCI; FISHER, 2011; NORTON ROSE FULBRIGHT, 2011; TRAUTMAN; ALTENBAUMER-PRICE, 2013).

Entre as diferenças com o FCPA, a primeira delas é a extensão da ofensa de subornar qualquer pessoa, incluindo, do setor privado, e não somente funcionários públicos, como no FCPA. Em segundo lugar, ao contrário do crime de suborno do FCPA, a ofensa não necessita de uma intenção corrupta por parte do proponente, mas, para o *Bribery Act*, é considerado suborno de um funcionário público estrangeiro (i) se a pretensão é a de influenciá-lo em sua capacidade como tal, (ii) se a pretensão é obter ou manter negócios e (iii) se o pagamento ou vantagem não é permitido ou exigido pela lei escrita aplicável ao funcionário em causa. E, em terceiro lugar, o *Bribery Act* considera tanto o lado ativo quanto o lado passivo do suborno, visto que é considerado uma ofensa tanto pagar quanto receber ou aceitar, enquanto o FCPA se aplica somente àqueles que oferecem o suborno (GAUCI; FISHER, 2011; UK MINISTRY OF JUSTICE, 2012).

Outras diferenças relevantes são a criminalização por responsabilidade objetiva corporativa de não prevenir o suborno ou não possuir procedimentos adequados. Nesse caso, para o FCPA, uma empresa sujeita à jurisdição dos EUA pode ser responsabilizada indiretamente por atos de seus funcionários e agentes, mas, para o *Bribery Act*, essa responsabilidade é estendida a qualquer pessoa que realize serviços para ou em nome da organização comercial. E, por fim, não há exceção para os casos de pagamento de facilitação, como aceito no FCPA, apesar de orientações do Ministério da Justiça confirmarem que os promotores exercerão certa discricão para abertura de processos nesses casos (NORTON ROSE FULBRIGHT, 2011; UK MINISTRY OF JUSTICE, 2012).

A severidade das penalizações também contém diferenças substanciais: sob a nova lei, um indivíduo culpado é passível de prisão de até dez anos e/ou multa ilimitada e, para as empresas, o valor da multa também é ilimitado. Sob o FCPA, um indivíduo pode ser multado em até US\$ 250 mil por violação e receber até cinco anos de prisão e empresas respondem com uma multa limitada ao teto de US\$ 2 milhões por violação (NORTON ROSE FULBRIGHT, 2011).

Segundo Doherty e Finlayson (2015), apesar de robusta, apenas alguns casos de pequena escala, até o final de 2014, foram indiciados sob a nova lei, mas os autores sugerem que a quantidade de processos não seria a única referência de sucesso, sendo seu legado também medido em termos de seu alcance na mudança de certas culturas e comportamentos de longo

prazo. Procedimentos posteriores surgiram com o intuito de fortalecer o *Bribery Act*, como os novos poderes entregues, em fevereiro de 2014, ao *Serious Fraud Office* (SFO – Gabinete de Fraudes Graves) – autoridade de promotoria especializada britânica, responsável pelos casos mais sérios ou complexos de fraude, suborno e corrupção – para ingresso no *Deferred Prosecution Agreements* (DPA - Acordo de Acusação Diferida) (DOHERTY; FINLAYSON, 2015).

Assim, é pertinente compreender como funcionam os Acordos de Acusação Diferida, ou, apenas, DPA, no contexto do combate à corrupção transnacional. Esses veículos alternativos são acordos tradicionalmente utilizados nos EUA pelo DOJ em casos criminais¹⁵ e que foram utilizados pela primeira vez no âmbito do FCPA em 2005, no caso Monsanto (KOEHLER, 2015), e pela SEC em 2011, no caso Tenaris (SEC, 2011; DOJ; SEC, 2012; SRERE, MAMMEN; 2016). No Reino Unido, o primeiro caso de DPA conduzido pelo SFO no âmbito do *Bribery Act* ocorreu em 2015, com o julgamento do *Standard Bank* (SERIOUS FRAUD OFFICE, 2015).

Na legislação americana, os acordos encorajam indivíduos e empresas a compartilharem informações sobre conduta imprópria e ajudar os órgãos fiscalizadores nas investigações subsequente, bem como ao pagamento de multa, devolução de ganhos ilícitos apurados, admissão de fatos relevantes e aceitação de compromissos de conformidade e remediação, normalmente, incluindo um monitor interno ou externo por período de um a três anos. Por sua vez, o DOJ arquiva o processo junto à corte e solicita, simultaneamente, que a acusação seja adiada com o propósito de permitir que a empresa demonstre sua “boa conduta”. Completado o prazo do acordo, se as condicionantes foram atendidas, o órgão negará as acusações apresentadas e a ocorrência não será tratada como uma condenação criminal. No caso de um acordo conduzido pela SEC, a resolução é semelhante, mas no âmbito do direito civil (DOJ; SEC, 2012).

O aumento na utilização de processos alternativos como o DPA e o *Non-Prosecution Agreements* (NPA – Acordo de Não Acusação) no escopo do FCPA, bem como o interesse por esse modelo em outros países, estão associados ao chamado “efeito Arthur Andersen”¹⁶ e ao

¹⁵ Segundo o DOJ, DPA's com organizações empresariais já eram autorizadas pelo *Speedy Trial Act* (Lei de Julgamento Rápido) de 1974. Entretanto, foi apenas a partir de 2008 que NPAs e DPAs se tornaram formalmente incorporados ao *U.S. Attorneys' Manual* (Manual dos Advogados dos EUA) e, desde então, tornaram-se os veículos de resolução alternativa dominante para o Departamento de Justiça dos EUA (KOEHLER, 2015).

¹⁶ O “efeito Arthur Andersen” serviu de justificativa política primária para a crescente utilização de DPAs e NPAs. O termo remete ao colapso, em 2002, da empresa de auditoria Arthur Andersen, o que decorreu das investigações sobre a falência da companhia de energia Enron, quando a primeira foi acusada de obstrução da justiça por destruir documentos que comprometiam seu cliente. Assim, o “efeito” remete às consequências de acusações

aumento de visibilidade do órgão fiscalizador, por conseguir um maior número de casos concluídos (KOEHLER, 2015). Se, por um lado, pode ser importante essa flexibilidade processual como incentivo à cooperação dos indiciados com os processos, tendo em conta que os casos envolvem a revisão de registros financeiros detalhados, e-mails e outros documentos em várias jurisdições, geralmente, em outros idiomas, além do inglês, que podem apresentar desafios substanciais aos investigadores do governo (SRERE; MAMMEN, 2016), por outro, essa mesma flexibilidade sugere que empresas podem se dispor a assumir mais riscos por reconhecerem que, se forem apanhadas, existem chances razoáveis de se obter um acordo diferido, no qual os valores em multas e custos financeiros são considerados, normalmente, irrisórios em comparação com os danos causados por uma condenação criminal (LICHTBLAU, 2008; GIUDICE, 2011; LORD, 2014).

Nesse sentido, o conceito de *Systemically Important Financial Institutions*¹⁷ (SIFI - Instituições Financeiras Sistemicamente Importantes) traz uma contribuição importante para se entender a impunidade do ponto de vista criminológico. Corporações do setor financeiro, grandes o suficiente para se encaixarem nessa classificação, passam a ter uma responsabilidade limitada, pois as sanções não podem colocar em risco sua existência, desenvolvendo no setor um “senso de arrogância e impunidade” (HARDOUIN, 2017, p.516) que não permite que se alcance o equilíbrio necessário entre sanções e crimes financeiros. Um dos exemplos mais emblemáticos desse conceito seria o caso entre o HSBC e o DOJ nos EUA em 2012¹⁸, que ampliou a expressão “*too big to fail*” (grande demais para falhar) para “*too big to jail*” (grande demais para a cadeia).

Discussões sobre a regulação dessas instituições incluem políticas específicas com maior supervisão e controle (FINANCIAL STABILITY BOARD, 2011); processos de simplificação de grandes corporações em bancos menores, que não representem uma ameaça

criminais e, conseqüentemente, potenciais condenações, resultando na morte de uma organização empresarial, lesando partes não necessariamente envolvidas no crime, como acionistas e empregados (KOEHLER, 2015).

¹⁷ Essa é uma classificação dada às instituições financeiras que, em função do seu tamanho, complexidade e/ou interconectividade sistêmica, podem, em casos de dificuldades ou colapsos, levar a uma ruptura significativa no sistema financeiro e na atividade econômica de forma geral. Para evitar esse resultado, as autoridades, frequentemente, optavam por impedir o fracasso de tais instituições por meio do apoio público à solvência. Em função das consequências da crise financeira de 2008, o *Financial Stability Board* (Conselho de Estabilidade Financeira), órgão do G20, publicou, em novembro de 2011, a primeira lista de instituições financeiras que se enquadravam nessa categoria, contendo 29 corporações, incluindo o HSBC, e ressaltando a necessidade de políticas específicas para orientar a questão que ficou conhecida como “*too big to fail*” (FINANCIAL STABILITY BOARD, 2011).

¹⁸ Em dezembro de 2012, o HSBC chegou a um acordo com as autoridades dos EUA, incluindo um DPA com o Departamento de Justiça do governo norte-americano em relação a investigações por descumprimento das leis contra lavagem de dinheiro envolvendo a filial mexicana e sanções envolvendo Cuba, Irã, Líbia, Sudão e Birmânia. As multas somaram US\$ 1,92 bilhão, adicionado de 5 anos de monitoramento interno para implementação dos esforços corretivos para melhoria dos controles internos (DOJ, 2012)

ao sistema financeiro (DASH, 2009); bem como incluem a responsabilização dos indivíduos envolvidos, particularmente, os executivos seniores das empresas, aplicando-se ao setor o mesmo padrão utilizado em outros tipos de crimes (HARDOUIN, 2017). A perda de bônus, multas pessoais e acusações criminais (GLOBAL WITNESS, 2015) são, provavelmente, a ação mais eficiente na busca de um equilíbrio entre sanções legais e crimes corporativos (BREUER, 2012a; GLOBAL WITNESS, 2015; HARDOUIN, 2017).

Assim, apesar de todo o esforço, associado à promulgação e ratificação de convenções, questionam-se os poucos resultados práticos observados na redução da corrupção transnacional. Ainda existem questões conflitantes e, teoricamente, sem resposta oficial, como: qual o interesse em se processarem empresas nacionais que geram empregos no seu país por subornar um funcionário estrangeiro com o intuito de garantir um contrato de interesse nacional? Quanto esforço poderia ser dedicado a investigações dessa natureza? Qual a dotação orçamentária que parlamentares teriam interesse em destinar a essas investigações quando suas campanhas eleitorais dependem de contribuições de algumas dessas empresas? Quão longe procuradores e advogados poderão levar uma ação quando estão sujeitos à dependência política para garantirem sua existência e/ou orçamentos? (CARRINGTON, 2007).

Por outro lado, alguns autores ainda defendem a adesão a convenções anticorrupção como instrumento para alterar essa dinâmica (KAUFMANN, 2005; SUNG, 2005, 2009). Sung (2005) parte da interpretação do suborno no comércio internacional como uma coordenação de forças de oferta e demanda, visto que fatores como a governança interna do país de origem da empresa e a adesão desses países às convenções internacionais anticorrupção podem, sim, interferir na equação. Com a crescente intensidade nas interações entre governos e corporações, o controle efetivo do fenômeno requer uma integração legal e judicial correspondente, reforçando a importância de mecanismos que mobilizem uma quantidade maior de atores, tais como as convenções. Todavia, é um fato que, sem uma cooperação real das autoridades no cumprimento das leis e na punição dos infratores, as declarações se reduzem a convenções simbólicas (SUNG, 2005).

Regular a corrupção transnacional pode apresentar ainda uma complexidade muito maior, como ilustram os escândalos de corrupção envolvendo a Siemens¹⁹ e a BAE²⁰ vivenciados pelo governo alemão e britânico, respectivamente, em 2008 e 2010. Segundo Lord (2013), a análise comparativa desses dois casos auxilia na compreensão de novos mecanismos anticorrupção que têm surgido em jurisdições ativamente envolvidas na regulação do fenômeno.²¹ Um exemplo dessa complexidade, e que existe em diversas outras partes, é a distinção encontrada entre seus modelos jurídicos: enquanto a legislação britânica prevê a responsabilidade civil e criminal para corporações, e a condução dos processos é centralizada, na Alemanha, não há responsabilização criminal para corporações e a execução é, consideravelmente, mais descentralizada (LORD, 2013).

Ao analisar a partir da abordagem criminológica, que não se preocupa unicamente com os infratores, mas com os mercados nos quais eles operam, a complexidade aumenta com o surgimento de uma grande diversidade de novos mecanismos de regulação, como, por exemplo,

¹⁹ Antes de 1999, o código tributário alemão admitia a dedução de subornos como despesas comerciais, e o pagamento de um funcionário estrangeiro não era uma ofensa criminal. Nesse ambiente, desde os anos 1990, os funcionários da Siemens institucionalizaram a corrupção como regra na busca de negócios no exterior, e não interromperam o mecanismo mesmo com a adesão da Alemanha as convenções internacionais da OCDE e Nações Unidas, instituindo programas de *compliance* apenas como fachada. Internamente, os subornos eram referidos como “NA” - uma abreviação alemã da frase “nützliche Aufwendungen” (dinheiro útil) - e eram utilizados onde os executivos julgassem necessários, de países conhecidos por corrupção governamental, como a Nigéria, à países com reputação de transparência, como a Noruega (SCHUBERT; MILLER, 2008). As investigações do governo alemão iniciaram-se em 2005 e do norte americano em 2006, e concluíram que, entre 2001 e 2007, a gigante industrial alemã SIEMENS pagou cerca de US\$ 1,4 bilhão em propinas a autoridades de diversos países - do Iraque à Venezuela e Argentina. A Siemens foi multada em US\$ 800 milhões nos EUA (US\$ 450 milhões ao DOJ e US\$ 350 milhões à SEC) e em US\$ 800 milhões na Alemanha (COSTAS, 2014), registrando ainda assim uma receita anual do ano fiscal encerrado em setembro de 2008 de US\$ 77,3 bilhões (O'REILLY; MATUSSEK, 2008). Ressalta-se ainda que, embora a Siemens tenha admitido a violação do FCPA no inquérito norte americano, evitou a confissão de culpa ou a condenação por suborno, mantendo assim sua condição de “contratada responsável” pela *Defense Logistics Agency* (Agência de Logística do Departamento de Defesa dos EUA), certificação necessária para possuir contratos públicos nos EUA e em outras localidades (LICHTBLAU; DOUGHERTY, 2008).

²⁰ A multinacional BAE Systems com sede no Reino Unido, especializada em sistemas de defesa aeroespacial, admitiu perante tribunal dos EUA, em fevereiro de 2010, ter subornado funcionários públicos na Arábia Saudita, República Tcheca e Hungria, resultando em uma das maiores multas aplicada pela legislação anticorrupção norte americana: US\$ 400 milhões. A empresa também foi considerada culpada por mentir para autoridades americanas, uma vez que, de 2000 a 2002, apresentou vários documentos em que garantia estar tomando providências para se adequar ao FCPA (DOJ, 2010; COSTAS, 2014). No Reino Unido, o SFO havia iniciado uma investigação contra a BAE em 2004, motivada por alegações sobre um contrato de defesa com a Arábia Saudita (al-Yamamah), mas incluindo outros países como República Tcheca, Romênia, Tanzânia e África do Sul. A única apuração concluída pelo SFO foi em relação ao contrato superfaturado de radares com a Tanzânia, em dezembro de 2010, com multa de £500 mil por admitir não ter mantido registros contábeis adequados, incluindo pagamentos de um acordo *ex gratia* à Tanzânia de £29,5 milhões e de £225 mil ao SFO pelos custos do processo (SERIOUS FRAUD OFFICE, 2010). Sob intensa crítica, a investigação do SFO relacionada à Arábia Saudita foi suspensa em dezembro de 2006, com intervenção direta do então primeiro ministro, Tony Blair, alegando questões de segurança nacional, pois os sauditas ameaçaram interromper a cooperação com o Reino Unido em questões de segurança (SERIOUS FRAUD OFFICE, 2010; LEIGH; EVANS; TRAN, 2010).

²¹ Tanto a Alemanha quanto o Reino Unido estão entre as maiores economias mundiais, são membros do G8 e signatários de Convenções Anti-corrupção como da OCDE e das Nações Unidas (LORD, 2013).

a autodenúncia, guias de *compliance*, monitores internos, auditorias externas e outros. Ainda que seja falha a suposição de que esses mecanismos de governança híbridos (que incorporam alto nível de intervenção do Estado para induzir as empresas a controlarem seu comportamento) ou de autorregulação (com pouca ou nenhuma intervenção do Estado, mas podendo envolver, direta ou indiretamente, diversos atores não governamentais) são suficientes para coibir os ilícitos, eles ocupam cada vez mais espaço nas agendas anticorrupção (LORD, 2013).

Esses mecanismos, ao contrário de fortalecer o controle geral, podem levar a uma posição de acomodação por parte da justiça que já convive com limitações práticas, políticas e econômicas na sua tentativa de atuação, como dificuldades legais em se processarem criminalmente corporações, abordagens regulatórias que tendem a uma maior aceitação de negociações e acordos civis a aplicações penais, bem como restrições de recursos financeiros para ampliar e aprofundar investigações dessa natureza (LORD, 2013; 2014). Logo, a pressão internacional para a ratificação de convenções pode até conduzir a adequações nas legislações locais, mas a aplicação da lei continua enfrentando “obstáculos estruturais, legais, evidenciais, processuais e financeiros” (LORD, 2014, p. 116). Assim, corporações poderão, provavelmente, continuarem a negociar acordos extrajudiciais ao invés de responderem a processos criminais, arcando apenas com penalidades financeiras e mecanismos de autorregulação (LORD, 2014).

A detecção de fraudes e crimes financeiros também é uma dificuldade real no âmbito do controle geral e, ao contrário do senso comum, que atribui o mérito dessas ações a agentes tradicionalmente envolvidos com a governança corporativa financeira (como, auditores e reguladores de valores imobiliários, escritórios de advocacia, acionistas e credores em litígios com a empresa denunciada), um estudo²² demonstra que a detecção de fraude depende de uma ampla gama de atores e que aqueles não-convencionais têm um papel fundamental, destacando-se a mídia, os próprios funcionários e os reguladores não-financeiros ou governamentais (DYCK; MORSE; ZINGALES, 2010).

Apesar da importância desses denunciantes ou delatores, os incentivos ainda são fracos e seu papel pouco discutido no contexto de governança corporativa. De forma geral, auditores e analistas não têm muito a ganhar e os empregados, além de não ganharem, perdem de imediato com as delações. As duas únicas exceções encontradas na pesquisa seriam os jornalistas envolvidos em grandes casos, pois ganhariam em reputação e carreira, além de funcionários

²² Estudo com objetivo de identificar quais os atores que delatam as fraudes corporativas e o que os motiva, analisando casos de fraudes corporativas que ocorreram em empresas norte-americanas de grande porte, com mais de US\$ 750 milhões em ativos, entre 1996 e 2004. Atendeu a esse critério uma amostra de 216 casos que incluem todos aqueles de alto perfil, como *Enron*, *HealthSouth* e *WorldCom* (DYCK; MORSE; ZINGALES, 2010).

que têm acesso a um processo judicial, que poderiam obter um retorno financeiro com a conclusão da causa. A análise sugere que os incentivos positivos à reputação e à carreira tendem a ser fracos, exceto para os jornalistas e que, portanto, recompensas financeiras poderiam ser um incentivo positivo mais eficaz a ser estudado (DYCK; MORSE; ZINGALES, 2010).

Concluimos, assim, esta subseção que teve o objetivo de sumarizar a origem das principais convenções multilaterais e o desenvolvimento da legislação anticorrupção transnacional, com destaque para o FCPA norte-americano e o *Bribery Act* do Reino Unido, discutindo alguns dos seus desdobramentos e dificuldades práticas. Na subseção a seguir, apresentamos algumas críticas ao discurso dominante anticorrupção, envolvendo tanto as organizações responsáveis, quanto as definições e as soluções propostas para monitorar ou controlar a corrupção que não respeita fronteiras.

2.1.3 Por trás dos Discursos de Corrupção

Existe um consenso expreso na literatura acadêmica e política, a partir dos anos 1990, acerca da presença de uma epidemia de corrupção que ameaça minar a estabilidade do desenvolvimento político-econômico, exigindo-se, por isso, intervenções imediatas e abrangentes. A partir da análise de publicações e declarações políticas de proeminentes organismos internacionais anticorrupção, como FMI, OCDE e Banco Mundial, Williams e Beare (1999) argumentam que essa crescente preocupação com a corrupção não está associada apenas ao aumento de práticas corruptas, mas, sim, à reestruturação do conceito de corrupção frente às transformações mais amplas na economia global a partir daquele momento.

Questões que se referiam, originalmente, à política interna e, posteriormente, ao custo de se negociar com alguns países, ressurgiram nesse período na forma de discursos políticos globais (WILLIAMS; BEARE, 1999; WARE; NOONE, 2005; BRATSIIS, 2014). A corrupção, fonte de risco econômico e de incertezas para investimentos estrangeiros, se converteu em um problema social por se tratar de uma barreira potencial à implantação de estratégias econômicas transnacionais. Nesse contexto, não seria coincidência que as mesmas organizações que se tornaram atores críticos na luta anticorrupção sejam também as defensoras da globalização econômica, das estratégias de mobilização de capital e da governança de mercados (WILLIAMS; BEARE, 1999; BRATSIIS, 2014).

Essa nova ordem globalizada, cada vez mais intrincada à lógica econômica, possui intermediários organizacionais e institucionais que vão além dos limites tradicionais do Estado-nação, acarretando a necessidade de se repensarem, sob uma perspectiva crítica, questões

sociais e criminais envolvendo a corrupção (WILLIAMS; BEARE, 1999). Nesse sentido, pode-se associar globalização a uma forma de “colonialismo pós-moderno”, na qual a dinâmica de poder dos atores é obscurecida a ponto de as relações sociais parecerem consequência de forças invisíveis ou naturais. Livre de restrições às oportunidades de investimento, e com o poder se tornando cada vez menos visível, é pouco provável que a justiça obtenha algum sucesso em controlar aqueles que detêm o poder (SILBEY, 1997).

Apesar de variações nos formatos e estratégias, os esforços internacionais anticorrupção têm tido, até então, um discurso único e coeso, no qual se podem identificar quatro pontos comuns (WILLIAMS; BEARE, 1999):

- a) A convicção de que a corrupção aumentou para os níveis epidêmicos e de que a globalização proporcionou impulso e oportunidade para isso;
- b) O alto grau de consenso quanto à natureza, ao tipo e à causa da epidemia global, sendo a corrupção definida de forma reducionista apenas em termos de suborno e atribuída aos sistemas político-econômicos não democráticos e centralizados;
- c) A preocupação com os efeitos da corrupção nos investimentos estrangeiros, tendo foco secundário nos impactos gerados na população dos países e territórios afetados;
- d) A identificação de soluções baseadas em políticas externas e hierarquizadas - como democratização, privatização, liberalização do mercado e outras reformas institucionais e macroeconômicas - que tendem a atingir o lado da demanda e não o da oferta na equação geral da corrupção transfronteiriça.

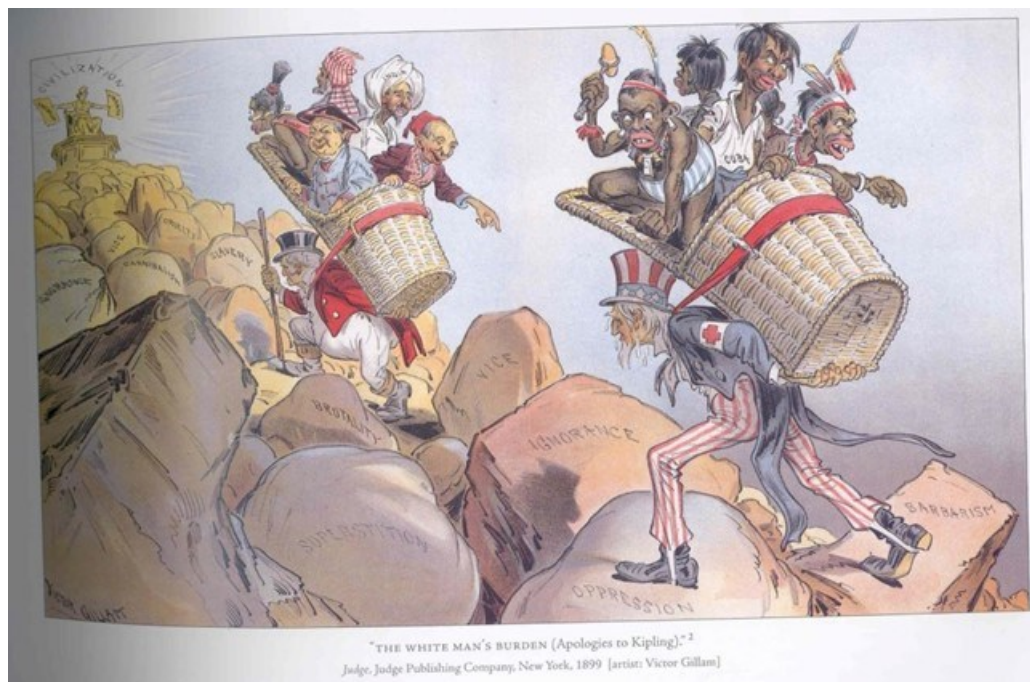
O objetivo dessa unicidade discursiva seria a articulação e a promoção da economia mundial, visando a aumentar o fluxo de capital global por meio do gerenciamento do risco e da redução de barreiras comerciais. A partir dessa conexão, as estratégias anticorrupção podem ser compreendidas no contexto das relações globais de regulação e dos esforços empreendidos, por algumas nações, com o intuito de promover objetivos econômicos e políticos específicos (WILLIAMS; BEARE, 1999). Assim, “pode se ver o discurso da corrupção contribuindo para a produção, reprodução, e legitimação da ética da globalização, que em si, representa uma importante forma de dominação e controle” (WILLIAMS; BEARE, 1999, p. 140).

Essa ressignificação do termo corrupção, que passou a incorporar significados de ausência de transparência ou opacidade, pode ser compreendida como um produto de dois fatores intimamente relacionados. Em primeiro lugar, os interesses do capital transnacional em reduzir riscos, aumentando a transparência para os de fora e podendo, assim, melhor avaliar os custos e benefícios de uma transação. E o segundo fator, a internacionalização da questão, que remete a um ponto de vista colonialista, visto que acaba por ressaltar a corrupção como uma

justificativa para explicar as diferenças de crescimento e riqueza entre as nações por meio de argumentos como inferioridade cultural, ética e/ou do aparato político-legal das regiões mais miseráveis (BRATSI, 2014).

Assim, considerar a corrupção e a governança como variáveis explicativas ignora que a miséria e as crises em países ricos em recursos naturais são resultantes de outros fatores, incluindo a opressão exercida pelos estados capitalistas centrais em diversos momentos da história (BRATSI, 2014). Indo além, o autor sugere que é possível reconhecer nessa ênfase sobre a corrupção a mais nova versão do “fardo do homem branco”²³ (Figura 3) que, por um lado, não fornece um ponto de vista explicativo, inibindo e contaminando os esforços para compreensão do desenvolvimento político e econômico dessas regiões e, por outro, acaba por justificar e legitimar intervenções de agentes externos para auxiliar nas normatizações necessárias (BRATSI, 2014).

Figura 3 - Charge em apologia ao poema de Rudyard Kipling, na qual um americano e um britânico carregam seus respectivos “fardos”.



Fonte: Victor Gillam na revista norte-americana Judge em 1899 (DOMINGUES, 2015)

²³ The *White Man's Burden* (O fardo do homem branco) é um poema escrito pelo poeta inglês Rudyard Kipling em 1898. O poema passou a ser visto como um símbolo do imperialismo, ao justificá-lo não pela procura e exploração dos recursos naturais, mas, sim, como uma necessidade para se levar a “civilização” aos lugares mais “selvagens” do planeta. As línguas europeias, a religião cristã, as técnicas, a educação, a medicina e até mesmo noções de higiene deveriam ser levadas aos “não-brancos”. Esse era o “fardo”, a missão difícil e pesada do homem branco “civilizado” para os “tristes povos, metade criança, metade demônio” (DOMINGUES, 2015).

Apesar de Sampson (2010) questionar a interpretação do “anticorrupcionismo como uma cortina de fumaça para algum tipo de agenda neoliberal insidiosa” (SAMPSON, 2010, p. 263), defendendo que a adoção desse discurso por corporações multinacionais acompanha uma retórica de responsabilidade social corporativa e transparência que tem seu valor, o autor apresenta um contraponto crítico quanto à eficiência dessas políticas, visto que legislações antissuborno podem levar a transações mais sofisticadas, sem necessariamente reduzir a quantidade de dinheiro envolvido. Ou, ainda, campanhas de conscientização contra a corrupção podem levar a um aumento de corrupção percebida, mesmo que os níveis reais não sejam de fato alterados (SAMPSON, 2010), como questionado também por outros autores²⁴ (TREISMAN, 2007; COBHAM, 2013).

O conceito de "indústria" se aplica também ao campo da anticorrupção e pode explicar a aparente ambiguidade na coexistência desses programas e campanhas com a intensa corrupção que ostensivamente se propõem a combater. Observa-se então, na indústria anticorrupção, semelhanças com o que ocorreu em setores como direitos humanos, sociedade civil organizada (ONGs), igualdade de gênero e mudança climática, tendo em vista que a luta “que sempre envolveu ativistas corajosos, funcionários civis e jornalistas empreendedores tornou-se integrada, projetada e organizada” (SAMPSON, 2010, p. 278).

Especificamente, na indústria de combate à corrupção, as atividades se institucionalizaram de tal forma que os recursos, a retórica e os interesses organizacionais do regime anticorrupção têm agora uma existência independente do próprio fenômeno que combatem. Nesse sentido, a anticorrupção se projeta para a paisagem global como uma série de políticas, regulamentos, iniciativas, cursos de treinamento, atividades de monitoramento e programas para melhorar a integridade e a administração pública (SAMPSON, 2010). E, nesse contexto de institucionalização, Sampson (2010) questiona até que ponto a próspera indústria está tendo, de fato, um efeito equivalente no combate à corrupção?

²⁴ Treisman (2007) discute o fato de que a “corrupção percebida” pode refletir outras questões, além do próprio fenômeno. Segundo o autor, apesar de publicações acadêmicas com dados sobre percepção serem conhecidas, sua confiabilidade sempre foi questionada. Entre as questões levantadas, inicia-se com a própria subjetividade contida na construção do indicador, visto que os dados não medem o fato em si, mas as opiniões sobre sua prevalência. Diferenças transnacionais também podem refletir variações no nível de cinismo socialmente encorajado, no grau de identificação pública com o governo e na percepção de injustiças nas relações socioeconômicas embutidas nas avaliações. As opiniões também podem refletir frequência de exposição na mídia, campanhas anticorrupção ou acusações politicamente motivadas. Soma-se a essas questões, o fato de as classificações serem realizadas por empresários e especialistas internacionais, predominantemente, de países ocidentais desenvolvidos, o que pode acarretar preconceitos ou vieses pela familiaridade com determinadas culturas, bem como o fato de que as organizações que elaboram tais classificações também podem ter eixos ideológicos que acabam, direta ou indiretamente, refletidos nos resultados (TREISMAN, 2007).

Gebel (2012) também critica as organizações anticorrupção, mesmo a Transparência Internacional, por terem assumido uma concepção mecanicista da natureza humana, vista como essencialmente racional e interessada. Nesse sentido, essas organizações conduzem a uma ênfase excessiva na engenharia institucional e no fortalecimento da supervisão e controle como mecanismos de dissuasão, negligenciando componentes sociomoraes e políticos naturais do comportamento humano. Tal concepção faz com que conceitos como "ética" sejam traduzidos como "regras", "integridade" e "comportamento que se ajusta às regras" e "prevenção" seja vista apenas como "controle". Assim, essa *pseudo* utilização de conceitos morais pelas organizações serve apenas para perpetuar e camuflar a promoção de um projeto neoliberal universal, continuando elas incapazes de alcançar objetivos sociais de justiça (GEBEL, 2012).

Retomando, especificamente, as críticas às campanhas anticorrupção, o sucesso das últimas duas décadas estaria associado à capacidade de “moldar a forma como o mundo é imaginado e ordenado em termos de tendência a corrupção e sobre como, por meio desse viés, entendemos o destino relativo dos povos ao redor do mundo” (BRATSIK, 2014, p.118). Assim, é considerado puramente ideológico o discurso que atribui à corrupção a responsabilidade pela pobreza e baixos níveis de desenvolvimento (BAKER, 2005; CHRISTENSEN, 2011, BRATSIK, 2014). A análise de países como China, Índia, e Grécia, a partir dos anos 2000, exemplifica esse equívoco, visto que suas expressivas taxas de crescimento em relação às economias mais avançadas²⁵ não sustentam esse discurso, uma vez que suas posições continuam desfavoráveis nos *rankings* da Transparência Internacional (BRATSIK, 2014).

Logo, essas e outras correlações e pressuposições imprecisas contidas nos *rankings* distorcem a interpretação do fenômeno, acarretando o surgimento de preconceitos ideológicos com relação à percepção e às causas da corrupção em países com diferentes níveis de desenvolvimento (DION, 2013). Bratsik (2014) sugere que os interesses favorecidos nesse discurso ficam claros quando argumenta:

Por acaso a Transparência Internacional defende campanhas de educação para que os cidadãos comuns possam melhor ver e entender o que seus governos dizem e fazem? Para capacitá-los a ler jornais e documentos de Estado? Absolutamente não. Transparência ou opacidade é sempre do ponto de vista dos líderes empresariais e tecnocratas. Mesmo as medidas de percepção de corrupção usadas pela Transparência Internacional e outras são exclusivamente aquelas dos homens de negócio, acadêmicos e outros “experts” nacionais e regionais. É um atestado de sucesso para a OCDE, o Banco Mundial e organizações similares que o ponto de vista do capital transnacional tenha sido aceito como o principal ponto de vista a partir do qual são

²⁵ Ver comparativos disponíveis no *website* do FMI (IMF DATAMAPPER, 2017), onde é possível analisar séries históricas de indicadores econômicos por país e região, corroborando os argumentos do autor, inclusive, para outros países em desenvolvimento.

avaliadas a transparência/opacidade dos regimes e instituições políticas (BRATSIS, 2014, p. 114).

Indo além, os *rankings* e análises de corrupção por países podem distorcer os fatos ao não considerarem, ou ocultarem, evidências que associam a má classificação das nações vistas como corruptas a ações relacionadas com instituições financeiras e escritórios de países bem posicionados nos mesmos *rankings*. Essa constatação lança sérias dúvidas sobre a eficácia do regime global de transparência e sobre os acordos anticorrupção firmados nas últimas duas décadas. Isso sugere ainda a cumplicidade ocidental e, até mesmo, o envolvimento ativo em atividades corruptas geralmente consideradas, exclusivamente, como resultado de atores em países periféricos (CHRISTENSEN, 2011; COOLEY; SHARMAN, 2015, 2017; PLATT, 2017).

Vários autores (OTUSANYA, 2008; CHRISTENSEN, 2011; COOLEY; SHARMAN, 2015, 2017) defendem que tanto parte da academia quanto a política internacional e ONGs, como a Transparência Internacional, estariam se concentrado de forma equivocada ao analisar a corrupção no contexto doméstico e institucional limitado às práticas ilícitas de funcionários públicos, ignorando que a corrupção, na economia global contemporânea, depende de um conjunto mais amplo de transações, processos e relacionamentos dentro de redes transacionais informais – empresas multinacionais, elites locais, paraísos fiscais, empresas de fachada, intermediários, corretores de imóveis e instituições financeiras. Como os corruptos precisam ocultar seu espólio e transformá-lo em patrimônio “limpo”, torna-se esse o papel não declarado do sistema financeiro (GLOBAL WITNESS, 2015), no qual essas redes são utilizadas para obscurecer a linha divisória entre o lícito e o ilícito (COOLEY; SHARMAN, 2015).

Tais redes são, indiretamente, moldadas e remodeladas pela própria natureza da norma anticorrupção, pois, uma vez que são constantes tanto a busca das multinacionais por expansão de mercado quanto o comportamento das elites de procura de renda, as redes transnacionais passam a se adaptarem em resposta aos novos procedimentos anticorrupção e ao aumento da supervisão internacional (COOLEY; SHARMAN, 2015). Assim, paraísos fiscais, *onshore* e *offshore*, são, em essência, um incentivo do lado da oferta para operações corruptas e outros crimes, disponibilizando uma base operacional na qual a lavagem do dinheiro final é facilitada (CHRISTENSEN, 2011).

Mesmo reconhecendo essa dinâmica, o incômodo dos países desenvolvidos ocorre apenas quando a lavagem de dinheiro envolve o tráfico de drogas ou o terrorismo (CHRISTENSEN, 2011, PLATT, 2017), visto que, na prática, traficantes de drogas, terroristas, corruptos, cleptocratas e CEOs de corporações utilizam exatamente as mesmas estruturas

(BAKER, 2005). Um relatório²⁶ de 2007 elaborado pelo Banco Mundial, em conjunto com o *United Nations Office on Drugs and Crime* (Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime), demonstra que, há algum tempo, as autoridades internacionais têm consciência da complexidade representada por essas redes:

Embora o enfoque tradicional da comunidade internacional de desenvolvimento tenha sido abordar a corrupção e a fraca governança nos próprios países em desenvolvimento, essa abordagem ignora o “outro lado da equação”: os bens roubados estão muitas vezes escondidos nos centros financeiros dos países desenvolvidos; subornos a funcionários públicos de países em desenvolvimento muitas vezes são originários de corporações multinacionais; e os serviços de intermediação prestados por advogados, contadores e agentes de formação de empresas, que poderiam ser usados para lavar ou esconder o produto do roubo de ativos por governantes de países em desenvolvimento, estão frequentemente localizados em centros financeiros de países desenvolvidos (STAR, 2007, p. 1).

Estima-se que a taxa de eficácia dos esforços contra a lavagem de dinheiro seja de, aproximadamente, 0,01%, (BAKER, 2005), estando parte significativa da falha associada ao gerenciamento inadequado de clientes pelas instituições financeiras (PLATT, 2017). Um estudo publicado em 2011 pela, até então, *Financial Services Authority* (FSA²⁷ - Autoridade de Serviços Financeiros) do Reino Unido, denominado *Bank's Management of High Money-laundering Risk Situation* (Gestão de Situação de Alto Risco de Lavagem de Dinheiro pelos Bancos), concluiu que cerca de $\frac{3}{4}$ dos bancos avaliados não gerenciavam adequadamente clientes de alto risco e PEP com vistas a assegurar que não estão sendo utilizados para lavagem de dinheiro, com particular atenção ao fato de que algumas dessas instituições não rejeitavam relacionamentos rentáveis mesmo que esses indicassem “risco inaceitável” de estarem administrando dinheiro criminoso (FSA, 2011).

Além das instituições financeiras, consultorias de contabilidade e auditoria também têm sua parcela de responsabilidade na conta da corrupção global. A cultura empresarial tem produzindo efeitos negativos também nesses setores que, supostamente, deveriam ser guardiões da legalidade. Sigilo, ambientes regulatórios deficientes e ausência relativa de restrições morais encorajam o envolvimento em práticas predatórias, como formação de cartéis, evasão e elisão fiscal, lavagem de dinheiro e corrupção. E, apesar de se distinguirem pelo profissionalismo e

²⁶ *Stolen Asset Recovery (StAR) Initiative: Challenges, Opportunities, and Action Plan* (Iniciativa de Recuperação de Ativos Roubados (StAR): Desafios, Oportunidades e Plano de Ação), publicado em 2007.

²⁷ A FSA foi criada em 1997 como um órgão não governamental independente, com poderes estatutários conferidos pela *Financial Services and Markets Act* (Lei de Serviços Financeiros e Mercados) de 2000. Seus objetivos eram garantir confiança do mercado, estabilidade financeira, proteção ao consumidor e redução do crime financeiro no setor. Entretanto, após escândalos e críticas de que o *Bank of England* (Banco da Inglaterra) fracassara na regulamentação do sistema financeiro, foi substituído, em 2013, por dois órgãos reguladores distintos: a *Financial Conduct Authority* (FCA - Autoridade de Conduta Financeira) e a *Prudential Regulation Authority* (PRA - Autoridade de Regulação Prudencial) (PLATT, 2017).

pelos códigos de ética, esses escritórios também são organizações capitalistas, cujo sucesso é medido pelo crescimento de lucros e honorários, podendo receitas por vergar regras excederem, em muito, os riscos associados (SIKKA, 2008).

Tais políticas não são exceção de uma ou poucas empresas, mas são elaboradas e sancionadas pelo alto escalão das organizações e são indicativos de uma cultura empresarial que tem pouca, ou nenhuma, consideração pelas consequências sociais dos seus negócios (SIKKA, 2008; SIKKA, LEHMAN, 2015). Contradições entre discurso e prática já foram expostas e resultaram em multas, prisão e dano à imagem pública. O caso emblemático da *Enron* em 2001 contou com a assessoria da *Arthur Andersen*, *Citigroup*, *Deloitte&Touche*, *Chase Manhattan*, *Deutsche Bank*, *JP Morgan Chase*, *Merrill Lynch*, *Bankers Trust* e de outros grandes escritórios de advocacia para estruturar operações de evasão fiscal (U.S. SENATE JOINT COMMITTEE ON TAXATION, 2003).

Na fraude que levou ao colapso da *WorldCom* em 2002, a assessoria da KPMG esteve presente (SIKKA, 2008) e, no escândalo de 2016, com o *Panama Papers*, a participação ativa na lavagem de dinheiro pelo escritório de advocacia *Mossack & Fonseca* e as consequências para seus executivos expõem novamente a questão do descaso da cultura empresarial (COOLEY; SHARMAN, 2017; FITZGIBBON; DIAZ-STRUCK; HUDSON, 2017).

Logo, é questionável o poder das atuais sanções e consequências negativas para adequar a cultura corporativa do setor aos imperativos legais e morais. A pressão sistemática por maximização de lucros e as recompensas financeiras apresentam barreiras consideráveis para se garantirem mudanças culturais de longo prazo (SIKKA, 2010). Como discutido por Sikka (2008, p.290), “talvez, essa seja uma característica inevitável do capitalismo distinguido por oligopólios, em que firmas e corporações individuais são tão grandes que (...) acreditam que estão fora do alcance da lei, dos reguladores e da opinião pública”.

Para que houvesse alguma mudança real, a compreensão pública sobre o que constitui a corrupção precisaria ser radicalmente modificada para incluir “qualquer atividade específica que contribua para minar a integridade das regras, dos sistemas e das instituições que governam a sociedade” (CHRISTENSEN, 2011, p.193). Assim, o combate à pobreza mundial e ao subdesenvolvimento não passaria, prioritariamente, pelo combate à corrupção envolvendo funcionários públicos, mas, sim, assegurando a rastreabilidade de fundos internacionais com foco, principalmente, na lavagem de dinheiro, na evasão fiscal de grandes fortunas em paraísos

fiscais e na manipulação de preços de transferência, ou *mispricing*²⁸ (BAKER, 2005, LATRIBUNE, 2007; OTUSANYA, 2008; CHRISTENSEN, 2011).

Em tese, essas práticas predatórias poderiam ser reguladas por medidas jurídico-legais locais e internacionais, mas a realidade tem se mostrado mais complexa que a teoria. Com o aumento da dependência dos Estados em relação ao capital privado, os interesses corporativos tornaram-se centrais na formulação de políticas, comprometendo a criação de uma atividade regulatória eficiente (KAUFMANN, 2005; SIKKA, 2008) e facilitando, inclusive, argumentos em favor dos interesses nacionais em detrimento de qualquer investigação (SIKKA, 2008; LEIGH; EVANS; TRAN, 2010). Nesse contexto, políticas ameaçadoras, do ponto de vista das corporações, acabam sendo diluídas por meio de ações como *lobbying*²⁹, contribuições para partidos políticos, associações comerciais, mídia e outros (SIKKA, 2008; SIKKA, LEHMAN, 2015).

Nessa perspectiva, a principal barreira no combate à corrupção transnacional seria a falta de vontade política dos governos, particularmente, das principais nações da OCDE, com destaque para os EUA e o Reino Unido³⁰ (CHRISTENSEN, 2011). Como observam Otusanya (2008) e Christensen (2011), o compromisso de algumas nações com a globalização passa pela liberalização comercial em seus próprios termos, utilizando incentivos, fiscais ou não, para distorcer o sistema comercial a seu favor e atraindo fundos dos países em desenvolvimento para as economias ocidentais onde estão localizados.

Para Sikka e Lehman (2015), a persistência da corrupção evidencia ainda uma falha no modelo educacional da sociedade contemporânea, visto que corporações não entendem seu papel social e indivíduos estão obcecados pela doutrina neoliberal de acumulação de fortuna, poder e status. Sem a revisão dessa lógica, regulamentações e controles internos podem obter algum sucesso, mas é improvável que afetem as práticas de corrupção de forma significativa.

²⁸ *Mispricing* refere-se à prática de manipulação de preços de transferência ou venda para elisão fiscal amplamente utilizada por multinacionais entre subsidiárias, ou com intermediários, envolvendo paraísos fiscais. O comprador e o vendedor acordam os preços de venda para minimizar a tributação (LATRIBUNE, 2007).

²⁹ Os valores dispendidos em *lobbying* pela indústria financeira norte-americana tem crescido anualmente, saindo de US\$ 208,18 milhões, em 1998, para US\$ 521,63, em 2017, de um total oficial de US\$ 3,37 bilhões no referido ano. O setor financeiro é considerado o mais ativo nas campanhas eleitorais norte-americanas, sendo as companhias de seguro, empresas de investimento e títulos, imobiliárias e bancos comerciais os maiores doadores, respectivamente (OPEN SECRETS, 2018).

³⁰ No *Financial Secrecy Index* 2018, ranking de paraísos fiscais elaborado e divulgado pelo *Tax Justice Network* (2018), os EUA estão em 2º lugar, seguidos das Ilhas Cayman (3º), território ultramarino do Reino Unido (23º) que, por sua vez, não oferece serviços bancários secretos, mas vende um conjunto de serviços offshore, incluindo regulamentação financeira negligente. Territórios controlados ou coordenados pela coroa como Guernsey (10º), Ilhas Virgens (16º), Jersey (18º) e outros, somados, dariam ao UK o primeiro lugar no *ranking* (TAX JUSTICE NETWORK, 2018b).

Ao encerrar essas análises, identificamos a existência de quatro críticas principais aos argumentos e às instituições que se propõem a combater a corrupção transnacional, sendo:

- a) O discurso anticorrupção não tem o intuito de combater o fenômeno, mas, sim, de minimizar os riscos e/ou reduzir barreiras comerciais para os países desenvolvidos;
- b) Existe uma institucionalização do discurso anticorrupção que opera independentemente do resultado e ignora outras dimensões da natureza humana que podem interferir na ocorrência do fenômeno;
- c) A importância do lado da oferta na perpetuação da corrupção é reconhecida, entretanto também é negligenciada no desenvolvimento de políticas e leis;
- d) Instituições legalmente constituídas nos países desenvolvidos – bancos, consultorias de contabilidade, advogados e corretores de imóveis – também são corresponsáveis pela perpetuação da corrupção.

Acreditamos que a corrupção transnacional é um tema complexo e com diversas nuances, e apresentamos, nesta seção, aspectos levantados que julgamos pertinentes às escolas de gestão. O Quadro 1, a seguir, sumariza esse panorama teórico, contendo os principais autores e temas, que acreditamos irão contribuir para a compreensão das análises e dos resultados desta pesquisa. O quadro contém: as dinâmicas do fenômeno; as fragilidades reconhecidas no sistema financeiro internacional; as lacunas entre os discursos corporativos e a prática; as configurações legais que, direta ou indiretamente, incentivam à corrupção; os principais marcos legais estabelecidos no combate a esse crime, e; por fim, as críticas aos discursos e medidas anticorrupção vigentes.

Quadro 1 - Panorama teórico sobre corrupção transnacional considerados na pesquisa

Temas	Principais Autores	Conceitos associados
Dinâmica da Corrupção Transnacional	Gleen T. Ware e Gregory P. Noone (2005) Hung-Em Sung (2005, 2009) Olatunde Julius Otusanya (2008) Susan Rose-Ackerman (1996, 1999, 2002) StAr (2007) *	Suborno, Operadores suborno, Empresas de fachada, Lavagem de dinheiro, Elites políticas corruptas, Coorporações e empresas multinacionais corruptas.

Temas	Principais Autores	Conceitos associados
Fragilidades do sistema financeiro internacional	Aidan Carlin e Mark E. Lokanan (2018) Alexander Cooley e Jason C. Sharman (2015, 2017) Daniel Kaufmann (2005) John Christensen (2011) Leonard Seabroke e Duncan Wigan (2017) Nicholas J. Lord (2013, 2014) Olatunde Julius Otusanya (2008) Paul D. Carrington (2007) Raymond W. Baker (2005) Stephen Platt (2007) Emile van der Does de Willebois et al. (2011) * Global Witness (2015) * Tax Justice Network (2018) * Theodore S. Greenberg et al. (2009) *	Rastreabilidade das redes de intermediários, Monitoramento de PEP, Identificação do real beneficiário de veículos financeiros, Paraísos fiscais.
Lacunas entre os discursos e as práticas corporativas	Susan Rose-Ackerman (2002) Michel Dion (2013) Prem Sikka (2008, 2010)	Relativismo ético, Discursos de RSC vazios, Hipocrisia organizada.
Mecanismos legais que incentivam à corrupção	Nicholas J. Lord (2013, 2014) Patrick Hardouin (2017) Prem Sikka (2010) Prem Sikka e Glen Lehman (2015) Stephen Platt (2007) Ann Tenbrunsel e Jordan Thomas (2015) * Ernst & Young (2013) * Financial Stability Board (2011) * Transparency International (2009) *	Legislação de sigilo dos Paraísos fiscais, Políticas de remuneração agressivas, Instituições Financeiras Sistemicamente Importantes, <i>Lobbying</i> , Contribuições de campanha para partidos políticos, Mecanismos de autoregulação.
Legislação anticorrupção transnacional	Susan Rose-Ackerman (2002) Paul D. Carrington (2007) DOJ; SEC (2012) * Organization of American States (1996) * Organization for Economic Co-operation and Development (2017) * COE (2017) * African Union (2003) * United Nation Office on Drugs and Crime (2004) * UK Ministry of Justice (2012) *	FCPA (EUA), DPA e NPA, Lei do Suborno (Reino Unido), Convenções internacionais contra a corrupção.

Temas	Principais Autores	Conceitos associados
Críticas aos discursos e medidas anticorrupção	Alex Cobham (2013) Anja C. Gebel (2012) Daniel Treisman (2007) James W. Williams e Margaret E. Beare (1999) John Christensen (2011) Michel Dion (2013) Nicholas J. Lord (2014) Olatunde Julius Otusanya (2008) Peter Bratsis (2014) Prem Sikka (2008) Prem Sikka e Glen Lehman (2015) Steven Sampson (2010)	Reduccionismo da corrupção à suborno, Foco no lado da demanda, Negligência com o lado da oferta, Geografia da corrupção, Viés dos índices de percepção da corrupção, Crescimento da indústria anticorrupção.

Fonte: Elaborado pela autora com base na revisão da literatura

* relatórios institucionais.

Nesta subseção apresentamos as críticas aos discursos sobre a origem da corrupção e sobre os movimentos anticorrupção transnacional, reconhecidos como expressão de um fenômeno que acarreta prejuízos sociais e humanos irreparáveis às nações pobres e em desenvolvimento, as quais abarcam a maioria da população mundial. Com o intuito de ampliar a compreensão desse tema, apresentamos, na próxima seção, um breve histórico do pensamento pós-colonial, seus principais expoentes e contribuições, compondo, assim, um referencial que permita responder à questão proposta nesta pesquisa.

2.2 O Pensamento Pós-Colonial

O termo pós-colonialismo permite, basicamente, duas acepções: como tempo histórico ou como contribuição teórica. O primeiro refere-se ao período posterior aos processos de descolonização do então chamado Terceiro Mundo, correspondendo aos períodos de independência e emancipação a partir da metade do Século XX, particularmente, na Ásia e na África. A segunda conotação se aplica ao conjunto de contribuições teóricas que se originaram, principalmente, de estudos literários e culturais e que ganharam evidência em algumas universidades dos Estados Unidos e da Inglaterra a partir dos anos 1980 (BALLESTRIN, 2013), e do qual trataremos nesta seção.

O prefixo “pós” não indica, simplesmente, um sentido cronológico linear, mas caracteriza uma mudança nas relações globais e é útil na identificação das novas relações e disposições de poder que emergem dessa conjuntura (HALL, 2003a). Ademais, o termo “colonial” também não deve ser reduzido ao colonialismo histórico, compreendendo em si uma

diversidade de situações de opressão definidas a partir de fronteiras raciais, étnicas e de gênero. Portanto, além dos processos de transformação ocorridos nas sociedades colonizadas/periféricas, o prefixo carrega em si as experiências de minorias que continuaram sendo tratadas a partir de suas relações de comparação com o que se denominou “centro” (COSTA, 2006).

Partindo desses pressupostos, a teoria pós-colonial pretende ainda deslocar o lugar de fala do “centro” para as “margens” (ROSA; ALCADIPANI, 2013), identificando o local da enunciação e rompendo com a ciência que esconde seu narrador, bem como denunciando o conhecimento geocentrado, supostamente, universalizado, que valoriza somente determinados sistemas simbólicos e de produção de saberes (PELÚCIO, 2012).

Como um dos pontos de partida para entender o pensamento pós-colonial, deve-se considerar o que Grosfoguel (2007) afirma ser um dos mitos mais poderosos do Século XX: a noção de que a eliminação das administrações coloniais representaria a descolonização do mundo. Estruturas globais heterogêneas e múltiplas colocadas em prática durante 450 anos não se evaporaram com a descolonização jurídico-política decorrente dos processos de independência, posto que as nações continuaram a viver sob a mesma matriz de poder colonial, passando de um período de colonialismo para um de colonialidade (GROSFOGUEL, 2007).

Embora as administrações coloniais tenham sido quase que inteiramente erradicadas e a maioria da periferia esteja politicamente organizada em Estados independentes, esses ainda vivem sob exploração e dominação europeia/ euro-americana. As antigas hierarquias coloniais de europeus contra não europeus permanecem em vigor, emaranhadas com a divisão internacional do trabalho e com a acumulação de capital globalizada (GROSFOGUEL, 2002). E aqui está a relevância da distinção entre colonialismo e colonialidade, pois é a colonialidade que permite compreender a continuidade de formas de dominação colonial após o fim das administrações coloniais, produzidas por “culturas e estruturas no sistema mundial capitalista / patriarcal moderno / colonial” (GROSFOGUEL, 2007, p. 219).

Nesta seção, apresentamos uma introdução aos estudos pós-coloniais, bem como os principais autores e suas contribuições, em um “esforço de esboçar, pelo método da desconstrução dos essencialismos, uma referência epistemológica crítica às concepções dominantes de modernidade” (COSTA, 2006, p. 117).

Existe um entendimento compartilhado sobre a importância da chamada “tríade francesa” – Césaire, Memmi e Fanon – que, com seus escritos seminais, iniciaram as discussões sobre o ponto de vista do colonizado quando esse, supostamente, não tinha voz (BALLESTRIN, 2013). Aimé Césaire (1977 [1955]), poeta e político da Martinica, foi um dos primeiros intelectuais negros a problematizar o sujeito colonial com sua denúncia sobre a ação dos

colonizadores que, segundo ele, pilhavam as regiões periféricas e submetiam seus habitantes a uma lógica estrangeira, sendo essa uma reflexão presente também do trabalho de Frantz Fanon (ROSA; ALCADIPANI, 2013).

Franz Fanon, psicanalista e também nascido na Martinica, foi revolucionário do processo de libertação nacional da Argélia e, ao contrário do que propunha o movimento comunista francês, defendia que a superação radical da situação colonial não estaria no proletariado, pois ele era praticamente ausente nas colônias ou ainda estava comprometido com a manutenção da ordem colonial (FAUSTINO, 2013). Fanon defendia que os *damnés* (condenados) estavam entre aqueles que realmente não tinham nada a perder e a superação do colonialismo não dependeria apenas da eleição de novos líderes africanos, mas, sim, da reorganização das relações de produção orientada para e com o povo, caso contrário, todo o esforço dos movimentos de libertação se veria submergido pelo neocolonialismo (FAUSTINO, 2013).

Estudos inspirados na obra de Fanon ocuparam espaços na cena intelectual norte-americana desde o final dos anos 1980. Nessa literatura, há uma nítida tentativa de fragmentar, matizar e tornar mais complexos os jogos de polaridades que aparecem de maneira distinta em dois de seus mais conhecidos livros: “Peles Negras, Máscaras Brancas” (FANON, 2008 [1952]) e “Os Condenados da Terra” (FANON, 1968 [1961]). No primeiro, a polarização entre raças está envolta em um enfoque psicanalítico formulado a partir da implosão de um sujeito negro libertado do olhar e da fala de um ‘outro’, o branco (FAUSTINO, 2013). Segundo Rosa e Alcadipani (2013), na perspectiva de Fanon, a colonização era um projeto violento que alienava e desumanizava o sujeito colonizado ao impor uma identidade que não lhe pertencia. Um embate de outra natureza será problematizado na segunda obra, na qual é o próprio colonizado que, ao focalizar as estratégias e os modos por meio dos quais o colonizador operava, desvenda as relações nas quais sua própria subordinação é produzida (FAUSTINO, 2013).

Da mesma geração, Albert Memmi, escritor e ensaísta francês, judeu e nascido na Tunísia, publicou sua obra de maior destaque em 1957: “Retrato do Colonizado Precedido de Retrato do Colonizador”. A originalidade desse ensaio encontra-se, particularmente, na recusa de limitar o colonialismo ao conceito leninista de imperialismo ou à luta de classes marxista, adotando posição audaciosa em um tempo em que o marxismo irrigava o ambiente intelectual europeu, em especial, o francês (VAINFAS, 2008). Memmi deixou claro que o privilégio colonial não é fenômeno unicamente econômico, tratando-se de “uma relação de povo a povo, e não de classe a classe”, conforme prefácio da edição de 1966.

Na visão de Gandhi (1998), Memmi defendia que as consequências coloniais são ilusórias e baseadas na esperança de que um novo mundo emergirá magicamente das ruínas físicas do colonialismo, subestimando o domínio psicologicamente tenaz do passado colonial no presente pós-colonial. O pessimismo político de Memmi fornece um relato da pós-colonialidade como uma condição histórica marcada pelo “aparato visível da liberdade e pela persistência oculta da falta de liberdade” (GANDHI, 1998, p.6).

Em 1978, Edward Said publica aquela que seria considerada a pedra angular dessa nova teorização pós-colonial (MACHADO, 2004; COSTA, 2006; ROSA, ALCADIPANI, 2013): “Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente”, na qual o autor analisa de forma crítica a perspectiva do Ocidente sobre o mundo oriental, mais especificamente, o mundo árabe, na literatura, nas artes e na geografia. Said (2007) argumenta que o Ocidente criou uma visão distorcida do Oriente como o "outro", em uma tentativa de diferenciação que servia aos interesses do colonialismo:

Falar de alguém como um oriental, como faziam os orientalistas, não era apenas designar essa pessoa como alguém cuja língua, geografia e história formavam o estofado de tratados eruditos: era empregar com frequência as palavras como expressões depreciativas que designavam uma estirpe humana inferior (SAID, 2007, p. 452).

Nessa e em obras posteriores, Said (2007) argumenta que a relação entre Ocidente e o Oriente é permeada de poder, de dominação e de graus variáveis de uma hegemonia complexa. O orientalismo não foi, portanto, apenas o resultado de ocupações militares, mas, sim, um contínuo investimento que articulou um sistema de conhecimento e uma rede aceita para filtrar o “oriente” na consciência ocidental. Apesar das críticas e interpretações equivocadas como anti-ocidentalista ou nacionalista islâmico, o Orientalismo “tem sido considerado com mais frequência um tipo de manifesto do status subalterno do que uma crítica multicultural do poder que usa o conhecimento para se promover” (SAID, 2007, p.446).

Seria importante, portanto, esclarecer os conceitos de subalterno e subalternidade considerados na perspectiva do pós-colonialismo utilizados, particularmente, na crítica de Spivak (2010). O termo subalterno designa, de forma geral, aqueles que estão social, política e geograficamente fora da estrutura de poder hegemônico da colônia e da pátria colonial. Originalmente, esse termo foi cunhado pelo intelectual marxista italiano Antonio Gramsci, em seu trabalho sobre a hegemonia cultural, no qual hegemonia pressupõe a conquista por uma classe do consenso e da liderança cultural e político-ideológica de outra. Sendo assim, mais do que congregar bases econômicas, a hegemonia se originaria do conflito entre os sujeitos de ação política com relação a valores e princípios distintos (MORAES, 2010).

A hegemonia é importante pela sua capacidade de influenciar o pensamento do sujeito colonizado. O consentimento alcançado pela interpelação desse sujeito por meio dos discursos imperiais, naturalizando ou tornando mais valiosos os valores, pressupostos, crenças e atitudes eurocêntricas, traz conseqüências desastrosas para o sujeito colonizado, que passa a se entender como periférico ao aceitar a centralidade desses valores. Nessa perspectiva, a cultura global é uma continuação da dinâmica imperial de influência, controle e hegemonia que opera de acordo com uma estrutura de poder para a qual convergem, desde o Século XVI, o imperialismo, o capitalismo e a modernidade (ASHCROFT; GRIFFITHS; TIFFIN, 2007).

Nesse contexto, seria a partir de um texto de Gramsci que um grupo de historiadores indianos começou a trabalhar sobre o conceito e a história dos subalternos. Os termos *subaltern* e *Subaltern Studies* entrariam nos estudos pós-coloniais a partir dos trabalhos do *Subaltern Studies Group* na década de 1980, com a liderança de Ranajit Guha, um dissidente do marxismo indiano que, juntamente com os membros do seu grupo de pesquisa, propunham uma releitura da história, considerando o ponto de vista dos subalternos (ASHCROFT; GRIFFITHS; TIFFIN, 2007; NEVES, 2010), seguindo também as reflexões de Fanon (2008) e Said (2007) sobre a subalternidade como produção do discurso dominante (ROSA; ALCADIPANI, 2013).

É preciso reconhecer que, na Índia, já havia encontros ao colonialismo e seus legados, seja pelas rebeliões nacionalistas ou pelas críticas marxistas à exploração capitalista e colonial, mas nenhum dos dois movimentos se libertou dos discursos eurocêntricos. Se, por um lado, o nacionalismo inverteu o pensamento orientalista, por outro, ele reivindicou a ordem de “razão e progresso” instituída pelo colonialismo. Por sua vez, os marxistas atacaram a exploração colonial, mas por meio de uma crítica historicista que universalizava a experiência europeia e não incorporava questões tradicionais, como a religião e a ideologia de casta. Sendo assim, a crítica emergente pós-colonial procura se desfazer do eurocentrismo com sua apropriação do “outro” como História, reconhecendo que transita justamente pelas estruturas de dominação que procura desfazer (PRAKASH, 1994).

Como um método de discurso intelectual, o conceito de subalterno é controverso porque se originou como um método eurocêntrico de investigação histórica para estudar os povos não-ocidentais da África, Ásia e Oriente Médio. Desde seu surgimento como um modelo de pesquisa histórica para o estudo da experiência colonial dos povos do Sul da Ásia, os estudos subalternos transformaram-se de modelo de discurso intelectual em método de crítica pós-colonial vigorosa, sendo utilizados em campos como a história, a antropologia, a sociologia, a geografia humana, a crítica literária, a musicologia e a história da arte (PRAKASH, 1994).

O ensaio “Pode o subalterno falar?”, publicado por Gayatri Spivak (2010 [1985]), se tornou um dos cânones do pós-colonialismo ao revelar uma autocrítica aos estudos subalternos por meio da reflexão sobre a prática discursiva do intelectual pós-colonial (BALLESTRIN, 2013). Ocupando um duplo lugar de fala subalterna, como mulher e como nação colonizada, Spivak (2010) busca se desfazer da condição em que o silêncio decorre da ausência de legitimidade para se autorrepresentar, concluindo ainda que o intelectual pós-colonial não deveria/ poderia fazê-lo por ele. Ao invés de ocupar a posição de representante do subalterno, cabe ao intelectual pós-colonial entender essa dominação como restrição à resistência por meio da imposição de uma episteme que torna a voz subalterna silenciosa (COSTA, 2006). Sendo assim, caberia ao subalterno ocupar as brechas dos discursos, assumindo-o por meio de insurreições e de movimentos sociais não cooptados (ROSA; ALCADIPANI, 2013). Segundo Costa (2006, p.120), Spivak, a partir dos exemplos da Índia, reconhece que existe:

[...] uma heterogeneidade de subalternos, os quais não são possuidores de uma consciência autêntica pré- ou pós-colonial, trata-se de ‘subjetividades precárias’ construídas no marco da ‘violência epistêmica’ colonial. Tal violência tem um sentido correlato àquele cunhado por Foucault para referir-se à redefinição da ideia de sanidade na Europa de finais do século XVIII, na medida em que desclassifica os conhecimentos e as formas de apreensão do mundo do colonizado, roubando-lhe, por assim dizer, a faculdade da enunciação.

A questão do *locus* da fala ou da enunciação se tornará uma das principais contribuições de “O Lugar da Cultura”, obra publicada em 1994 pelo crítico literário indo-britânico Homi Bhabha, ao pensamento pós-colonial. Seu argumento consiste na teorização sobre os espaços de enunciação distintos daqueles definidos por binarismos, como oriente/ocidente, dentro/fora, negro/branco, nacional/internacional, mas que se situam nos interstícios, no entremeio das fronteiras que definem qualquer identidade coletiva (COSTA, 2006; ROSA; ALCADIPANI, 2013). A esse lugar intermediário Bhabha irá denominar “terceiro espaço” ou “entre lugares”, definido como um instante da hibridização no qual o sujeito não possuiria uma identidade pré-fornecida étnica ou culturalmente, mas, sim, se definiria de maneira provisória, circunstanciada e negociada entre as possibilidades de significação (ROSA; ALCADIPANI, 2013).

Para forçar a lógica binária a se inscrever em outro espaço de significação, Bhabha apresenta a categoria “negociação”, propondo uma articulação entre elementos antagônicos ou contraditórios de modo que o espaço de negociação produziria lugares e objetivos híbridos de luta, destruindo as polaridades negativas entre o saber e seus objetivos (SCHÄFFER, 1999). Nesse sentido, “cada negociação é um processo de tradução, de transferência de sentido – cada objetivo é construído sobre o traço daquela perspectiva que ele rasura” (BHABHA, 1998, p. 53).

Bhabha (1998) argumenta que, para que se possa historicizar a questão do sujeito ou a construção discursiva da realidade, é necessário se deslocar da diversidade cultural para a diferença cultural, produzindo uma cisão no modo de entender a contemporaneidade e introduzindo a criação de um espaço cultural híbrido. Enquanto a diversidade cultural implica um objeto epistemológico – a cultura como objeto de conhecimento empírico –, a diferença cultural é um processo de enunciação, de se pensar a cultura nacional e internacional não no exotismo do multiculturalismo, mas como um processo de significação da cultura por meio do qual se diferenciam, discriminam e autorizam a produção de campos de força, referências, aplicabilidades e capacidades (SCHÄFFER, 1999).

Pensar no terceiro espaço representa, assim, “encontrar um lugar de enunciação capaz de escapar ao essencialismo das fronteiras culturais e identitárias delimitadas pelo pensamento colonial” (ROSA; ALCADIPANI, 2013, p. 192), constituindo-se como uma fissura entre os discursos ou, ainda, uma brecha onde o subalterno conseguiria se expressar e se reconhecer como sujeito.

Inspirado na proposta do grupo asiático, o *Latin American Subaltern Studies Group* (Grupo Latino-Americano dos Estudos Subalternos) lança seu manifesto inaugural em 1993, inserindo a América-latina no debate pós-colonial (BALLESTRIN, 2013) e estabelecendo-se, principalmente, como uma resposta às questões ligadas ao desenvolvimento social da região e à complexidade das desigualdades sociais. É a partir do contexto sociocultural da América Latina da década de 1980, marcado pela fragilidade das instituições políticas e por questões como hibridismo, dicotomia centro/periferia, globalização, colonialismo e dependência, que o grupo será formado com a proposta de rever a exclusão histórica de tantas vozes subalternas (ROSA; ALCADIPANI, 2013).

Não reconhecer a contribuição das pessoas para a sua própria história manifesta a pobreza da historiografia e aponta razões cruciais para a falha de programas nacionais de direito "popular". O (trans)nacionalismo subalterno é registrado negativamente apenas como um problema de lei e ordem e, positivamente, apenas como resposta ao carisma de líderes da elite, ou seja, como mobilização vertical através do populismo ou da manipulação de mídia de grupos e facções.

Para representar a subalternidade na América Latina, seja qual for a sua forma, onde quer que apareça - nação, fazenda, local de trabalho, lar, setor informal, mercado negro - para encontrar o espaço em branco onde ela fala como sujeito sociopolítico, exige que exploremos as margens do Estado. Nossa premissa, novamente, é que a nação, como espaço conceitual, não é idêntica à nação como Estado (LATIN AMERICAN SUBALTERN STUDIES GROUP, 1993, p. 119).

Apesar de a proposta de um campo de estudos subalternos na América Latina e seu grupo de estudos terem obtido relativa legitimidade na academia, algumas questões levaram a divergências teóricas entre seus membros, tendo sido o grupo latino desagregado em 1998,

quando ocorreram os primeiros encontros entre os membros que, posteriormente, formariam o Grupo Modernidade/Colonialidade (M/C) (BALLESTRIN, 2013; ROSA; ALCADIPANI, 2013).

Grosfoguel (2007) apresenta duas questões problemáticas que, na sua perspectiva, representavam a incapacidade do grupo latino-americano em romper com a episteme do Norte, o que acabaria por levar à sua dissolução. A primeira delas refere-se ao fato de o grupo ter optado por estudos sobre a perspectiva subalterna e não com a perspectiva subalterna, ou seja, o grupo continuou analisando o Sul a partir do conhecimento produzido no Norte, ao invés do conhecimento produzido por autores do Sul. A segunda questão seria consequência da anterior, visto que a teoria ficou sediada no Norte e continuou epistemologicamente colonizada, baseada nas obras de Foucault, Derrida, Gramsci e Guha, sendo três deles expoentes do pós-modernismo e pós-estruturalismo com pensamentos de perspectiva claramente eurocêntrica. Portanto, seria necessário descolonizar não apenas os estudos subalternos, mas, também, a abordagem pós-colonial com a formação de uma crítica decolonial³¹ que considere uma crítica ao eurocentrismo por parte dos saberes silenciados e subalternizados (GROSFOGUEL, 2007, 2011).

A identidade do grupo M/C acabaria herdando influências do pensamento crítico latino-americano do Século XX, como de Enrique Dussel, com a Filosofia da Libertação, Aníbal Quijano, com a Teoria da Dependência, e Immanuel Wallerstein, com a Teoria do Sistema-Mundo (BALLESTRIN, 2013), não podendo ser considerado uma construção acabada, conforme Escobar (2003) esclarece:

O grupo modernidade/colonialidade encontrou inspiração em um amplo número de fontes, desde as teorias críticas europeias e norte-americanas da modernidade até o grupo sul-asiático de estudos subalternos, a teoria feminista chicana, a teoria pós-colonial e a filosofia africana; assim mesmo, muitos de seus membros operaram em uma perspectiva modificada de sistema-mundo. Sua principal força orientadora, no entanto, é uma reflexão continuada sobre a realidade cultural e política latino-americana, incluindo o conhecimento subalternizado dos grupos explorados e oprimidos (ESCOBAR, 2003, p.53).

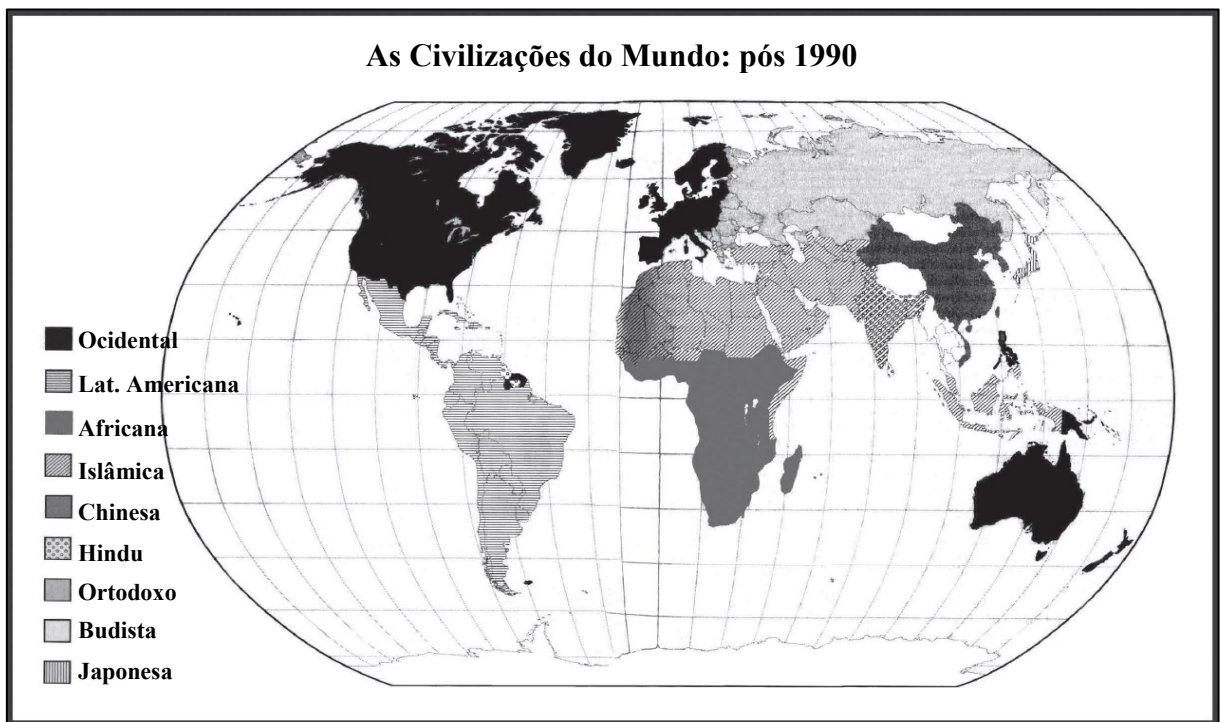
Rosa e Alcadipani (2013) vão além, ao ressaltar que, durante muito tempo, o pensamento social latino-americano não esteve associado, especificamente, ao colonialismo ou ao pós-colonialismo, mas, sim, à questão da dependência e, particularmente, no Brasil,

³¹ Optamos neste trabalho, a partir deste ponto, por utilizar o termo “decolonial” e não “descolonial”, posto que, com relação à tradução entre espanhol e português, não há uma posição unânime e, portanto, decidimos pelo termo decolonial pelos argumentos de Walsh (2009). A autora prefere utilizar o termo “decolonial”, suprimindo o “s”, para marcar uma distinção com o significado de descolonizar em seu sentido tradicional. Assim, a intenção não é desfazer o colonial ou revertê-lo, mas, sim, provocar um posicionamento contínuo de intervir, transgredir e insurgir, assumindo que o decolonial implica em uma luta contínua em que se pode destacar e incentivar “lugares de exterioridade e construções alternativas” (WALSH, 2009, p. 14-15).

destacam-se autores como Guerreiro Ramos, Roland Corbisier, Nelson Werneck Sodré, Álvaro Viera Pinto, Paulo Freire, Fernando Henrique Cardoso, Roberto Schwarz e Silviano Santiago. Entretanto, com o processo de redemocratização política e de mudança econômica, a temática foi deixada par trás, causando o que Ballestrin (2013) critica como uma ausência de discussões sobre o Brasil e de pesquisadores(as) brasileiros(as) no grupo M/C.

Refletir sobre a América Latina pós-colonial também irá implicar em problematização da própria noção de América Latina. Segundo Mignolo (2007), a ideia de latinidade foi construída por colonizadores e, supostamente, homogeneiza povos diferentes em uma só América. Entretanto, na própria América, persiste a diferença entre América Latina e a outra América (EUA), deixando claro que não são diferenças culturais, mas, sim, coloniais, as quais categorizam as diferenças entre os territórios (MIGNOLO, 2007).

Figura 4 - As Nove Civilizações de Samuel Huntington (1996)



Fonte: Traduzido de Mignolo (2005)

Essa construção também foi discutida por Mignolo (2005) a partir da representação de Huntington em “O Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial”, em 1996 (Figura 4), em uma clara alusão ao “Ocidente” como a nova designação de “primeiro mundo” após o fim da Guerra Fria, ou seja, o lugar de enunciação que produziu e ainda produz a diferença imperial e a diferença colonial dos eixos sobre os quais se articulam a produção e

reprodução do mundo moderno / colonial. O Ocidente não é, portanto, uma questão apenas geográfica, mas, sim, de geopolítica do conhecimento (MIGNOLO, 2008). Consequentemente, cabe à América Latina uma posição de “produto da diferença colonial originária e de sua rearticulação sobre a diferença imperial que se gesta a partir do século XVII na Europa do Norte e se restitui na emergência de um país neocolonial como os Estados Unidos” (MIGNOLO, 2005, p. 50).

Quijano (2005) argumenta que, na América, as relações sociais fundadas na ideia de raça produziram novas identidades sociais, definindo quem dominava e quem era dominado. De um lado, havia diferenças autóctones entre índios, negros e mestiços e, de outro, diferenças que antes indicavam procedência e que passaram a assumir também a conotação de raça, como espanhóis, portugueses e, mais tarde, europeus. A ideia de raça seria uma maneira de legitimar as relações de dominação impostas pela colonização e, nessa perspectiva, as relações intersubjetivas e culturais entre europeus e não europeus assumiriam uma conotação racial estabelecida por hierarquias, lugares e papéis sociais específicos, sendo associadas a conotações novas, como oriente-ocidente, primitivo-civilizado, mítico-científico e tradicional-moderno.

Embora visíveis nas relações sociais, historicamente, essas hierarquias estiveram invisíveis na produção do conhecimento científico, sendo percebidas como “neutras”. Na perspectiva dos estudos subalternos, a universalidade representada pelo eurocentrismo é compreendida como um conhecimento situado, que se coloca como universal e, supostamente, “neutro”, em virtude das relações de poder que estão implícitas nas formas de difusão do conhecimento entre o centro e a periferia (ROSA; ALCADIPANI, 2013). Se sempre existe um lugar de enunciação das relações de poder, então há, ao mesmo tempo, um lugar epistêmico e um lugar social representados na “geopolítica do conhecimento”. E, ao se desvincular o lugar epistêmico do lugar social, o sujeito universal permanece oculto, garantindo sua aparente neutralidade (MIGNOLO, 2002).

Quando a crítica pós-colonial reconhece a existência do lugar epistêmico e do lugar social na produção do conhecimento científico, torna-se possível resgatar lugares ocultos de enunciação e, ao mesmo tempo, questionar a legitimidade do sujeito universal que possui uma verdade sobre o “outro” (ROSA; ALCADIPANI, 2013). Entretanto, mesmo frente a essa consciência pós-colonial, as relações entre colonizados e colonizadores continuam sendo de poder e guardam as marcas da diferença colonial, com estereótipos fundamentados em hierarquias que, normalmente, impedem que o subalterno se posicione como sujeito numa relação horizontal (ALCADIPANI; ROSA, 2010).

Diretamente associado ao conceito de “geopolítica do conhecimento” está o conceito de “colonialidade”, que pode ser traduzido como resultado do colonialismo moderno, não mais limitado a uma relação formal de poder entre sociedades, mas, sim, na forma como articulam entre si, por meio do mercado capitalista e da ideia de raças, questões como: o trabalho, o conhecimento, a autoridade e as relações intersubjetivas. Pode-se afirmar então que, “ainda que o colonialismo preceda a colonialidade, a colonialidade sobrevive ao colonialismo” (MALDONADO-TORRES, 2007a, p. 131).

Nesse mesmo contexto, decorrente do “giro decolonial”, a modernidade deixa de ser vista como um processo que se origina no continente europeu, do Renascimento e do Iluminismo, e passa a ser interpretada como um processo de fundação simultânea e recíproca com a colonialidade (SILVA, 2015), como colocado por Quijano (2002, p.13): “[...] outra face do mesmo processo de constituição e consolidação do Estado-nação moderno era o mundo colonizado, África e Ásia, ou dependente, como a América Latina”. O termo “giro decolonial” irá conceitualizar o movimento teórico e prático, político e epistemológico de resistência à lógica da modernidade/colonialidade, e a decolonialidade aparecerá, então, como o terceiro elemento nesse movimento (BALLESTRIN, 2013).

O “giro decolonial” busca colocar no centro do debate a questão da colonização como constitutiva da modernidade e a decolonização, como uma das inúmeras estratégias e formas de contestar esse modelo e de planejar formas de superação. Indo além, ele representa uma mudança da atitude natural racista ou individualista moderna para a atitude decolonial de cooperação com a ruptura (MALDONADO-TORRES, 2007b).

Para o grupo M/C, a colonialidade se expressa em três dimensões principais: do poder, do saber e do ser (BALLESTRIN, 2013). A colonialidade do poder irá se referir às inter-relações entre as formas modernas de exploração e dominação. Já a colonialidade do saber revelará o papel da epistemologia e da produção de conhecimento na reprodução de regimes de pensamento colonial e, por fim, a colonialidade do ser estaria engendrada nas duas anteriores por se referir à experiência real da colonização e ao seu impacto na linguagem, ou seja, no humano (MALDONADO-TORRES, 2007a). Essas dimensões se articulam para formar o padrão de poder mundial, segundo Quijano (2002), composto pela:

[...] 1) a colonialidade do poder, isto é, a ideia de “raça” como fundamento do padrão universal de classificação social básica e de dominação social; 2) o capitalismo como padrão universal de exploração social; 3) o Estado como forma central universal de controle da autoridade coletiva e o moderno Estado-nação como sua variante hegemônica; 4) o eurocentrismo como forma hegemônica de controle da subjetividade/ intersubjetividade, em particular, no modo de produzir conhecimento. (QUIJANO, 2002, p.4)

A colonialidade do poder e a racialidade serão conceitos inseparáveis, a partir dos quais o problema de dependência passa a ser discutido não mais em termos de relações hierárquicas entre nações ou classes, mas, principalmente, a partir das relações hierarquizadas entre raças, impostas desde a colonização europeia, estando presente não apenas no contexto global de padrão de poder mundial, “mas também atua de modo direto e imediato dentro do respectivo espaço de dominação, obstaculizando os processos que se dirigem à democratização das relações sociais e a sua expressão nacional na sociedade e no Estado” (QUIJANO, 2002, p.13).

No que se refere à colonialidade do saber, Grosfoguel (2013) argumenta que a descolonização epistêmica, ao mesmo tempo em que abre horizontes ao reconhecimento de experiências ignoradas e invisibilizadas pelo Ocidente, não descarta as oportunidades de aprendizado e as contribuições da teoria crítica produzida por ele. A mudança que se propõe é transcender seus limites e “cegueiras”, integrando contribuições críticas do “Norte Global” dentro de várias epistemologias críticas decoloniais produzidas desde o “Sul Global” (GROSFOGUEL, 2013).

Retomando a perspectiva pós-colonial sobre a globalização, Banerjee e Linstead (2001) argumentam que, a despeito das retóricas de “um mundo sem fronteiras” e “para todos”, trata-se de uma nova forma de colonialismo global com raízes nas estruturas históricas do capitalismo, utilizando-se da racionalidade para atingir objetivos coloniais ainda atrelados ao desenvolvimento dos colonizadores. Nesse sentido, a ideologia dominante estabelece formas que facilitam sua assimilação, seja com conceito como “cultura global”, em referência à cultura de consumo, ou promoção da “diversidade” e do “multiculturalismo” para se referir à coordenação, alocação e controle eficiente de recursos (BANERJEE; LINSTAD, 2001).

As corporações multinacionais são, provavelmente, os atores mais poderosos que, associados a governantes, organismos supranacionais e agências internacionais, contribuem para a violenta privatização da soberania, sobrepondo seus interesses econômicos, atrelados ao poder militar que já caracterizava o projeto colonial, sob uma nova configuração imperialista e neoliberal (BANERJEE, 2008a). E sua maior expressão, talvez, esteja na definição do autor de necrocapitalismo como formas contemporâneas de acumulação organizacional, muitas vezes, com a conivência das elites políticas locais, “que envolvem espoliação e subjugação da vida ao poder da morte” (BANERJEE, 2008a, p.1541), exemplificadas na violência encontrada em indústrias extrativistas em países em desenvolvimento ou, ainda, na privatização da guerra e das forças militares para conflitos armados e segurança.

O objetivo desta seção, até aqui, foi apresentar um breve panorama teórico sobre pensamento pós-colonial, discorrendo, inicialmente, tal como Rosa e Alcadipani (2013), sobre suas origens, principais vertentes de estudo e possíveis diálogos. Julgamos pertinente sumarizar alguns conceitos por se tratar de possibilidades teóricas a serem exploradas, tanto na compreensão da próxima seção, quanto no desenvolvimento desta pesquisa, sendo eles: hegemonia, racialização, subalternidade, orientalismo, hibridismo e colonialidade. O Quadro 2, ao final da seção, irá apresentar os termos e autores da pesquisa associados a cada um desses conceitos.

O conceito de hegemonia refere-se, fundamentalmente, ao poder da classe dominante para convencer outras classes de que seus interesses são os de todos. Sendo assim, a dominação não é exercida pela força, nem mesmo, necessariamente, pela persuasão ativa, mas por um poder mais sutil e inclusivo sobre a economia e os aparelhos estatais, como a educação e a mídia (MORAES, 2010; ASHCROFT; GRIFFITHS; TIFFIN, 2007). O termo é útil para descrever o sucesso do poder imperial sobre um povo colonizado, quando o desejo de autodeterminação é suprimido por uma noção hegemônica de bem maior, normalmente, desenvolvido em termos de ordem social, estabilidade e progresso. Assim, a cultura global é entendida como uma continuação da hegemonia, da dinâmica imperial de influência, do controle e da disseminação que opera de acordo com uma estrutura de poder que remonta ao Século XVI, na confluência do imperialismo, do capitalismo e da modernidade (ASHCROFT; GRIFFITHS; TIFFIN, 2007).

No que se refere ao termo racialização, desde o Século XVI, hierarquias raciais, de natureza real ou imaginária, foram utilizadas pela sociedade e pelo poder político com uma noção de diversidade biológica, normalmente, associada à inferioridade, preconceito e desprezo. Entretanto, a abordagem pós-colonial reconhece que raça é um fenômeno cultural, e não biológico, interligado a processos históricos e não a diferenças físicas geneticamente determinadas (ASHCROFT; GRIFFITHS; TIFFIN, 2007). A ideia contemporânea de racialização, ou formação de raça, está baseada no argumento de que raça é uma construção social e não mais uma categoria universal ou biológica. Assim, raças não existem fora da sua representação, sendo formadas justamente na simbolização, em um processo de luta por poder social e político (SILVÉRIO, 2013).

O termo subalterno, nos estudos pós-coloniais, retoma o conceito do teórico marxista italiano António Gramsci (1891-1937) em referência àqueles grupos sujeitos à hegemonia das classes dominantes, incluindo camponeses, trabalhadores e todos os grupos aos quais é negado o acesso ao poder. Os *Subaltern Studies*, que surgiram na década de 1980, tinham como objetivo retomar a história colonial da região, “refletindo sobre o percurso colonial de um ponto de vista

radicalmente diferente: através do olhar e da voz do subalterno” (NEVES, 2010, p.60). Spivak traria a crítica, não sobre a incapacidade do sujeito subalterno de dar voz as suas preocupações político-sociais, mas sobre a impossibilidade de fazê-lo sem “o discurso dominante que fornece a linguagem e as categorias conceituais com as quais a voz subalterna fala” (ASHCROFT; GRIFFITHS; TIFFIN, 2007, p. 201).

Outro termo essencial aos estudos pós-coloniais é o “orientalismo”, registrado por Said (2007) em referência à forma pela qual o "Oriente" foi construído pelo Ocidente como um “outro” exótico em diversos campos de conhecimento, como literatura, sociologia, antropologia, bem como na cultura europeia de forma geral, a partir do Século XVII. Assim, o orientalismo não se constitui como um estudo de outras culturas, mas como um discurso amplamente generalizado do ocidental sobre culturas orientais, islâmicas e asiáticas, que corroem e ignoram suas diferenças substanciais. O argumento de Said (2007, p. 41) se estende para além da análise filológica, incluindo que “o orientalismo é – e não apenas representa - uma dimensão considerável da moderna cultura político-intelectual e, como tal, tem menos a ver com o Oriente do que com o ‘nosso’ mundo”.

Por sua vez, o conceito de “hibridismo” dentro dos estudos pós-coloniais é recorrentemente associado ao trabalho de Bhabha (1998), cuja análise das relações entre o colonizador e o colonizado enfatiza a interdependência e a construção mútua de suas subjetividades. Bhabha sustenta que todas as declarações culturais e os sistemas são construídos em um espaço contraditório e ambivalente denominado “terceiro espaço” de enunciação, único *locus* possível para o surgimento da identidade cultural híbrida (ASHCROFT; GRIFFITHS; TIFFIN, 2007). Portanto, o hibridismo, para Bhabha, se refere às novas formas transculturais que surgem do intercâmbio cultural, seja social, político, linguístico ou religioso, não sendo, necessariamente, uma mistura pacífica, mas concebida como um processo e não como um produto, ou seja, é “agonístico e antagonístico” em sua experiência (SOUZA, 2004, p.132).

Por fim, o termo colonialidade começa a ser utilizado por um grupo de autores críticos latino-americanos, no final dos anos 1990, para designar a dominação do poder, do ser e do conhecimento que decorre da constatação de que as relações de colonialidade nas esferas política e econômica não se findaram com a destruição do colonialismo (QUIJANO, 2005), sendo o termo concebido como o outro lado da modernidade (MIGNOLO, 2005). Colonialidade refere-se, então, a um padrão de poder que surgiu como resultado do colonialismo moderno, não se limitando a uma relação formal de poder entre dois povos ou nações, mas, sim, referindo-se à forma como trabalho, conhecimento, autoridade e relações intersubjetivas são interligados por meio do mercado capitalista global e da ideia de raça (MALDONADO-TORRES, 2007a).

Quadro 2 - Panorama teórico sobre conceitos pós-coloniais considerados na pesquisa

Conceitos	Principais Autores	Conceitos associados
Hegemonia	B. Ashcroft, G. Griffiths e H. Tiffin (2007) Dênis de Moraes (2010) Rita Ciotta Neves (2010) S. B. Banerjee e Stephen Linstead (2001) S. B. Banerjee (2008a, 2008b)	Periferia, Império, Neocolonialismo, Necrocapitalismo.
Racialização	Aimé Césaire (1977) Aníbal Quijano (2005) B. Ashcroft, G. Griffiths e H. Tiffin (2007) Deivison Mendes Faustino (2015) Frantz Fanon (1968, 2008) Homi K. Bhabha (1998) Leela Gandhi (1998) Ramon Grosfoguel (2013) Stuart Hall (2003b) Walter Mignolo (2007) Ronaldo Vainfas (2008)	Negritude, Discurso da diferença, Binarismos (branco/negro, centro/margem, colonizador/colonizado)
Subalternidade	Alexandre Rosa e Rafael Alcadipani (2013) B. Ashcroft, G. Griffiths e H. Tiffin (2007) Gayatri Spivak (2010) Luciana Ballestrin (2013) Sérgio Costa (2006)	Subalterno; Estudos Subalternos.
Orientalismo	Edward Said (2007) B. Ashcroft, G. Griffiths e H. Tiffin (2007) Rafael Alcadipani e Alexandre Rosa (2010)	Ocidente, Etnocentrismo, Eurocentrismo.
Hibridismo	Alexandre Rosa e Rafael Alcadipani (2013) B. Ashcroft, G. Griffiths e H. Tiffin (2007) Homi K. Bhabha (1998) Lynn Mário T. Menezes de Souza (2004) Margareth Schãffer (1999) Sérgio Costa (2006) Stuart Hall (1996)	Entre lugares, Terceiro espaço, Transdisciplinar, Interseccionalidade, Multiculturalismo, Ambivalência.
Colonialidade	Alexandre Rosa e Rafael Alcadipani (2013) Arturo Escobar (2003) Aníbal Quijano (2005) Luciana Ballestrin (2013) Larissa Pelúcio (2012) Nelson Maldonado-Torres (2007a, 2007b) Ramon Grosfoguel (2002, 2007, 2013) Walter Mignolo (2002, 2005, 2008)	Decolonialidade, Colonialidade do poder, do saber e do ser, Giro decolonial.

Fonte: Elaborado pela autora com base na revisão da literatura.

As contradições e as ambivalências encontradas no discurso pós-colonial decorrem do fato de que, tendo sido formado na história, tem como proposta se reinscrever e se deslocar por meio de leituras diferentes. Sendo assim, os estudos pós-coloniais não pretendem desmascarar o discurso dominante, mas, sim, explorar suas fissuras de forma a produzir narrativas coerentes (MACHADO, 2004) com a perspectiva do colonizado. Como sugerido por Rosa e Alcadipani (2013), superar dicotomias envolve um processo de hibridização que considere a existência de um espaço de enunciação distinto, com possibilidades de inclusão, complementaridade e diálogo a partir das margens.

Nesta seção, apresentamos o desenvolvimento histórico da perspectiva teórica pós-colonial e, no caso específico da América Latina, decolonial. Apesar das críticas (DIRLIK, 1994; HALL, 2003a; MACHADO, 2004; BONNICI, 2005), concordamos com o argumento de Ballestrin (2013, p. 109) para quem, apesar de ainda conter “horizontes de utopia política e radicalismo intelectual”, trata-se de teorias que trazem contribuições importantes para identificação, interpretação e teorização dos processos de modernidade, colonialidade e decolonialidade.

O esforço teórico com essa articulação nos aproxima do nosso objetivo de pesquisa de identificar, a partir das “margens”, quais são os atores e como se articulam para sustentar a perpetuação da corrupção como um fenômeno global, mesmo face a toda a indústria e discursos anticorrupção vigentes. Nesse sentido, apresentamos, a seguir, abordagens empíricas a respeito de países periféricos que também “sobrevivem” à presença da colonialidade e da corrupção.

2.3 A Colonialidade e a Corrupção

São poucos e relativamente recentes os estudos que abordam o fenômeno da corrupção sob a perspectiva pós-colonial. Alguns deles, que partem de uma análise da literatura histórica ou contemporânea (WESTWOOD, 2006; WANDERLEY; FARIA, 2012; ADAM, 2015; WIESER, 2016), não serão o foco desta seção, na qual nos propomos a apresentar estudos publicados nas áreas de antropologia e estudos culturais (GUPTA, 1995; GUPTA, NUGENT, SREENATH, 2015; CORONADO, 2008), ciências políticas (OSOBA, 1996; MULINGE; LESETEDI, 1998) e gestão e negócios internacionais (DE MARIA, 2005, DE MARIA, 2008) que possam fornecer elementos para uma análise temática, como proposto nesta dissertação.

A análise da corrupção sob a perspectiva histórica considera o tema de forma mais ampla, como um fenômeno global, inteligível apenas em seu contexto social. Essa perspectiva foi observada por Osoba (1996) no que se refere à Nigéria, onde a corrupção se tornou um modo

de vida e o principal meio privado de acumulação do capital durante o período colonial e, na ausência de outros modelos, dominou a atividade política e a competição pós-independência naquele país. Para o autor, a corrupção pode ser definida como:

[...] uma forma de comportamento anti-social por um indivíduo ou grupo social que confere benefícios injustos ou fraudulentos aos seus perpetradores, é inconsistente com as normas legais estabelecidas e o *ethos* moral predominante do lugar, provavelmente subvertendo ou diminuir a capacidade das autoridades legítimas de prover plenamente o bem-estar material e espiritual à todos os membros da sociedade de forma justa e equitativa (OSOBA, 1996, p. 372).

Ainda sobre a perspectiva histórica, Mulinge e Lesetedi (1998) defendem que, apesar de a corrupção ser uma das principais barreiras ao desenvolvimento econômico, social e político em diversas regiões do mundo, particularmente, na África Subsaariana, os estudos que buscam explicar o enraizamento do fenômeno na região ignoram o papel do colonialismo na sua gênese e institucionalização. Para os autores, existe um elo claro entre a incidência da corrupção e o contexto colonial como um todo e, em particular, com o período da pré-independência, no qual a utilização sistemática de incentivos materiais para compelir chefes e administradores locais a colaborarem no projeto colonial transfigura-se, no período pós-colonial, nas práticas das elites políticas e burocráticas (MULINGE; LESETEDI, 1998).

Esses elos são estabelecidos quando se analisa o efeito da monetarização na economia colonial pela imposição de taxas e as técnicas de “dividir para governar” utilizadas, principalmente, pela administração britânica. No primeiro caso, não era a questão das taxas em si, mas a forma como foi instituída a cobrança, estabelecendo-se um sistema de chefia que, caso não fosse colaborativa, seria substituída, e, aceitando cooperar, seria motivada pela administração colonial, permitindo-se que ficassem, a título de riqueza pessoal, com parte do que fosse recolhido em impostos, processo que, pela ganância, cega os chefes locais com relação à situação da população em virtude dessas pesadas tributações. O segundo mecanismo, por sua vez, encorajou a corrupção em diversas instâncias, podendo ser associado à questão da etnia rampante (tribalismo) e da propagação do nepotismo, com consequente avanço, sobre diversos países da região, da incompetência administrativa e da rapinagem (MULINGE; LESETEDI, 1998).

Sob a perspectiva discursiva, a corrupção pode ser considerada uma arena fundamental na qual o Estado, os cidadãos e as demais organizações podem ser imaginados. Assim, a corrupção não é vista apenas como um aspecto disfuncional das organizações estatais, mas como um mecanismo por meio do qual o Estado é constituído discursivamente, ressaltando-se, nessa abordagem, a força com a qual as práticas culturais constroem simbolicamente o Estado.

Nesse processo, ideologias populares, regionais e nacionais competem pela hegemonia entre si, bem como com os fluxos transnacionais de informações que, portanto, devem ser considerados ao se explorar a construção discursiva do Estado (GUPTA, 1995).

Gupta (1995) identificou, por meio de uma pesquisa etnográfica no norte da Índia, analisando as notícias sobre a corrupção, os diferentes significados na representação do Estado entre os jornais ingleses e os vernaculares (locais). Enquanto, nos primeiros, a localização estrutural dos diálogos contempla as regiões centrais – os centros urbanos de capital, a alta política, a administração e a educação –, nos vernaculares, delineiam-se as naturezas multicamadas e pluricêntricas do Estado, distinguindo-se entre um ente central e suas distintas representações burocráticas locais. Assim, as construções do Estado irão variar de acordo com a forma como os diferentes atores estão posicionados socialmente (GUPTA, 1995), mesmo com todos os mecanismos para representá-lo como um ator coerente e unificado (GUPTA, NUGENT, SREENATH, 2015), como idealizado na visão eurocentrista.

No relato de Gupta (1995), para a maioria daquela população, prevalecia a visão da corrupção como originária de instituições burocráticas de nível inferior, mais próximas, a despeito das intenções da liderança nacional, percebidas, ou propagadas, como dedicadas ao desenvolvimento. Para Witsoe (2011), esse Estado imaginado por meio dos discursos de corrupção tem diversas facetas e, na sua visão, os discursos de corrupção na Índia contemporânea e seu papel na articulação dessa “ideia de Estado” refletem a natureza particular das formas pós-coloniais de governança.

Witsoe (2011) esclarece que a corrupção na Índia está enraizada nas formas de exploração econômica que foram legitimadas pelo Estado colonial e que continuaram a existir, mesmo após a independência e o estabelecimento do Estado constitucional pós-colonial. Assim, a difusão da corrupção reflete a continuação parcial de uma ordem social que o movimento anticolonial se propunha a transformar e, dessa contradição, se observa o quão instável se tornou o modelo de governança atual. Esse modelo relaciona corrupção a poder de uma forma pouco convencional, ao associar instituições do Estado inerentemente corruptas a patrocínio político, tolerando e, por vezes, celebrando a corrupção quando vista como possibilidade de empoderamento de castas inferiores que ascendem politicamente (WITSOE, 2011).

A necessidade de desconstruir a visão eurocêntrica será um argumento para De Maria (2005), ao defender que o fracasso das intervenções anticorrupção em países da África se deve, em parte, à concepção ocidental de corrupção que domina o discurso político e, majoritariamente, pelo fato de que as prioridades são dadas aos interesses ocidentais e não aos africanos. Nesse raciocínio, a definição ocidental de corrupção desconsidera a complexidade

das experiências culturais, interioriza os problemas africanos como seus consequentes e, destacado do contexto, padroniza o que, jurídica e moralmente, deverá ser considerado como corrupção pela comunidade internacional e, consequentemente, por organismos como ONGs, Nações Unidas, FMI e o Banco Mundial (DE MARIA, 2005)

A segunda questão apontada pelo autor desvela o contexto neocolonial que se alastra pela região, partindo da premissa de que a fase inicial da exploração dos recursos africanos está sendo substituída pela transferência de ortodoxias ocidentais, particularmente, a democracia e a liberalização do comércio, que acabam por exigir que o Ocidente enfrente a corrupção africana (DE MARIA, 2005), não tanto pelas injustiças impostas à sociedade, mas, sim, pelos problemas estruturais que pode causar aos seus investimentos privados (CAMPOS; LIEN; PRADHAN, 1999; CHRISTENSEN, 2011; BRATSIK, 2014). Soluções conhecidas foram utilizadas, como a liberalização de mercado e as privatizações, entretanto, a análise empírica de programas de privatização em países africanos, ao longo dos últimos anos, evidencia o fracasso de tais medidas que nada fizeram além de manter esses países entre aqueles com os mais baixos índices nos *rankings* de corrupção (DE MARIA, 2005).

Assim, a maneira como a medição e o gerenciamento da corrupção africana são manipulados para atender aos interesses econômicos ocidentais subverte a administração pública pela agenda dos negócios. Essa visão ocidental, para a qual a corrupção é baseada unicamente na ganância, ignora uma aproximação fundada nas necessidades, nas histórias locais, nas condições econômico-culturais e “na luta diária contra pobreza, doenças e exploração” (DE MARIA, 2008, p.185) como fonte primária da corrupção.

Ao analisar os institutos que fornecem informação para os indicadores de corrupção, como o CPI da Transparência Internacional, identifica-se a predominância dos interesses voltados para o ambiente de negócios, sendo pouco provável que o índice também não o seja (DE MARIA, 2008). Esse viés dos indicadores direciona o debate global para áreas que impõem custos aos negócios – o suborno e a propina no setor público –, ficando negligenciadas outras discussões associadas à corrupção que impõem prejuízos sociais, como evasões fiscais e lavagem de dinheiro corrupto em paraísos fiscais (CHRISTENSEN, 2011). Nesse contexto, os indicadores terminam por reforçar “a percepção estereotipada da geografia da corrupção” (CHRISTENSEN, 2011, p. 185), na qual os países africanos estão entre os mais corruptos e paraísos fiscais como Suíça (3º), Singapura (6º), Luxemburgo (8º), Reino Unido (8º), Hong Kong (13º), Emirados Árabes (21º) e Barbados (25º) seguem bem colocados no *ranking* (TRANSPARENCY INTERNATIONAL, 2018).

Com base na análise dos discursos anticorrupção no México, Coronado (2008) critica se existe realmente uma cultura de corrupção local ou se, de fato, há uma corrupção do conceito de cultura pelos interesses políticos e econômicos históricos por meio de construções ideológicas que mascaram o problema. O próprio reducionismo de definições amplas de corrupção, como o “uso indevido do poder público para benefício privado” (TRANSPARENCY INTERNATIONAL, 2016), deve ser desvelado porque, segundo a autora:

[...] é enganador ignorar as distinções entre práticas tratadas como iguais sob uma compreensão tão geral de corrupção. É o mesmo lutar contra a ‘*petty corruption*’ e a ‘*grand corruption*’? A mesma estratégia é necessária para combater os subornos na condução dos serviços públicos ou a obtenção de contratos multimilionários? É o mesmo pedir um favor para conseguir um emprego quando você está desempregado, quanto ignorar o tráfico de drogas ou uma fraude de colarinho branco? Obviamente não (CORONADO, 2008, p.5).

O discurso hegemônico dos organismos internacionais representa e mede a corrupção, definindo-a como o “risco país” dos que desejam se integrar à economia global ou, ainda, uma barreira à atratividade de investimentos estrangeiros e que, portanto, precisa ser tratada ou, até mesmo, erradicada. Nesse sentido, a suposição de que a corrupção faz parte da cultura transmite a sensação de que os países com alto risco têm um comportamento profundamente enraizado em sua consciência coletiva. Assim, essa metáfora desloca o problema e obscurece formas reais de solucioná-lo ao ignorar os piores tipos de corrupção: aqueles que beneficiam os governantes e a elite local (CORONADO, 2008).

Segundo Westwood (2006), associações à questão intercultural foram fortemente influenciadas pelas dimensões de Geert Hofstede, segundo as quais a representação de atributos essencialistas configura uma oposição de negativo versus positivo, o que é facilmente convertida em Oriente *versus* Ocidente. Essa abordagem, que associa as dimensões culturais à corrupção, tem características discursivas semelhantes aos *rankings* de corrupção internacional, visto que ambos se constituem como instrumentos que legitimam a autoridade com um regime discursivo de “verdade científica” (CORONADO, 2008). Nos discursos analisados, com mídias de duas diferentes iniciativas anticorrupção no México, Coronado (2008) destaca o peso dado às práticas informais, principalmente, associadas a setores mais pobres da sociedade, ignorando, de forma sutil, os contextos de corrupção institucionalizada e sugerindo que estancar a corrupção significaria mudar o comportamento das pessoas comuns e não coibir práticas sistêmicas que lucram com as pressões globais do neoliberalismo contemporâneo.

Concluimos, assim, esta seção, cujo objetivo foi o de apresentar estudos que abordassem a corrupção como uma questão maior do que uma consequência de políticas débeis de países periféricos, desvelando sua persistência em estados pós-coloniais como um legado e, ao mesmo

tempo, como uma releitura dos mesmos cânones. Dessa revisão da literatura, é possível observar que a complexidade da corrupção não decorre apenas das inúmeras formas de manifestação ou definições, mas das diversas formas de percepção das relações de poder que lhe são subjetivas.

Para esta dissertação, optamos por adotar a perspectiva pós-colonial como abordagem teórica por compreender que ela permite explorar novos pressupostos e teorias mais próximos, ou coerentes, com uma subjetividade não eurocêntrica (MACHADO, 2004). Assim, buscamos encontrar temas nos casos analisados que nos permitam depreender das fissuras do discurso dominante, talvez, um olhar “decolonial” sobre a corrupção transnacional.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

A partir do problema de pesquisa proposto, *“Como a corrupção transnacional se associa ao projeto colonial a partir da perspectiva pós-colonial?”*, descrevemos, neste capítulo, os procedimentos metodológicos que nortearam o desenvolvimento deste estudo. Ressaltamos que a compreensão da corrupção sob a lente do pensamento pós-colonial ainda se trata de uma abordagem pouco convencional em estudos no Brasil, mas que tem surgido como proposta de análise em alguns trabalhos na África, Ásia e América Latina, como os de Gupta (1995), Osoba (1996), Mulinge e Lesetedi (1998), De Maria (2005), De Maria (2008), Coronado (2008) e Witsoe (2011). O capítulo está dividido em três seções: tipo de pesquisa, método de pesquisa e coleta de dados, finalizando com o método de análise.

3.1 Tipo de pesquisa

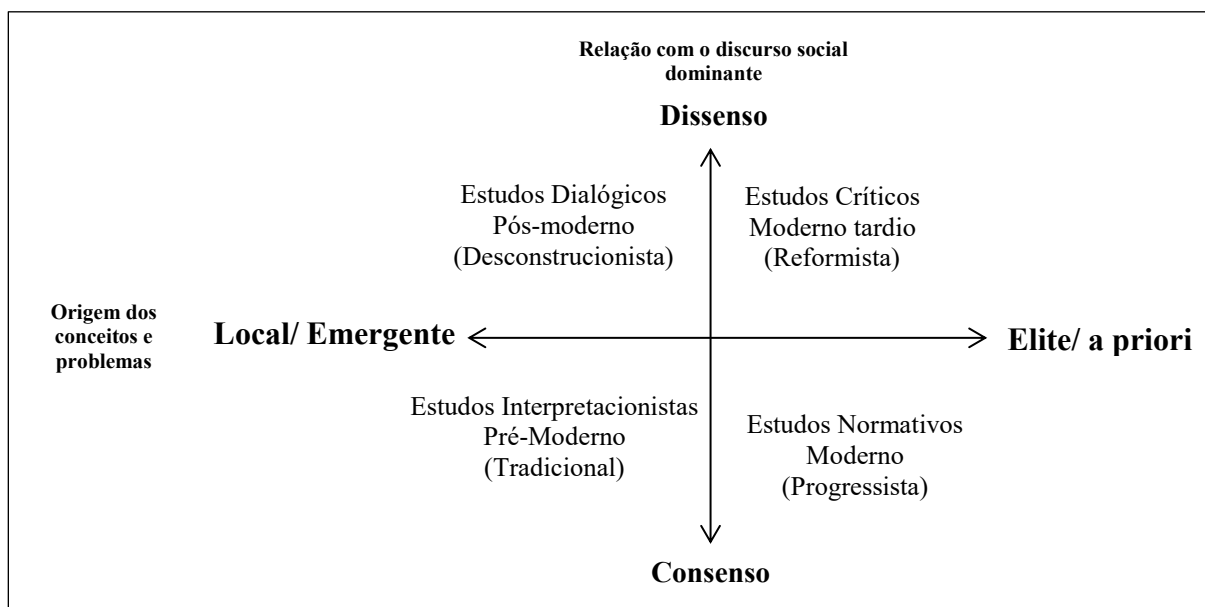
No domínio dos estudos organizacionais, ao situarmos a corrupção transnacional como parte do lado sombrio das organizações, emerge a necessidade de perspectivas que se afastem da visão positivista voltada para performance organizacional e se orientem por uma visão que questione práticas e saberes institucionalizados (ADLER; FORBES; WILMOTT, 2007). Assim, optou-se por identificar a pesquisa segundo a proposta de orientações discursivas de Alvesson e Deetz (1999) que permite ao pesquisador se posicionar com relação a sua articulação argumentativa e suas práticas de pesquisa, favorecendo a compreensão das diferenças, nem sempre visíveis, durante a condução do estudo.

As dimensões sugeridas pelos autores possibilitam posicionar a pesquisa com relação a dois eixos principais: o discurso social dominante e a origem dos conceitos e problemas formulados, conforme apresentado na Figura 5.

A dimensão consenso-dissenso, localizada no eixo vertical da Figura 5, enfatiza a relação entre as práticas de pesquisas e os discursos sociais dominantes. O discurso de consenso se reflete em perspectivas que buscam um aprofundamento no discurso dominante, enquanto o discurso de dissenso representa perspectivas que visam a desconstruir as estruturas desses discursos. A segunda dimensão, no eixo horizontal, local/emergente - elite/a priori, enfoca a origem dos conceitos e dos problemas a serem formulados no processo de pesquisa. A vertente elite/a priori direciona atenção ao determinismo metodológico, ao universalismo e às grandes narrativas de progresso e emancipação, enquanto, no outro extremo, a origem local/emergente

focaliza comunidades comparadas, analisando narrativas locais e apresentando preocupações associadas à subjetividade (ALVESSON; DEETZ, 1999).

Figura 5 - Dimensões contrastantes da meta-teoria de práticas representacionais



Fonte: Adaptado de Alvesson e Deetz (1999).

Ao analisarmos essas duas dimensões, e considerarmos que a pesquisa tem como objeto a corrupção transnacional, questão que abrange aspectos históricos, políticos e de dominação, e será analisada sob a perspectiva pós-colonial, afastando-se de uma visão funcionalista, aproximamo-nos do quadrante de Estudos Dialógicos, nos quais o pesquisador é um agente situado, não teórico, centrado na recuperação de conflitos suprimidos nas realidades cotidianas. A perspectiva pós-colonialista retoma, então, ao que Alvesson e Deetz (1999, p. 232) se referem como um contraponto ao “[...] conjunto dominante de estruturas do conhecimento, relações sociais e identidades [...]”. Nessa visão, a perpetuação da corrupção reflete a manutenção de uma ordem social que os movimentos de independência pretendiam transformar (WITSOE, 2011), ocultando modernas formas de dominação e exploração da periferia pelo centro e representando o que Quijano (2002, 2005) denomina como colonialidade do poder.

Quanto à natureza do trabalho, optamos por um estudo qualitativo, visto o intuito de interpretar realidades sociais (BAUER; GASKELL; ALLUN, 2002) a partir de um conjunto de práticas interpretativas que dão visibilidade ao mundo em uma série de representações, permitindo apreender fenômenos em termos dos significados conferidos a ele pelas pessoas e pela sociedade a partir das suas experiências, ou seja, o local de intersecção entre suas crenças

individuais, suas ações e sua cultura (DENZIN; LINCOLN, 2006). Assim, o pesquisador é um observador situado que adota um posicionamento que não pode ser desconsiderado (DENZIN; LINCOLN, 2006), visto que essa subjetividade é parte integrante do processo de pesquisa e não somente uma variável (FLICK, 2009).

3.2 Método de Pesquisa e Composição do *Corpus*

Nesta pesquisa, o método de procedimento selecionado foi a pesquisa documental, caracterizada como aquela cujos dados obtidos são estritamente provenientes de documentos, como método autônomo, com o objetivo de extrair desses, as informações para compreender um determinado fenômeno (FLICK, 2009), podendo-se tratar de fontes primárias ou secundárias, contemporâneas ou retrospectivas (MARCONI; LAKATOS, 2003). Entendemos ainda que a realidade social pode ser representada em comunicações formais ou informais (BAUER; GASKELL; ALLUN, 2002) e, assim, nossa opção pela análise do jornalismo escrito parte da compreensão de que comunicações formais, nesse caso, os textos das reportagens, reconstróem maneiras pelas quais a realidade social pode ser representada por grupos de interesse e, sendo assim, carrega em si a visão de mundo de um determinado público.

A construção do *corpus* de pesquisa, de acordo com Bauer e Aarts (2002, p. 39), implica na “escolha sistemática de um racional alternativo”, invariavelmente, arbitrário, para seleção de representações significantes da vida social que será analisada. Como critérios, iniciamos, optando por realizar a análise em uma organização multinacional do setor bancário, o que permite o encontro com nosso contexto de corrupção transnacional. O segundo critério considerado foi que houvesse envolvimento com casos de corrupção nos últimos 10 anos, mesmo não sendo a organização o principal agente do delito, pois esse quesito implica na disponibilização de material documental para a análise. Por fim, julgamos importante que esse ilícito envolvesse, em alguma esfera, o contexto brasileiro, dada a nossa intenção de analisar o fenômeno a partir das margens.

Iniciamos a seleção da organização a partir da lista cronológica de exemplos de bancos indiciados e processados desde a década de 1990 até 2015, a qual consta do relatório *Banks and Dirt Money* (Bancos e Dinheiro Sujo), da organização não governamental *Global Witness* (2015, p.11), que identifica, nominalmente, dezenove instituições (*Riggs Bank, Barclay, RBS, HSBC, NatWest, UBS, Wachovia, Citibank, Abbey National, Coutts & Co Bank, Credit Suisse, BNP Paribas, Standard Chatered, Bank of Tokyo Mitsubishi, JP Morgan, Bank of America,*

Lloyds, TSB, *Commerzbank*), das quais o HSBC aparece com o maior número de ocorrências, seguido pelo *Barclay*.

O banco britânico HSBC, além de um dos maiores bancos internacionais em ativos (S&P, 2017) da atualidade, atendeu aos outros dois critérios. Quanto à participação recente em grandes escândalos de fraudes e crimes financeiros, destacam-se casos conhecidos, sendo: a maior multa aplicada a um agente individual por lavagem de dinheiro, US\$ 1,92 bilhão nos EUA, em 2012 (DOJ, 2012); o maior vazamento de dados bancários da história, que se refere à unidade suíça, divulgado ao público em 2015 pelo *Swiss Leaks* (RYLE et al., 2015); e o envolvimento com o escritório *Mossack & Fonseca*, como seu principal cliente bancário, no maior vazamento de informações de contas *offshore* já divulgado, no *Panama Papers* em 2016 (ICIJ, 2016). Enfim, o terceiro critério para seleção do HSBC como organização de análise foi atendido, visto que, nos últimos dois casos, encontram-se indícios de lavagem de dinheiro relacionada à corrupção de agentes brasileiros, destacando-se, inclusive, envolvimento com a operação “Lava Jato” (DAVIES, 2015a; ICIJ, 2016).

Para a seleção do *corpus* de pesquisa, consideramos que esses e outros eventos envolvendo o HSBC foram amplamente noticiados em diversos jornais em todo o mundo. Entretanto, cientes que o tamanho do corpus deve considerar o equilíbrio entre o esforço envolvido na coleta e análise de dados, bem como o número de representações que se desejam caracterizar (BAUER; AARTS, 2002), restringimos as fontes da pesquisa documental pelos critérios de cobertura jornalística de livre acesso/ gratuita, internacionalmente reconhecida e com protagonismo jornalístico em algum dos casos envolvendo o HSBC. Assim, as fontes selecionadas são a organização *International Consortium of Investigative Journalists* (ICIJ - Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos)³² e o jornal britânico *The Guardian* (O Guardiã).

A seleção dessas fontes levou em consideração a constituição do ICIJ por se tratar de um consórcio internacional reconhecido, independente, e ter sido responsável pela realização e publicação das reportagens que ficariam conhecidas como *Swiss Leaks*, um vazamento sem precedente na história bancária (RYLE, et al., 2015a). Por sua vez, a escolha do *The Guardian* foi ponderada por duas questões: o fato de ser um jornal do Reino Unido, tal como o HSBC, questão que julgamos relevante para um estudo sob a perspectiva pós-colonial, bem como pela

³² O ICIJ é uma rede global de repórteres e organizações de mídia, sem fins lucrativos, que trabalham juntos em investigações internacionais. Atualmente, contam com 220 repórteres investigativos de 83 países e territórios, bem como com parcerias com mais de 100 organizações de mídia, incluindo a BBC, o *New York Times*, o *The Guardian*, o *Asahi Shimbun*, e pequenos centros regionais de investigação sem fins lucrativos. Com sede nos EUA, possuem equipe na Austrália, França, Costa Rica, Espanha, Hungria, Alemanha e Inglaterra (ICIJ, 2018).

sua credibilidade como fonte, sendo considerado como o principal jornal britânico, de acordo com o último *web ranking* (4IMN, 2017).

Para a operacionalização do estudo, orientamo-nos pelo objetivo de pesquisa de compreender, sob a perspectiva pós-colonial, a corrupção como um fenômeno transnacional, tendo sido delineado por duas questões principais: (i) qual a dinâmica, padrões e atores dos esquemas de corrupção transnacional? e (ii) quais as relações coloniais que emergem da análise desses casos?

A pesquisa documental foi realizada nos *websites* do ICIJ e do jornal *The Guardian*. Os textos estão originalmente em inglês e foram analisados nesse idioma, sendo apresentados em português nas seções de resultados e discussões e com toda tradução nossa.

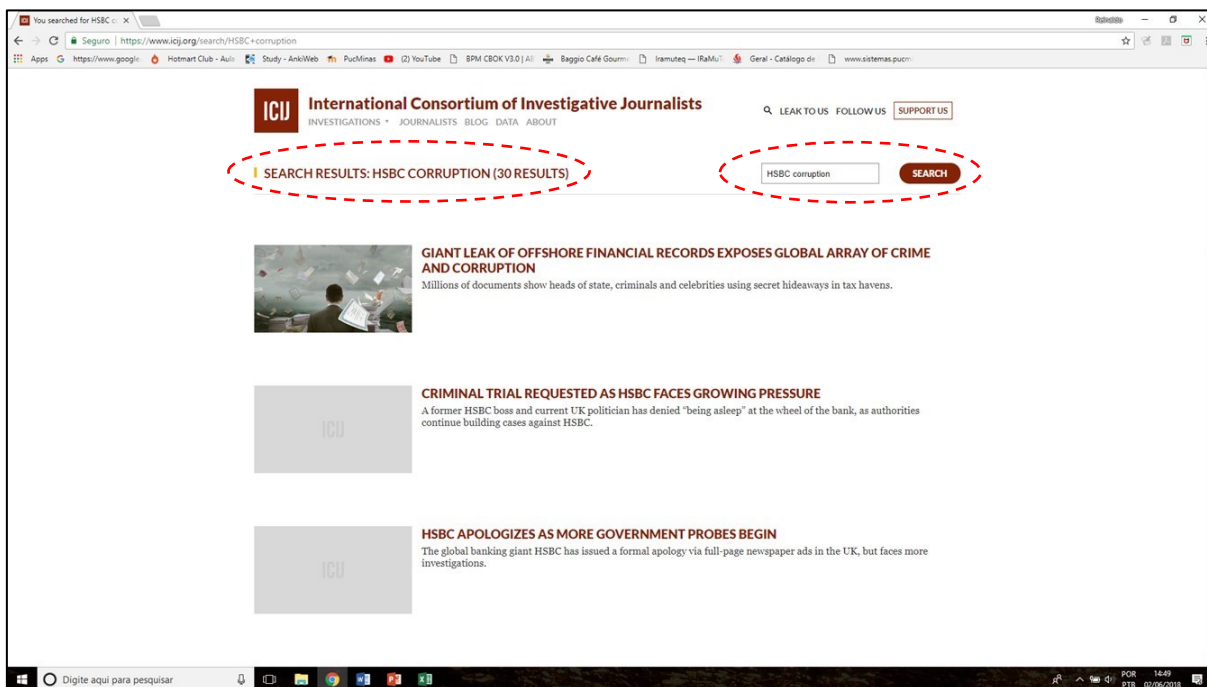
Existem milhares de páginas com informações úteis para uma consulta típica na *web*. Essas pesquisas são realizadas através de algoritmos, ou seja, processos e fórmulas de computador que permitem transformar as perguntas ou palavras-chave em respostas por meio de inúmeros sinais diferentes, tentando decidir quais são as páginas mais relevantes para aquele usuário. Os sinais podem incluir, entre outros, o grau de atualidade do conteúdo no site, o número de outros sites que contêm link para um site específico, palavras na página *web*, região geográfica em que a consulta foi gerada ou resultados recomendados por pessoas às quais o usuário está conectado (GOOGLE, 2018).

Desse processo altamente interativo, resulta que consultas via *web* podem ser dinâmicas e retornarem resultados distintos em diferentes momentos ou locais e, portanto, tivemos o cuidado de registrar todas as telas por meio da função *print-screen*, conforme ilustrado na Figura 6, além de catalogar os resultados da pesquisa e seus respectivos websites no momento de cada uma das buscas, como apresentado no Apêndice A.

A coleta de documentos ocorreu em duas etapas. Na primeira, foram selecionados um conjunto de 34 reportagens divulgadas em 2015 associadas ao vazamento dos dados da filial suíça do HSBC - conhecido como a investigação *SwissLeaks* no ICIJ (16 reportagens)³³, como uma série de reportagens em cinco partes, chamada de *HSBC files* no *The Guardian* (18 reportagens). Na segunda etapa, foram realizadas três consultas adicionais em cada um dos dois *websites*, utilizando as palavras-chave de busca: “HSBC *corruption*” (HSBC corrupção), “HSBC *corrupt*” (HSBC corrupto) e “HSBC *bribery*” (HSBC suborno).

³³ Para a etapa de análise, foram considerados os links de reportagens de texto sobre o vazamento de dados. Assim, da série *SwissLeaks* do ICIJ, foram desconsideradas: dois links para reportagens audiovisuais, três links para textos de síntese do projeto e apresentação da equipe, um link apresentando documento externo do HSBC e um link para o banco de dados *Swiss Leaks Data*, conforme apresentado no Apêndice A nas linhas de 56 a 62. Assim, dessa série de reportagens, foram considerados nove artigos para o *corpus* de pesquisa.

Figura 6 - Registro da tela, com a função *print screen*, de busca da pesquisa com as palavras-chave “HSBC Corruption” no website do ICIJ.



Fonte: Pesquisa pela autora no website do ICIJ.

A partir dos *web links* de reportagens indicadas nas seis consultas desta segunda etapa, foram desconsideradas as repetições e catalogados 93 documentos adicionais, totalizando 127 reportagens. A partir dessa base, foi realizada uma primeira leitura para identificação da aderência ao conteúdo, especificamente, se relatavam a participação do HSBC, seus agentes, clientes ou pares do sistema financeiro em casos envolvendo práticas de corrupção. Como critérios de exclusão foram considerados, conforme indicado no Quadro 1 do Apêndice A: textos que incluíam apenas a citação do nome do banco em outro contexto; textos que não continham nenhuma das palavras-chave utilizadas para referência à corrupção (*corruption, corrupt, bribery*); reportagens do tipo opiniões e *blogs*; e publicação anteriores aos dez últimos anos. Assim, em conjunto com o material selecionado na primeira etapa, foram classificados ao todo 55 textos (12 ICIJ e 43 *The Guardian*) publicados de 11 de março de 2009 a 15 de janeiro de 2018.

Após a seleção dos documentos que comporiam o *corpus* de pesquisa, a etapa seguinte foi a separação entre textos e demais elementos não textuais de uma página *web*. Ao convertermos as páginas *web* para *Portable Document Format* (PDF - Formato Portátil de Documento), muitas delas se desconfiguraram, eventualmente, sobrepondo imagens e

propagandas a textos, ou, até mesmo, cortando parte de textos devido ao formato de diagramação da página. Assim, com o intuito de garantir a padronização do material para melhor aderência à ferramenta de *software* utilizada para análise, somada ao fato de que elementos não textuais, incluindo a própria diagramação da página, não eram escopo de interesse analítico, optou-se por transferir os textos completos para o formato *Microsoft Word*, formatados de acordo com Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) para dissertações, consolidando-se 208 laudas (92 ICIJ e 116 *The Guardian*), o que também se encontra detalhado por documento no Quadro 1 do Apêndice A.

3.3 Método de Análise e Interpretação dos dados

O estudo dos textos coletados nas reportagens selecionadas foi realizado por meio da análise temática segundo Braum e Clarke (2006). O método é sugerido para identificar, analisar e reportar determinados padrões, tratados como temas, em um *corpus* de pesquisa. Temas referem-se a um sentido identificado nos dados e não são, necessariamente, associados a medidas quantificáveis. Esse método se diferencia de outras análises qualitativas que também buscam identificar padrões – a análise do discurso, a análise fenomenológica interpretativa e a *grounded theory* (teoria fundamentada nos dados) –, basicamente, por não se tratar de uma metodologia com paradigma teórico pré-definido, mas, sim, de um método que pode ser utilizado com diversas finalidades, exigindo apenas que o pesquisador deixe claro seu posicionamento epistemológico e seus objetivos (BRAUM; CLARKE, 2006). A análise de conteúdo é outro método, algumas vezes, tratado como semelhante à análise temática, entretanto, tende a focar em um nível micro de palavras ou frases (WILKINSON, 2000) e permite algumas análises quantitativas de dados qualitativos, o que a difere, em forma e objetivo, da análise temática (BRAUM; CLARKE, 2006).

Apesar da abrangência, a análise temática exige que algumas decisões do pesquisador estejam explicitadas. Uma delas é quanto à forma de identificação dos temas, seja indutiva ou dedutiva, também conhecida como teórica. Na análise indutiva, o processo de codificação surge dos dados e não tenta encaixá-los nos preceitos analíticos do pesquisador, enquanto, na análise dedutiva, existe um interesse específico norteador, permitindo mais profundidade nesse aspecto. Outra decisão importante envolve o nível em que os temas serão identificados dentro de significados explícitos, também denominado nível semântico, ou além desse significado, tentando identificar ideias e pressupostos subjacentes em um trabalho interpretativo no qual os temas são considerados latentes (BRAUM; CLARKE, 2006). Nesta pesquisa, optamos pela

forma dedutiva para identificação dos temas em um nível interpretativo em consonância com a perspectiva pós-colonial adotada para o estudo, bem como com a visão relacional da corrupção transnacional que reorienta o nível de análise, tal como proposto por Cooley e Sharman, 2017, distanciando-se dos estados nacionais e indo em direção às redes globais, enfatizando os papéis de intermediários e dos nós que a constituem

Como ferramenta para auxiliar a organização e a estruturação das informações textuais, utilizamos o *software* ATLAS.ti 8, ressaltando que *softwares* como esse não analisam os dados, apenas auxiliam o pesquisador de acordo com a metodologia e o processo analítico desenhado, sendo valiosos nos estudos que consideram (i) diferenças e similaridades de relacionamentos entre textos; (ii) desenvolvimento de tipologias e teorias; e (iii) testes de hipóteses, utilizando a integração entre dados qualitativos e quantitativos (KELLE, 2004). No caso desta pesquisa, como buscamos identificar atores e dinâmicas de funcionamento nas diferentes reportagens, o *software* é altamente recomendado e irá auxiliar na indexação das categorias temáticas encontradas e posterior comparação e identificação dos principais temas e das conexões entre eles (ATTRIDE-STIRLING, 2001; WALTER; BACH, 2015).

Compreendendo que a identificação de temas envolve um constante movimento de ir e vir na análise dos textos, seguimos a abordagem de Braum e Clarke (2006) para organizar, codificar e analisar os dados, conforme os seguintes procedimentos:

- a) Familiarização com os dados: realizamos a leituras de todos os textos, de forma ativa, antes de iniciar a codificação, procurando por significados, padrões e ideias que permeassem todo o material;
- b) Geração dos códigos iniciais: na sequência da leitura inicial, foi gerada uma primeira lista de códigos, denominados nos resultados como categorias, com o objetivo de organizar os dados em grupos de significado (TUCKETT, 2005), tendo como base o referencial teórico de corrupção transnacional. Na medida em que os textos eram analisados, foram criadas notas para organizar os conceitos emergentes, seus atributos e relações. Com o objetivo de desvelar as dinâmicas presentes nos textos, foram realizadas diversas leituras, buscando atores, circunstâncias, comportamentos, associações, interesses ou declarações recorrentes no conjunto das reportagens. Cada padrão identificado se tornava um código e recebia uma definição que permitia conceitualizá-lo e distingui-lo ao longo do processo, tornando-o único. Quanto a essa lista de códigos, houve liberdade para revisões durante toda a análise, mantendo-se o cuidado para que nenhum deles permitisse a superposição das classificações.

Dentre os vários tipos de codificação, a opção foi pelos segmentos de texto delimitados como parágrafos ou conjuntos de linhas com a mesma ideia central (MEDEIROS, 2013). A codificação foi realizada nos textos completos e não apenas nas partes de interesse, totalizando 1.165 segmentos nas 208 laudas, tendo como suporte o *software* ATLAS.ti 8. Cada segmento de texto é considerado para o *software* como uma citação (*quotation*), ao qual podem ser associados um ou mais códigos (*code*), sendo que nesta dissertação, optou-se pela classificação única de cada segmento;

- c) Identificação dos temas: a partir dessa lista de códigos revisitada e seus respectivos segmentos de texto, reorientamos a análise para combinar os diferentes códigos em temas potenciais que levariam ao mapa temático inicial. Com a utilização das funcionalidades de agrupamento de família de códigos (*code group*) e criação de redes (*network*) do ATLAS.ti 8, estabeleceu-se, graficamente, as associações e relacionamentos entre os códigos identificados. Essas redes temáticas são ilustrações que resumem os principais temas que constituem os textos, tratando-se de ferramentas altamente sensíveis para a sistematização e apresentação de análises qualitativas (ATTRIDE-STIRLING, 2001).

Nessa etapa, a perspectiva pós-colonial tornou-se norteadora da análise, em conjunto com nossa opção pela identificação de temas latentes e não explícitos nos textos. Direcionados pelo problema de pesquisa desta dissertação, os códigos e suas respectivas citações foram analisados um a um, enquanto nos colocávamos as seguintes perguntas: quais as dinâmicas em comum entre esses códigos? Quem são os atores presentes na maioria dos esquemas de corrupção transnacional? Quais são as relações coloniais presentes nessas situações? Alguns temas surgiram e não se sustentaram ou foram englobados por outros que se mostraram mais consistentes na medida em que as comparações foram sendo realizadas;

- d) Revisão dos temas: de forma iterativa, realizamos a revisão do mapa temático construído até então, validando cada tema potencial em relação ao *corpus* como um todo, bem como refazendo a leitura dos textos e verificando a necessidade de se corrigir, adicionar ou excluir algum código ou tema, consolidando-os até que o mapa expressasse a essência dos textos, conforme apresentado nas Figuras 8 e 9. Nesta etapa houve a confirmação dos temas finais encontrados, expressos como: **cumplicidade** (com os infratores) e **impunidade** (do colonizador);
- e) Definição e nomeação dos temas: nessa fase, cada tema exprime um aspecto do corpus e, para cada um deles, foi conduzida e elaborada uma análise detalhada, esclarecendo

tanto sua essência, como seu suporte teórico, bem como as associações que levarão às respostas que eles apresentaram às questões e ao objetivo de pesquisa;

- f) **Elaboração do relatório:** constitui a fase final do trabalho, com a estruturação da narrativa que apresenta o contexto e a análise, subsidiado com segmentos dos textos suficientes para elucidar os temas intermediários e finais encontrados no *corpus*, tal como apresentado nas seções de resultados e nas discussões.

Na seção de resultados, em conjunto com a descrição de cada tema e seu respectivo suporte teórico, são apresentadas as categorias (códigos), que representam os primeiros padrões encontrados, acompanhados de segmentos de textos que ilustram o processo de codificação realizado durante essa fase do trabalho, tal como exemplificado a seguir, em dois casos que compõem o conjunto das 42 categorias (códigos) identificadas.

Como primeiro exemplo, a **corrupção política em países periféricos** denomina uma categoria (código) associada ao tema intermediário **clientes (in)desejados** e, conseqüentemente ao tema final **cumplicidade** (com os infratores), identificando clientes corruptos e sua dinâmica de operação em países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos, incluindo-se, nessa lista, políticos, seus familiares e agentes, cujo enriquecimento se deve ao contexto político em que estão inseridos. Os agentes do sistema financeiro, ao não monitorarem adequadamente esses clientes, atuam, permitindo que o dinheiro ilícito circule, tornando-se cúmplices na rede que viabiliza o crime, como ilustrado no trecho abaixo:

A empresa no centro do vazamento do *Panama Papers* atendeu uma série de empresas de um dos principais financiadores do governo de Bashar al-Assad, mesmo com a preocupação internacional com a corrupção dentro do regime sírio. Documentos mostram as ligações da *Mossack Fonseca* com Rami Makhoul, um primo do presidente sírio, que foi descrito, em telegramas diplomáticos dos EUA, como o “garoto-propaganda da corrupção” do país (GARSIDE; PEGG, 2016, p.1) ... *esclarecimento sobre um dos clientes identificado nos dados do Panama Papers.*

Outra categoria (código) que não se mostrou entre as mais frequentes, entretanto, é justamente essa ausência que permitiu sua associação com o tema intermediário **indiferença** e, portanto, o tema final **impunidade** (do colonizador), foi denominada **penalização dos subalternos**. Essa categoria descreve situações nas quais o custo da fraude ou crime financeiro recai sobre os grupos menos favorecidos da sociedade, ou seja, aqueles que não têm voz e não terão uma alternativa que não arcar com o sofrimento decorrente. É o caso, por exemplo, das vítimas do tráfico – de drogas, armas ou diamantes –, como descrito no segmento a seguir:

Kathi Austin, especialista em tráfico de armas e Diretora Executiva do Projeto de Conscientização sobre Conflitos, disse em entrevista ao ICIJ. “Muitas vidas civis estão em risco para os bancos suíços fechem os olhos para aqueles que ilicitamente fornecem para terroristas e grupos armados em zonas de conflito em todo o mundo.”

(FITZGIBBON; HAMILTON, 2015b, p.3) ...*opinião de um especialista referente aos dados vazados no Swiss Leaks.*

Encerramos esta seção que se propôs a sumarizar os aspectos metodológicos presentes neste trabalho. No próximo capítulo, apresentamos um breve histórico do HSBC, incluindo os casos tratados nas reportagens do *corpus* que se referem ao banco para que não se perca a essência dos temas apresentados na sequência, tal como sugerido por Braum e Clarke (2006), bem como são apresentados o mapa temático final e os temas encontrados, esclarecendo sua relação com os objetivos desta pesquisa.

4 CORRUPÇÃO TRANSNACIONAL COMO UMA NOVA COLONIALIDADE

Neste capítulo, apresentamos os resultados alcançados nesta pesquisa. Para isso, iniciamos com um breve histórico do banco HSBC, abarcando desde a sua fundação até seu envolvimento nos escândalos financeiros dos últimos dez anos. Julgamos pertinente esta seção para contextualização dos temas desvelados nas análises, sendo acompanhada, ao final, de uma representação esquemática desses eventos em uma linha do tempo (Figura 7). Para elaboração da primeira parte, foi necessário, eventualmente, recorrer a outras fontes jornalísticas, além daqueles contidas no *corpus*, para se completar a compreensão do caso.

Na segunda seção, apresentamos os temas que emergiram da análise de reportagens, separados em duas subseções, representando os dois temas finais, cada uma com seus respectivos temas intermediários e categorias, acompanhados dos referenciais teóricos e das análises que os associam ao mapa temático final e que respondem a questão proposta nesta pesquisa: como a corrupção transnacional se associa ao projeto colonial a partir da perspectiva pós-colonialista?

4.1 A versão pós-colonial de “Our History”

De Londres a Hong Kong, as belas fachadas dos grandes centros de negócios com frequência escondem a violência de suas origens. Esse é o caso do banco HSBC, cujas raízes mergulham em guerras coloniais e comerciais conduzidas pelo Império Britânico na Ásia (LE MONDE, 2011, p.1)

“*Our History*” (Nossa História) é o título de um relatório publicado em 2013 pelo HSBC e divulgado no seu *website*, próximo à comemoração dos 150 anos da instituição que se daria em 2015. Ao lado de um amplo registro fotográfico histórico, são narrados os marcos da trajetória de sucesso do banco (HSBC, 2013), mas sem revelar alguns contextos e eventos, o que nos propomos a complementar, de forma breve, nesta seção.

Iniciamos pelo cenário comercial da época da criação do banco quando, entre 1811 e 1821, o volume anual de importação de ópio na China era, aproximadamente, de 67,5 toneladas, alcançando 450 toneladas em 1839, o equivalente a um grama por habitantes a contar pela população da China na época. A Companhia Britânica das Índias Orientais mantinha intenso comércio com os chineses, comprando chá e vendendo o ópio trazido da Índia, comércio que chegou a representar metade das exportações britânicas nessa rota (MING, 2018).

Em 1839, a droga ameaçava seriamente não só as finanças do país, como também a saúde dos soldados. O governo chinês advertiu a população e os comerciantes sobre o consumo de ópio e firmas estrangeiras foram cercadas pelos militares, que fizeram apreensão e queima de mais de 20 mil caixas da droga na cidade de Cantão (MING, 2018). Esse foi um dos elementos que provocaram a Primeira Guerra do Ópio que, em virtude da condição de debilidade dos soldados, se encerrou em agosto de 1842 com a derrota da China e a assinatura do primeiro “tratado desigual”, o de Nanquim (LE MONDE, 2011), que obrigava o governo chinês a abrir cinco novos portos para o comércio internacional e a transferir a ilha de Hong Kong aos britânicos – colônia que seria devolvida à administração chinesa apenas em 1997 (MING, 2018).

A paz não duraria muito e a Segunda Guerra do Ópio se seguiria de 1856 a 1860, culminando em nova derrota da China e abrindo às potências britânica e francesa a imposição de concessões territoriais sob administração estrangeira, a abertura de novos portos ao comércio estrangeiro e a legalização do comércio de ópio (LE MONDE, 2011).

Nesse mesmo período, nascia na capital do Império Colonial Britânico a *Peninsular and Oriental Steam Navigation Company* (P&O – Companhia Peninsular e Oriental de Navegação a Vapor) que, apesar de uma má sorte inicial, assinaria, em 1839, contratos para o transporte do correio para Alexandria, no Egito, via Gibraltar e Malta. E, entre outras fusões, a P&O se ligaria à empresa de James Mackay, um administrador colonial escocês que mantinha estreitas relações com Sheng Xuanhai, o então ministro dos Transportes da China. A empresa de Mackay, a *British India Steam Navigation Company* (Companhia de Navegação a Vapor das Índias Britânicas) era, então, responsável pelo transporte do correio entre Calcutá, na Índia, e Rangun, na Birmânia, e seria absorvida pela P&O nesse processo (LE MONDE, 2011).

Foi nesse cenário que outro escocês, Thomas Sutherland, entraria para a P&O e se tornaria superintendente e, também, o primeiro presidente da *Hong Kong & Whampoa Dock* (Companhia de Doca de Hong Kong e Whampoa), em 1863. Estima-se que, naquela época, cerca de 70% do frete marítimo era composto pela importação do ópio das Índias por comerciantes estrangeiros, mesmo com as tentativas de oposição das autoridades chinesas (LE MONDE, 2011). Hong Kong havia crescido como um entreposto comercial, mas a maioria das transações ainda era administrada por *traders* (comerciantes) europeus em vez de bancos (HSBC, 2013).

Thomas Sutherland compreendeu que se tratava de uma configuração ideal para o desenvolvimento de um banco comercial e, em 1865, nasceria o *Hong Kong & Shanghai Banking Corporation* (Corporação Bancária de Hong Kong e Xangai), conhecido pelas iniciais,

HSBC (LE MONDE, 2011), caracteres que, em chinês, podem ser romanizados e traduzidos como “reunir”, “colheita” e “riqueza” (LE MONDE, 2011, p.3), ou como destacado pelo próprio banco, como "abundância de remessas" ou "foco de riqueza" (HSBC, 2013, p. 3).

Ao final da primeira década de operação, o HSBC estava representado em sete países da Ásia, Europa e América do Norte e foi responsável por financiar a exportação de chá e seda da China, de algodão e juta da Índia, do açúcar das Filipinas, do arroz e da seda do Vietnã e pela importação da prata de São Francisco (HSBC, 2013). Entretanto, de fato, o banco reuniria suas primeiras riquezas graças ao ópio das Índias e, posteriormente, de uma província ao sudoeste da China, Yunnan (LE MONDE, 2011).

Com o recuo das atividades comerciais no decorrer da Primeira Guerra Mundial, o HSBC se aproximou dos anos 1920 com a intenção de se orientar para os mercados asiáticos, obtendo certo sucesso com essa estratégia. Entretanto, um dos piores momentos do banco viria durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) quando se viu forçado a recuar e fechar unidades com o avanço do exército japonês e transferindo, pela primeira vez, a sede de Hong Kong para Londres, o que se deu entre 1941 e 1946 (HSBC, 2013). Após o final da guerra, com o fechamento das filiais na china continental (HSBC, 2013), o banco voltou a concentrar suas atividades em Hong Kong (LE MONDE, 2011, HSBC, 2013).

O pós-guerra abriria espaço para a expansão e diversificação do HSBC com aquisições e fusões ao longo dos anos. Em 1959, o banco britânico-indiano *Mercantile Bank* (Banco Mercantil), especializado em empresas locais de pequeno e médio porte, e com foco na Índia, foi adquirido, apesar de continuar operando independentemente por alguns anos. No mesmo ano, o *The British Bank of the Middle East* (Banco Britânico do Oriente Médio), antigo *The Imperial Bank of Persia* (Banco Imperial da Pérsia), também foi incorporado, com operações em todo o Golfo e, através do Oriente Médio, no norte da África. Em 1965, o HSBC assumiria participação majoritária no *Hang Seng Bank* (Banco Hang Seng), o principal banco privado chinês em Hong Kong e, com o início do programa chinês de reformas econômicas e modernização no final da década de 1970, o HSBC se tornaria o primeiro banco estrangeiro, desde 1949, a obter, em 1984, uma licença bancária na China (HSBC, 2013).

Entre 1980 e 1997, o banco avançaria para os Estados Unidos e Europa (LE MONDE, 2011). E, em 1992, o HSBC fecharia um acordo com o *Midland Bank*, do Reino Unido, considerada como uma das maiores aquisições da história do setor bancário até então. Como parte do acordo de aquisição, o HSBC assumiu a transferência da matriz de sua nova holding para Londres, atendendo aos requisitos das autoridades reguladoras do Reino Unido (HSBC,

2013). Coincidentemente, essa alteração ocorreu em 1993, antes da devolução do território à República Popular da China (LE MONDE, 2011).

Em 1999, as ações do HSBC foram cotadas em terceiro lugar na Bolsa de Nova York. O grupo realizaria uma das últimas grandes aquisições, com o *Republic New York Corporation*, atualmente, integrado à HSBC USA Inc., assim como sua empresa irmã, o *Safra Republic Holdings S.A.* (LE MONDE, 2011), hoje, *HSBC Private Bank*, em Luxemburgo. Em 2007, o grupo registrou um resultado recorde de EBITDA, com US\$ 24 bilhões, dos quais 60% se originavam de mercados emergentes como Ásia, Oriente Médio e América Latina (LE MONDE, 2011), alcançando a posição de 8º maior banco do mundo em 2010 (FORBES, 2010).

O ano de 2010 seria marcado por mais alguns eventos, além dos bons resultados. O escocês Douglas Flint assumiria a presidência do HSBC, substituindo *Lord Stephen Green* que ocupava o cargo desde 2006 e que, então, assumiria a posição de *Minister of State for Trade and Investment* (Ministro de Estado para Comércio e Investimento) no Reino Unido, de 2011 a 2013, a convite do então primeiro ministro David Cameron, abrindo mão de um salário anual de £1,25 milhões anuais (LEIGH, et al., 2015g).

Nos EUA, em fevereiro de 2010, o Subcomitê Permanente de Investigações do Senado publicaria um relatório de investigações denominado “*Keeping Foreign Corruption out of the United States: Four Case Histories*” (Mantendo a Corrupção Estrangeira fora dos Estados Unidos: Quatro Históricos de Casos), que procurava analisar como autoridades estrangeiras politicamente poderosas e seus agentes próximos, denominados em acordos internacionais como PEPs, utilizavam o serviço de instituições financeiras dos EUA para movimentar fortunas, manipulando salvaguardas contra lavagem de dinheiro e anticorrupção. Os casos referem-se a eventos entre 2000 a 2008, envolvendo a Guiné Equatorial, Gabão, Nigéria e Angola, neste último, com investigações diretas sobre a partição do HSBC em relação à não observância de instruções legais dos EUA (PERMANENT SUBCOMMITTEE ON INVESTIGATIONS OF UNITED STATES SENATE, 2010).

Em maio do mesmo ano, o *Her Majesty's Revenue and Customs* (HMRC - Receita e Alfândega de Sua Majestade) teria recebido do governo francês a versão britânica reconstruída dos dados de contas bancárias do *HSBC Private Bank Swiss* obtidas do delator Hervé Falciani, então conhecida como *swiss disc* (disco suíço). O material revelava nomes e os detalhes de transações bancárias de 6.000 britânicos, considerados potenciais evasores de impostos, referente a um período em que *Lord Green* presidia a instituição (LEIGH, et al., 2015g).

Por fim, em outubro de 2010, o *Office of the Comptroller of the Currency* (OCC – Gabinete de Controle Monetário), órgão controlador dos EUA, anunciaria uma *Cease and*

Desist Order (Ordem de Cessar e Desistir) contra o HSBC por violar o *Bank Secrecy Act* (BSA – Lei do Segredo Bancário), no período de 2006 a 2009, exigindo que a organização adequasse seu sistema de conformidade legal em decorrência de deficiências relacionados aos relatórios de atividades suspeitas, monitoramento de compras e transferências financeiras internacionais, *due diligence* de clientes de afiliadas estrangeiras e avaliação de risco com relação aos PEPs (OFFICE OF THE COMPTROLLER OF THE CURRENCY, 2010).

Apesar da autuação, o OCC seria duramente criticado, em 2012, pelo Subcomitê Permanente de Investigações do Senado norte-americano por tolerar deficiências contra lavagem de dinheiro e por ineficiência das sanções, permitindo que bancos norte-americanos postergassem a correção de seus problemas internos (DENNIS, 2012). As repreensões vieram em meio à publicação de outro relatório pelo Subcomitê, em julho de 2012, dessa vez, com o título “*U.S. Vulnerabilities to Money Laundering, Drugs, and Terrorist Financing: HSBC Case History*” (Vulnerabilidades nos EUA para Lavagem de Dinheiro, Drogas e Financiamento ao Terrorismo: Histórico do Caso HSBC) (PERMANENT SUBCOMMITTEE ON INVESTIGATIONS OF UNITED STATES SENATE, 2012). Esse é um dos principais escândalos envolvendo o HSBC e a corrupção transnacional citados nas reportagens que compõem o *corpus* de análise desta pesquisa, conforme sumarizado nas próximas subseções.

4.1.1 *Too big to fail, too big to jail*

Na ocasião da apresentação do relatório pelo Subcomitê em 2012, executivos do banco foram submetidos a duros ataques pelos senadores. O HSBC pediu desculpas por seus lapsos e disse que reformas foram implementadas desde então. Paul Thurston, executivo-chefe de banco de varejo e gestão de patrimônio, que foi enviado para organizar o correspondente mexicano em 2007, disse ter ficado “horrorizado” com o que encontrou: “o ambiente externo no México foi o mais desafiador que eu já experimentei. Os funcionários do banco enfrentaram riscos muito reais de serem alvo de suborno, extorsão e sequestro [...]” (RUSHE, 2012, p.1).

O relatório destaca as diversas formas de leniência do HSBC frente a todas as evidências de lavagem de dinheiro, incluindo o sistema extremamente relaxado para diligenciamento de clientes e movimentações entre bancos correspondentes (PERMANENT SUBCOMMITTEE ON INVESTIGATIONS OF UNITED STATES SENATE, 2012). O chefe de conformidade do HSBC desde 2002, com mais de 20 anos de casa, pediu demissão antes da apresentação do relatório (RUSHE, 2012).

Em 11 de dezembro de 2012, o HSBC admitiu ter violado o BSA, o *International Emergency Economic Powers Act* (IEEPA - Lei dos Poderes Econômicos Internacionais de Emergência) e o *Trading with the Enemy Act* (TWEA - Lei de Comércio com o Inimigo). A violação ao BSA decorreu da não manutenção de um programa eficaz de combate à lavagem de dinheiro e da não realização das devidas diligências aos seus correntistas estrangeiros correspondentes, permitindo que, entre 2006 e 2010, traficantes de drogas mexicanos lavassem dinheiro através dos EUA. Já as violações ao IEEPA e ao TWEA decorreram da realização de transações ilegais, entre meados da década de 1990 e 2006, em nome de clientes em Cuba, Irã, Líbia, Sudão e Mianmar, que eram países sujeitos a sanções impostas pelo *Office of Foreign Assets Control* (OFAC - Escritório de Controle de Ativos Estrangeiros) no momento das transações (DOJ, 2012).

Como resumido e exemplificado pelo procurador-geral adjunto Lanny A. Breuer em sua declaração à imprensa na divulgação do acordo:

O HSBC está sendo responsabilizado por falhas espantosas de supervisão [...] que levaram o banco a permitir que narcotraficantes e outros lavassem centenas de milhões de dólares através de subsidiárias do HSBC e facilitassem centenas de milhões em transações com países sancionados. [...] o Cartel de Sinaloa, no México, o Cartel Norte del Valle, na Colômbia, e outros traficantes de drogas lavaram pelo menos US\$ 881 milhões em tráfico ilegal de narcóticos pelo HSBC *Bank USA*. Esses traficantes não precisavam se esforçar muito. Eles, às vezes, depositavam centenas de milhares de dólares em dinheiro, em um único dia, em uma única conta, usando caixas projetadas para se ajustar às dimensões precisas das janelas dos caixas das agências do HSBC México (BREUER, 2012b, p.1)

Apesar do conhecimento das fragilidades e descontroles do sistema de conformidade do HSBC, mesmo antes da emissão do *Cease and Desist Order*, em 2010, a lavagem de dinheiro só incomodou os países centrais quando envolveu o tráfico de drogas e o terrorismo, (CHRISTENSEN, 2011, PLATT, 2017), apesar de serem as mesmas estruturas financeiras utilizadas por políticos corruptos ou executivos (BAKER, 2005).

Como parte do DPA assinado com o DOJ decorrente da admissão de culpa, o HSBC concordou em instalar um monitor independente para avaliar as reformas dos controles internos durante o prazo de cinco anos estabelecido para o acordo. Os principais executivos do banco adiaram parte de seus bônus durante esse período e os bônus de vários executivos antigos e atuais, incluindo os dos EUA diretamente envolvidos na época, foram recuperados (DOJ, 2012). Apesar do tamanho da multa, as ações do HSBC na bolsa de valores de Londres subiram 2,8% e os lucros antes dos impostos referentes ao terceiro trimestre de 2012, anunciados um mês antes, alcançaram US\$ 3,5 bilhões (RUSHE; TREANOR, 2012), o que reduz a multa como, aproximadamente, dois meses de lucro do banco.

Segundo relatos da imprensa, o procurador-geral adjunto foi duramente questionado sobre o motivo pelo qual as autoridades americanas haviam concordado com um DPA para o banco ao invés de uma execução criminal. Além de rejeitar as acusações de que os promotores não haviam sido duros o suficiente, Lanny A. Breuer alegou que o DOJ havia analisado as "consequências colaterais" de processar o HSBC e, conseqüentemente, retirar sua licença para operar nos EUA, bem como o custo de milhares de empregos (RUSHE; TREANOR, 2012).

Alguns meses depois, uma equipe do *U.S. House of Representatives Financial Committee* (Comitê Financeiro da Câmara dos Representantes dos EUA) iniciaria uma avaliação sobre a decisão do DOJ de não processar o HSBC ou qualquer um de seus executivos ou funcionários, divulgando o resultado desse trabalho em 2016 em um relatório intitulado: *"Too Big to Jail: Inside the Obama Justice Department's Decision not to hold Wall Street Accountable"* (Grande demais para a cadeia: dentro da decisão do Departamento de Justiça de Obama de não responsabilizar *Wall Street*), elaborado a partir de documentos do processo obtidos após grande insistência junto ao Tesouro norte-americano, bem como de entrevistas com alguns funcionários da época (U.S. HOUSE OF REPRESENTATIVE, 2016).

Nessa ocasião, veio a público, por meio do relatório, a existência de uma carta do chanceler do Tesouro do Reino Unido, George Osborne, em conjunto a então FSA, ao presidente do *Federal Reserve* (FED – *Sistema de Reserva Federal*) norte americano, Ben Bernanke, com uma cópia transmitida ao secretário do Tesouro dos EUA, Timothy Geithner. O chanceler Osborne levantou o clássico argumento de guerra econômica e ação assimétrica, insinuando que os EUA estavam "visando injustamente" aos bancos britânicos ao buscar acordos que eram "três vezes maiores" do que acordos com bancos dos EUA para "violações comparáveis de sanções". A carta também alegava que processar uma "instituição financeira sistemicamente importante" como o HSBC "poderia levar a um contágio" e colocar "implicações muito sérias para a estabilidade financeira e econômica, particularmente, na Europa e na Ásia" (U.S. HOUSE OF REPRESENTATIVE, 2016, p.44).

A conclusão do relatório aponta que os documentos do Tesouro fornecem evidências de que a liderança do DOJ se recusou a seguir a recomendação da sua equipe jurídica para processar o HSBC porque estavam preocupados com o potencial desastre financeiro global sugerido, repetidas vezes, pelo FSA. Logo, há evidências de que o envolvimento do Reino Unido desempenhou um papel crucial na decisão de não se processar o banco (U.S. HOUSE OF REPRESENTATIVE, 2016). E o relatório conclui:

Uma nação governada pelo estado de direito não pode ter um sistema de justiça de duas medidas - um para os maiores bancos e outro para todos os outros.

Consequentemente, na medida em que o DOJ continua a acreditar que certas instituições financeiras são grandes demais para se processar efetivamente, é imperativo que o DOJ informe imediatamente ao Congresso sobre este fato, para que o Congresso possa procurar resolver o problema de “grande demais para a cadeia” através da função legislativa (U.S. HOUSE OF REPRESENTATIVE, 2016, p.33).

O relatório anual do HSBC, publicado no início de 2017, informou que o monitor expressou "preocupações significativas" sobre o ritmo das melhorias nos controles de conformidade de crimes financeiros. As questões levantadas incluíam casos de potencial crime financeiro que o DOJ e o HSBC estariam revisando, bem como os sistemas e controles de deficiências em andamento que, segundo a opinião do monitor, conteriam dúvidas sobre o cumprimento das obrigações sob o DPA. O relatório ainda informa que, para o monitor, “[...] ainda existem desafios substanciais para o HSBC cumprir sua meta de desenvolver um programa de conformidade de sanções e AML [*Anti-Money Laundering* – Antilavagem de Dinheiro] razoavelmente efetivo e sustentável” (HSBC, 2017a, p.66; McCULLOCH, 2017, p.1).

Sem publicação do detalhamento de quais seriam essas questões (BALL; DAVIES, 2015), em 11 de dezembro de 2017, o HSBC emitiu um comunicado de imprensa, confirmando que o DPA de cinco anos havia expirado nessa data e, visto haver cumprindo todos os seus compromissos, o DOJ entraria com uma ação, pedindo a demissão das acusações diferidas por esse acordo junto às autoridades responsáveis (HSBC, 2017b). Assim se encerrava um capítulo da história que seria alvo de muitas críticas, tanto pela justiça considerada no paradigma “*too big to fail, too big to jail*”, quanto pela impunidade de qualquer um dos indivíduos responsáveis (HARDOUIN, 2017).

4.1.2 Swiss Leaks

O modelo operacional do HSBC é estruturado em um centro corporativo e quatro empresas globais segmentadas em: banco de varejo e finanças (*Retail Banking and Wealth Management*); banco comercial (*Commercial Banking*); banco corporativo e institucional (*Global Banking and Markets*); e banco privado, especializado em HNWI (*Global Private Banking*) (HSBC, 2018). Esses quatro negócios, com algumas variações quanto à estratégia, existem desde 2006 (HSBC, 2007), ano em que o engenheiro de tecnologia da informação, o franco-italiano Hervé Falciani, foi transferido do HSBC de Mônaco para o HSBC *Private Bank*, em Genebra, segundo sua versão da história para as autoridades francesas, com o intuito de

melhorar os sistemas de supervisão e proteção a dados dos clientes, mas disse ter encontrado resistência (HAMILTON, 2015).

Em uma história cheia de contradições e versões, o fato é que o engenheiro teve acesso e copiou informações confidenciais de clientes da filial suíça, incluindo número de contas secretas, saldos e comentários internos do período entre 2005 e 2007³⁴. Ele foi preso na Suíça, em dezembro de 2008, por alegações de roubo de dados do HSBC *Private Bank* e por tentar vendê-los no Líbano. Falciani conseguiu escapar para a França de onde não poderia ser extraditado. Os dados chegaram às autoridades francesas e, com o auxílio do engenheiro, foram decodificados e estruturados para viabilizar a identificação dos correntistas e das potenciais evasões fiscais (HAMILTON, 2015).

A questão da evasão fiscal que viria a público tem um contexto anterior, o da entrada em vigor, em julho de 2005, da *European Savings Tax Directive* (ESD - *Diretiva Europeia sobre Tributação da Poupança*). A lei exigia que membros da União Européia (UE) e outros países divulgassem os nomes dos detentores de contas residentes na UE e os lucros obtidos para seus países de origem. Países com leis de sigilo bancário, como a Suíça, foram autorizados a omitir essas informações em troca da cobrança de 15% de imposto retido na fonte e remetido para a nação de residência do cliente (CHITTUM, 2015; SMITH; BABCOCK, 2015). Inicialmente, o programa funcionou bem e os impostos compartilhados pela Suíça quase triplicaram no primeiro ano. Entretanto, a lei se referia apenas a pessoas físicas, e não a corporações, e foi justamente essa lacuna que o HSBC *Private Bank* utilizou para estruturar operações que permitiam transformar pessoas em empresas para finalidades fiscais (SMITH; BABCOCK, 2015).

Assim, independentemente da intenção original de Falciani, vender os dados ou usá-los para denunciar as fraudes do banco, as informações chegaram às autoridades francesas no momento correto, quando o governo enfrentava sérias pressões da população contra a “evasão fiscal que protegia os ganhos dos extremamente ricos e transferia a carga tributária para os menos capazes de pagar” (HAMILTON, 2015, p.2). Um relatório parlamentar francês informaria que, dos 2.325 contribuintes franceses identificados até então na lista de Falciani, apenas três estavam regulares com as autoridades tributárias (GARSIDE, 2015c). Ainda em 2010, o governo francês compartilharia as informações com diversos países, incluindo

³⁴ Os dados são provenientes de três tipos de arquivos bancários internos de diferentes períodos: clientes e suas contas privadas associadas na agência suíça do banco, de 1988 a 2007; (ii) instantâneo dos valores máximos em contas, de 2006 a 2007; e (iii) notas sobre clientes e conversas com funcionários do banco de 2005 (RYLE, 2015).

Inglaterra e EUA, ao mesmo tempo em que iniciou um processo de indiciamento da instituição em Genebra por marketing direto ilegal aos cidadãos franceses, lavagem de dinheiro e facilitação de fraude fiscal (HAMILTON, 2015).

O jornal francês *Le Monde* também obteve os dados e os compartilhou com consórcio de jornalista ICIJ com o acordo de que reuniriam uma equipe global de jornalistas para explorar os dados e produzir um projeto de reportagem. Seriam 130 jornalistas de 45 países, sendo *Swiss Leaks* (vazamentos Suíços) o nome dado à investigação do esquema de evasão fiscal operado com o conhecimento e articulação do banco multinacional britânico HSBC por meio de sua subsidiária suíça, o *HSBC Private Bank* (RYLE, 2015). Foram identificados mais de € 180,6 bilhões movimentados em contas mantidas em Genebra, no HSBC, por mais de 100.000 clientes e 20.000 empresas *offshore*, entre novembro de 2006 e março de 2007.

Considerado como o maior vazamento da história dos bancos suíços, o ICIJ sugere, pelo teor das informações, que o banco obteve lucros ao abrigar dinheiro de sonegadores fiscais e outros transgressores de leis (RYLE, 2015). Em 2015, após o escândalo da divulgação do *Swiss Leaks*, as autoridades suíças multariam o banco em £28 milhões por “deficiências organizacionais” que permitiram lavagem de dinheiro em sua subsidiária em Genebra e condenariam Falciane, no primeiro tribunal sem a presença do acusado da história Suíça, a cinco anos de prisão por espionagem corporativa (GARSIDE, 2015c). Quanto à França, o HSBC encerraria, em 2017, as investigações com um acordo de processamento diferido e uma multa de US\$ 352 milhões (HAMILTON, 2017).

No Reino Unido, a divulgação do *Swiss Leaks* levaria a alguns questionamentos junto às autoridades. Se os dados já estavam disponíveis ao governo britânico, não foram levados em conta pelo primeiro ministro ao sugerir a nomeação de *Lord Green*, ex-presidente do banco entre 2006 e 2010, para o cargo de Ministro de Estado de Comércio e Investimento? (LEIGH, et al., 2015g). Enquanto a França recuperou £188 milhões em impostos e multas de 3.000 clientes e a Espanha, £220 milhões de também 3.000 clientes, como o Reino Unido recuperou apenas £135 milhões de uma lista de 6.000 correntista? Publicamente, as autoridades tributárias inglesas teriam defendido a abordagem de não acusação, justificando a opção por acordos de regularização tributária “como uma fonte mais barata de receita” (LEIGH, et al., 2015g, p.2).

Somado às questões anteriores, o Reino Unido possui um regime tributário particular que considera a isenção de diversos tributos para “não domiciliados”, condição fiscal daqueles que, a princípio, não são nascidos na jurisdição e mantêm sua fortuna em contas fora do país. A questão é que o *status* de não domiciliado é um regime antigo, de 1914, e hereditário. Portanto, muitas fortunas atuais de nascidos e domiciliados no Reino Unido acabam se

enquadrando nesse critério e o HSBC parece ter incentivado clientes a explorarem esse *status*. Assim, a quantidade de não domiciliados no Reino Unido com fundos na Suíça justificaria o menor valor recuperado nos acordos de regularização tributária, levando muitos críticos a pedirem reformas urgentes nessa legislação (LEIGH, et al., 2015).

No Brasil, parte das contas investigadas estavam vinculadas ao escândalo da “Lava Jato”, que envolveu o governo brasileiro e a estatal Petrobrás. Conforme consta nos arquivos, 11 contas mantidas entre 2006 e 2007, que totalizavam depósitos de US\$ 110 milhões, pertenciam a indivíduos vinculados à investigação. As autoridades fiscais brasileiras também afirmaram que havia 6.600 contas não declaradas no HSBC *Private Bank* em Genebra ligadas ao Brasil (DAVIES, 2015a), de um de total de 8.667 contas de brasileiros na base *Swiss Leaks* (DRUMMOND, 2015).

4.1.3 *Panama Papers*

Ainda sob efeito do acordo norte-americano de 2012, e enfrentando investigações e acusações em diversos países em função do vazamento de dados do HSBC *Private Bank* suíço, o HSBC teria seu nome envolvido em mais um escândalo em 2016. Um conjunto de documentos referente à criação e movimentação de contas *offshore* pelo escritório de advocacia panamenho *Mossack & Fonseca*, desde o início da década de 1970, contendo cerca de 214.000 empresas, identidade dos acionistas e administradores, foi enviado, por uma fonte anônima, para o jornal alemão *Süddeutsche Zeitung* em 2015 e, posteriormente, compartilhado com o ICIJ. Os dados foram analisados por cerca de 400 jornalistas, em mais de 80 países, e as revelações seriam divulgadas no início de 2016 em uma série de reportagens intitulada “*Panama Papers*” (ICIJ, 2016).

Os documentos mencionavam chefes de estado em exercício de cinco países, nomeadamente, Argentina, Islândia, Arábia Saudita, Ucrânia e Emirados Árabes Unidos, além de outros políticos, familiares e colaboradores próximos de vários chefes de governo de mais de outros quarenta países, incluindo África do Sul, Angola, Brasil, China, Coreia do Norte, França, Índia, Malásia, México, Paquistão, Reino Unido, Rússia e Síria, bem como de 29 multimilionários listados pela Forbes (ICIJ, 2016). A utilização de veículos financeiros como empresas *offshore* não é, em essência, ilegal nas jurisdições em que estão registradas. Entretanto, as investigações identificaram que várias dessas companhias eram de fachada e poderiam ter

sido utilizadas ilegalmente em fraudes, lavagem de dinheiro, tráfico de droga ou evasão fiscal (ICIJ, 2016).

Os arquivos incluem ainda dezenas de empresas e pessoas sancionadas nas listas negras da OFAC dos EUA, de financiadores de terroristas a traficantes de armas, além de indicar um controle extremamente relaxado do diligenciamento de clientes de forma geral (FITZGIBBON; HAMILTON, 2015b). O HSBC surge ao lado do *Mossack & Fonseca* como o principal banco solicitante de empresas *offshore* para clientes. Considerando todas as filiais do banco, foram mais de 2.300 empresas solicitadas, destacando-se a atuação dos *Private Banks* de Mônaco (778 solicitações) e da Suíça (733 solicitações) (ICIJ, 2017).

Em fevereiro de 2017, a polícia do Panamá prendeu os fundadores da *Mossack & Fonseca*, Ramon Fonseca e Jurgen Mossack, acusados de lavagem de dinheiro, como parte das investigações sobre o maior escândalo de suborno do Brasil, a operação “Lava Jato”. Em março de 2018, o escritório anunciou que encerraria o restante das suas operações, declarando em comunicado enviado aos clientes e divulgado pelo ICIJ que: “A deterioração da reputação, a campanha de mídia, o cerco financeiro e as ações irregulares de algumas autoridades panamenhas causaram danos irreparáveis, cuja consequência obrigatória é a cessação total das operações para o público” (FITZGIBBON, 2018, p.1).

Governos de todo o mundo já teriam recuperado, aproximadamente, US\$ 700 milhões em multas e impostos atrasados como resultado da investigação do *Panama Papers* e a quantidade, provavelmente, continuará a crescer à medida que as investigações sobre os dados continuarem e novas revelações forem feitas. Os últimos documentos mostraram as reações ao vazamento de banqueiros, contadores e advogados que, em conjunto com o escritório panamenho, auxiliavam celebridades e milionários a evitar ou reduzir impostos por meio de empresas *offshore* (GALLEGO, 2018).

4.1.4 Forex³⁵

Em setembro de 2017, antes do encerramento do DPA de 2012 nos EUA, a HSBC *Holdings* e sua filial norte-americana aceitaram a penalidade civil junto ao FED dos EUA em

³⁵ Forex é um acrônimo do termo em inglês *foreign exchange* (negociação cambial). Corresponde ao maior mercado de negociação cambial existente, com operações integralmente virtuais, e transações concentradas nas bolsas de Londres, Nova York e Tóquio. É considerado um mercado de alta liquidez, com negociações de trilhões de dólares diariamente, no qual a compra de moedas se destina tanto ao pagamentos de fornecedores estrangeiros quanto à pura especulação financeira. Os maiores investidores do mercado de câmbio são os bancos, mas empresas multinacionais e fundos *hedge* também são grandes operadores. No Brasil, esse mercado ainda não é regularizado e investidores buscam corretoras internacionais (DICIONÁRIO FINANCEIRO, 2018).

conexão com a investigação relacionada às suas atividades de câmbio no país. De acordo com os termos do pedido, o banco concordou em tomar determinadas medidas corretivas e com o pagamento de uma multa (HSBC, 2018). Assim, em janeiro de 2018, o banco assinaria um novo DPA de três anos com o DOJ nos EUA, pagando US\$ 63,1 milhões em penalidade e US\$ 38,4 milhões em restituição para se restabelecer das acusações de envolvimento em um esquema de fraude, conhecido como “*front-running*”, em duas transações de câmbio específicas em 2010 e 2011 (DOJ, 2018).

Nos dois casos, os operadores da mesa de câmbio utilizaram informações confidenciais, fornecidas a eles por clientes, para que grandes transações fossem executadas de maneira a direcionar o preço da libra esterlina em uma direção que beneficiasse o HSBC e suas próprias contas pessoais em detrimento de seus clientes. O DOJ chegou aos termos do DPA em função das medidas corretivas do banco até aquele momento, incluindo a dedicação de recursos significativos para melhorar seus sistemas e controles e a demissão dos funcionários envolvidos em irregularidades. Tanto o ex-diretor de operações cambiais quanto o chefe de câmbio do HSBC também foram processados (DOJ, 2018). Esse não foi o primeiro e único envolvimento do banco em manipulação de taxas de câmbio citado nas reportagens selecionadas pela pesquisa.

Em 2014, reguladores dos EUA e do Reino Unido impuseram multas de £2,6 bilhões a seis grandes bancos por fraudarem um mercado de câmbio com dimensões de £4,5 trilhões ao dia. No Reino Unido, foram autuados UBS (£233 milhões), Citibank (£225 milhões), JPMorgan (£222 milhões), RBS (£217 milhões) e HSBC (£216 milhões). Nos EUA, foram multados o Citibank e o JP Morgan (US\$ 310 milhões cada), RBS e UBS (US\$ 290 milhões cada) e HSBC (US\$ 275 milhões), remetendo as acusações ao período entre 2008 e 2013. Segundo as investigações, os operadores desses bancos se reuniam em salas de *chat* e trocavam informações confidenciais de clientes com o intuito deliberado de manipular as taxas de câmbio a favor das instituições, conforme transcrições de várias dessas conversas (TREANOR, 2014).

As manchetes dos jornais trouxeram a notícia anunciando que “a corrupção dos maiores negociantes de moeda do mundo foi desmascarada” (TREANOR, 2014, p.1). Tanto no caso concluído em 2014, como no de 2018, a corrupção está no abuso de poder para ganho privado, não necessariamente envolvendo o poder público, mas como em qualquer crime, gerando vítimas e insegurança. Como defendido por diversos autores, os incentivos desproporcionais e a falta de ética do setor financeiro (WARE; NOONE, 2005; SIKKA, 2010; ERNST&YOUNG, 2013; TENBRUNSEL; THOMAS, 2015) deixam um caminho aberto para que fraudes como essas ainda não sejam casos isolados.

4.1.5 *Global Laundromat*

O nome “*Global Laundromat*” (Lavanderia Global) foi dado pelo *Organized Crime and Corruption Reporting Project* (OCCRP - Projeto de Relatório de Crime Organizado e Corrupção). O projeto, divulgado por uma rede de jornalistas investigativos e pelo *Novaya Gazeta*, foi desenvolvido a partir de dados obtidos de fontes anônimas e compartilhado com parceiros de mídia de 32 países. Divulgado no início de 2017, trata-se de um vasto esquema de lavagem de dinheiro entre 2010 e 2014, envolvendo bilhões da Rússia para a Europa, EUA e outros países. O esquema funcionava por meio de empresas fictícias que participavam de um engenhoso esquema de simulação de empréstimos falsos e avalistas utilizando bancos na Moldávia e na Letônia (HARDING; HOPKINS; BARR, 2017).

Muitas das empresas fictícias eram registradas em *Companies House* (agência de registro de empresas do Reino Unido) em Londres, onde os verdadeiros donos permanecem secretos devido ao anonimato proporcionado pela polêmica legislação *offshore*. Em 2017, os registros mostraram que bancos britânicos e estrangeiros com escritórios em Londres processaram US\$ 738,1 milhões, supostamente, em dinheiro criminoso de Moscou, dentre esses, US\$ 545,3 milhões foram processados pelo HSBC, principalmente, por meio da sua filial de Hong Kong. (HARDING; HOPKINS; BARR, 2017).

A autoridade bancária britânica, o FCA, exige que os bancos “considerem o risco de lavagem de dinheiro apresentado pelos clientes, levando em conta o risco país; a reputação do cliente e a fonte de sua riqueza e recursos” (HARDING; HOPKINS; BARR, 2017, p.2), mas os bancos alegam que, apesar de possuírem unidades sofisticadas e dedicadas a coibir crimes financeiros, o volume de transações dificulta esse trabalho. Entretanto, segundo um especialista em investigação financeira internacional que teve acesso aos dados, esse argumento é improcedente porque a maioria das transações desses casos exigiria uma *due diligence* robusta, não se tratando de operações isoladas ou de rotina, mas de padrões recorrentes de leniência (HARDING; HOPKINS; BARR, 2017).

As autoridades já localizaram cerca de US\$ 20 bilhões em dinheiro sujo, envolvendo uma rede de 96 países, mas estimam que o total possa chegar a US\$ 80 bilhões, envolvendo cerca de 500 pessoas, incluindo oligarcas, banqueiros de Moscou e figuras próximas ou ligadas ao *Federal Security Service* (Serviço de Segurança Federal) russo, sucessor da agência de espionagem KGB (HARDING; HOPKINS; BARR, 2017). Na continuidade das investigações do OCCRP, seria divulgada, em setembro de 2017, uma nova fase do projeto, denominada

“Lavanderia do Azerbaijão”, referente ao envio de US\$ 2,9 bilhões da capital do Azerbaijão, por meio de um banco dinamarquês, para contas em quatro empresas anônimas registradas em Londres. Supostamente, o dinheiro foi utilizado para pagamentos a políticos europeus, na Itália e na Alemanha, para desviar críticas relativas ao histórico de direitos humanos do Azerbaijão, fazendo com que vários deles votassem contra moções censurando o país na Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa (HARDING, 2017).

Para Margaret Hodge, ex-presidente do comitê de contas públicas do Reino Unido e crítica da evasão fiscal corporativa, as estruturas britânicas estão sendo usadas “para uma ampla gama de crimes, incluindo evasão fiscal e suborno”. E ele acrescenta que “[...] não somos apenas cúmplices, mas essenciais para o sucesso dessas práticas [...]” (HARDING, 2017, p.2).

4.1.6 *Guptagate*

O escândalo “*Guptagate*” teve início em 2013 quando, decorrente da proximidade entre as famílias do então presidente Jacob Zuma e dos Guptas, os últimos foram autorizados a utilizar a base aérea sul-africana para fins pessoais, como um presente particular do presidente. Seguiu-se, em 2016, a divulgação de um relatório do ex-defensor público da África do Sul, Thuli Madonsela, contendo acusações de que os Guptas haviam oferecido a alguns políticos cargos de ministros e valores consideráveis em dinheiro, bem como acusações de que a empresa britânica de relações públicas, Bell Pottinger, contratada por uma das empresas de Gupta, havia tentado incitar a ira racial na África do Sul, como distração, em um momento delicado da crise política que se instalara com as denúncias de corrupção (CAVE, 2017).

A família Gupta, composta por dois irmãos indianos com diversos negócios na África do Sul, é acusada de utilizar seu poder econômico para exercer influência sobre o então presidente sul africano. Tanto os Guptas quanto Zuma negam as denúncias. Esse é um caso que ainda se encontra em investigação até o momento da finalização desta pesquisa. O envolvimento do HSBC surgiu em outubro de 2017 quando *Lord Hains*, parlamentar britânico e ex-ativista anti-*apartheid*, entregou às autoridades britânicas, e solicitou que fossem investigadas com prioridade, supostas provas do envolvimento de bancos britânicos – HSBC e *Standard Chartered* – nos esquemas de corrupção que haviam se instaurado naquele país, alertando sobre “uma possível cumplicidade criminoso” (DAVIES, 2017a, p.1).

Lord Hain alegou deter informações de transferências ilegais feitas pela família Gupta de suas contas na África do Sul para contas em Dubai e Hong Kong, nas quais, provavelmente, se encontrariam as fraudes. As denúncias revelam ainda que, apesar de terem sido sinalizadas

internamente como operações de risco, as instituições receberam instrução das matrizes londrinas para seguirem com as transações. Outras empresas britânicas também foram envolvidas nessa série de escândalos e, além da extinta agência de relações públicas *Bell Pottinger*, que encerrou atividades após o desenrolar das denúncias, foram citadas a *McKinsey*, *KPMG* e *SAP* (DAVIES, 2017a).

Em novembro de 2017, o HSBC emitiu um comunicado, revelando que havia encerrado as contas vinculadas à investigação de corrupção da família Gupta, admitindo, pela primeira vez, preocupações sobre suas possíveis ligações com o escândalo. Na ocasião, o banco emitiu uma declaração em resposta às evidências contidas no *Gupta Leaks* (Vazamentos Gupta), uma série de e-mails vazados investigados em reportagens na África do Sul que revelam, entre outros casos, contas bancárias no HSBC em Dubai, sendo, supostamente, utilizadas para canalizar milhões de dólares de empresas associadas aos contratos de venda de locomotivas ferroviárias chinesas para a África do Sul. Os contratos estão sendo examinados como parte de uma investigação em andamento envolvendo os Guptas e Zuma. A evolução dessas investigações pode levar ao envolvimento de autoridades norte-americanas, visto que os contratos foram fechados em dólares e autorizados pelo escritório do banco em Nova York (DAVIES, 2017b).

Zuma renunciaria à presidência em fevereiro de 2018, após um governo de 8 anos alvo de uma série de denúncias de corrupção e tráfico de influência e sob forte pressão popular e de seu próprio partido, o Congresso Nacional Africano. Em março desse mesmo ano, o ex-presidente foi indiciado por um caso de corrupção relacionado a um acordo de comércio de armas de US\$ 2,5 bilhões realizado no final da década de 1990, cujo julgamento ainda não foi realizado (VALOR, 2018).

Ainda não existem acusações formais contra o HSBC no caso da África do Sul, mas os indícios levam aos caminhos de controles lenientes que propiciaram a cumplicidade com contraventores observada nos casos denominados nesta pesquisa como “*Too big to fail*”, “*Swiss Leaks*”, “*Forex*” e “*Global Laundromat*”, sugerindo, sob um olhar pós-colonial, um novo sentido ao objetivo institucional do banco de “[...] estar onde está o crescimento, possibilitando que os negócios e economias prosperem e, por fim, ajudando pessoas a realizarem suas esperanças e concretizarem suas ambições” (HSBC, 2018, p. ii).

4.1.7 O início da conversa entre os escândalos e a pós-colonialidade

Em conjunto, esses seis escândalos ilustram a dinâmica da corrupção transnacional por meio da participação do banco HSBC conectado a outros atores considerados legítimos, como

o escritório de advocacia *Mossack & Fonseca*, que estabelecia empresas de fachada em paraísos fiscais, ou as *Companies House* britânicas, agências do governo que permitem a abertura de empresas sem identificação dos reais beneficiários. Essas redes transnacionais, compostas por vários intermediários legais, estabelecem arranjos complexos para manter uma fachada de conformidade para as transações financeiras (CHRISTENSEN, 2011; COOLEY; SHARMAN, 2015; PLATT, 2017), ocultando não só os pagamentos e lavagem de dinheiro corrupto, mas beneficiando também o tráfico de armas, de drogas, de diamante e o terrorismo.

A atuação dos intermediários, particularmente, do HSBC, não poderia ser considerada apenas passiva, uma vez que as investigações concluídas revelam indícios de que o banco tinha consciência e, por vezes, colaborava com os negócios de seus clientes. Apesar das alegações e condenações referenciando a fragilidade do sistema de monitoramento e controle, as evidências apuradas pelas autoridades demonstram uma possível convivência, como, por exemplo, nas adaptações bancárias para os depósitos em dinheiro dos cartéis de droga no México, na manipulação de dados de transferências para atender clientes sancionados (PERMANENT SUBCOMMITTEE ON INVESTIGATIONS OF UNITED STATES SENATE, 2012), nas orientações reveladas nas notas dos clientes da afiliada suíça (RYLE, 2015) e na quantidade de empresas de fachada solicitadas por meio do escritório *Mossack & Fonseca* (ICIJ, 2017).

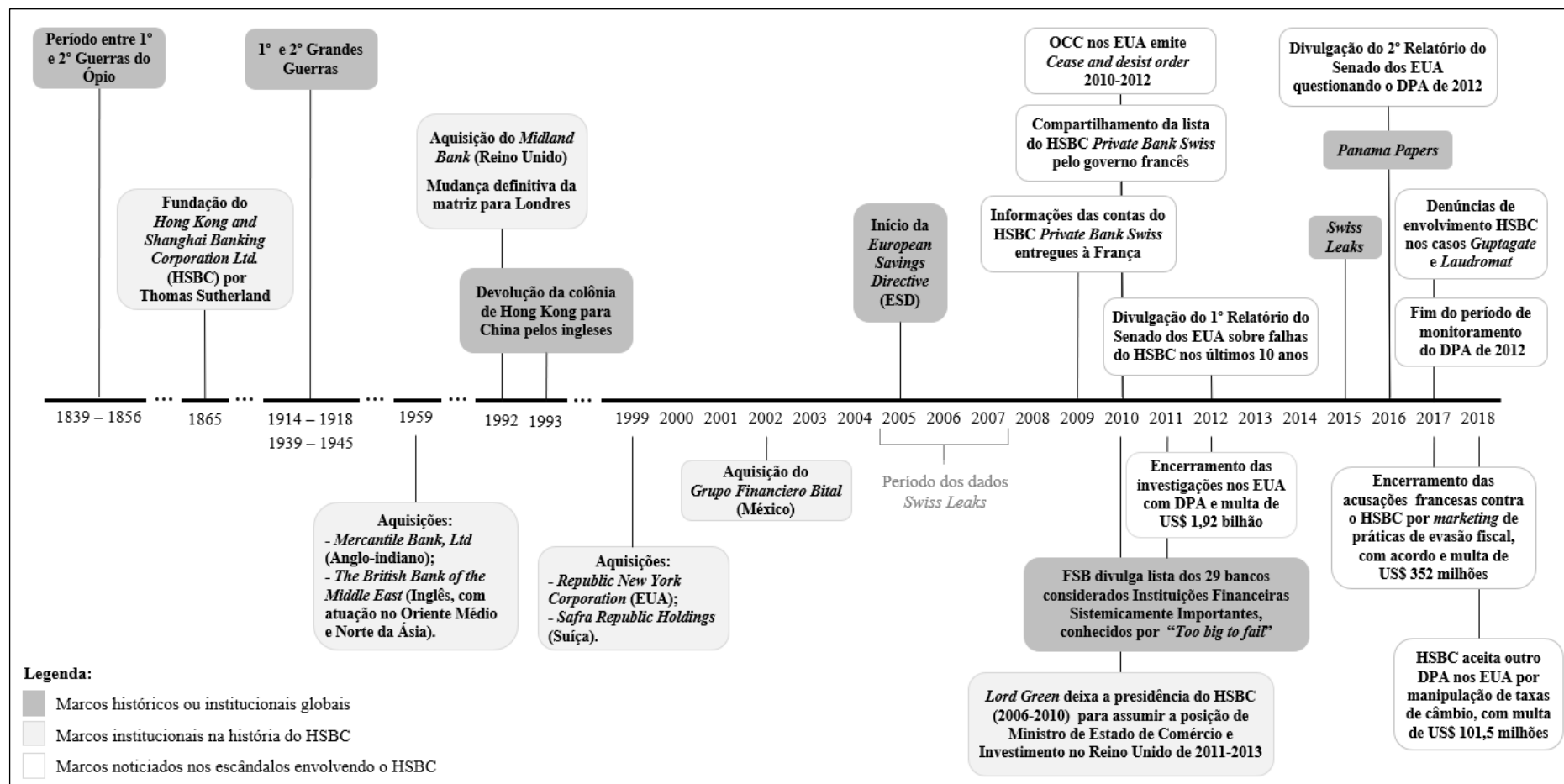
A suposta fragilidade dos sistemas de *compliance* pode ser atribuída a um processo intencional de negligência (COOLEY; SHARMAN, 2017), no qual sanções passíveis no contexto internacional, como multas, acordos de acusação diferida ou mecanismos de autorregulação, não representam uma ameaça real ao negócio (GIUDICE, 2011; LORD, 2014), dado seu poder financeiro e importância sistêmica (HARDOUIN, 2017). Somado a essa questão, o sistema de remuneração e bonificações do setor financeiro e sua alta lucratividade favorecem uma cultura de indiferença com as consequências sociais desses esquemas (SIKKA, 2010; ERNST&YOUNG, 2013; TENBRUNSEL; THOMAS, 2015). Pontos como esses, que favorecem a impunidade, poderiam, em teoria, ser equacionados por medidas jurídico-legais mais eficientes, mas essas ainda esbarram na complexa relação existente entre os interesses públicos e os privados (KAUFMANN, 2005; CARRINGTON, 2007; CHRISTENSEN, 2011; SIKKA; LEHMAN, 2015).

Nesse contexto, a perspectiva pós-colonial amplia a compreensão do fenômeno ao desvelar essas relações como consequências do privilégio colonial, estabelecido não apenas entre classes, mas entre povos (MEMMI, 2016). O que se observa nessa dinâmica é que os benefícios da corrupção estão de um lado e as consequências, de outro, visto que a instituição bancária que lucra com as transações financeiras, o HSBC, é britânica e os principais paraísos

ficiais utilizado para ocultar os pagamentos também estão no Centro, como os territórios britânicos, Suíça, EUA e Hong Kong. Do outro lado, na periferia, estão as vítimas, sejam elas dos cartéis de droga Latino-americanos, de governos corruptos ou traficantes no Oriente Médio, África e Leste Europeu.

Assim, estruturas globais que prevaleceram durante quase 500 anos não desapareceram com a independência jurídico-política e diversas nações, como analisado acima, continuam a viver sob o jugo da matriz colonial (GROSFOGUEL, 2007), em relações que suspendem sua soberania (BANERJEE, 2008a) e sua voz (SPIVAK, 2010), como apresentamos na próxima seção.

Figura 7 - Linha do tempo, apresentando marcos históricos e institucionais envolvendo o banco HSBC e a corrupção transnacional



Fonte: Elaborada pela autora a partir das reportagens que compõem o *corpus* e o documento institucional *Our History* (HSBC, 2013).

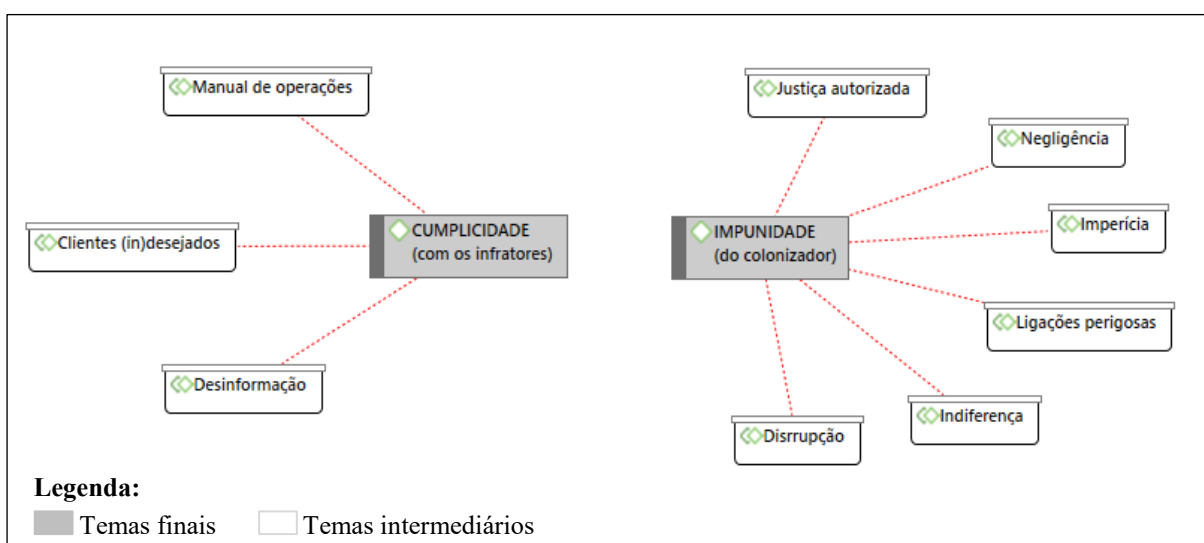
4.2 Desvelando os temas

Com o intuito de responder ao problema e aos objetivos a que esta pesquisa se propõe, as reportagens previamente selecionadas foram submetidas à análise temática, conforme Braum e Clarke (2006), consistindo na identificação dos temas associados analogicamente e tendo como base o referencial teórico. A opção pela análise temática se ancora na flexibilidade e, ao mesmo tempo, na estrutura do método, o que permite uma análise dedutiva e interpretativa dos textos sem a preocupação com quantificações, o que julgamos adequado para uma abordagem crítica, como a pós-colonial, adotada para o estudo.

A análise final das reportagens resultou no mapa temático apresentado na Figura 8. Com base no referencial teórico, foram identificados nove **temas intermediários** decorrentes da dinâmica dos esquemas de corrupção, estando cada um deles associado a um conjunto de padrões e de atores (Figura 9), atendendo ao primeiro objetivo específico proposto na pesquisa. Os **temas intermediários** receberam nomes que se associam ao seu conteúdo, sendo: manual de operações, clientes (in)desejados, desinformação, justiça autorizada, negligência, imperícia, ligações perigosas, indiferença e disrupção.

Sob a lente do referencial teórico da crítica pós-colonial, os **temas intermediários** foram analisados, resultando na associação de dois **temas finais** que refletem a essência das relações coloniais que emergem dos casos apresentados nas reportagens, atendendo ao nosso segundo objetivo da pesquisa. Os **temas finais** encontrados foram: a cumplicidade e a impunidade.

Figura 8 - Mapa temático final com as associações dos temas intermediários e finais

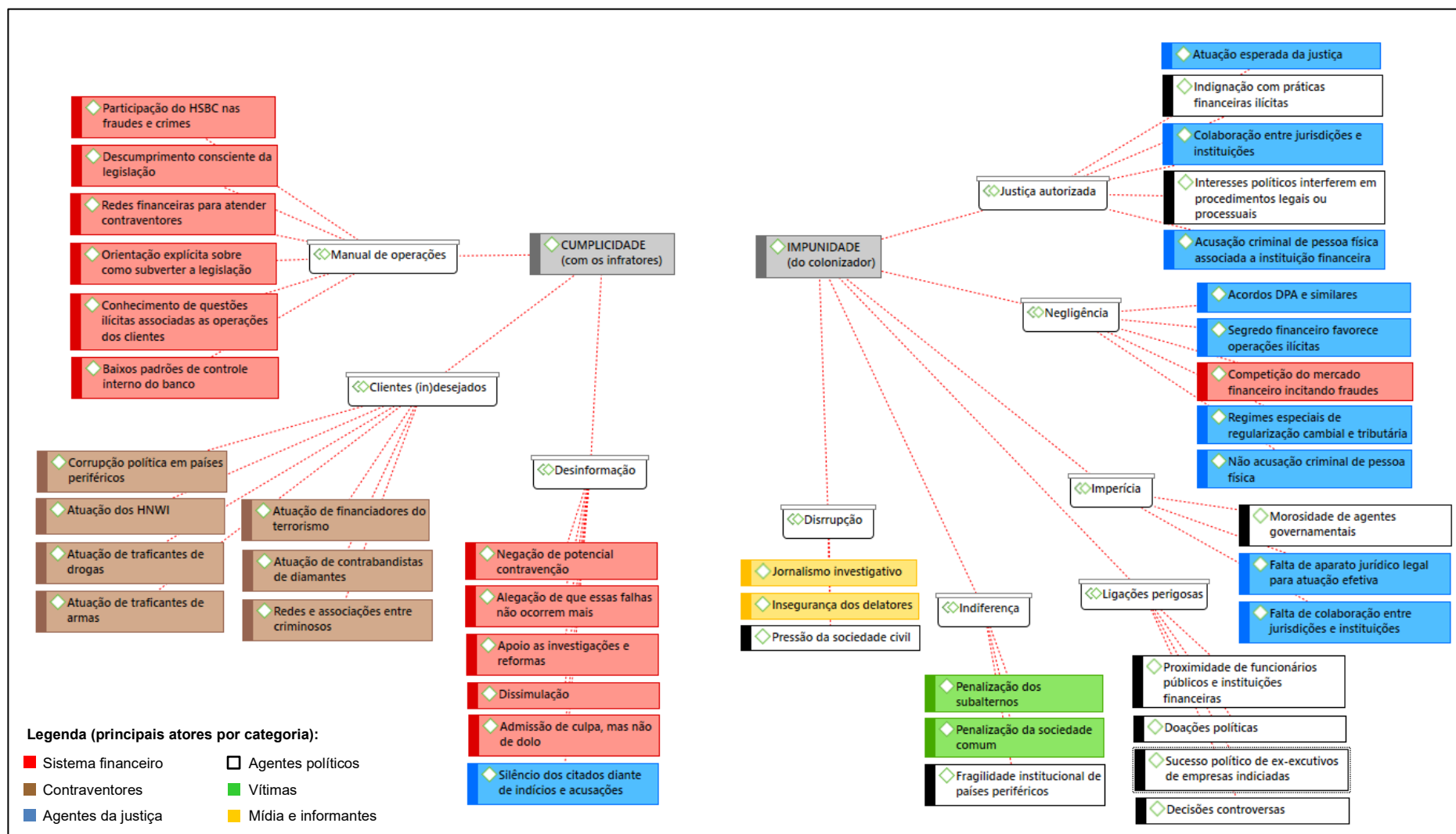


Fonte: Elaborada pela autora com o *software* ATLAS.ti 8.

No desenvolvimento da análise temática, cada **tema intermediário** foi resultado da associação de algumas categorias (denominados códigos no *software* ATLAS.ti 8) que são o nível primário da análise realizada, representando um conjunto de informações com características comuns, reconhecidos como padrões de atividades, comportamento, posicionamentos ou outros. Cada um desses temas revela um aspecto do *corpus* e decorre de um trabalho iterativo de leitura, análise e associação, que resultou na elaboração dos mapas apresentados. Logo, a Figura 9 pode ser interpretada como um mapa temático expandido, contendo não apenas as associações dos temas intermediários que levaram aos temas finais (Figura 8), mas também, as categorias e os principais atores identificados em cada um deles.

Nesta seção, iremos apresentar os **temas finais**, cumplicidade e impunidade, por meio de cada um dos **temas intermediários** e categorias que os compõem, ilustrando cada definição com segmentos retirados das reportagens analisadas. Assim, buscamos esclarecer a questão de como a corrupção transnacional se associa ao projeto colonial a partir da perspectiva pós-colonial, tal como proposto na questão desta pesquisa.

Figura 9 - Mapa temático expandido, apresentando as associações entre os temas finais, os temas intermediários e as categorias (códigos)



Fonte: Elaborada pela autora a partir do *corpus* de pesquisa, com o *software* ATLAS.ti 8.

4.2.1 Cumplicidade

A acepção do termo **cumplicidade** remete à colaboração ao tomar parte em um delito ou crime (FERREIRA, 1986) e foi utilizado para nomear um dos temas principais encontrados nesta pesquisa. Essa definição expressa a associação entre os interesses econômicos e as estruturas que, antes, caracterizavam o projeto colonial e, agora, dão forma ao neoliberalismo contemporâneo no discurso da globalização. Nesse novo formato de acumulação de capital, a corporação é um ator poderoso que, em conluio com “estados-nações, organismos supranacionais e agências internacionais, contribui para uma privatização necrocapitalista da soberania” (BANERJEE, 2008a, p.1549) em um imperialismo sem colônias.

A partir desse contexto, a **cumplicidade** do sistema financeiro com os infratores é um tema que permitiu compreender uma parte importante da dinâmica dos esquemas da corrupção transnacional, bem como identificar atores relevantes, evidenciando como corporações financeiras atuam em parceria com agentes corruptos de todos os níveis (COOLEY;SHARMAN, 2015), sejam europeus afortunados, evadindo impostos por meio de empresas de fachada em paraísos fiscais, passando por traficantes, que suprimem pela violência ou pelo suborno os sistemas ao seu redor, e alcançando políticos e elites corruptas que drenam a riqueza de países periféricos aos quais deveriam servir.

Assim, nesta pesquisa, o tema **cumplicidade** foi encontrado a partir da associação de três outros temas, que chamamos intermediários e denominamos: **manual de operações, clientes (in)desejados e desinformação**. Nas subseções a seguir, iremos apresentá-los, referindo-se a eles apenas como temas para fluidez na apresentação, descrevendo a essência do seu conteúdo e ilustrando com segmentos das reportagens analisadas.

4.2.1.1 Manual de Operações

A denominação de **manual de operações** foi atribuída ao tema que aborda um conjunto de formas de atuação encontradas nas reportagens que permitem a compreensão dos padrões aceitos e praticados pelas instituições financeiras, particularmente, o banco HSBC, no conluio com os contraventores globais. Os bancos atuam em redes, como um dos principais intermediários, diluindo os custos de transação para os agentes corruptos ou facilitando a (COOLEY; SHARMAN, 2017) realocação dos espólios. Os intermediários conhecem os negócios de seus clientes e os auxiliam na ocultação do patrimônio reconhecidamente ilícito, seja ativamente, por meio das orientações em operações e investimentos, ou passivamente, ao

ignorar alertas internos de *compliance* ou recomendações normativas dos reguladores financeiros, sendo impulsionados por um sistema de incentivos que, ao que tudo indica, faz parte da cultura dessas instituições (SIKKA, 2010; CARLIN; LOKANAN, 2018), fazendo com que se sintam fora do alcance da lei (SIKKA, 2008).

Os padrões, que doravante serão chamados apenas de categorias, encontrados nas reportagens para compor o tema **manual de operações** são: participação do HSBC nas fraudes e crimes; descumprimento consciente da legislação; redes financeiras para atender contraventores; orientação explícita sobre como subverter a legislação; conhecimento de questões ilícitas associadas às operações dos clientes e baixos padrões de controle interno do banco.

Iniciamos pela **participação do HSBC nas fraudes e crimes**, categoria que se refere às declarações e explicações encontradas nas reportagens, fazendo ligação direta entre as atividades do HSBC como instituição, de forma intencional, com as potenciais transações ilícitas de seus clientes, sejam elas evasão fiscal, lavagem de dinheiro, corrupção, tráfico de armas, drogas ou diamantes, como ilustrado a seguir:

Mas o ponto é que os diretores do HSBC da época poderiam ter agido de forma diferente. Nunca foi um segredo que a Suíça é um lugar onde os indivíduos ricos colocaram seu dinheiro em busca de sigilo. Se o HSBC quisesse limpar sua unidade local e proteger sua reputação contra acusações de permitir elisão e evasão fiscal, isso poderia ser feito. Não é como se o conselho ignorasse os riscos. Aqui está uma passagem do relatório anual do HSBC de 2007 cuja leitura é condenatória hoje: “Como um grupo bancário, a boa reputação do HSBC depende do modo como conduz seus negócios, mas também pode ser afetada pela maneira como os clientes, aos quais fornece serviços financeiros, conduzam seus negócios” (PRATLEY, 2015, p.3) ... *análise em reportagem referindo-se à perda dos princípios originais do banco observado quando os dados do Swiss Leaks vieram a público, utilizando como subsidio trechos do relatório anual de 2007, período dos dados vazados e o mesmo em que Lord Green presidia o banco.*

“Impulsionado pelo desejo de expandir seus negócios e aumentar a receita, o HSBC implementou intencionalmente programas, processos e controles criminalmente deficientes contra lavagem de dinheiro, que foram projetados para garantir que bilhões de dólares passariam por seus bancos sem serem detectados ou declarados. E foi exatamente isso que aconteceu”, alega a ação, citando que os processos de *due diligence* nas agências bancárias mexicanas eram inexistentes ou fabricados, permitindo que indivíduos suspeitos depositassem centenas de milhares ou até milhões de dólares norte-americanos (DART, 2016, p.2) ... *argumento de ação judicial movida nos EUA contra o HSBC por famílias dos mortos pelo tráfico de drogas no México, recorrendo a Lei Antiterrorismo norte americana - US Anti-Terrorism Act - que prevê indenizações, caso a empresa acusada tenha colaborado com organizações terrorista.*

A seguinte categoria, **redes financeiras para atender contraventores**, foi identificada a partir de citações e esclarecimentos sobre as conexões estabelecidas entre instituições do mercado financeiro (bancos, escritórios de advocacia, imobiliárias, operadores, outros) por

meio de troca de informações e relacionamentos comerciais entre si, muitas vezes, entre diferentes jurisdições, para viabilizar transações de clientes que objetivam, particularmente, ocultar a verdadeira natureza dessas operações. As redes permitem o estabelecimento de estruturas complexas e de difícil rastreamento, sendo amplamente utilizadas para evasão fiscal, lavagem de dinheiro e pagamentos de propinas, como mostram os fragmentos de texto abaixo:

"Bancos como o HSBC criaram um sistema para enriquecer às custas da sociedade, ajudando na evasão fiscal e na lavagem de dinheiro", disse ele em uma entrevista concedida em julho de 2013 ao *Der Spiegel* [revista semanal de notícias alemã]. Ele disse que o HSBC tinha uma divisão para ajudar a ocultar identidades e transações de clientes. "Por exemplo, um banco pode introduzir empresas intermediárias, às vezes em vários níveis, e garantir que os negócios não sejam conduzidos pelas próprias contas do banco".

Ele também descreveu o banco recrutando clientes do exterior. "Essas filiais convidam seus clientes para eventos esportivos e culturais, onde eles se encontram com intermediários que explicam como obter dinheiro na Suíça sem ter que transportá-lo fisicamente através da fronteira." (HAMILTON, 2015, p.3) ... *depoimento de Hervé Falciani sobre a participação do banco na criação de operações através de relacionamento com outros agentes do sistema financeiro, no caso, empresas de fachada em jurisdições offshore.*

Uma rede de bancos secretos e paraísos fiscais foi usada para canalizar US\$ 182 milhões em propinas às autoridades nigerianas em troca de US\$ 6 bilhões em trabalhos de engenharia e construção para um consórcio internacional de empresas que incluía uma subsidiária da *Halliburton*. [...].

Registros vazados do HSBC, um enorme banco global com sede em Londres, revelam novos detalhes sobre o papel do banco como um canal para os subornos – e novos detalhes sobre como Tesler operava (FITZGIBBON, 2015, p.1) ... *referência ao escândalo de corrupção Halliburton na Nigéria, e ao operador, o advogado britânico Jeffrey Tesler condenado nos EUA em 2012. Neste trecho, informações vazadas três anos após a condenação, trazem revelações sobre o papel da filial suíça do HSBC na rede financeira utilizada para operacionalizar esse esquema de corrupção.*

A categoria **descumprimento consciente da legislação** irá se referir às situações ou esclarecimentos sobre a desobediência intencional de legislação específica do mercado financeiro, com citação explícita de um descumprimento de norma pelas instituições (bancos, escritórios de advocacia, imobiliárias, outros) com a finalidade de autofavorecimento ou de seus clientes. As ações envolviam, por exemplo, manipulação retroativa ou destruição de informações de contas e documentos, não realização de *due diligences* e monitoramento adequado de PEPs ou clientes corporativos que operam em localidades com maior fragilidade institucional, não observação de listas de pessoas bloqueadas pela OFAC ou jurisdições com sanções, não observância de procedimentos antilavagem de dinheiro, articulação entre instituições para manipulação de taxas interbancárias, entre outros, como apresentado nos exemplos a seguir:

No caso "Operação Lava Jato" no Brasil, os promotores alegam que os funcionários da *Mossack Fonseca* (sic) destruíram e ocultaram documentos para mascarar o envolvimento do escritório de advocacia na lavagem de dinheiro. Um documento da

polícia diz que, em um caso, um funcionário da filial da empresa no Brasil enviou um e-mail instruindo colegas de trabalho a esconderem registros envolvendo um cliente que pode ter sido alvo de uma investigação policial: “Não deixe nada. Vou salvá-los no meu carro ou na minha casa.” (ICIJ, 2016, p.14) ... *em referência as atividades do escritório Mossack & Fonseca de ocultação de evidências/provas de fraudes e crimes dos negócios offshore de seus clientes, após o vazamento de dados do Panamá Papers.*

Os documentos também mostram a subsidiária suíça do HSBC fornecendo serviços bancários a parentes de ditadores, pessoas envolvidas em escândalos de corrupção na África, figuras da indústria de armas e outros. Desde 1998, as regras bancárias suíças exigem altos níveis de diligência nas contas de figuras politicamente conectadas, mas os documentos sugerem que, na época, o HSBC amavelmente forneceu serviços bancários a indivíduos tão controversos (LEIGH, et al., 2015o, p.3) ... *em referência ao não cumprimento da legislação bancária da Suíça pelo HSBC, favorecendo deliberadamente a lavagem de dinheiro, conforme sugerem dados do Swiss Leaks.*

O extenso relatório do Subcomitê Permanente de Investigações do Senado sobre o HSBC também disse que algumas afiliadas do banco contornaram as proibições do governo dos EUA contra transações financeiras com o Irã e outros países. E a divisão do HSBC nos EUA forneceu dinheiro e serviços bancários aos bancos na Arábia Saudita e Bangladesh que teriam ajudado a financiar a Al Qaeda e outros grupos terroristas, segundo o relatório (RYLE et al., 2015b, p.3) ... *em referência às acusações do relatório de investigações do Senado norte-americano publicado em 2012, no qual são descritas ocorrências em que o HSBC desrespeitava sanções previstas pela OFAC em descumprimento à Lei de Comércio com inimigo, a TWEA.*

Outro padrão de atividade ilícita foi encontrado na categoria **orientação explícita sobre como subverter a legislação**, referindo-se às situações registradas nas investigações e nos vazamentos, nas quais houve, por parte da instituição financeira, descrição sobre providências ou melhores procedimentos a serem seguidos pelos clientes para viabilizar uma transação, em essência, ilícita, com garantias de sigredo fornecidas pela instituição. Nesses casos, descrevem-se indicações para criações de empresas *offshore* nos casos em que a utilidade não é legítima, ou a realização de operações sigilosas envolvendo, por exemplo, lavagem de dinheiro, como nas citações a seguir:

As concisas notas vazadas mostram os clientes do HSBC aceitando passivamente fazer parte das novas estruturas depois que os banqueiros as propunham: “Explicado em detalhes como funciona a ESD; o cliente aceitou estabelecer uma nova empresa *offshore* para esse propósito e assinou toda a documentação necessária”, mostra um registro para um joalheiro de *Hatton Garden* [rua de Londres conhecida pelas joalherias] com £15 milhões (LEIGH, et al., 2015i, p.2) ... *em referência às estruturas para elisão fiscal elaboradas e comercializadas pelo HSBC para evitar a nova diretiva europeia de tributação, identificadas em anotações dos funcionários do banco sobre seus clientes, divulgadas pelo Swiss Leak.*

Em uma transação separada, os próprios banqueiros registraram que ficaram inseguros quando um empresário sérvio quis depositar € 20 milhões (£15 milhões). Mas eles simplesmente pediram a ele que agisse de maneira menos visível.

O HSBC “explicou que, por hoje, o banco não interferiu em suas transações de transferência de dinheiro, mas preferiria reduzir essas atividades a uma escala menor. [Ele] entende nossas preocupações e usará quantidades menores.” (LEIGH, et al., 2015d, p.2) ... *em referência às orientações suspeitas dos funcionários do banco aos seus clientes, identificadas nas notas vazadas pelo Swiss Leak.*

A BAE transferiu dinheiro para a entidade do Vithlani no Panamá, a *Envers Trading Corporation*. À medida que o dinheiro fluía, um gerente do HSBC encontrou Vithlani em Dar es Salaam, na Tanzânia, e aconselhou-o sobre a melhor forma de investi-lo (LEIGH, et al., 2015m, p.5) ... *referente ao suporte do banco no caso do pagamento de US\$ 10 milhões pela empresa armamentista britânica, BAE, ao operador que iria intermediar a venda de um radar ao governo da Tanzânia.*

A questão do **conhecimento de questões ilícitas associadas às operações dos clientes** também foi uma categoria presente em diversos textos do *corpus*, abordando descrições sobre o conhecimento, total ou parcial, dos agentes do mercado financeiro de que as atividades dos seus clientes, ou partes delas, estavam em desacordo com questões morais ou legais, seja por negociar com contraventores ou ditadores, evasão de impostos, lavagem de dinheiro, pagamentos ilegais etc. Mesmo cientes, os agentes financeiros não realizavam qualquer notificação às autoridades e apresentavam resistência, ou morosidade, em encerrar suas relações quando os riscos de autuação se tornavam maiores. Essa categoria se difere da categoria "descumprimento consciente de legislação" por descrever situações em que a instituição atua passivamente, "como meio", para que seus clientes, no caso, os contraventores, realizem suas operações, como ilustrado a seguir:

A *Katex Mines Guinee* não é a única conta do HSBC ligada ao conflito em toda a África, de acordo com os dados.

O HSBC *Private Bank*, operando a partir da famosamente neutra Suíça, era um canal financeiro para operadores de negócios e criminosos que alimentavam e financiavam algumas das guerras mais sangrentas da África e a maioria dos negócios corruptos de armas.

Para o HSBC, os homens e mulheres por trás desses conflitos eram clientes lucrativos; coletivamente, as contas de pessoas ligadas ao tráfico de armas e a contratos corruptos de armas em pelo menos sete países africanos mantiveram saldos em 2006 ou 2007 que totalizaram mais de US\$ 56 milhões (FITZGIBBON; HAMILTON, 2015, p.1-2) ... *em referência ao conhecimento do HSBC sobre as atividades de seus clientes, posto que a maioria dos traficantes de armas e financiadores do terrorismo estão em lista de sanções divulgadas pelas autoridades locais e multilaterais.*

O HSBC parece ter permitido que executivos de uma empresa têxtil ocultassem certificados não-registrados de "ações ao portador" em um cofre suíço, o que teria revelado quem realmente era o dono da empresa. As ações ao portador são proibidas em alguns países devido ao seu potencial de abuso.

O banco registrou: "Neste cofre estão alguns documentos muito importantes (ações ao portador), que pertencem ao beneficiário efetivo Sr. DL de Israel. Essas ações são mantidas em cofre por razões fiscais." (LEIGH, et al., 2015d, p.2) ... *em referência ao conhecimento do HSBC de que seu cliente ocultava os ativos das autoridades fiscais.*

Por fim, os **baixos padrões de controle interno do banco** também foram identificados como rotina nas operações das instituições, uma categoria identificada em citações ou esclarecimentos, muitos deles, de especialistas, sobre a falta de conformidade nos processos internos do banco como causa primeira do descumprimento da lei, como lacunas que facilitam a ocultação de patrimônio ou dificultam o rastreamento da origem/finalidade de fundos. Essas

falhas envolvem, por exemplo, cadastros errados ou incompletos quanto às informações da conta, baixa capacitação da equipe interna em *compliance*, infraestrutura ou hierarquia da referida área deficitária e ineficiente para verificação adequada dos alertas internos, ausência de padronização nos controles entre as subsidiárias (gestão federada), entre outros, como apresentados nos fragmentos de textos a seguir:

Quando as contas listam uma profissão (e muitas não), dona de casa aparece com uma frequência espantosa, com mais frequência do que profissões logicamente lucrativas como médicos, advogados e negociantes de diamantes. Pode ser usado para descrever uma mulher rica e casada, mas também é aplicado, em alguns casos, às mulheres que incluem pioneiras da indústria, arquitetas, jornalistas, professoras, princesas e herdeiras.

O fato de que o *private bank* considerou, ou pelo menos descreveu, essas mulheres como donas de casa, pode explicar seus altos números entre as contas nas quais profissões são listadas. As donas de casa representavam mais de 7.300 dos clientes listados por profissão nos arquivos do HSBC, superando duas outras categorias que sugerem que não há remuneração paga. “Sem profissão” e “estudante” juntos somavam menos de 4.000 (FITZGIBBON; HAMILTON, 2015a, p.1) ... *refere-se à falta de padronização e/ou controle nos cadastros de clientes, identificados a partir dos dados do Swiss Leaks.*

O *The Guardian* mostrou os detalhes das transferências para L. Burke Files, um investigador financeiro internacional. Ele disse que as verificações de conformidade em muitos bancos ocidentais são desordenadas e, muitas vezes, pouco mais do que “preenchimento de formulários”.

“Normalmente, o departamento de conformidade e investigações é tratado como um filho adotivo indesejado. Os diretores de um banco veem a conformidade como uma despesa sem qualquer retorno. Os profissionais de conformidade são mal pagos, não qualificados e recebem pouco ou nenhum treinamento efetivo para detectar padrões criminosos.” (HARDING; HOPKINS; BARR, 2017, p.3) ... *refere-se à análise de um especialista sobre as fragilidades do sistema financeiro que permitem transações como a lavagem de dinheiro russo através de bancos britânicos, divulgadas nas reportagens do Global Laundromat.*

Os procedimentos do HSBC para evitar lavagem de dinheiro, quebra de sanções e atividades criminosas ainda apresentam deficiências tão graves que, para divulgá-las publicamente, correr-se-ia o risco de crimes graves, disse o Departamento de Justiça dos EUA.

A revelação embaraçosa de problemas contínuos com os processos do HSBC está contida em uma moção de 16 páginas apresentada a um tribunal dos EUA nesta semana pelo DOJ, que está tentando manter confidencial um relatório sobre o banco com mais de 1.000 páginas (BALL; DAVIES, 2015, p.1) ... *refere-se ao relatório do segundo ano de monitoramento interno, condicionante do acordo DPA assinado nos EUA em 2012. Consta no documento elaborado pelo monitor que os padrões internos do HSBC ainda são bastante deficientes, ao ponto de as autoridades norte-americanas sugerirem mantê-lo em sigilo para evitar que seja utilizado por contraventores para explorar as fragilidades identificadas no documento.*

Encerramos esta subseção com a apresentação das categorias codificadas para compor o tema **manual de operação** constituído pelas diversas formas encontradas pelas instituições financeiras para colaborar, e lucrar, com a fraude e a criminalidade. Nota-se que não se trata de uma falha isolada de uma unidade, pois existem evidências associadas ao México, EUA, Suíça,

Hong Kong e ao próprio Reino Unido, e tampouco remete a falhas do passado, pois existem eventos recentes.

O que se observa é que as práticas do sistema financeiro refletem a estratégia básica dos negócios, que é aumentar o valor para o acionista e gerar retorno sobre o capital, e não promovem a justiça social ou a moralidade. Expõe-se assim, sob a visão pós-colonial, a incompatibilidade da terminologia, e expectativas, de comportamento empresarial “socialmente responsável”, a não ser que haja uma reestruturação na economia política vigente para que se possa repensar o papel das corporações na sociedade (BANERJEE, 2008b).

4.2.1.2 Clientes (in)desejados

O tema **clientes (in)desejados** contém um conjunto de informações sobre como atuam, em seu próprio ambiente, os contraventores que utilizam o sistema financeiro como cúmplices para estruturar suas operações. Sem a participação dos bancos, escritórios de advocacia, imobiliárias e tantos outros, muitas dessas operações não seriam possíveis na proporção em que são realizadas. A lógica seria que tais clientes fossem “indesejados”, dado o padrão de responsabilidade e compromisso socialmente esperado dessas instituições, mas a hipótese levantada nos textos é que, para o sistema financeiro, esses clientes são “desejados”.

Essa inferência parte do princípio de que existe um custo e, portanto, um lucro associado à criação de uma empresa *offshore* ou à realização de uma transferência internacional e, tanto maior são as margens, quanto mais complexas ou sigilosas são as necessidades da operação. E, assim, a relação desses atores sugere uma “questão de oportunidade e ganância” (WARE; NOONE, 2005, p.44) ou simplesmente, como cumplicidade. Corroboram para essa análise o fato de que a corrupção e o crime global estão intimamente conectados, visto que tráfico de armas e de drogas, contrabando de diamantes de sangue e lavagem de dinheiro seriam impossíveis sem o envolvimento de funcionários corruptos nas instituições financeiras, nas alfândegas e nos prestadores de serviço em geral (SHELLEY, 2005; SAMPSON, 2010; CHRISTENSEN, 2011).

As distintas categorias encontradas que ilustram as atividades dos **clientes (in)desejados** encontrados no *corpus* foram: corrupção política em países periféricos; atuação dos HNWI; atuação de traficante de drogas; atuação de traficante de armas; atuação de financiadores do terrorismo; atuação de comerciantes de diamantes; e redes e associações entre criminosos.

A categoria de maior recorrência, **corrupção política em países periféricos**, refere-se à descrição dos clientes corruptos que operam em países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos, incluindo, nessa lista, políticos, seus familiares e agentes, cujo enriquecimento se deve ao contexto político em que estão inseridos e do qual se beneficiam, como ilustrado nesses dois fragmentos de texto:

Regularmente chamado de “homem da mala” de Assad - termo para alguém utilizado para gerenciar ou mover receitas da corrupção - Makhoulf está na lista de sanções dos EUA por “beneficiar-se da corrupção síria” desde 2008, e na lista de sanções de toda União Europeia desde a guerra civil na Síria em 2011.

Ele controla a maior companhia telefônica da Síria, bem como grande parte de seu sistema bancário, imóveis, lojas de departamentos e muito mais. Ele também é um importante financiador da rede de televisão *al-Mayadeen*, criada para concorrer com a bem conhecida *al-Jazeera* do Qatar (LEIGH, et al., 2015n, p.1) ... *refere-se ao primo do presidente sírio Bashar al-Assad, e, portanto, um PEP, mas cuja ocupação nas anotação vasadas no Swiss Leaks o referenciavam apenas como “Homem de negócios/ Assessor do Ministério da Indústria”.* Ainda nos dados, constavam diversas contas no HSBC em seu nome, com saldo de até US\$ 15 milhões em 2006.

O escândalo de suborno da *Halliburton* data de 1994, quando o governo nigeriano lançou planos ambiciosos para a construção do projeto de gás natural liquefeito de *Bonny Island*.

Tesler era então, em suas próprias palavras, “um simples advogado” do norte de Londres. Ele cresceu de conselheiro em acordos imobiliários de nigerianos sediados no Reino Unido, para saborear relações com sucessivos governos civis e militares nigerianos.

Tesler começou a planejar os pagamentos de suborno em 1994 e transferiu pequenas quantias através da Suíça em julho de 1996. Mas, em 2003, seu papel aumentara.

Em um episódio descarado na capital nigeriana, Abuja, Tesler dirigiu a entrega de uma mala de viagem com US\$ 1 milhão em notas de US\$ 100 no *hall* de um hotel de luxo, onde o custo por noite em uma suíte pode exceder a média da renda anual do país de US\$ 3.000. Foi uma, das pelo menos 20 transferências de dinheiro que Tesler fez ou coordenou. O dinheiro foi destinado ao partido governista da Nigéria, por meio da companhia estatal de petróleo e gás, a *Nigerian National Petroleum Corporation* (NNPC), de acordo com um relatório oficial da Nigéria (FITZGIBBON, 2015, p.1) ... *refere-se à dinâmica de atuação do advogado britânico Jeffrey Tesler, responsável pelos pagamentos aos políticos nigerianos, em nome do consórcio constituído para o projeto, no qual estava a empresa Halliburton.*

A segunda categoria, **atuação dos HNWI**, se refere à descrição do estilo de vida, à história pessoal e de família, bem como ao relacionamento com bancos e outros agentes financeiros de pessoas classificadas como de alta renda, de forma geral, nem todos ligados a operações ilícitas. Entretanto, por se tratar de reportagens investigativas, a maioria dos citados nos textos têm algum indício de envolvimento em fraudes, como exemplificado a seguir:

Alguns clientes ricos simplesmente tentam usar brechas artificiais - por exemplo, *trusts offshore* ou peculiaridades históricas, como as notórias isenções fiscais para “não-domiciliados” britânicos. Para os críticos, eles podem ter explorado ou até mesmo, estendido a lei, mas eles não a quebraram.

Esses típicos empresários britânicos, como Rod Aldridge e Paul Pindar, respectivamente fundador e ex-executivo-chefe da Capita, engordaram com contratos

do governo, enquanto estabeleciam *trusts* suíços com o HSBC, que eram perfeitamente legais. [...]

Pindar colocou 16 milhões de libras em suas ações no exterior, mas quando os regulamentos se apertaram, ele abandonou a Suíça. O banco registrou: “Ele mencionou que as leis tributárias do Reino Unido mudaram muito para sua desvantagem e que ele não poderia mais economizar muitos em impostos com seus dois *trusts*. Ele só estava pagando taxas ... para não ter muitas vantagens.” (LEIGH, et al., 2015c, p.2) ... *esclarecimento sobre a prática comum entre indivíduos de alta renda de utilizarem estruturas offshore para elisão fiscal, usufruindo de brechas legais nos seus países de origem.*

Von Opel, um importante doador do Partido Conservador citado nos arquivos do HSBC, é bisneto do empresário automotivo alemão Adam Opel. Ele tem lares no Reino Unido e uma esposa britânica, mas disse ao *The Guardian* que é residente suíço. Desde que se mudou para a Suíça quando criança, Von Opel tem sido um exilado de impostos, gerenciando sua fortuna a partir daí. Seu escritório disse que nenhuma das contas da Von Opel foi usada para fugir ou evitar impostos. Eles acrescentaram: “O Sr. von Opel ... é um suíço e residente suíço desde 1973.” (LEIGH, et al., 2015j, p.1) ... *referência à prática comum de elisão fiscal possível aos indivíduos de alta renda que herdaram a situação fiscal de “não domiciliado” britânico, mesmo que, de fato, possam ser considerados domiciliados no Reino Unido.*

A categoria **atuação de traficantes de drogas** refere-se aos procedimentos, citações ou esclarecimentos, relacionando a dinâmica do tráfico de drogas e seu envolvimento com o sistema financeiro, seja nas transações comerciais com usuários e outros traficantes ou nas relações com instituições financeiras locais e internacionais, como ilustrado a seguir:

A ação diz que a lavagem de dinheiro é essencial para a prosperidade dos cartéis porque “sem a capacidade de colocar, encobrir e integrar seus lucros ilícitos na rede financeira global, a capacidade dos cartéis de corromper autoridades policiais e públicas e adquirir pessoal, armas, munições, veículos, aviões, dispositivos de comunicação, matérias-primas para a produção de drogas e todos os outros instrumentos essenciais para suas operações seriam substancialmente impedidos.” (DART, 2016, p.2) ... *esclarecimento sobre a dinâmica de cumplicidade dos traficantes de drogas com o sistema financeiro, utilizada como argumento em ação judicial movida, nos EUA, por familiares de mortos por traficantes no México, com base na Lei Antiterrorismo.*

Um dos que receberam dinheiro em espécie e dólares foi Arturo del Tiempo Marques, um promotor imobiliário condenado em 2013 a sete anos de prisão na Espanha por contrabando de cocaína. Ele controlou até 19 contas HSBC contendo mais de US\$ 3 milhões (RYLE, et al., 2015b, p.8) ... *referente à identificação de um traficante de drogas condenado em período posterior ao dos dados vazados, mas que possuía um padrão de atividades suspeitas, como retiradas em moeda estrangeira e grande quantidade de contas em seu nome. Foi um dos traficantes de drogas identificado entre os clientes do HSBC Private Bank segundo dados do Swiss Leaks.*

Outra categoria de clientes é apresentada como **atuação de traficantes de armas**, referindo-se aos procedimentos ou esclarecimentos sobre a dinâmica do comércio e tráfico de armas, bem como ao seu envolvimento com o sistema financeiro, seja nas transações comerciais entre compradores e fornecedores, no estabelecimento de operações ou nas relações com instituições locais e internacionais, como exemplificado nos fragmentos abaixo:

Na época da revolta na Libéria, o governo da Guiné, nação vizinha da África Ocidental, onde a Katex operava, há muito tempo era suspeito de apoiar os rebeldes liberianos. Em julho de 2002, o Ministério de Assuntos Urbanos e Habitação da Guiné assinou um contrato de US\$ 35 milhões com a Katex para a construção de casas e armazéns. O dinheiro foi transferido para a conta HSBC da Katex em Genebra.

Especialistas da ONU investigaram as remessas da Katex de 8 de novembro de 2002 à 5 de agosto de 2003, incluindo uma remessa para o Ministério da Defesa em 30 de junho, pouco antes do cerco na Libéria. O relatório ao Conselho de Segurança informou que uma companhia aérea ucraniana entregou o carregamento em voos originados na Ucrânia. Autoridades e funcionários de companhias aéreas afirmaram que eles não continham armas. Mas os observadores da ONU estabeleceram que as armas foram carregadas em uma parada em Teerã, no Irã.

"O Painei entende que a Katex importou armas e munição durante os últimos dez meses", disse o relatório, acrescentando que os observadores suspeitavam de negócio de armas quando viram caixas de madeira verde rotuladas como "detergente", importadas pela Katex na companhia aérea ucraniana, em caminhões militares. "A declaração de carga incorreta é ... uma tática comum para disfarçar as remessas de armas", disseram os especialistas da ONU. (FITZGIBBONI; HAMILTON, 2015b, p.3) ... *refere-se à investigação das Nações Unidas sobre uma das operações de tráfico de armas realizada pela empresa Katex, para alimentar a guerra civil na Libéria. A empresa e seu proprietário estão entre os clientes do HSBC Private Bank Swiss que, mesmo com as sanções internacionais, mantiveram contas até 2006.*

"Os traficantes de armas confiam em contas bancárias anônimas como as oferecidas por instituições financeiras suíças para disfarçar suas identidades e esconder o produto de suas entregas de armas no mercado negro", disse Kathi Austin, especialista em tráfico de armas e Diretora Executiva do *Conflict Awareness Project* em uma entrevista com o ICIJ (FITZGIBBONI; HAMILTON, 2015b, p.3) ... *esclarecimento de uma especialista sobre a importância da convivência do sistema financeiro para o desenvolvimento de operações de tráfico de armas.*

Semelhantemente, mas com particularidades, a **atuação de financiadores do terrorismo** refere-se à descrição de eventos relacionados às operações de terroristas e seus financiadores, bem como ao seu envolvimento com o sistema financeiro, seja nas transações comerciais, no estabelecimento de operações ou nas relações com instituições financeiras locais e internacionais. Diferem-se da dinâmica dos traficantes de armas devido a sua orientação, em princípio, de ordem política e não somente monetária, como mostrado nos fragmentos de texto a seguir:

Os links dos clientes do HSBC com a Al Qaeda foram levantados publicamente pela primeira vez no relatório do Senado norte-americano de julho de 2012, citando uma suposta lista interna de benfeitores financeiros da Al Qaeda. O relatório do Senado disse que a lista veio à tona após uma busca nos escritórios bósnios da *Benevolence International Foundation*, uma organização sem fins lucrativos sediada na Arábia Saudita que o Departamento do Tesouro dos EUA designou como uma organização terrorista.

Osama bin Laden, o cérebro por trás dos ataques de 11 de setembro, referiu-se à lista manuscrita dos 20 nomes como a "Corrente Dourada".

A partir do momento em que os nomes da lista da Corrente Dourada foram divulgados em reportagens na primavera de 2003, o subcomitê do Senado declarou que o HSBC deveria estar "atento" e ciente de que essas poderosas figuras empresariais eram clientes de alto risco (RYLE, et al., 2015b, p.14) ... *refere-se à explicação de como os financiadores do terrorismo formam redes internacionais e utilizam o sistema financeiro. Mesmo sendo conhecidos desde 2003, foram associados às atividades do*

HSBC nos EUA e entre os clientes da afiliada suíça do banco, com três nomes da “Corrente Dourada” nos dados do Swiss Leaks.

[...] a Lei Antiterrorista dos EUA, que permite que sobreviventes de atos terroristas exijam indenizações de organizações que fornecem apoio material a terroristas. O HSBC e vários outros bancos são alvo de uma ação de soldados dos EUA acusando-os de financiar terroristas que atacaram as tropas americanas no Iraque.

O Arab Bank, sediado na Jordânia, foi processado com sucesso por cidadãos norte-americanos que apresentaram ações sob a Lei Anti-Terrorismo. Ele foi acusado de facilitar os ataques do Hamas (DART, 2016, p.2) ... *refere-se ao esclarecimento de como os bancos tem sido reconhecidos por cumplicidade com os financiadores do terrorismo, e, pelo menos em alguns casos nos EUA, responsabilizados legalmente.*

A **atuação de contrabandistas de diamantes** se refere outro grupo de clientes e inclui a descrição dos procedimentos ou esclarece sobre a dinâmica do comércio de pedras preciosas, muitas vezes, com evidências de crimes, como o envolvimento com “diamantes de sangue”, tal como exemplificado nos textos expostos na sequência:

O comércio de diamantes, cujo centro mundial é Antuérpia, a maior cidade da Bélgica, mantém vestígios de antigas formas de comércio que o tornam altamente suscetível à atividade do mercado negro. Secreto, claustro, ainda funciona com dinheiro e um aperto de mão (CHITTUM, 2015, p.1) ... *refere-se à breve descrição sobre o principal centro mundial de comércio de diamantes, ressaltando fatos que insinuam tratar-se de um mercado com clientes de risco, questões que foram negligenciadas pelo HSBC Private Bank Swiss, visto que contrabandistas, sancionados ou condenados, foram identificados como clientes no Swiss Leaks.*

Diamantes de sangue, ou diamantes de conflito, são termos usados para gemas extraídas em zonas de guerra que depois são vendidas para financiar mais guerras. Diamantes extraídos durante as recentes guerras civis em Angola, Costa do Marfim, Serra Leoa e outras nações receberam o rótulo.

"Os diamantes têm uma longa história de estarem ligados a conflitos e violência", disse Michael Gibb, do grupo internacional de direitos humanos *Global Witness*. "A facilidade com que os diamantes podem ser convertidos em ferramentas de guerra, quando não fornecidos de forma responsável, é surpreendente." (RYLE, et al., 2015b, p.13) ... *esclarecimento de especialista sobre dinâmica dos traficantes de diamante, especificamente, da sua associação com a violência e as guerras africanas.*

Por fim, as **redes e associações entre criminosos** referem-se aos relacionamentos, por vezes, não formais, estabelecidos entre agentes criminosos, como, por exemplo, patrocínios, compra e venda, investimentos, sociedades e intercâmbio de informações privilegiadas, com o intuito de realizar operações lucrativas e ilícitas, valendo-se do conluio com o sistema financeiro. A seguir, seguem trechos ilustrativos dessas ocorrências:

Ele teria começado seu grande comércio de armas por diamantes em guerras civis africanas durante os anos 1990, em violação aos embargos da ONU. Um relatório do Conselho de Segurança de 2001 encontrou “fontes muito confiáveis” que relataram um acordo secreto que, em troca de um acordo dando a Gertler o monopólio dos direitos de diamante no Congo, o israelense “concordou em organizar, através de suas conexões com oficiais militares israelenses de alta patente, a entrega de quantidades não divulgadas de armas, bem como treinamento para as forças armadas congoleesas (CHITTUM, 2015, p.5) ... *refere-se à descrição sobre como se iniciaram as operações de Dan Gertler, um comerciante israelense de diamantes, amigo próximo*

do atual Presidente do Congo Joseph Kabila, e cliente do HSBC Private Bank Swiss segundo o Swiss Leaks.

Os bancos que concordaram com o acordo - *Barclays, Royal Bank of Scotland, Citigroup e JP Morgan Chase* - descreveram-se como “O Cartel” e usaram salas secretas e linguagem codificada para manipular as taxas de câmbio de referência para obter enormes lucros. O FBI disse que o esquema era criminoso “em grande escala”. De acordo com as transcrições da sala de bate-papo, publicada pelo Departamento de Serviços Financeiros de Nova York (DFS), um operador do *Barclays* em 2010 escreveu: “Se você não está enganando, você não está tentando.” (NEATE; TREANOR, 2016, p.2) ... *refere-se ao funcionamento da rede entre operadores de diferentes bancos para manipular as taxas de câmbio, em uma ação conscientemente criminosa, como demonstra o comentário final de um operador. Em 2015, esses bancos fecharam um acordo de liquidação com as autoridades britânicas.*

Encerramos esta subseção com a apresentação das categorias codificadas para compor o tema **clientes (in)desejados**, constituído por uma carteira de clientes e atores com estratégias diversificados, mas com um único interesse, que é o de lucrar com suas operações, mesmo que impliquem em vítimas, por vezes, fatais. A cumplicidade do sistema financeiro com esses atores remete a formas de acumulação de capital violentas, que ignoram e desprezam a vida, particularmente, aquelas distantes da metrópole, em uma versão contemporânea da dominação colonial, aproximando seus agentes de necrocapitalistas (BANERJEE, 2008a).

4.2.1.3 Desinformação

O tema nomeado como **desinformação** contém um conjunto de posturas e declarações dos acusados e indiciados em virtude do seu envolvimento, ou suposto envolvimento, em atividades ilícitas que se encaixam na definição de: deixar de informar ou, ainda, informar erroneamente (FERREIRA, 1986). A partir dessa descrição, encontramos padrões de desinformação que foram associados à cumplicidade pelo ardil subentendido nas estratégias manifestadas.

Desde a simples negação, passando pelas alegações de que padrões antigos permitiam essas falhas, mas que não havia intenção, até esclarecimentos de que novas regras foram implementadas, são todas declarações que permitiram constatar padrões ritualizados dos bancos suíços como culpabilização de agentes do passado, alegações ao público de arrependimento, além de tolerância e conivência recorrentes com as contravenções conhecidas de seus clientes (CARLIN; LOKANAN, 2018). Observa-se, então, uma lacuna entre a prática organizacional interna, direcionada para resultado e lucro, e os discursos corporativos para o público externo (SIKKA, 2010; DION, 2013).

As distintas categorias que compuseram o tema e ilustram a **desinformação** encontrada no *corpus* são: negação de potencial contravenção; alegação de que essas falhas não ocorrem mais; apoio às investigações e reformas; dissimulação; admissão de culpa, mas não de dolo; e silêncio diante de indícios e acusações.

A categoria **negação de potencial contravenção** refere-se ao conjunto dos posicionamentos que contêm declarações de inocência por parte dos indivíduos e instituições indiciados nas investigações ou citados em reportagens e vazamentos de dados. De forma geral, esses são os pronunciamentos padrões aos jornalistas, bem como em processos, em tribunais ou para outras fontes de acusação, como ilustrado nos fragmentos abaixo:

Outros negaram irregularidades ou não ofereceram explicações para suas retiradas quando contatados pelo *The Guardian*. Na ausência de qualquer explicação, não é possível avaliar se as retiradas foram para fins legítimos.

Arlette Ricci, a herdeira do perfume *Nina Ricci*, tinha o equivalente a £15 milhões em contas suíças. O banco forneceu-lhe 10 pacotes de € 7.500 cada ao longo de 2005, totalizando cerca de € 60.000. Ela nega todas as transgressões (LEIGH, et al., 2015f, p.2) ... *referência ao posicionamento de clientes do banco quando foram questionados por associação com evasão fiscal ou por terem sacado volumes expressivos em dinheiro, segundo notas do Swiss Leaks. Arlette Ricci foi a primeira acusada entre 50 cidadãos franceses processados por evasão fiscal (LEIGH, et al., 2015g).*

Respondendo às perguntas do *The Guardian*, uma porta-voz da Queiroz Galvão disse que o grupo "nega pagamentos ilícitos a funcionários públicos para obter contratos ou benefícios", acrescentando que os contratos e atividades da empresa cumprem a lei brasileira. Ela disse: "A Queiroz Galvão afirma que quaisquer ativos de acionistas da companhia que possam existir em contas bancárias fora do Brasil foram estritamente registrados sob a lei brasileira e informados às autoridades legais" (DAVIES, 2015b, p.3) ... *referência ao questionamento de jornalistas quanto à identificação de membros da família Queiroz Galvão e executivos seniores das empresas como clientes do HSBC Private Bank em Genebra, feita um ano após o início da operação "Lava-jato".*

Outra categoria bastante presente, principalmente, por parte do HSBC, foi a **alegação de que essas falhas não ocorrem mais** encontrada em declarações, muitas vezes, expressando arrependimento dos indiciados e reconhecendo que estruturas, condições ou procedimentos não adequados, e falhos, existiam em seus negócios em determinado momento do passado, mas foram revisados ou substituídos por outros mais adequados ou, ainda, de padrão superior, como exemplificado nos trechos a seguir:

Reconhecemos e somos responsáveis por falhas passadas de conformidade e controle. Demos passos significativos nos últimos anos para implementar reformas e sair de clientes que não atendiam aos novos e rigorosos padrões do HSBC. O HSBC *Private Bank Swiss* reduziu sua base de clientes em quase 70% desde 2007 (LEIGH, et al., 2015b, p.1) ... *esclarecimentos do banco frente as acusações que surgiram a partir da publicação dos vazamentos de dados da afiliada suíça, utilizando como argumento a redução da quantidade de clientes que, supostamente, possuíam contas secretas para ocultação de patrimônio e evasão fiscal.*

Em um comunicado, o banco afirma que a "cultura de conformidade e os padrões de *due diligence* do banco suíço ... eram significativamente menores do que são hoje." O HSBC disse que desde então, introduziu uma iniciativa de transparência fiscal sob a qual "termos e condições revisados permitiram que o banco privado recusasse uma solicitação de saque em dinheiro e colocasse controles rigorosos sobre saques de mais de US\$ 10.000." (LEIGH, et al., 2015e, p.3) ... *esclarecimentos sobre a mudança dos padrões de controle, se referindo à quantidade de clientes da filial suíça que possuíam contas secretas para ocultação de patrimônio e evasão fiscal, muitas delas movimentadas através de saques com valores consideravelmente altos e não notificados às autoridades como previsto na legislação local.*

Em uma declaração ao *The Guardian*, o HSBC disse que melhorou os controles financeiros em sua filial suíça nos últimos anos. "Nós nos retiramos de mercados onde não podemos conduzir a devida diligência com um padrão satisfatório em nossos clientes", disse. "Revisamos anualmente todas as pessoas politicamente expostas nos níveis mais altos do grupo e usamos nossa unidade de inteligência financeira para apoiar esse processo."

Em 2007, a operação bancária suíça do HSBC tinha clientes em 150 países, disse o banco. Atualmente está reduzindo essa quantidade para menos de 50 (LEIGH, et al., 2015n, p.3) ... *esclarecimento do banco alegando reformas realizadas desde 2007, contestando a acusação de fragilidades no monitoramento de clientes levantada a partir da identificação envolvidos em corrupção nos dados do Swiss Leaks.*

Na categoria **apoio às investigações e reformas**, encontram-se declarações dos indiciados, formalizando apoio às investigações realizadas pelas autoridades sobre seu negócio ou suas operações, apoio às reformas legais e regulatórias nos setores bancário e fiscal, bem como declarações de autopromoção, como divulgação de investigações e reformas internas em função das denúncias. Não se investigaram, nesses casos, a veracidade e a sinceridade das declarações, mas, sim, a postura dos indiciados, como mostrado nos fragmentos abaixo:

O HSBC disse em seu comunicado ao ICIJ que estava "totalmente comprometido com a troca de informações com as autoridades relevantes" e estava "ativamente buscando medidas que garantam que os clientes sejam transparentes, mesmo antes de uma exigência legal ou regulatória para fazê-lo. Também estamos cooperando com as autoridades relevantes que investigam essas questões." (RYLE, et al., 2015b, p.10) ... *declaração padrão de apoio emitida pelo banco, referindo-se as diversas investigações iniciadas em diferentes países com os dados compartilhados pelo governo francês desde 2010, antes mesmo do Swiss Leaks.*

O banco disse que está no caminho certo para ter sua estrutura de políticas de combate à lavagem de dinheiro e sanções em vigor até o final deste ano, embora Cherkasky tenha descoberto questões ao longo do caminho.

"O HSBC está determinado a impedir que criminosos acessem o sistema financeiro", disse o banco (DAVIES, 2017b, p.2) ... *declaração padrão do banco, em meio as investigações de envolvimento com o Guptagate, mesmo após as ressalvas quanto a pouca velocidade do processo interno do banco, expressas por Michael Cherkasky, monitor interno responsável por avaliar as reformas, como parte do DPA de 2012.*

Na seguinte categoria, **dissimulação**, observam-se os posicionamentos dos citados ou acusados, utilizando técnicas de comunicação para induzir ao erro ou passar uma imagem falsa da realidade. Inclui-se também a mudança do foco da questão mediante a supressão ou ocultação de informações, minimização da importância ou

modificação do sentido, inferências feitas pelos próprios jornalistas, direta ou indiretamente, nas próprias reportagens. Abaixo, seguem dois fragmentos ilustrativos:

Em uma entrevista com a *al-Arabiya* [canal televisivo de notícias pan-árabe] poucos dias antes da queda de Mubarak, Rachid rejeitou alegações sobre sua riqueza como "mentiras claras", acrescentando que ele havia lutado para "combater a corrupção contra personagens proeminentes e poderíamos ter feito muito mais". Rachid disse que ele estava "pronto para interrogatório" pelas autoridades, mas não retornou ao Egito após a renúncia de Mubarak (LEIGH, et al., 2015n, p.2) ... *declarações resgatadas pelos repórteres do Swiss Leaks, relativas à defesa de Rachid Mohamed Rachid, Ministro da Indústria do então presidente do Egito, Hosni Mubarak, antes da revolução no final de 2010, conhecida por Primavera Árabe. Ambos eram clientes do HSBC Private Bank Swiss.*

Gauke, o Ministro do Tesouro *Tory* [referência britânica ao Partido Conservador], disse que a responsabilidade primária pelo escândalo era do HSBC, mas ele também criticou o Partido Trabalhista.

Balls foi secretário econômico do Tesouro durante o período coberto pelos arquivos do HSBC, que são um retrato do comportamento do banco entre 2005 e o início de 2007.

"A principal responsabilidade aqui é do HSBC, mas essa evidência lança luz sobre o que estava acontecendo quando os bancos não estavam se comportando como deveriam, e a evasão fiscal e tributária foi muito predominante, e seria muito interessante saber o que Ministro da *City* [referência às instituições financeiras inglesas] na época estava fazendo. Ed Balls tem perguntas para responder, francamente." (WINTOUR, et al., 2015, p.4) ... *declaração feita por David Gauke a Câmara dos Comuns, frente a solicitação de esclarecimentos sobre o caso HSBC após a divulgação do Swiss Leaks. Os questionamentos envolviam a administração do então Primeiro Ministro, David Cameron, abordando a atuação das autoridades fiscais frente às informações recebidas da França em 2010 e sobre a nomeação de Lord Green em 2011, poucos meses depois de terem recebido informações sobre o HSBC. Entretanto, a resposta de Gauke tenta direcionar a questão para a responsabilidade das autoridades do período anterior.*

A categoria denominada **admissão de culpa, mas não de dolo** refere-se a um conjunto de posicionamentos dos acusados em que há, explicitamente, ou não, admissão da conduta voluntária na realização do ato, mas sem a intenção de causar o resultado danoso, havendo alegações de negligência, imprudência ou imperícia, que acabaram levando ao resultado "inesperado". Culpa e dolo são termos jurídicos que foram utilizados nessa definição, de forma geral, estabelecendo a diferença entre atos voluntários que causam danos sem intenção *versus* aqueles que tiveram o intuito e o conhecimento das possíveis consequências, como exemplificado nestes dois fragmentos de texto:

"Não há dia em que eu não me arrependa da minha fraqueza de caráter", disse o advogado britânico contrito em um tribunal de Houston. "Eu me permiti aceitar padrões de comportamento em uma cultura de negócios que nunca podem ser justificados. Eu aceitei o sistema de corrupção que existia na Nigéria. Eu fiz vista grossa para o que estava acontecendo, e sou culpado das ofensas cometidas".

O advogado, Jeffrey Tesler, falou no final de sua audiência de sentença de 2012 depois de se declarar culpado de acusações de corrupção nos EUA por seu papel no que ficou conhecido como o escândalo de suborno da *Halliburton* (FITZGIBBON, 2015, p.1) ... *trecho da declaração no qual, apesar de se declarar culpado, o advogado rejeita*

a intenção de causar o mal resultante da sua participação no esquema, declarando que foi, de forma geral, negligente e tomado pelas circunstâncias.

Em sua curta expressão de “arrependimento” após a desgraça do HSBC no México e na Colômbia, Lord Green falou timidamente em 2012 sobre “falhas de implementação”, mas nunca se sujeitou a questionar o motivo pelo qual elas aconteceram (PRATLEY, 2015, p.3) ... *posicionamento do jornal The Guardian em reportagem sobre o Swiss Leaks, criticando o suposto arrependimento e a falta de explicações nas poucas declarações públicas de Lord Green, então presidente do HSBC, tanto no período das acusações dos EUA em 2012, quanto naquele referente aos dados vazados do HSBC Private Bank Swiss.*

A última categoria que compõe esse tema é o **silêncio diante de indícios e acusações**, referindo-se à opção de indivíduos e instituições, financeira ou governamentais, citados nas investigações ou reportagens de não comentarem, quando questionados pela mídia, sobre qualquer fato, indício ou investigações em que seu nome seja citado, tratando-se, na maioria dos casos, de repostas padrões. Para eventos relacionados com instituições lotadas em jurisdições onde há legislação de sigilo bancário, este é, usualmente, o argumento utilizado.

"Não queremos dar nenhum comentário sobre esse assunto", disse John Maes, advogado de Shallop, ao ICIJ. "Meu cliente não quer que seu nome seja mencionado em nenhum artigo por motivos de privacidade." (CHITTUM, 2015, p.3) ... declaração referente a solicitação de comentários pelo aparecimento de Emmanuel Shallop na lista dos clientes com atividades suspeitas no Swiss Leaks. Uma nota do banco de 2005 diz que ele estava sob pressão das autoridades belgas por fraudes fiscais em seus negócios. Em 2010 ele foi condenado na Bélgica por negociar com "diamantes de sangue".

O HSBC diz que não comentará muitas das alegações específicas por causa de investigações criminais em andamento e por causa das leis suíças de sigilo bancário (LEIGH, et al., 2015d, p.3) ... *declaração padrão do banco na ocasião da divulgação do Swiss Leaks, utilizando o sigilo bancário como subterfúgio legal para o silêncio.*

Encerramos, assim, a última subseção relacionada ao tema final **cumplicidade**, ilustrando as categorias que compõem o tema **desinformação**. Nota-se que indivíduos ou corporações que atuam globalmente acabam fugindo à responsabilidade quando se associam a contraventores, obtendo benefício econômico à custa dos direitos das comunidades fraudadas, ou mais além, dos direitos humanos, por reconhecerem a improbabilidade de serem responsabilizados em um tribunal (BANERJEE, 2008a). Respaldados por seus discursos de ética e responsabilidade corporativa (BANERJEE, 2008b), negar, dissimular e silenciar são versões de uma mesma estratégia para garantir a **impunidade**, que foi o segundo tema principal identificado nesta pesquisa, tal como apresentado na próxima subseção.

4.2.2 Impunidade

Diferentes formas de poder, seja institucional, material ou discursivo, operam na atual economia política regida pela globalização, permitindo a articulação de formas de acumulação de capital que se utilizam, ou resultam, de violência e morte. Nesse contexto, corporações multinacionais acabam por se eximirem da responsabilidade ao se associarem a esses regimes repressivos (BANERJEE, 2008a), ativa ou passivamente, como no caso das instituições financeiras que permitem a lavagem de dinheiro do tráfico ou da corrupção por meio de complexas transações, envolvendo remessas de dinheiro sem fiscalização, contas em paraísos fiscais e empresas e fundos *offshore* envoltos em camadas de sigilo.

Essa “área cinzenta” da cumplicidade corporativa, na qual a extração de benefícios econômicos se origina, inúmeras vezes, da violação de direitos humanos ou da penalização do bem-estar social de todo um país, é de difícil comprovação perante um Tribunal de Justiça. Assim, torna-se um padrão observar que “as corporações transnacionais parecem operar com impunidade [...] no que diz respeito ao domínio do direito internacional” (BANERJEE, 2008a, 1557).

Particularmente, no setor financeiro, quando são grandes o suficiente para serem classificadas como “sistemicamente importantes”, essas corporações usufruem da impunidade de uma forma peculiar em virtude da ausência de compensação entre as sanções passíveis legalmente e a dimensão dos ilícitos e seus efeitos para a sociedade (SIKKA, 2008; HARDOUIN, 2017). A responsabilização criminal dos indivíduos envolvidos e, nesses casos, inclusive, dos executivos seniores, vem sendo discutida como, provavelmente, uma das ações mais eficientes na busca desse equilíbrio entre penalizações e crimes (BREUER, 2012a; GLOBAL WITNESS, 2015; HARDOUIN, 2017).

O tema final da **impunidade** foi encontrado a partir da associação de seis temas intermediários: **justiça autorizada, negligência, imperícia, ligações perigosas, indiferença e disrupção**. A impunidade revela uma outra face dos esquemas de corrupção transnacional sob o ponto de vista do sistema financeiro. Enquanto a cumplicidade refere-se à associação desses atores em conluio com os contraventores, a impunidade remete à associação com aqueles que, supostamente, deveriam coibir as fraudes e crime, ou seja, os membros do sistema político-legal e a própria justiça. O advérbio que se refere à “suposto” é utilizado porque a descrição dos fatos levanta dúvidas quanto à habilidade e/ou capacidade desses atores de agirem como esperado.

Os temas revelam aspecto do *corpus* encontrado na análise e apresentado no mapa temático final (Figura 9). Assim, o tema **justiça autorizada** representa a outra face do tema **impunidade**; enquanto os três temas seguintes, **negligência, imperícia e ligações perigosas**

expressam uma relação causal; o tema **indiferença** expressa uma relação de consequência; e o tema **disrupção**, por sua vez, um contraponto à sua própria existência. Nas subseções a seguir, iremos apresentar cada um desses temas intermediários associados à impunidade, descrevendo seu conteúdo e suporte teórico, suas categorias constituintes, bem como ilustrando com fragmentos de textos encontrados no *corpus* da pesquisa.

4.2.2.1 Justiça Autorizada

O tema **justiça autorizada** foi constituído a partir de um conjunto de fatos e interesses que se observou combinarem para garantir alguma eficiência da justiça com o estabelecimento de investigações, processos, execuções, prisões e outros aparatos jurídicos. Trata-se, portanto, de um contraponto à impunidade.

A corrupção se converteu em uma barreira à implantação de estratégias econômicas transnacionais pelos riscos econômicos e incertezas que se associam aos investimentos e, portanto, não é coincidência que a luta contra a corrupção mobilize os defensores da globalização econômica (WILLIAMS; BEARE, 1999; BRATSIK, 2014). Entretanto, essas ações ainda têm poucos resultados concretos e, por maiores que sejam os custos humanos e sociais, os incentivos distorcidos promovem, ao invés de coibir, a participação do sistema financeiro nas complexas redes estabelecidas para ocultar a corrupção. Assim, enquanto não houver responsabilização criminal de executivos seniores, com multas proporcionais e prisões, os bancos, dificilmente, se envolverão de forma efetiva nessa luta (GLOBAL WITNESS, 2015; HARDOUIN, 2017).

Utilizou-se o adjetivo “autorizada” na nomeação do tema para se contrapor àquela justiça que não é executada, que é falha ou que demonstra outros interesses que não os dos cidadãos que pertencem àquela comunidade. Essa fissura no comportamento esperado dos agentes da lei e do Estado foi encontrada ou expressa em diversas situações apresentadas nas reportagens e serão tratadas em outros temas que se associaram à **impunidade**.

Nesta subseção, apresentamos as categorias identificadas que compõem e exemplificam o tema **justiça autorizada**, sendo: atuação esperada da justiça; indignação com práticas financeiras ilícitas; colaboração entre jurisdições e instituições; interesses políticos favorecendo procedimentos legais ou processuais; e acusação criminal de pessoa física associada à instituição financeira.

Iniciamos pela categoria **atuação esperada da justiça**, que se refere às descrições e citações nas reportagens acerca de decisões e ações movidas pelos órgãos de justiça,

envolvendo a condução de investigações ou, quando conclusivas, o processamento e a execução de instituições e seus agentes quando os indícios de fraude ou crime se comprovam em algumas delas, não necessariamente se referindo ao caso em análise, mas a outras conduções associadas aos indivíduos ou instituições citadas, como exemplificado a seguir:

Promotores criminais na Argentina e na Bélgica também estão investigando a unidade suíça do HSBC, com sede em Londres, um dos maiores bancos do mundo, e alguns de seus clientes. Além disso, na Grécia, o ex-ministro da Fazenda, Giorgos Papaconstantinou, enfrenta acusações criminais de quebra de confiança por ter falsificado um documento oficial e negligenciado o dever devido a sua alegada omissão da lista quando a recebeu e a suposta remoção dos nomes de seus três parentes da lista (HAMILTON, 2015, p.2) ... *referindo-se às ações da justiça, com investigações e processos, em países que tiveram acesso aos dados compartilhados pela França em 2010.*

O chanceler pediu às agências de fiscalização do Reino Unido que investiguem se os grupos bancários britânicos HSBC e *Standard Chartered* estão ligados ao inquérito de corrupção da África do Sul sobre supostos laços entre a rica família Gupta e o presidente Jacob Zuma.

De acordo com cartas vistas pelo *The Guardian*, Philip Hammond passou as preocupações levantadas pelo ex-ministro do Trabalho, Peter Hain, para o *Serious Fraud Office* (SFO), a *National Crime Agency* (NCA) e a *Financial Conduct Authority* (FCA) (DAVIES; BURKE, 2017a, p.1) ... *referente à mobilização das autoridades britânicas nas investigações relativas ao envolvimento de instituições locais e casos de corrupção na África do Sul.*

A indignação com práticas financeiras ilícitas é uma categoria que reúne declarações de indignação e intolerância diante de condutas consideradas fraudulentas, criminosas ou antiéticas de instituições financeiras (bancos, escritórios de advocacia, imobiliárias, outros) e seus clientes, normalmente, referindo-se a um caso específico ou ao posicionamento da justiça. Além disso, tem um caráter de discurso, sendo normalmente pronunciados em assembleias e julgamentos e utilizando, por vezes, recursos como ironia e perguntas retóricas, conforme demonstram os dois fragmentos de texto a seguir:

Andrea Leadsom, Ministra do Tesouro, disse que as pessoas que erraram "não estarão de volta em uma sala de negociações com um grande salário" e que "tudo o que pode ser feito para punir esse tipo de comportamento" será feito.

Ela disse ao programa *Today* da BBC Radio 4 [radio britânica]: "É completamente repugnante. Eu acho que os contribuintes ficarão horrorizados ... Eu não sei se a corrupção é uma palavra forte o suficiente para isso (TREANOR, 2014, p.1) ... *declaração se referindo as investigações do caso de manipulação de taxas de câmbio por agentes bancários, divulgado pelas autoridades reguladoras britânicas e norte-americanas em 2014, resultando em valores "recordes" de multas para os bancos UBS, Citibank, JPMorgan, RBS, HSBC, Barclay e Bank of America.*

O ex-Ministro do Trabalho, Ian Austin, disse aos parlamentares que cerca de £100 bilhões são lavados em Londres todos os anos - mas apenas 0,17% disso foi congelado pelas autoridades.

"Nós também podemos ir a partir daqui, (sic) ir a *Heathrow* [aeroporto internacional de Londres] e colocar um sinal de boas-vindas para os assassinos e lavadores de dinheiro russos." (HOPKINS; HARDING; MASON, 2017, p.2) ... *declaração de caráter político em referência ao caso Global Laundromat, utilizando ironia para*

criticar o posicionamento britânico de leniência com a lavagem de dinheiro russo feita através das instituições financeiras e agências locais.

A categoria **colaboração entre jurisdições e instituições** refere-se à articulação de distintas jurisdições ou instituições (políticas, jurídicas, comerciais ou sociais) com troca de informações e documentos no intuito de auxiliar na prevenção e no combate às fraudes e crimes, apesar de não necessariamente serem efetivas. Os trechos a seguir ilustram essas questões:

Os arquivos secretos obtidos pelo ICIJ - cobrindo contas até 2007 associadas a mais de 100.000 pessoas físicas e jurídicas de mais de 200 nações - são uma versão das que o governo francês obteve e compartilhou com outros governos em 2010, levando a processos ou acordos com indivíduos por evasão fiscal em vários países. As nações cujas autoridades fiscais receberam os arquivos franceses incluem os EUA, Espanha, Itália, Grécia, Alemanha, Grã-Bretanha, Irlanda, Índia, Bélgica e Argentina (RYLE, et al., 2015b, p.2) ... *referência à colaboração do governo francês, inicialmente com outras nações e posteriormente com jornalistas, para conseguir concluir toda a análise dos dados.*

Na época, a agência de combate às fraudes disse que continuava a manter contato com o Departamento de Justiça dos EUA sobre sua investigação, que envolvia a ajuda de vários órgãos reguladores, incluindo o FCA e a Autoridade de Concorrência e Mercados, bem como a Polícia de Londres. O SFO não informou quais as empresas ou indivíduos que foram investigados (NEATE; TREANOR, 2016; p.3) ... *declaração sobre a manutenção da colaboração do SFO, feita em março de 2016, após terem se encerrado as investigações sobre manipulação do mercado de câmbio reveladas em 2014. Segundo o órgão britânico, apesar dos indícios, não havia evidências suficientes para montar uma acusação criminal, considerando o rigor exigido pela lei inglesa.*

A categoria **interesses políticos interferem em procedimentos legais ou processuais** consolida um conjunto de situações que demonstram interesses políticos que se estabelecem para interferir em acordos legais, *corpus* de leis ou procedimentos jurídicos que tenham como intuito coibir crimes financeiros. Por vezes, os interesses favorecem a justiça, mas, também, existem exemplos de que o sistema se fragilizou, conforme exemplificado nos dois trechos a seguir:

Seja qual fosse a intenção original de Falciani - seja vender os dados e enriquecer-se ou usá-los para expor as transgressões -, seu *timing* não poderia ter sido melhor. Os dados chegaram às mãos das autoridades francesas em um ano de Grande Recessão, a mais longa e profunda desde a Grande Depressão. Muitas nações europeias, desesperadas por receita, também enfrentavam uma reação popular contra a evasão fiscal que protegia os ganhos dos extremamente ricos e transferia a carga tributária para os menos capazes de pagar (HAMILTON, 2015, p.2) ... *referência à conjuntura econômica, incluindo necessidade de aumentar a arrecadação e satisfazer as pressões populares, que incentivou alguns países a intensificarem investigações dos nomes identificados no vazamento de dados do HSBC Private Bank Swiss.*

No início deste ano, como resultado do acordo que levantou as sanções econômicas contra o Irã em troca das partes chave de seu programa nuclear, os Estados Unidos removeram a Petropars e outras companhias petrolíferas controladas pelo Irã da lista negra da OFAC (FITZGIBBON; HAMILTON, 2016, p.6) ... *referência à retirada da empresa petrolífera iraniana da lista da OFAC como resultado de uma negociação*

entre estados, mas que pode fragilizar a exposição do sistema financeiro à lavagem de dinheiro, visto envolvimento histórico da Petropars com corrupção.

Por fim, a última categoria a compor o tema de **justiça autorizada** é a **acusação criminal de pessoa física associada à instituição financeira**, referindo-se aos indiciamentos ou acusações criminais de pessoas físicas associadas à instituição financeira envolvida no delito em causa, seja banco, escritório de advocacia, imobiliárias ou outros. Nessas situações, o indiciado pode ser diretamente responsável pela execução, coordenação ou aprovação da ação em si e as penas incluem privação de liberdade, devolução de valores envolvidos e/ou outras multas pecuniárias. Em muitas situações, a instituição também é responsabilizada, mas, na maioria dos casos, não criminalmente. Essa foi a categoria menos representativa do tema, coerente com as críticas de que existe impunidade no setor. Nos fragmentos de texto, a seguir, ilustramos dois exemplos:

Tesler foi condenado a 21 meses de prisão e perdeu US\$ 149 milhões de suas contas suíças para o governo dos EUA por servir como intermediário nos subornos pagos para garantir contratos para a KBR, antiga subsidiária da *Halliburton*, e os outros membros do consórcio, os japoneses da empresa JGC Corporation, a Technip de Paris, assim como a italiana ENI S.p.A. e sua subsidiária holandesa Snamprogetti Netherlands B.V. O dinheiro perdido ainda deve ser pago. Entre 2009 e 2011, os membros do consórcio pagaram multas que totalizaram mais de US\$ 1,5 bilhão por seu papel no esquema de suborno. Dois funcionários da KBR que haviam trabalhado com Tesler, Wojciech Chodan e Albert (Jack) Stanley, ex-presidente e CEO da KBR, foram sentenciados a um ano de liberdade vigiada e 30 meses de prisão, respectivamente (FITZGIBBON, 2015, p.4) ... *referente à execução criminal em 2012, descrevendo as penas financeiras e de prisão para o principal responsável pela operacionalização dos pagamentos e mais dois envolvidos no caso conhecido como escândalo de suborno da Halliburton.*

Eles são os primeiros a serem acusados em conexão com a investigação de longa data do governo dos EUA sobre o suposto *rigging* [manipulação de taxas] por banqueiros em um mercado de câmbio de US\$ 5,3 trilhões (£4 trilhões) ao dia (NEATE; TREANOR, 2016, p.1) ... *referindo-se à execução criminal em 2016, com penas financeiras e prisão, dos executivos do HSBC. Mark Johnson, chefe global de comércio de divisas, e Stuart Scott, chefe europeu de câmbio, foram acusados de manipular o mercado de câmbio em duas transações específicas em 2010 e 2011. A instituição também foi acusada, e aceitou um DPA em 2018, com multa financeira de US\$ 101,5 milhões.*

Encerramos esta subseção com a apresentação das categorias associadas ao tema **justiça autorizada**, elaborando, assim, o primeiro tema que esclarece o funcionamento da **impunidade** colonial, bem como o papel das grandes corporações do sistema financeiro em fraudes e crimes. A justiça exercida, pautada na presunção de igualdade jurídico-política que caracteriza o moderno Estado-nação, ao mesmo tempo mostra o conflito com outro signo de sua natureza nesse sistema de poder, revelando que a representatividade política de alguns setores da economia (QUIJANO, 2002) lhe autoriza a ser coerciva, mas somente em partes.

4.2.2.2 Negligência

Utilizou-se emprestado o termo jurídico **negligência**, considerado aqui, de forma genérica, como falta de cuidado e atuação esperada, para denominar uma categoria na qual um conjunto de situações e circunstâncias acabam por favorecer a corrupção através da **impunidade** dos agentes financeiros em virtude da ausência de medidas coercitivas suficientes. Na categoria anterior, observou-se a ação das autoridades, mas de uma forma “branda” quando comparado com o dano real ou potencial que se pretendia reparar. Nesta, nota-se o conhecimento das autoridades sobre circunstâncias que, potencialmente, incentivam a formação de carteis, lavagem de dinheiro, evasão fiscal e corrupção, tais como, sigilo bancário e ambientes regulatórios deficientes, mas não são definidas medidas regulatórias à altura (SIKKA, 2008), o que, muitas vezes, sugere uma falta de interesse político das autoridades e governantes (CHRISTENSEM, 2011).

As categorias que se associam para compor o tema **negligência** encontradas no *corpus* foram denominadas: acordos DPA e similares; competição do mercado financeiro, incitando fraudes; segredo financeiro favorece operações ilícitas; regimes especiais de regularização cambial e tributária; e não acusação criminal de pessoa física.

Iniciamos pela apresentação da categoria **acordos DPA e similares**, que são acordos que encerram investigações com a suspensão condicional, ou total, do processo criminal, implicando em outras penalizações pelo delito. Em alguns países, como EUA e UK, o modelo mais conhecido desse acordo é Acordo de Acusação Diferida, ou na sigla em inglês, DPA, mas podendo possuir outros nomes em países diferentes. De forma geral, em função de questões como a natureza do delito, colaboração da empresa na condução das investigações e seu compromisso de não recorrência, suspende-se temporariamente a acusação criminal e aplica-se multa pecuniária, com recuperação de valores quando pertinente e instituição de monitores internos independentes pelo prazo de vigência do acordo. Após esse período, se atendidos os critérios estabelecidos no acordo, o processo criminal é arquivado pelas autoridades, o que é considerado por alguns críticos como um processo excessivamente tolerante e, por isso, negligente, visto que as dimensões limitadas da sanção não inibem a disposição da instituição ao risco. A seguir, apresentamos dois trechos encontrados nas reportagens como ilustração do conteúdo dessa categoria:

Eles agora operam sob um monitor aprovado pelo tribunal dos EUA e um acordo de cinco anos de deferimento do processo criminal que pode ser rescindido, resultando em processo judicial, se violar o acordo ou cometer outros crimes. O HSBC pagou US\$ 1,9 bilhão em multas e concordou com reformas no atacado para lidar com lapsos

nos controles de combate à lavagem de dinheiro e *due diligence* identificados em informações de quatro acusações criminais registradas no caso.

A multa - o maior acordo bancário na história dos EUA na época - equivalia a menos de dois meses de lucro para a matriz, que começou em Hong Kong, um posto colonial britânico, e Xangai, no final do século XIX. Agora é uma gigante financeira global com 54 milhões de clientes, escritórios em 75 países e ativos de cerca de US\$ 2,7 trilhões (SMITH; BABCOCK, 2015, p.2) ... *refere-se à descrição dos termos do acordo DPA assumido pelo HSBC em 2012, criticando as dimensões da sanção, no caso a multa financeira, em relação ao porte e a lucratividade da empresa.*

O HSBC foi condenado a pagar um valor recorde de 40 milhões de francos suíços (£28 milhões) e recebeu uma advertência final das autoridades de Genebra por "deficiências organizacionais" que permitiram a lavagem de dinheiro na subsidiária suíça do banco.

O acordo significa que a Suíça não processará o HSBC ou publicará as conclusões de sua investigação sobre a suposta lavagem de dinheiro agravada. Mas o promotor-chefe de Genebra, Olivier Jornot, advertiu que o banco está em aviso, dizendo: "Esta é uma desculpa que só será aplicada uma vez." (GARSIDE, 2015b, p.1) ... *refere-se à descrição de um acordo de não processamento criminal concluído pela justiça suíça com o HSBC em 2015, no qual, apesar de conter a maior multa financeira já aplicada pelas autoridades locais, deixa transparecer a insatisfação do promotor-chefe.*

A **competição do mercado financeiro incitando fraudes** é uma categoria que se refere às declarações e opiniões encontradas no corpus que associam, explicitamente, a dinâmica do mercado financeiro capitalista, racional, competitivo e global com a ocorrência de crimes e fraudes, uma vez que ao burlar ou negligenciar regras específicas, criam-se formas de aumentar a lucratividade institucional e/ou pessoal, seja ampliando a carteira de clientes pelo tratamento "diferenciado"; otimizando impostos; manipulando taxas de câmbio; ou estimulando bônus anuais de funcionários e executivos à taxas de performance desafiadoras que não consideram *compliance* como parâmetro. Os incentivos são questões conhecidas do mercado financeiro, mas que ainda são pouco reguladas, revelando certa negligência, ou conivência, das autoridades com esses riscos. Abaixo, seguem alguns trechos encontrados nas reportagens que ilustram a questão:

"Não, eu não acho. Apenas o fato de que eles enfrentam a concorrência internacional garante que os bancos irão continuar a oferecer aos clientes ricos maneiras de fugir das autoridades fiscais." (HAMILTON, 2015, p.8) ... *resposta de Hervé Falciane, em uma entrevista ao Der Spiegel, revista semanal alemã, em julho de 2013, quando questionado sobre acreditar que os bancos mudariam como eles tem prometido.*

"No HSBC, seus executivos ainda não entendem", disse Dennis Lormel, ex-chefe da unidade de crimes financeiros do FBI, em uma entrevista. "Eles estão mais fora do controle do que no controle." A cultura do banco não mudará, acrescentou, "até que o lado do negócio tenha sua remuneração vinculada ao desempenho de *compliance*." (SMITH; BABCOCK, 2015, p.3) ... *explicação de um especialista em crime financeiro sobre as razões do recorrente envolvimento do banco em fraudes e crimes, posto que, mesmo após a multa histórica do DPA de 2012, o banco foi investigado em uma sequência de outros ilícitos por autoridades financeiras norte-americanas.*

A categoria **segredo financeiro favorece operações ilícitas** refere-se às declarações e constatações de fatos que enfatizam a questão de que estruturas legais, das jurisdições que

protegem o segredo financeiro, acabam por favorecer e incentivar a ocorrência de operações ilícitas do ponto de vista legal ou moral, neste último, no exemplo de elisões fiscais indevidas. As leis que protegem o segredo em jurisdições *offshore*, ou paraísos fiscais de forma geral, são estabelecidas e reguladas pelas autoridades locais, mas são aceitas globalmente pelas maiores potências mundiais apesar de todas as críticas, por isso a associação desta “tolerância” com o tema da negligência. Os fragmentos de texto a seguir exemplificam essa análise:

Anunciando a maior multa financeira já imposta pelas autoridades de Genebra, Jornot lançou um ataque pungente às leis financeiras do seu próprio país, acrescentando sua voz a um número crescente de políticos e ativistas suíços pedindo a reforma do sistema bancário secreto do país.

"Esta questão mostra a fraqueza da lei suíça em matéria de entrada de fundos criminosos no sistema financeiro", disse Jornot. "Quando temos uma lei que não pune os intermediários financeiros que aceitam fundos duvidosos, então temos um problema. Esse problema vem de muito antes do caso do HSBC." (GARSIDE, 2015b, p.1) ... *críticas do promotor-geral suíço Olivier Jornot no contexto do acordo de não acusação contra o HSBC, argumentando sobre a fragilidade que o segredo bancário impõe ao sistema financeiro do país.*

As empresas britânicas registradas desempenharam um papel proeminente nesta extensa rede de lavagem de dinheiro. Os verdadeiros donos da maioria das firmas usadas no esquema permanecem secretos, [...], devido ao anonimato proporcionado pelas polêmicas leis *offshore* (HARDING; HOPKINS; BARR, 2017, p.1) ... *refere-se à explicação fornecida na reportagem sobre o papel do segredo garantido em jurisdições offshore, algumas delas jurisdições britânicas, que viabilizam a realização de crimes sem que os verdadeiros beneficiários sejam rastreados, como ocorreu no esquema de lavagem de dinheiro através de instituições britânicas, denunciadas inicialmente pelas reportagens do Global Laundromat.*

Outra categoria que é associada ao tema da negligência se refere aos **regimes especiais de regularização cambial e tributária**, ou suas variações legais, e dizem respeito aos arranjos que permitem a regularização de recursos, bens ou direitos de origem lícita, não declarados ou declarados incorretamente, remetidos, mantidos no exterior ou repatriados por residentes em determinada jurisdição para efeito fiscal. Com esse regime, o objetivo de arrecadação pelos governos é atingido mais rapidamente, pois não são necessárias investigações e acusações, entretanto a questão de justiça é negligenciada, pois as multas aplicadas são menores e não há outros tipos de sanções para os infratores. A seguir, apresentamos alguns fragmentos de textos selecionados que apresentam as justificativas e a utilização desse expediente legal:

No entanto, no HMRC, foi decidido que indivíduos britânicos proeminentes, acusados de estar mentindo em seus impostos, não seriam acusados, um processo que os levaria a serem identificados e os fatos divulgados.

Hartnett defendeu os acordos secretos de pagamento de impostos. "Nunca houve uma intenção de usar deliberadamente a confidencialidade do contribuinte para esconder a identidade dos clientes do HSBC." Lin Homer, a chefe geral do HMRC, também defendeu essa abordagem de não acusação perante o comitê de contas públicas do Reino Unido em 2012, como uma fonte mais barata de receita. "O importante é conseguir o dinheiro", disse ela (LEIGH, et al., 2015g, p.2) ... *refere-se às declarações*

dos chefes da autoridade tributária britânica Dave Hartnett e Lin Homer, justificando a opção pelo regime de regularização. No caso britânico, eram oferecidas penalidades máximas de 10% do valor devido e isenção de acusação criminal.

Em dezembro de 2014, a ATO encerrou o prazo para conceder anistias sob o “Project DO IT” [Disclose Offshore Income Today - Divulgue a Renda no Exterior Hoje], que permitia que pessoas que pudessem ter ativos offshore não declarados se apresentassem (FARREL, et al., 2015, p.1-2) ... *referência ao programa de regularização proposto na Austrália que, segundo website do órgão regulador (AUSTRALIAN TAXATION OFFICE, 2014), conferia àqueles que voluntariamente divulgassem receitas e ativos não declarados no exterior: avaliação apenas dos últimos quatro anos, penalidade máximo de 10% do valor devido e não submissão à investigação criminal.*

Por fim, a última categoria associada à negligência é a **não acusação criminal de pessoa física**, em referência à constatação dos casos nos quais não há indiciamento criminal de qualquer pessoa física associada à instituição financeira responsabilizada legalmente pelo delito, ficando somente a pessoa jurídica como responsável e passível de multa ou sanções (banco, escritório de advocacia, imobiliárias, outros). Essa é uma questão bastante controversa, pois muitos especialistas consideram que seria o caminho mais efetivo para coibir a criminalidade no setor financeiro, apresentando-se como uma sanção mais compatível com os incentivos a tomada de riscos oferecidos pelo setor. Os trechos abaixo ilustram a questão do não indiciamento:

John Coffee, professor de direito na Columbia Law School em Nova York, disse que a multa era consistente com a forma como os reguladores norte-americanos vêm tratando infrações bancárias nos últimos anos. "Atualmente, eles raramente processam indivíduos de maneira significativa quando a entidade tem um acordo. Isso é, em grande parte, em função das limitações de recursos, mas também da aversão ao risco e da disposição de tomar o curso de menor resistência", esclareceu (RUSHE; TREANOR, 2012, p.3) ... explicação de um especialista quanto ao resultado das investigações sobre o HSBC, que resultaram em um DPA com as autoridades norte-americanas em 2012, e em nenhuma indiciamento de pessoa física.

A senadora democrata de Massachusetts, Elizabeth Warren, classificou o acordo com o HSBC como "fundamentalmente errado". "O HSBC pagou uma multa, mas nenhum indivíduo foi a julgamento, nenhum indivíduo foi banido do sistema bancário e não houve audiência para considerar o fechamento de ativos do HSBC nos EUA", disse Warren em uma audiência do comitê do Senado em 2013. "Quantos bilhões dólares você tem que lavar para traficantes e quantas sanções você tem que violar antes que alguém considere fechar uma instituição financeira como essa?" (LEWIS, 2015, p.5) ... declaração de parlamentar norte-americana sobre o acordo DPA assinado entre o HSBC e o DOJ em 2012, argumentando contra a impunidade contida na decisão, posto que nenhuma pessoa física ou jurídica foi acusada criminalmente.

Assim, encerramos esta subseção de apresentação das categorias encontradas e associadas ao tema **negligência**, que é interpretado como um conjunto de posicionamentos das autoridades globais, e locais, que representam pouca, ou nenhuma, preocupação com a justiça. Nas categorias identificadas por essa temática, existe a compreensão de que as particularidades das distintas estruturas jurídico-legal, muitas vezes, incentivam – como nos casos do segredo

bancário e dos incentivos para alocação de capital ou planejamento tributário – a criminalidade e a fraude das grandes corporações e fortunas.

Logo, quando se trata do grande capital global, é possível observar que as decisões das autoridades podem ser reduzidas a uma questão de arrecadação, e não de coerção, que seria o comportamento esperado da justiça. Sugere-se, assim, a presença do discurso colonial, caracterizado não pela homogeneidade, mas pela sua ambivalência e contradição (PRASAD, 2003), praticando uma medida de justiça para o colonizado, e outra, supostamente mais complacente, para os que estão no papel de colonizador.

4.2.2.3 Imperícia

Imperícia é também um termo jurídico e, a partir da sua acepção mais geral, relacionada à falta de habilidade, foi utilizado para nomear um tema encontrado no *corpus* que contempla categorias nas quais há incapacidades ou, dependendo do ponto de vista, dificuldades dos aparatos jurídico-legais, nacionais e internacionais, de atuarem para coibir a criminalidade transnacional contida no atual sistema financeiro globalizado. Apesar da pressão internacional para adequação das legislações locais de coerção à corrupção transnacional exercida por convenções, como da OCDE (ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT, 2017) e das Nações Unidas (UNITED NATION OFFICE ON DRUGS AND CRIME, 2004), “obstáculos estruturais, legais, evidenciais, processuais e financeiros” (LORD, 2014, p. 116) persistem, como demonstrado nessas situações.

As categorias identificadas nas reportagens do *corpus* de pesquisa que se associaram ao tema **imperícia** foram: morosidade de agentes governamentais; falta de aparato jurídico legal para atuação efetiva; e falta de colaboração entre jurisdições e instituições.

A primeira categoria é a **morosidade de agentes governamentais**, que se refere às situações nas quais interesses, nem sempre declarados, desfavorecem a agilidade para reformas legais e/ou investigações, acusações ou execuções por crimes e fraudes financeiras. Os interesses podem ser relacionados, por exemplo, a envolvimento pessoal, de pessoas próximas, de políticos ou de elites e de grandes empresas do país. Alegações de interesse financeiros nacionais, como no caso das jurisdições *offshore*, também são consideradas nessa categoria. Difere-se da categoria “falta de aparato jurídico legal” por não se limitar a questões estruturais vigentes, mas à morosidade intencional em executar algo previsto, como exemplificado nos trechos seguintes:

A Grécia recebeu os nomes em 2010, mas nada aconteceu até outubro de 2012, quando uma revista grega, *Hot Doc*, publicou os nomes e observou a falta de uma investigação sobre se os gregos ricos estavam fugindo dos impostos enquanto o país passava por medidas de austeridade, incluindo cortes salariais e aumento de impostos para os contribuintes. [...] dois ex-chefes da polícia financeira testemunharam que nem o ex-ministro das finanças Giorgos Papakonstantinou nem seu sucessor ordenaram uma investigação sobre a lista. Papakonstantinou disse que havia sido perdida.

Quando a lista finalmente apareceu, faltavam os nomes de três parentes de Papakonstantinou (RYLE, et al., 2015b, p.11) ... *refere-se à constatação de que as autoridades financeiras gregas, supostamente por questões pessoais, não iniciaram uma investigação com as informações do vazamento sobre o HSBC Private Bank Swiss repassadas pelo governo francês.*

Forçado a responder a perguntas urgentes na Câmara dos Comuns, o ministro do Tesouro Simon Kirby anunciou que a *Financial Conduct Authority* (FCA) e a *National Crime Agency* (NCA) estariam examinando as alegações de que os bancos britânicos processaram grandes quantidades de dinheiro contaminado de criminosos russos sem perceber. Mas, em algumas contusões trocadas, Kirby foi criticado por parlamentares de todos os lados por dar respostas complacentes às perguntas e por não reconhecer a facilidade com que esse dinheiro pôde ser transferido através de Londres, que agora é vista como uma das capitais de lavagem de dinheiro do mundo (HOPKINS; HARDING; MASON, 2017, p.1) ... *discussão entre autoridades sobre a lentidão britânica na identificação e autuação desses crimes, bem como em admitirem questões institucionais do país, sejam as brechas da legislação local, ou ainda, o despreparo das agências para identificar e investigar esquemas sofisticados como o exposto no Global Laudromat.*

A categoria **falta de aparato jurídico legal para atuação efetiva** refere-se às situações, fatos ou alegações de especialistas sobre dificuldade estruturais para que a justiça possa atuar de forma efetiva, abarcando questões como restrições legais local ou internacionais, falta de pessoal, estrutura e/ou orçamento para investigações mais complexas e rápidas, considerando que o "mercado" para ilícitos é dinâmico e possui recursos suficientes para se "adaptar", com velocidade, a quaisquer novas sanções. Os fragmentos a seguir ilustram essa categoria:

Os arquivos vazados do HSBC suíço revelam o quanto a concessão tributária exclusiva "non-dom" [não domiciliado] da Grã-Bretanha está sendo explorada.

O governo diz que o controverso *status* tributário deve ser benéfico para a nação, encorajando os ricos investidores estrangeiros a passar um tempo na Grã-Bretanha.

Mas os registros de contas, anteriormente um segredo bem guardado, mostram que muitos outros tipos de pessoas vêm explorando seus termos frouxos e privando o Reino Unido e outros países de receitas fiscais.

As pessoas que vivem na Grã-Bretanha e que dizem ser "não-domiciliadas" precisam pagar impostos sobre a renda do Reino Unido, mas podem evitar outros impostos britânicos se mantiverem suas fortunas fora do país. Eles são considerados realmente pertencentes a outra nação, não à Grã-Bretanha.

Mas os arquivos vazados revelam que muitos "non-dom" estão indo um passo além, escondendo perfeitamente suas fortunas no HSBC *Private Bank* suíço, atrás de um muro de sigilo bancário. Isso possibilita que alguns indivíduos evitem impostos sobre sua riqueza em qualquer parte do mundo (LEIGH, et al., 2015l, p.1) ... *refere-se à explicação de como indivíduos utilizam uma lei britânica antiga, criada com objetivo de atrair investimentos, mas que também permite elisão de impostos, impossibilitando a atuação das autoridades.*

Explicando a decisão de não levar o HSBC ao tribunal, Jornot disse que a lei suíça exige um alto padrão de prova. A lavagem de dinheiro tem de ser demonstrada como realizada deliberadamente, não por acaso, e o dinheiro teve que ser comprovadamente

obtido de atos criminosos, e não simplesmente depositado por um criminoso conhecido. Para multar o banco, os promotores também precisariam demonstrar que falhas organizacionais fizeram com que o dinheiro fosse lavado.

Além disso, muitas das revelações nos dados de Falciani, que deram uma imagem detalhada dos eventos no banco entre 2005 e 2007, diziam respeito a contas antigas ou pessoas que não eram mais clientes do banco (GARSIDE, 2015b, p.3) ... *refere-se à explicação do promotor geral de Genebra sobre a quantidade de restrições, e sob certa perspectiva, dificuldades processuais, da lei suíça para constituição de uma acusação criminal de lavagem de dinheiro no país.*

Enfim, a última categoria do tema **imperícia** é a **falta de colaboração entre jurisdições e instituições**, tratando-se de situações nas quais, por interesses nem sempre declarados, não há colaboração entre jurisdições ou instituições (políticas ou jurídicas), o que dificulta ou inviabiliza a troca de informações e documentos que poderiam auxiliar na prevenção e no combate aos crimes financeiros. A seguir, apresentamos alguns trechos que exemplificam essa categoria:

Nenhum dos países nórdicos recebeu a lista do HSBC ou a informação de que a lista inclui dados relevantes para os seus países.

O ministro do Tesouro dinamarquês, Benny Engelbrecht (Soc. Dem.), ordenou que o ministério fiscal dinamarquês solicitasse a lista do HSBC da França e também criou uma investigação interna para determinar por que não foi solicitada anos atrás quando a França começou a distribuir a informação para outros países.

Engelbrecht (Soc. Dem.) também disse que esse é um erro potencialmente caro porque uma investigação agora será afetada pelo prazo prescricional. "Deveríamos ter solicitado as informações naquela época. Agora precisamos começar imediatamente", disse ele.

O Grupo Nórdico Contra a Fraude Fiscal Internacional está agora culpando a França por não cumprir sua obrigação de informar espontaneamente outros países sobre informações relevantes para a coleta de impostos em outros países, como era obrigada a fazer no âmbito da convenção da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico e do Conselho da Europa.

"Agora aprendemos com nossos erros; no futuro, não confiaremos em outros países para seguir seu dever de enviar esse tipo de informação espontaneamente. Pelo menos não na França", disse Torsten Fensby, gerente de projetos da organização (HAMILTON; SORGENFRI, 2015, p.1-2) ... *situação em que não houve a colaboração esperada entre instituições governamentais, mesmo previstas em tratados multilaterais ratificados entre eles. Áustria, Finlândia, Dinamarca, Suécia e Noruega possuíam contribuintes listados, e nas reportagens não foram encontrados motivos para o não compartilhamento pelas autoridades francesas.*

Falando ao *The Guardian*, o chefe da unidade de lavagem de dinheiro da NCA, David Little, disse que a quantidade de dinheiro russo que chega agora ao Reino Unido é uma preocupação porque "não sabemos de onde vem".

"Não temos cooperação suficiente [do lado russo] para estabelecer isso. Eles não vão nos dizer se isso vem de lucro do crime (HOPKINS; HARDING; MASON, 2017, p.2) ... *situação na qual a autoridade britânica esclarece a impossibilidade de obter a colaboração da outra jurisdição envolvida no crime, deixando subtendido diferenças de soberania e interesses políticos.*

Assim, concluímos esta subseção, apresentando as categorias encontradas e associadas ao tema denominado **imperícia**, revelando incapacidade condicionada às autoridades e à justiça

em virtude de circunstâncias estruturais mantidas ou por interesses daqueles que detêm o poder, colaborando para a **impunidade** daqueles que se servem dessas lacunas do sistema.

Tal como identificado no tema da **negligência**, existe a compreensão de que fragilidades no aparato jurídico-legal dificultam o combate à criminalidade e à fraude das grandes corporações e fortunas. Logo, apesar dos esforços confirmados em convenções multilaterais de combate à corrupção, ainda existe um longo caminho para conformação da sua realidade prática de forma que, as autoridades, realmente, consigam se posicionar contra a corrupção do sistema. Assim, tal como observado no tema da **negligência**, as situações contidas no tema imperícia revelam características do discurso colonial formado por fissura e ambivalência (PRASAD, 2003), pois ao mesmo tempo em que se conclama o combate à criminalidade, não se é capaz de articular mecanismos para que realmente se efetivem essas ações.

4.2.2.4 Ligações Perigosas

O tema denominado **ligações perigosas** remete a um conjunto de situações encontradas nas reportagens do *corpus* que sugerem uma proximidade “arriscada” entre agentes do setor público e privado. A relação entre os interesses privados e a formulação de políticas públicas é complexa, antiga e influências indevidas não são raras (KAUFMANN, 2005; SIKKA; LEHMAN, 2015). Quão longe ações inconvenientes, do ponto de vista das corporações, poderão se estender, quando existe uma linha tênue entre contribuições de campanha e propinas? (CARRINGTON, 2007). Nesse sentido, políticas acabam sendo paulatinamente diluídas, seja por meio de ações como *lobbying*, financiamento de partidos ou da mídia (SIKKA, 2008; SIKKA, LEHMAN, 2015).

Algumas das relações observadas nas reportagens demonstram o risco potencial dessa proximidade, do ponto de vista da integridade das instituições públicas, e essa é a essência expressa no tema ao descrever, por exemplo, doações a partidos políticos por magnatas que usufruem de contas *offshore* para “planejamento tributário” ou, ainda, executivos de empresas envolvidas em corrupção que assumem cargos públicos proeminentes.

As categorias encontradas no *corpus* de pesquisa que se associaram para compor o tema denominado **ligações perigosas** são: proximidade de funcionários públicos e instituições financeiras; doações políticas; sucesso político de ex-executivos de empresas indiciadas; e decisões controversas.

A primeira categoria que compõe esse tema é a **proximidade de funcionários públicos e instituições financeiras** e se refere às descrições que evidenciam relacionamentos próximos,

comerciais ou não, entre funcionários públicos (legislativo, executivo ou judiciário) e agentes das redes financeiras (bancos, escritórios de advocacia, imobiliárias, outros). Como exemplo, podem ser citados: ex-políticos como fundadores ou executivos dessas instituições investigadas; parentes de políticos com cargos em instituições financeiras; políticos e parentes com contas *offshore* (declaradas ou não) estruturadas por meio de agentes questionados em investigações, como o HSBC, por exemplo; políticos, familiares ou assessores utilizando complexas estruturas *offshore* para seus investimentos; funcionários públicos de alto escalão que passam a trabalhar para instituições financeiras, entre outras possibilidades. Os trechos abaixo ilustram duas situações que compõem essa categoria:

Enquanto presidente do HSBC, Green, [...], mantinha relações comerciais com figuras importantes do regime egípcio. Em 1998, ele co-presidiu o Conselho Empresarial Britânico do Egito, um grupo de alto nível que reportou aos então primeiros-ministros britânico e egípcio, Tony Blair e Kamal Ganzouri.

O ex-ministro de investimentos do Egito, Mahmoud Mohieldin, responsável pelas privatizações por seis anos até 2010, foi diretor do HSBC Egito antes de ingressar no governo, assim como Rachid Mohamed Rachid, ministro do comércio (MATHIASON; BARR, 2015, p.2) ... *descrição das relações próximas entre políticos e magnatas egípcios, e executivos de HSBC, fatos que levantaram várias suspeitas sobre a abordagem do banco contra a corrupção, dado que algumas dessas figuras estão enfrentando acusações de envolvimento em esquemas de propinas e enriquecimento ilícito decorrente de privatizações durante o governo de Mubarak.*

Os homens que fundaram a empresa há décadas - e continuam hoje como seus principais sócios - são figuras bem conhecidas na sociedade e na política panamenha. Jürgen Mossack é um imigrante alemão cujo pai buscou uma nova vida no Panamá para sua família depois de servir na *Waffen-SS* de Hitler durante a Segunda Guerra Mundial. Ramón Fonseca é um escritor premiado que trabalhou nos últimos anos como assessor do presidente do Panamá. Ele tirou uma licença como consultor presidencial em março depois que sua empresa foi envolvida no escândalo do Brasil e o ICIJ e seus parceiros começaram a fazer perguntas sobre as práticas do escritório de advocacia (ICIJ, 2016, p.7) ... *descrição das relações estreitas entre os sócios do escritório de advocacia Mossack & Fonseca, fonte dos vazamentos conhecido como Panama Papers, com os políticos e a elite panamenha. Ao mesmo tempo, acrescenta informações históricas sobre a família de um dos sócios, que supostamente, também possuía um relacionamento próximo com o “regime político” de onde viviam.*

A categoria **doações políticas** refere-se às doações propriamente ditas, bem como a outras formas de “contribuição”, como *lobbying* e empréstimos, direcionadas a políticos, partidos ou fundações, sendo realizadas por aqueles citados nos vazamentos ou pelas instituições financeiras investigadas nos escândalos. As doações não indicam, necessariamente, que houve uma intenção ilícita envolvida, entretanto, sinalizam uma dificuldade de se obter comprometimento político suficiente para fortalecer o aparato jurídico-legal e combater as brechas do sistema financeiro quando algumas delas são utilizadas pela mesma elite que financia a política, como ilustrado nos fragmentos abaixo:

Os arquivos mostram Caring, um importante doador na política britânica, transferindo US\$ 1 milhão para a *Clinton Foundation*, uma organização sem fins lucrativos criada pelo ex-presidente dos EUA Bill Clinton com a missão declarada de "fortalecer a capacidade das pessoas nos Estados Unidos e em todo o mundo" para enfrentar os desafios da interdependência global".

A doação para a Fundação Clinton foi solicitada em dezembro de 2005 (RYLE, et al., 2015b, p.8) ... *citação de um caso, cujos registros do HSBC sugerem a associação entre a doação e a participação do ex-presidente Bill Clinton em um luxuoso baile de caridade, organizado na Rússia, pelo magnata britânico, Richard Caring.*

Doadores [ao partido dos] conservadores, pares e um parlamentar de alto perfil estão entre os ricos que legalmente mantinham contas na Suíça com o banco privado HSBC, por uma ampla variedade de razões. Suas fileiras incluem Zac Goldsmith, deputado por Richmond Park, além de seu irmão, o financista Ben Goldsmith, e um residente suíço, o alemão Herbert von Opel, que doou quantias de seis dígitos nos últimos dois anos.

Os pares citados nos arquivos do HSBC incluem Lorde Sterling, de Plaistow, o empresário de embarque e desembarque da P&O, que foi enobrecido por Margaret Thatcher; e *Lord Fink*, que era tesoureiro do partido de David Cameron e doou £3 milhões aos conservadores.

[...] Os conservadores levantaram mais de £5 milhões dos clientes do HSBC com contas suíças, enquanto os trabalhistas também se beneficiaram com dinheiro e presentes em espécie que valem mais de £500.000, além de um empréstimo de £2 milhões (LEIGH, et al., 2015j, p.1) ... *citação de alguns empresários e magnatas britânicos e suas respectivas contribuições aos dois principais partidos britânicos, cujas contas foram identificadas nos registros divulgados pelo Swiss Leaks.*

A categoria nomeada como **sucesso político de ex-executivos de empresas indiciadas** refere-se aos casos em que ex-executivos de empresas envolvidas em investigações, ou condenadas, assumiram posições políticas de prestígio nos seus respectivos países. Apesar de não indicarem, necessariamente, algo ilícito, pelo menos na versão pública dos fatos, se associam fortemente com o tema da impunidade, uma vez que as questões envolvendo o histórico da fraude são totalmente desconsideradas para a indicação ao cargo público eminente. Os dois trechos abaixo ilustram essa categoria:

Cheney foi presidente e diretor executivo da *Halliburton*, a empresa controladora da KBR, por cinco anos - de 1995 a 2000 - antes de se tornar vice-presidente dos EUA em 2001 (FITZGIBBON, 2015, p.4) ... *o escândalo do suborno da Halliburton iniciou-se em 1994, quando o governo nigeriano lançou planos para a construção do projeto de gás natural liquefeito de Bonny Island. Dick Cheney presidiu a empresa em parte desse período, até se tornar vice-presidente da administração George W. Bush em 2001. A Nigéria chegou a indiciá-lo em 2010, mas a Halliburton chegou a um acordo e pagou US\$ 35 milhões em penalidades para encerrar as acusações.*

Lord Stephen Green, chefe do HSBC durante o período coberto pelos registros, tornou-se Ministro do Comércio no governo Cameron, na Grã-Bretanha, cargo que ocupou até 2013 (HAMILTON, 2015, p.10) ... *os dados vazados do HSBC Private Bank Swiss referem-se ao período de 2005 a 2007, compreendido durante a gestão de Lord Green como presidente do banco entre 2006 e 2010. Na ocasião da nomeação para Ministro, as informações sobre o vazamento já haviam sido compartilhadas pela França com o governo britânico e, aparentemente, foram desconsideradas.*

A última categoria associada ao tema **ligações perigosas** é denominada **decisões controversas** e trata de um conjunto de citações e declarações nas quais a ênfase está nas

decisões ou vereditos promulgados por determinados atores governamentais que são fortemente questionadas pelos pares e/ou pelo público em geral em função dos interesses envolvidos, os quais são considerados não legítimos. Os fatos em si podem ter sido considerados como parte de outra categoria, mas a questão que compõem essa categoria, especificamente, é o padrão de haver uma crítica ou controvérsia pública, demonstrando uma decisão não unânime em que uma das partes se posiciona pela impunidade, conforme se percebe nos trechos a seguir:

Em 18 de fevereiro, Jorrot ordenou uma busca aos escritórios do HSBC em Genebra, um dia depois o promotor federal da Suíça, Michael Lauber, ter dito à imprensa que não havia pedido de inquérito sobre irregularidades no banco. Lauber argumentou que não era apropriado que o estado lançasse uma investigação sobre o HSBC com base em informações roubadas (GARSIDE, 2015b, p.1-2) ... *refere-se à contradição entre as declarações do promotor-chefe de Genebra, Olivier Jorrot, e o promotor federal, Michael Lauber, sobre o posicionamento da justiça suíça a respeito do caso. A Suíça acabou encerrando as investigações com um acordo sem acusações criminais no qual o HSBC pagou uma multa de £28 milhões por deficiências organizacionais que teriam permitido a lavagem de dinheiro pela filial suíça.*

Downing Street [referência a residência oficial e gabinete do primeiro ministro britânico] foi forçada a defender a nomeação feita por David Cameron, do ex-presidente do HSBC para ministro do comércio em 2011, após revelações de que a subsidiária suíça do banco ajudou clientes ricos a evitar o pagamento de milhões de dólares em impostos e alegações de que as autoridades fiscais britânicas sabiam disso. O porta-voz de Cameron disse que Stephen Green, que serviu como ministro do comércio de janeiro de 2011 à dezembro de 2013, foi uma excelente nomeação e que o primeiro ministro nunca havia discutido com ele as alegações contra o HSBC (WINTOUR et al., 2015, p.1) ... *refere-se aos questionamentos formais feito pelos parlamentares britânicos ao então Primeiro Ministro, David Cameron, na ocasião em que foram divulgadas as reportagens do Swiss Leaks, levando à questionamentos parlamentares por ter desconsiderado essa informação na decisão de nomeação.*

Concluimos a apresentação das categorias identificadas no tema **ligações perigosas** e interpretadas como situações que, aparentemente, favorecem ou foram favorecidas pela **impunidade** em virtude de aspectos que podem ser interpretados como corrupção, mas que são obscurecidos a ponto de as relações sociais parecerem consequência de forças invisíveis ou naturais (SILBEY, 1997). Se, no período do império, a “força da espada” era mais visível nas relações entre autoridades e corporações, na era pós-colonial, essa violência assume formas mais discretas (BANERJEE, 2008a), mas que também refletem o conluio das elites políticas para garantir a **impunidade** daqueles que mantêm ativas as engrenagens do comércio e da globalização.

4.2.2.5 Indiferença

Indiferença foi o nome escolhido para denominar um tema encontrado nas reportagens que não poderia ser ignorado por nenhuma pesquisa que se propusesse a trabalhar esse tema

sob uma perspectiva crítica. Do ponto de vista criminológico, vítimas são aquelas que arcam com os custos de um crime (HARDOUIN, 2017) e, nas reportagens, encontramos padrões de indiferença do colonizador pelas vítimas, os quais agrupamos em três categorias. Inicialmente, distinguem-se duas categorias de indivíduos, segundo a dimensão de subordinação que se encontram na sociedade: os “subalternos”, os quais não têm direito de expressão em virtude da miséria ou violência a que estão submetidos; e a que foi chamada “sociedade comum” que, mesmo penalizada ou não atendida, ainda tem recursos que lhe permitem algum nível de expressão e manifestação.

Uma terceira categoria, não associada a indivíduos, pôde ser identificada a partir do contexto colonial da globalização, denominada como a fragilidade institucional dos países periféricos. Apesar de ser uma consequência (ou como denominamos, vítima) da colonialidade, muitas vezes, no discurso hegemônico essa fragilidade é transformada em causa e utilizada como justificativas para as diferenças de crescimento e riqueza entre as nações, além de ser associada a argumentos como inferioridade cultural e/ou ética das regiões mais miseráveis (BRATSIK, 2014).

Assim, as categorias identificadas nas reportagens do *corpus* de pesquisa que se associam ao tema **indiferença** foram denominadas como: penalização dos subalternos; penalização da sociedade comum; e fragilidade institucional de países periféricos.

A categoria **penalização dos subalternos** está associada aos eventos e situações nas quais o custo da fraude, ou crime financeiro, recai sobre os grupos menos favorecidos da sociedade, ou seja, aqueles que não têm voz e não terão outra alternativa a não ser arcar com o sofrimento decorrente. São, por exemplo, os casos de vítimas de traficantes de armas, drogas e diamantes, comércios que não existiriam, ao menos nessas proporções, se não houvesse um sistema financeiro que aceitasse o ilícito, a corrupção e o segredo que normalmente envolve essas transações. Os fragmentos de texto a seguir ilustram a dimensão desse sofrimento:

Foi uma cena de incrível carnificina.

Em julho de 2003, um grupo rebelde recentemente armado, os Liberianos Unidos pela Reconciliação e pela Democracia, retomou o cerco de dois meses à capital, Monróvia, lutando para tirar o controle do país do presidente Charles Taylor. As crianças soldados estavam lutando em ambos os lados, em uma área cheia de civis.

Na batalha conhecida localmente como "Terceira Guerra Mundial", os jovens soldados que lutavam pelos rebeldes estavam armados com o que o *The Economist* chamou de "novos brinquedos reluzentes", com os quais não tinham experiência. Os combates deixaram centenas de civis mortos e outros 2.000 feridos (FITZGIBBONI; HAMILTON, 2015b, p.1) ... o contrabandista de armas Katex Mine era um dos fornecedores de armas dos rebeldes liberianos e contribui para esse massacre. Segundo o *Swiss Leaks*, a Katex Mine foi cliente do HSBC Private Bank entre 2001 e 2006, chegando a possuir US\$ 7,14 milhões.

"Diamantes são uma ótima maneira de lavar dinheiro, esconder dinheiro, evadir impostos e todo o resto", disse Ian Smillie, co-fundador do Processo Kimberley, um esforço das Nações Unidas para erradicar o que é chamado de diamantes de sangue ou diamantes de conflito - gemas que são exploradas para financiar guerras. "Meio milhão morreu na guerra civil angolana", disse Smillie sobre guerras alimentadas por diamantes de sangue. "Dezenas de milhares morreram em Serra Leoa, no Congo e em outros lugares. Foi uma crise humanitária enorme que desestabilizou grandes regiões." (FITZGIBBONI; HAMILTON, 2015b, p.3) ... *os arquivos do Swiss Leaks mostram que o HSBC ignorou frequentemente sinais de alertas ao lidar com esses clientes, ajudando-os ativamente com empresas offshore para ocultar seus negócios. Segundo as autoridades belgas, o banco só veio a fechar seu grupo MEDIS (dedicado a clientes de diamantes) em 2013.*

Por sua vez, a categoria que se refere à **indiferença** diante da **penalização da sociedade comum** descreve eventos ou situações nas quais o custo da fraude ou crime financeiro recai sobre a sociedade como um todo. São os casos, por exemplo, de evasão e elisão fiscal de grandes fortunas, normalmente, associada às elites, recaindo os custos sobre aqueles que não têm acesso a essas alternativas de "otimização tributária", levando-os a arcar com a maior parte dos tributos para manutenção do bem-estar social no país, como os trechos a seguir exemplificam:

Acadêmicos estimam, de forma conservadora, que US\$ 7,6 trilhões são mantidos em paraísos fiscais no exterior, custando aos tesouros dos estados, pelo menos, US\$ 200 bilhões por ano. A indústria *offshore* é uma grande ameaça para nossas instituições democráticas e nosso contrato social básico", disse ao ICIJ o economista francês Thomas Piketty, autor de *Capital no século XXI*. "A opacidade financeira é um dos principais impulsionadores da crescente desigualdade global. Ele permite que uma grande fração dos principais rendimentos e principais grupos de alta renda paguem alíquotas insignificantes, enquanto o resto de nós paga grandes impostos para financiar os bens e serviços públicos (educação, saúde, infraestrutura) que são indispensáveis para o processo de desenvolvimento." (RYLE et al., 2015b, p.2) ... *esclarecimento de um especialista sobre a penalização da sociedade devido a transações financeiras envolvendo paraísos fiscais e evasão de impostos, como diversos casos identificados no vazamento de dados do HSBC Private Bank Swiss.*

Quatro famílias de norte-americanos mortos por cartéis de drogas mexicanos estão processando a gigante do setor bancário britânico HSBC por, supostamente, ter contribuído para sua morte, permitindo que as facções lavassem bilhões de dólares (DART, 2016, p.1) ... *refere-se a um processo judicial aberto nos EUA com base na culpa assumida pelo HSBC na ocasião do acordo com o DOJ em 2012, associada à Lei Antiterrorismo. Entretanto, os cartéis de drogas mexicanos não são considerados terroristas, e uma tentativa de colocá-los na lista em 2011 fracassou por receio de prejudicar o relacionamento entre os países e argumentos de que esses grupos são motivados por dinheiro e não por ideologia política.*

A última categoria que se associa ao tema **indiferença**, denominada **fragilidade institucional de países periféricos**, foi encontrada nas descrições de fatos e eventos que expõem a fragilidade institucional dos países não centrais, seja pela debilidade das leis, seja pela dificuldade do seu corpo jurídico de colocá-las em prática ou, ainda, em virtude das forças políticas que se articulam para que medidas mais severas contra fraudes e crimes financeiros não sejam efetivadas nessas localidades, tal como ilustrado nos fragmentos a seguir:

Angola, o estado ocidental Africano, rico em petróleo, é descrito pelo Senado como tendo "controles fracos contra a lavagem de dinheiro e um sistema bancário intensivo em dinheiro." Seu banco central, o Banco Nacional de Angola, detinha cerca de US\$ 1,25 bilhão em ativos em dezembro de 2004 (MATHIASON, 2010, p.1) ... *refere-se à descrição do governo angolano em um relatório do Subcomitê Permanente do Senado norte-americano sobre investigações de corrupção transnacional divulgado em 2010, na qual se encontram evidências de transações que não deveriam ser permitidas pelo HSBC caso houvessem padrões adequados de controle. Na época, o banco não foi processado, mas advertido com uma "Ordem de cessar ou desistir"*.

Na Nigéria, os ativistas anticorrupção continuam a pedir às autoridades que identifiquem e processem os cidadãos nigerianos envolvidos no escândalo. Embora nunca tenha sido divulgado publicamente, um documento do governo nigeriano de 2010 teria incluído três presidentes nigerianos, um vice-presidente, um ministro, chefes de inteligência e titãs corporativos em uma lista de beneficiários de suborno. [...]

"Em termos das personalidades e da quantidade de dinheiro envolvida, é provavelmente o maior escândalo da história da Nigéria", disse Dauda Garuba, coordenador na Nigéria do *Natural Resource Governance Institute* [Instituto de Governança de Recursos Naturais], em entrevista ao ICIJ. [...] "Mas, embora tenhamos visto a acusação e a condenação de empresas estrangeiras e seus principais executivos na Europa e na América", disse Garuba, "o próprio governo da Nigéria não tomou medidas no próprio país em que a corrupção ocorreu." (FITZGIBBON, 2015, p.4-5) ... *refere-se à observação de ausência de sanções e desenvolvimento de estrutura jurídica e legal na Nigéria após terem se passado cinco anos do escândalo de suborno da Halliburton. A reportagem parte da divulgação do Swiss Leaks, onde foram encontradas contas de personalidades políticas envolvidas nas investigações.*

Encerramos assim a apresentação das categorias que compõem o tema **indiferença**, o qual é essencial para constituição do tema **impunidade** por representar as vítimas desse processo. Tomamos emprestado o termo "subalterno" para nos referir às vítimas que estão fora da estrutura hegemônica social, política e geográfica (MORAES, 2010), como as vítimas dos conflitos armados na África, dominada por traficantes de armas e diamantes de sangue, ou na América Latina, pelo tráfico de drogas. Também vítima, mas em uma dimensão menos anônima, está a sociedade comum, que pode ser considerada, ao menos, geograficamente, com algumas liberdades dentro da estrutura, como os cidadão europeus ou norte-americanos.

E, por fim, quando nos referimos à fragilidade institucional de países periféricos, buscamos suporte no conceito de necrocapitalismo (BANERJEE, 2008a), segundo o qual corporações transnacionais contribuem para a desapropriação e subjugação da vida, valendo-se não apenas da violência física, mas daquela que se apresenta na cooptação das elites locais para exploração por meio da comercialização dos seus próprios estados e cidadãos.

4.2.2.6 Disrupção

O nome **disrupção** foi escolhido para um tema identificado no *corpus* da pesquisa que, ao contrário dos anteriores, não constitui ou é consequência da **impunidade**, mas, sim, oferece

um ponto de resistência ao seu padrão. Disrupção significa ruptura, interrupção do curso normal de um processo (HOUAISS; VILLAR, 2001) e é dentro dessa definição que se destacam atores não convencionais nas discussões sobre governança corporativa, muitas vezes, considerados não importantes, mas compondo as fontes mais representativas na detecção e delação das fraudes: a mídia, os funcionários e os agentes reguladores não financeiros (DYCK; MORSE; ZINGALES, 2010). Não se propõem delações como a solução final para conter a impunidade, mas como um contraponto, que ainda tem seus percalços, como pôde ser observado nas reportagens analisadas.

As categorias que associamos ao tema **disrupção** no *corpus* de pesquisa foram: jornalismo investigativo; insegurança dos delatores; e pressão da sociedade civil.

A categoria denominada **jornalismo investigativo** se refere a um conjunto de associações de jornalistas independentes que tem se contraposto ao sistema e, muitas vezes, com a colaboração de delatores, tem divulgado dados e reportagens que permitem ou, às vezes, pressionam as autoridades no sentido de coibir a criminalidade. Algumas dessas associações são responsáveis pelas reportagens que compuseram o *corpus* dessa pesquisa, como o *International Consortium of Investigative Journalists* (ICIJ), responsável por diversas investigações reconhecidas e premiadas, dentre elas, as conhecidas como *Swiss Leaks* e *Panama Papers*. Outros consórcios investigativos encontradas nesta pesquisa foram o *Organized Crime and Corruption Reporting Project* (OCCRP), responsável pelas investigações e reportagens do *Global Laudromat*, além de um grupo que coordenou o vazamento conhecido como *Gupta Leaks* na África do Sul. Nessa categoria, são encontrados fragmentos de texto que descrevem o trabalho desses grupos na construção das reportagens, como ilustrado a seguir:

Os documentos obtidos pelo ICIJ baseiam-se em dados originalmente contrabandeados por um ex-funcionário do HSBC que se tornou denunciante, Hervé Falciani, e entregues às autoridades francesas em 2008. O *Le Monde* obteve o material da investigação da autoridade fiscal francesa sobre os arquivos e compartilhou o material [...] com o ICIJ, com o acordo de que o ICIJ reuniria uma equipe de jornalistas de vários países que poderiam peneirar os dados de todos os ângulos.

O ICIJ recrutou mais de 140 jornalistas de 45 países, incluindo jornalistas do *Le Monde*, da BBC, do *The Guardian*, do *60 Minutes*, do *Süddeutsche Zeitung* e de mais 45 outras organizações de mídia (RYLE et al., 2015b, p.3-4) ... *descrição de como foram obtidas as informações e conduzidas as investigações do Swiss Leaks pelos jornalistas de diversos países.*

Os registros vazados - que foram revisados por uma equipe de mais de 370 jornalistas de 76 países - vêm de um escritório de advocacia pouco conhecido, mas poderoso, com sede no Panamá, o *Mossack Fonseca* (sic), que possui filiais em Hong Kong, Miami, Zurique e mais de 35 outros lugares ao redor do globo.

A empresa é uma das maiores criadoras mundiais de empresas de fachada, estruturas corporativas que podem ser usadas para ocultar a propriedade de ativos. Os arquivos internos vazados do escritório de advocacia contêm informações sobre 214.488

entidades *offshore* conectadas a pessoas em mais de 200 países e territórios. O ICIJ divulgará a lista completa de empresas e pessoas ligadas a elas no início de maio. Os dados incluem e-mails, planilhas financeiras, passaportes e registros corporativos, revelando os proprietários secretos de contas bancárias e empresas em 21 jurisdições *offshore*, de Nevada a Cingapura, às Ilhas Virgens Britânicas (ICIJ, 2016, p.3) ... *descrição de como foram obtidas e quais as dimensões das informações vazadas nas investigações que seriam denominadas como Panama Papers.*

A categoria **insegurança dos delatores** se associa às situações desfavoráveis em que delatores, voluntários ou circunstanciais, ficam expostos por terem revelado informações secretas, envolvendo tanto a contradição com as fontes da informação, muitas vezes, instituições poderosas que irão negar ou contradizer a versão do delito, quanto à insegurança jurídica, visto que as informações contidas na delação podem ter sido roubadas ou serem sigilosas em algumas jurisdições, gerando exposição a processos legais. Inclui-se, ainda nessa categoria, a questão da insegurança física, levando à necessidade de guarda-costas, alteração de endereço, extradição e outros, como apresentado nos fragmentos a seguir:

A Omega [empresa] deixou a Bélgica depois que David Renous, um denunciante que trabalhou para Omega comercializando com diamantes de Angola e da República Democrática do Congo e que afirma que o FBI impediu duas tentativas contra sua vida, informou às autoridades, em 2006, sobre um suposto esquema de lavagem de dinheiro e fraude fiscal que Renous disse que permitiu a Gaydamak lavar dinheiro de armas (CHITTUM, 2015, p.4) ... *descrição da atividade do delator David Renous e do risco de vida envolvido. Os donos da empresa figuravam entre os proprietários de contas na filial suíça do HSBC, divulgadas no Swiss Leaks.*

A Suíça, no entanto, continua sua busca por Falciani. O procurador-geral suíço acusou-o de roubo de dados do HSBC em 11 de dezembro de 2014, acusando-o em um comunicado de imprensa anunciando o indiciamento de compilar “dados e informações sobre os clientes do Banco, que eram de natureza pessoal e financeira, criando perfis de clientes completos com a intenção - como é a hipótese (do Gabinete do Procurador Geral) - pelo menos na fase inicial no Líbano, de lucrar com os dados.” (HAMILTON, 2015, p.2) ... *descreve a situação de insegurança vivida pelo delator, seja por não ter sua versão dos fatos aceita, seja pelas sanções impostas sem atenuantes, mesmo que sua atitude tenha, de forma mais ampla, colaborado com a justiça.*

A última categoria que compõem o tema da **disrupção** foi denominada **pressão da sociedade civil** e se refere aos posicionamentos e discursos de representantes da sociedade, sejam legisladores, organizações de classes ou ONGs que solicitam ações do governo no sentido de fornecer explicações e/ou coibir brechas legais e jurídicas que permitem a ocorrência de crimes e fraudes, envolvendo o mercado financeiro, como ilustram os trechos a seguir:

Em uma declaração após a intervenção de Hain na Câmara dos Lordes, McDonnell pediu ao governo que considere uma ampla revisão sobre o papel das instituições financeiras do Reino Unido na corrupção global. "Este é o terceiro escândalo de lavagem de dinheiro de alto perfil a envolver grandes bancos britânicos este ano, e Londres se tornou notória como um centro global para lavagem de dinheiro", disse ele.

“Há muitas pessoas trabalhadoras em nosso setor bancário que se sentirão frustradas e consternadas com essas histórias, mas serão prejudicadas pela liderança fraca e pela supervisão fraca que prejudica a reputação do setor financeiro.

É hora de o chanceler considerar uma ampla investigação independente que não deixe pedra sobre pedra ao erradicar atividades ilegais e prejudiciais.

O governo não pode continuar a arrastar os pés nesta questão, pois será o setor bancário britânico como um todo que se arrisca a danos de longo prazo à reputação da qual depende.” (DAVIES; BURKE, 2017b, p.2) ... *declaração de um parlamentar do Partido Trabalhista solicitando providências do poder executivo, emitida após denúncias de possível envolvimento de bancos britânicos com a corrupção na África do Sul em 2017, ressaltando que a preocupação alegada não é apenas com o dano da corrupção, mas com o prejuízo à imagem da City (Centro Financeiro de Londres).*

Robert Barrington, diretor executivo da *Transparency International UK*, disse que as revelações do *The Guardian* sobre o papel do Reino Unido no crime financeiro não devem “surpreender ninguém”.

“Um ano depois dos *Panama Papers*, podemos ver que os supervisores antilavagem de dinheiro estão dormindo no trabalho, os bancos têm sido, no mínimo, negligentes e, na pior das hipóteses, cúmplices, e as agências de segurança do Reino Unido têm um histórico sombrio de investigações que levam a processos judiciais.

Basicamente, as defesas contra lavagem de dinheiro do Reino Unido simplesmente não são adequadas para o propósito. O governo precisa de uma estratégia de classe mundial para lidar com isso, se vai convencer as pessoas de que não estamos em uma corrida pós-*Brexit* para o ponto em que o dinheiro corrupto é recebido de braços abertos no Reino Unido.” (HOPKINS; HARDING; MASON, 2017, p.2-3) ... *declaração do diretor de uma das maiores ONGs internacionais contra corrupção, após as denúncias de lavagem de dinheiro russo divulgadas nas reportagens do Global Laundromat em 2017.*

Concluimos aqui a apresentação das categorias que compõem o tema **disrupção**, identificado como potencial resistência à questão da **impunidade**. Nesse sentido, o tema ressalta que, por mais numerosos e complexos que sejam os desafios impostos por essa “nova” colonialidade, é importante criar espaços de resistência (BANERJEE; LINSTED, 2001), como as delações, as reportagens investigativas de jornalistas independentes e a atuação de atores, políticos ou não, que declaram seus posicionamentos de protesto. Entretanto, dificuldades como a insegurança dos delatores precisam ser superadas e, ao mesmo tempo, instituições como os consórcios investigativos precisam conseguir se estabelecer como rede, fornecendo incentivos a expansão dessa forma de jornalismo em outras localidades, para que, como sugerido por Prasad (2003), sejam mais vozes criando e ocupando fissuras no discurso do poder dominante.

Assim, encerramos esta seção que se propôs a apresentar as categorias e os temas que se associaram para responder à questão de *como a corrupção transnacional se associa ao projeto colonial sob a perspectiva pós-colonialista*, tal como proposto nesta pesquisa. Por meio da descrição e ilustração de cada tema intermediário e a elaboração do mapa temático final (Figuras 8 e 9), foi possível identificar os padrões recorrentes na corrupção transnacional, bem como os principais atores em cada um deles, atendendo ao primeiro objetivo específico da

pesquisa, ao mesmo tempo em que os temas finais encontrados desvelam as relações coloniais que emergem nos casos analisados, como proposto no segundo objetivo específico.

A **cumplicidade** com os criminosos remete à relação dos bancos e instituições financeiras com corruptos, traficantes, fraudadores e outros criminosos, demonstrada tanto por meio da leniência com os ilícitos de seus clientes, quanto pela frouxidão dos seus próprios controles associada ao fato de, ativamente, orientar e estruturar redes de operações que permitiram aos seus clientes a segurança e a proteção do sigilo bancário. Esses padrões são seguidos de desinformação frente aos questionamentos da mídia e das investigações formais, seja negando, dissimulando ou alegando que esses fatos pertencem a outra gestão e já foram regularizados, configurando um *modus operandi* das instituições e de seus clientes.

Por sua vez, a **impunidade** do colonizador contempla as relações entre quatro grupos de atores principais: a justiça, a elite política, as vítimas e a mídia e seus informantes. Nesta abordagem, o colonizador pode ser interpretado como o sistema capitalista global, no qual são seus agentes tanto o sistema jurídico-legal, quanto o sistema político. A justiça responde por parte dos indiciamentos, mas enfrenta limitações processuais e estruturais que não permitem grandes avanços, além de estar intimamente ligada a restrições de caráter político que, nas reportagens, revelam interferências e associações controversas.

Na fragilidade da justiça, torna-se transparente a indiferença com as vítimas dada a proporção dos ilícitos e suas dimensões, bem como as limitações das formas de sanções aplicadas. E, como último grupo de atores, o *corpus* de textos revela a mídia não tradicional e os informantes/delatores, sendo citados diversos grupos investigativos (ICIJ, *Global Witness*, OCCRP, *Tax Justice Network*, *amaBhungane*) que têm se favorecido da agilidade digital da atualidade e que começam a se organizar como um contramovimento de resistência, fornecendo informações à justiça e expondo nas mídias disponíveis as investigações sobre corporações e outros poderosos que se julgavam livres da lei.

No próximo capítulo, faremos a discussão dos resultados apresentados com o intuito de nos aprofundarmos na questão proposta nesta pesquisa, atendendo, assim, aos seus objetivos.

5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O objetivo geral com esta pesquisa foi compreender, sob a lente pós-colonial, como a corrupção se constitui um fenômeno transnacional por meio da análise de casos de corrupção dos últimos dez anos, envolvendo uma das maiores instituições financeiras globais, o banco HSBC. Seleccionamos, para fundamentar nossa análise, duas fontes jornalísticas conceituadas e representativas do fenômeno estudado: o consórcio investigativo ICIJ, por ser o responsável pela articulação das reportagens que divulgaram globalmente o envolvimento da afiliada suíça do HSBC com lavagem de dinheiro e evasão fiscal; e o jornal britânico *The Guardian*, por sua credibilidade naquele país e, principalmente, por ser um periódico de mesma “nacionalidade” que a da instituição bancária, o que acreditamos nos aproxima do olhar do colonizador. Iniciamos o mapeamento das reportagens por aquelas que divulgaram o *Swiss Leaks* em 2015, complementando com aquelas que associavam o banco à corrupção e ao suborno no período da análise.

Corrupção transnacional se diferencia do fenômeno local pela magnitude, complexidade e impunidade dos participantes (SUNG, 2009), podendo ser definida como a corrupção que cruza as fronteiras, alicia agentes corporativos e governamentais e, por meio de sofisticados esquemas, drenam as riquezas de diversos países (WARE, NOONE, 2005; SUNG, 2005). O crime e a corrupção global estão interconectados, visto que atividades como o contrabando, tráfico de armas e drogas, terrorismo e evasão fiscal seriam impraticáveis sem o envolvimento de funcionários corruptos nas alfândegas, nas agências financeiras ou nos prestadores de serviço (SHELLEY, 2005; SAMPSON, 2010; CHRISTENSEN, 2011), bem como sem instituições financeiras e redes de intermediários que estruturassem as operações de lavagem do dinheiro e ocultação do patrimônio (CHRISTENSEN, 2011; COOLEY; SHARMAN, 2015; PLATT, 2017).

A discussão sobre o papel dos intermediários e dos paraísos fiscais não ignora a importância do papel das elites políticas corruptas como a parte da demanda na equação da corrupção, mas, com discutido por Cooley e Sharman (2017), lança questionamentos quanto à dicotomia convencional que associa países ricos àqueles honestos, e os pobres aos corruptos, esclarecendo que, no mundo contemporâneo, não existe uma distinção clara entre economias lícitas e ilícitas. Com base nessa perspectiva da corrupção transnacional, situamos o caso do envolvimento do HSBC como um intermediário, talvez, um dos maiores, viabilizando transações ao mesmo tempo que conecta e orienta seus clientes.

A escolha do HSBC como ponto de análise da dinâmica da corrupção transnacional no setor financeiro não foi aleatória, visto que ele se encontra entre os bancos mais citados quando se fala de dinheiro sujo (GLOBAL WITNESS, 2015), somado ao histórico da instituição, que insinua uma proximidade com o fenômeno de longa data. Especulações desde a origem do banco, no período da expansão mercantilista inglesa e do lucrativo comércio de ópio na China (LE MONDE, 2011), se conectam a investigações das autoridades norte-americanas, divulgadas em 2010 e 2012, em um comportamento ora leniente, ora proativo com ditadores africanos, traficantes de drogas latino-americanos, terroristas árabes e tantos outros suspeitos ou bloqueados por sanções internacionais (RUSHE; TREANOR, 2012).

Houve acusações, processos e multas, mas a dimensão das sanções, acordadas em 2012 pelo Departamento de Justiça dos EUA, foi duramente criticada pela sociedade quando as autoridades foram forçadas a admitir que algumas instituições financeiras eram grandes demais para serem penalizadas criminalmente, ou “*too big to jail*” (NEATE, 2016; HARDOUIN, 2017). O que parecia uma fragilidade específica das operações nos EUA viriam a se mostrar um esquema muito mais complexo, envolvendo diversas filiais do HSBC. Em 2015, as reportagens, denominadas *Swiss Leaks*, divulgaram investigações sobre um vazamento de dados de clientes da afiliada suíça, confirmando o papel ativo do banco, principalmente, no conluio para evasão fiscal e lavagem de dinheiro.

Em meio a novas investigações e acusações, outra reportagem investigativa seria publicada em 2016, revelando mais um vazamento de dados, do caso conhecido como *Panama Papers*, sobre a intrincada rede de operadores internacionais envolvidos, novamente, em lavagem de dinheiro e evasão fiscal. Centralizados em um escritório de advocacia panamenho, as informações indicavam que seus maiores intermediários bancários eram as filiais do HSBC na Suíça e em Mônaco. Delatores, dados vazados e reportagens de jornalistas investigativos se tornaram uma das principais fontes de informação, também para as autoridades, sobre o envolvimento dos grandes bancos em fraudes e crimes em todo o mundo.

Também na forma de reportagens, novos indícios foram revelados em 2017, associando a participação em lavagem de dinheiro pelo HSBC e outros gigantes do setor bancário, no *Guptagate*, na África do Sul, e no *Global Laudromat*, nos países do leste europeu, expondo a debilidade do aparato legal e, em certa medida, uma possível tolerância do sistema com os poderosos. Esses elementos, sob a abordagem decolonial, representam a expressão do colonialismo moderno, que não está mais restrito a uma relação de poder entre nações, mas em como se articulam, por meio do mercado capitalista e da ideia de diferença entre povos, questões como conhecimento e autoridade (MALDONADO-TORRES, 2007a).

Os temas que emergiram da análise temática estão presentes em um contexto de globalização, no qual tanto as corporações, quanto os contraventores estão posicionados internacionalmente e com poucas limitações legais que consigam restringir o fluxo e a ocultação de capital através das fronteiras. Em uma era digital, subornos podem ser pagos sem a entrega de “malas de dólares”, utilizando-se de transferências e contratos eletrônicos por meio de intermediários em paraísos fiscais que protegem o sigilo bancário e ocultam os verdadeiros beneficiários de cada conta. A maioria desses centros *offshore*, ou *onshore*, não estão localizados onde está a corrupção “combatida”, com seu legado de drenagem de riquezas e perpetuação da miséria, mas, sim, em países ocidentais desenvolvidos e em seus protetorados peninsulares espalhados pelos cinco continentes.

A análise temática das reportagens selecionadas, direcionada pela questão de pesquisa que buscou compreender *como a corrupção transnacional se associa ao projeto colonial a partir da perspectiva pós-colonialista*, foi realizada com o apoio do *software* ATLAS.ti 8 e desvelou temas expressos por padrões e atores que encontraram suporte em nosso referencial teórico e respondiam aos objetivos do trabalho. Dois temas finais emergiram dos padrões identificados nos temas intermediários e sintetizam a associação entre a dinâmica da corrupção e o projeto colonial, expressos, sob a lente pós-colonial, como **cumplicidade** e **impunidade**.

O tema **cumplicidade**, forma de colaboração ativa ou passiva com infratores, no contexto da globalização, expressa a predominância dos interesses econômicos a despeito da vida, o que caracteriza o novo projeto colonial. Nesse novo formato de acumulação de capital, as corporações são atores poderosos que, em conluio com elites políticas e outros atores, contribuem, frequentemente envoltos em uma violência velada, para drenagem dos recursos e da soberania das “novas” colônias (BANERJEE, 2008a). Esse contexto nos permite compreender como a dinâmica da corrupção se estabelece por meio de redes transnacionais que envolvem paraísos fiscais, agentes financeiros, escritórios de advocacia e imobiliárias, provendo serviços de lavagem de dinheiro e ocultação de patrimônio de forma global, atendendo a gestores de empresas, magnatas europeus, traficantes de drogas, armas ou diamantes, além de elites corruptas de países do terceiro mundo.

A temática da **cumplicidade** emergiu de um conjunto de três padrões identificados nas reportagens, definidos como temas intermediários, sendo: **manual de operações**, **clientes (in)desejados** e **desinformação**. Cada um desses temas intermediários expressa um conjunto de práticas e atores recorrentemente identificados nas dinâmicas analisadas sobre os quais iremos discutir nesta seção.

O primeiro tema, denominado **manual de operações**, reúne um conjunto de situações que podem ser imaginadas como um verdadeiro “manual”, nas quais há participação das instituições financeiras, ativa ou passivamente, seja conscientemente descumprindo a legislação, estabelecendo operações em redes transnacionais para atender infratores (COOLEY; SHARMAN, 2015), orientando explicitamente ou, em alguns casos, negligenciando alertas internos. Sob a visão pós-colonial, essas ações expõem a incompatibilidade entre um comportamento corporativo “socialmente responsável” e a estratégia básica dos negócios, entendida essencialmente como lucratividade e não como justiça social (BANERJEE, 2008b), tal como inferido das informações vazadas do HSBC *Private Bank Swiss*, constante na série de reportagens *Swiss Leaks*, como apresentado no fragmento de texto a seguir:

Os arquivos do HSBC, o maior vazamento bancário da história, revelam toda a escala de negligência em sua subsidiária suíça. Casos recentes em tribunais nos EUA e na Europa forneceram exemplos individuais de irregularidades do banco, mas os arquivos vazados mostram como esses casos eram parte de um padrão persistente de má conduta (LEIGH et al., 2015d, p.1).

O tema intermediário **clientes (in)desejados** surgiu das descrições sobre a natureza oculta e/ou ilícita que circunda um conjunto de clientes que, legal e moralmente, não deveriam ser desejados por instituições socialmente responsáveis. Entretanto, o que se observou foi que as carteiras de clientes do HSBC, bem como de outras instituições financeiras, não questionavam políticos corruptos, traficantes de drogas ou armas, contrabandistas de diamantes de sangue e elites sonegadas de impostos. Esses eram clientes lucrativos, e que também lucravam, a despeito da violência de suas operações, com a conivência do sistema financeiro. Essa associação desvela uma versão contemporânea da dominação colonial que associa os clientes e as instituições, ao que Banerjee (2008a) denomina, necrocapitalistas. O trecho abaixo, com a descrição das atividades de três clientes do HSBC *Private Bank Swiss*, contidos nas reportagens *Swiss Leaks*, demonstram esse padrão:

Alguns clientes ligados a milhões e, às vezes, dezenas de milhões de dólares em suas contas são figuras politicamente conectadas, como Rachid Mohamed Rachid, ex-ministro do Comércio egípcio, que fugiu do Cairo em fevereiro de 2011 em meio à revolta contra Hosni Mubarak. Rachid, que é listado como tendo procuração sobre uma conta no valor de US\$ 31 milhões, foi condenado à revelia por alegações de lucro e desperdício de fundos públicos. Outros nomes nos arquivos incluem o falecido Frantz Merceron, o suposto mensageiro do falecido ex-presidente haitiano Jean Claude "Baby Doc" Duvalier, acusado de ter saqueado até US\$ 900 milhões antes de fugir de seu país, e Rami Makhlouf, cujo primo e colaborador próximo, o presidente da Síria, Bashar al Assad, nos últimos três anos ajudou a causar a morte de dezenas de milhares de seus cidadãos na guerra civil do país. Merceron é listado como um advogado em uma conta de US\$ 1,3 milhões pertencente à sua esposa. Makhlouf é listado como beneficiário em várias contas (RYLE, et al., 2015b, p.4).

O terceiro e último tema intermediário que encerra a **cumplicidade** dos agentes financeiros é a **desinformação**, que se refere às situações nas quais há a tentativa de se induzir ao erro por meio de informações falsas ou distorcidas, seja pelas instituições financeiras ou pelos seus clientes quando questionados ou indiciados nas investigações. Esses padrões envolvem a negação da acusação, a alegação de que essas falhas se referem a outras gestões e já foram corrigidas, declarações de “suposto” apoio às investigações, dissimulação, chegando à admissão de culpa sem a intenção e ao silêncio. Assim, atores que atuam de forma global, normalmente, conseguem fugir da responsabilidade e, sabendo da improbabilidade de serem responsabilizados em um tribunal (BANERJEE, 2008a), dificilmente assumirão suas reais intenções. Esse padrão é ilustrado no fragmento de reportagem a seguir, o qual contém declarações de dois bancos britânicos sobre o escândalo *Global Laudromat*, que evidenciou publicamente a leniência dos controles internos contra lavagem de dinheiro dessas instituições. Destaca-se nesse escândalo que, dos US\$ 738,1 milhões em transações russas potencialmente ilícitas, mais de 70% foram processados pelo HSBC no Reino Unido:

O *The Guardian* entrou em contato com todos esses bancos. Nenhum deles questionou a autenticidade dos dados, mas todos insistiram que tinham políticas rígidas de combate à lavagem de dinheiro.

A resposta do RBS foi típica. O banco declarou: "Estamos comprometidos em combater crimes financeiros e lavagem de dinheiro em conformidade com nossas regulamentações e temos controles e salvaguardas para identificar, avaliar, monitorar e mitigar esses riscos." A declaração cobriu o *Coutts* e o *NatWest*.

O HSBC declarou: "Este caso destaca a necessidade de maior compartilhamento de informações entre os setores público e privado, cada um detentor de informações importantes que o outro não possui" (HARDING; HOPKINS; BARR, 2017, p.3).

Enquanto o tema da cumplicidade referiu-se à associação dos agentes financeiros em conluio com os contraventores, o segundo tema final identificado na pesquisa, a **impunidade**, revela o outro lado da corrupção transnacional, ou seja, a dificuldade ou incapacidade daqueles que, supostamente, deveriam coibir essas fraudes e crimes. Acredita-se que medidas jurídico-legais deveriam limitar grande parte dessas práticas predatórias, mas o que se observa é que esbarram na “dependência” dos Estados em relação ao capital privado, comprometendo diversas formas de atividades regulatória (KAUFMANN, 2005; SIKKA, 2008), essencialmente, por vontade política (CHRISTENSEM, 2011).

Nesse sentido, sob a perspectiva pós-colonial, corporações multinacionais acabam se eximindo da responsabilidade ao se associarem a regimes repressivos (BANERJEE, 2008a), como no caso das instituições financeiras que permitem a lavagem de dinheiro do tráfico ou da corrupção em países periféricos por meio de complexas transações que envolvem remessas de

dinheiro sem fiscalização, contas em paraísos fiscais e empresas de fachada envoltas em camadas de sigilo (VAN DER DOES DE WILLEBOIS et al., 2011).

Ao mesmo tempo, o consentimento alcançado pelos discursos hegemônicos que naturalizam penalizações brandas ou negligentes para esses atores, sob alegações de “incapacidade” de monitoramento ou impacto no sistema financeiro global, leva os sujeitos colonizados a se entenderem como periféricos e sem alternativas (ASHCROFT; GRIFFITHS; TIFFIN, 2007). Somente no reconhecimento dos lugares ocultos de enunciação nesses discursos, é possível questionar essas verdades e seus atores (ROSA; ALCADIPANI, 2013), seja o capital das grandes corporações globais ou seus agentes, como o FMI, a OCDE e o Banco Mundial (WILLIAMS; BEARE, 1999; DE MARIA, 2005; BRATSIK, 2014).

A **impunidade**, como tema final, reflete relações diferente o com seis temas intermediários identificados, sendo: **justiça autorizada**, **negligência**, **imperícia**, **ligações perigosas**, **indiferença** e **disrupção**. Enquanto o tema intermediário **justiça autorizada**, ao mesmo tempo que faz parte, remete a um contraponto à impunidade, as temáticas **negligência**, **imperícia** e **ligações perigosas** referem-se às disfunções dessa justiça, revelando uma relação causal com o tema. Em comum, esses quatro primeiros temas envolvem, como atores principais, agentes da justiça, agentes políticos e do sistema financeiro.

Os dois temas seguintes se distinguem tanto pela relação com a **impunidade**, quanto pelos atores que envolvem em suas dinâmicas. O tema intermediário **indiferença** remete às descrições de abusos e de violência resultantes da impunidade, que subjuga vítimas, sejam pessoas físicas ou jurídicas. Por sua vez, o tema intermediário **disrupção** representa as ações e circunstâncias do movimento de resistência à impunidade, sendo formado pela associação entre jornalistas investigativos independentes, a mídia e os informantes e delatores.

Esclarecendo o conteúdo de cada um desses temas intermediários, iniciamos pela **justiça autorizada**, que refere-se a situações em que há punição, funcionamento esperado da justiça em investigações e prisões, colaboração entre jurisdições e agências, processamento criminal dos funcionários e executivos envolvidos nos esquemas ilícitos, interesses políticos que agilizam procedimentos jurídico-legis e discursos de indignação com as fraudes e crimes por autoridades. Sob a lente pós-colonial, mesmo que a igualdade perante a lei caracterize o Estado moderno, ela é limitada pelo poder político de alguns setores da economia (QUIJANO, 2002), sendo autorizada somente em partes.

Esse argumento é sintetizado no trecho, exposto a seguir, de uma reportagem sobre as mudanças, não só legislativas, que têm sido demandadas em algumas jurisdições, com destaque para a Suíça, com vistas a coibir a evasão fiscal em paraísos fiscais. Interessante observar que

as reportagens destacam como principal interesse o de reduzir a evasão fiscal, um custo direto para os cofres desses estados centrais, mas não o de coibir a leniência do sistema financeiro com dinheiro ilícito de forma geral, cujo custo recai, na maioria das vezes, em sociedades “um pouco mais distantes”.

O uso de contas *offshore* para minimizar o pagamento de impostos - mesmo quando feito de forma legal - tornou-se uma área cada vez mais controversa, à medida que governos de todo o mundo tentam negociar acordos para aumentar o compartilhamento de informações sobre ativos em diferentes jurisdições (FARREL, et al., 2015, p.3).

Entre os três padrões que manifestam o funcionamento da **impunidade**, iniciamos pelo tema intermediário da **negligência**, indicando a falta de atuação proporcional ao delito, conjugando situações que favorecem a corrupção por medidas ou sanções excessivamente brandas, como os casos dos acordos de acusação deferida, conhecidos por DPA (LORD, 2014), os quais são citados nas reportagens como práticas em países como EUA, Reino Unido, França e Suíça. Nesse tema, também estão presentes situações previstas pela lei, mas consideradas, ao mesmo tempo, formas de incentivo à criminalidade, como o sigilo bancário de algumas jurisdições (CHRISTENSEN, 2011; CARLIN; LOKANAN, 2018); estabelecimento eventual de regimes especiais de regularização de divisas não declaradas no exterior; ausência de criminalização dos indivíduos responsáveis (GLOBAL WITNESS, 2015; HARDOUIN, 2017); e os incentivos do próprio mercado financeiro, com bônus e metas agressivas desvinculadas de compromissos éticos ou legais (SIKKA, 2008, 2010).

Constata-se, nesse conjunto, sob a perspectiva pós-colonial, a ambivalência e contradição do discurso colonial (PRASAD, 2003), haja vista as medidas diferentes para o colonizador e o colonizado. O fragmento de texto abaixo ilustra essa ambiguidade, expressa na resposta das autoridades tributárias britânicas, quando, logo após a publicação *Swiss Leaks*, foram questionadas pelo parlamento sobre sua tolerância com a regularização de impostos por parte desses clientes do HSBC. Destaca-se que as reportagens citam regimes de regularização semelhantes aos utilizados no Reino Unido por diversos países citados nos vazamentos, incluindo também a Austrália, Bélgica, Canadá, EUA, Espanha, França e Irlanda.

Homer [Lin Homer, executivo chefe HMRC] disse a um comitê parlamentar que uma "grande maioria" dos casos tributários foi resolvida sob um mecanismo de divulgação que permitia que os contribuintes fossem multados em até 10% dos impostos evitados, em comparação com uma multa máxima para impostos evitados de 200% (HAMILTON; SORGENFRI, 2015, p.1).

Outro lado da impunidade foi revelado pelo tema intermediário **imperícia**, contemplando situações que remetem à incapacidade ou dificuldade dos aparatos jurídico-

legais existentes de atuarem de maneira efetiva contra a criminalidade do sistema financeiro global. Apesar da ratificação de tratados internacionais anticorrupção, e um enorme desenvolvimento em termos legais, obstáculos estruturais e políticos continuam a existir (LORD, 2014). Essas limitações dificultam a comprovação em um tribunal criminal de acusação contra corporações, o que, sob a abordagem pós-colonial, acaba por criar um regime de exceção no qual essas instituições operam com impunidade em relação ao direito internacional (BANERJEE, 2008a). A citação a seguir mostra a introdução de uma reportagem se referindo às leis rígidas que protegem o sigilo bancário suíço e atraíram bilhões de todo o mundo, criando uma indústria lucrativa que cobra altos preços em troca de seu silêncio defendido legalmente:

Os bancos suíços costumam ser mencionados em *thrillers* de crime. Eles são retratados como refúgios obscuros para os tipos como James Bond, *super* vilões e ditadores africanos. Fora das páginas de ficção, no entanto, tem sido praticamente impossível, até agora, chegar à realidade (LEIGH, et al., 2015c, p.1).

O terceiro tema intermediário que encerra a dinâmica da impunidade com as corporações financeiras foi denominado **ligações perigosas** por se referir a um conjunto de situações encontradas que sugerem, não necessariamente confirmando, uma proximidade “arriscada” entre agentes do setor público e privado. A relação complexa entre interesses privados e políticas públicas não é recente (KAUFMANN, 2005; CARRINGTON, 2007; SIKKA; LEHMAN, 2015), sendo ações como doações de campanha política ou *lobbying* capazes de impedir legislações inoportunas sob o ponto de vista corporativo (SIKKA, 2008; SIKKA, LEHMAN, 2015). Nesse tema, revela-se, novamente, a característica de ambivalência do discurso colonial (PRASAD, 2003), pois, ao mesmo tempo em que se conclama ao combate à criminalidade, convive com articulações capazes de restringi-la, e em alguns casos, sufocá-la. O trecho de reportagem a seguir descreve alguns clientes norte-americanos encontrados nos *Swiss Leaks*, sugerindo relações supostamente conflituosas, que é o padrão refletido nesse tema:

Personalidades dos negócios e doadores políticos dos EUA [que aparecem no *Swiss Leaks*] incluem o financista e filantropo S. Donald Sussman, cuja data da conta antecede seu casamento com a congressista democrata Chellie Pingree, do Maine; o bilionário proprietário da rede de lingerie Victoria’s Secret, Les Wexner, que em 2012 doou US\$ 250 mil para um super PAC [organização para arrecadação de contribuições visando campanhas eleitorais] que apoiava o ex-candidato presidencial republicano Mitt Romney; e a família israelense Steinmetz, que negocia com diamantes. O *Wall Street Journal* informou em 2007 que a firma de capital de risco, Sage Capital Growth, da família Steinmetz, pagou subsídios generosos para discursos e outros serviços a Rudy Giuliani, o ex-prefeito de Nova York, elogiado como um combatente do crime organizado e da corrupção que mais tarde tentou sem sucesso a indicação presidencial republicana (RYLE, et al., 2015b, p. 5-6).

Indiferença foi o nome dado ao tema intermediário que estabelece uma relação de consequência com a impunidade, emergindo das descrições sobre a violência e as condições a que são sujeitadas as vítimas que arcam com os custos da ausência de justiça. Dentre as vítimas, tomamos emprestado o termo pós-colonial referente a “subalternos” para associar àqueles aos quais é negada a expressão da subjetividade, ou a própria subjetividade (SPIVAK, 2010), tamanha a exposição à miséria ou à violência decorrente desses crimes. Um segundo grupo de vítimas foi denominado “sociedade comum” em referência aos que, em alguma medida, ainda se manifestam e criticam o custo social da impunidade. E, por fim, a terceira vítima identificada foi a fragilidade institucional dos países periféricos que, apesar de ser também uma consequência da colonialidade, muitas vezes, é injustamente reduzida apenas à causa, justificando intervenções e programas de assistência técnico-financeira “duvidosos”, em uma nova versão do “fardo do homem branco” (BRATSI, 2014). O fragmento de texto a seguir ilustra a violência da impunidade ao destacar a quantidade de vítimas, durante os depoimentos das investigações nos EUA sob a responsabilidade do HSBC na lavagem de dinheiro de traficante do México:

Antes de os executivos do banco [HSBC] testemunharem, o comitê ouviu de Leigh Winchell, diretor assistente dos programas de investigação da Polícia de Imigração e Controle Aduaneiro dos Estados Unidos. Ele disse que 47 mil pessoas perderam suas vidas desde 2006 como resultado dos narcotraficantes mexicanos (RUSHE, 2012, p.2).

O último tema intermediário associado à impunidade, mas não o menos instigante, foi o que denominamos **disrupção**, tomado como aquele que interrompe, ou ao menos se opõe, ao curso de um processo, destacando atores não convencionais nas discussões sobre governança corporativa e que têm se tornado uma das fontes mais representativas nas investigações de fraudes: a mídia e os delatores (DYCK; MORSE; ZINGALES, 2010). Vazamentos de dados e delações são processos complexos e casos como o de Hervé Falciani ou Edward Snowden, dificilmente, se repetirão, visto os custos finais para os envolvidos. Mas, em outros casos, como os relatados no *Panama Paper* ou no *Global Laundromat*, os informantes conseguiram passar os dados e manter o anonimato, mostrando uma outra via de resistência.

A combinação entre jornalismo investigativo, crescimento da mídia de massa e disseminação de tecnologias de informação e comunicação tem permitido a investigação e divulgação desses crimes, bem como a exposição dos infratores, estabelecendo pontos de resistência que permitem a articulação da sociedade, e em algumas instancias, a pressão por mudanças. Por mais que os escândalos divulgados sejam eventos incipientes, e que a dimensão e a complexidade dos desafios da atual colonialidade sejam grandes, é importante conseguir

criar esses espaços de contraponto (BANERJEE, LINSTAD; 2001), como ilustra o trecho a seguir, em uma iniciativa da sociedade civil para mudanças na legislação dos EUA, que ainda hoje, permite a criação de empresas sem a informação do verdadeiro beneficiário:

Raymond Baker, presidente da *Global Financial Integrity* [Integridade Financeira Global], um serviço de pesquisa e consultoria sem fins lucrativos, com sede em Washington, que monitora os fluxos ilícitos de dinheiro, está pressionando as autoridades do Congresso dos EUA a estabelecer registros públicos de informações de "beneficiário efetivo" que estariam disponíveis para reguladores e advogados processuais. O termo "beneficiário efetivo" refere-se a quem controla as contas financeiras, ativos e entidades, em oposição a quem detém autoridade de assinatura ou título legal, que podem obscurecê-lo. Livrar-se de empresas anônimas é "o ponto de partida para alcançar a transparência financeira", disse Baker em uma entrevista. Ele as tem chamado de "a ferramenta número um para lavar lucros do crime, corrupção e evasão fiscal." (SMITH; BABCOCK, 2015, p.6-7).

Assim, concluímos a apresentação do conjunto de padrões e atores identificados na dinâmica dos esquemas de corrupção presentes no *corpus* de análise. Os grupos de atores principais, sob a perspectiva pós-colonial, podem ser divididos entre aqueles que estão do lado do colonizador e os que representam os colonizados. No primeiro grupo, identificamos: (i) as próprias instituições financeiras e seus intermediários; (ii) os contraventores de todas as categorias citadas nas reportagens; (iii) a justiça negligente e limitada pelo sistema globalizado; e (iv) o poder político que, em todas as versões coloniais, sempre se encontrou subjugado pelo poder do capital. No segundo grupo de atores, não menos importante, mas com menor poder e, na dinâmica da corrupção transnacional, considerados como marginais, estão todas as (v) vítimas e (vi) o jornalismo investigativo com seus informantes.

É importante ressaltar que, apesar do interesse da pesquisa ter sido norteado pelo envolvimento do HSBC com casos de corrupção, e terem sido esses os critérios para seleção das reportagens para o *corpus* de análise, o que se revelou nas reportagens foi um cenário muito mais complexo. A quantidade de outros agentes do sistema financeiro presente nas reportagens nos levou, inclusive, a desenvolver a narrativa, utilizando essa terminologia ao invés de apenas "bancos" ou "HSBC", pois, caso contrário, não revelariam a extensa rede que sustenta a corrupção, destacando-se, ainda, a presença nas reportagens de escritórios panamenhos especializados em empresas offshore, como o *Mossack & Fonseca* e o *Sovereign Management Legal Ltd*, bem como outros bancos que operavam em carteis ou em dinâmicas semelhantes ao HSBC, destacando-se o *JPMorgan Chase*, *UBS*, *Barclays* e *Standard Chartered*.

Especificamente, sobre o HSBC, é interessante notar um padrão histórico de leniência e conivência com criminosos, seguido de processos com ausência de penas criminais e de multas que, por maiores que fossem em relação às práticas da justiça até então, não

representavam sanções que inibissem eventuais reincidências. E recorrências se seguiriam, acompanhadas de alegações de desconhecimento ou de que essas falhas já haviam sido regularizadas. Coerentes com a busca de lucratividade, interesse primordial dos negócios, e salvaguardadas pelo poder adquirido ao se tornarem sistemicamente importantes (FINANCIAL STABILITY BOARD, 2011), grandes corporações, como o HSBC, representam a “espada do comércio” (BANERJEE, 2008a, p.1546), embora menos visível hoje que nos dias do império, mas com o mesmo lastro de desapropriação da soberania e miséria.

Considerando apenas os eventos das reportagens associados à corrupção no sentido tradicional, têm-se as investigações norte-americanas, indicando complacência com a lavagem de dinheiro de corruptos africanos, nos anos 2000, seguida de acusações por lavagem de dinheiro de traficantes de drogas latino-americanos, entre 2006 e 2010, encerradas em um acordo DPA e multa em 2012. As mesmas fragilidades auxiliariam governos corruptos e traficantes de drogas, armas e diamantes, pelo menos, no período entre 2005-2007, conforme informações sobre o funcionamento da filial suíça HSBC *Private Bank* obtidas por autoridades em 2009 e divulgadas como reportagens em 2015.

Em 2016, um novo escândalo revelaria o envolvimento de filiais do HSBC com o escritório *Mossack & Fonseca*, responsável por diversas empresas *offshore* utilizadas para lavagem de dinheiro de criminosos de toda parte. Mais recentemente, em 2017, o mesmo *modus operandi* levou a investigações sobre a colaboração do banco na lavagem de dinheiro corrupto na África do Sul e em países do leste europeu. As mesmas práticas, as mesmas alegações de inocência e a mesma ausência das autoridades são constatações que, sob a lente pós-colonial proposta nesta pesquisa, desvelam a cumplicidade com o capital e a impunidade das grandes corporações em cada um desses eventos, sugerindo um sentido mais amplo para o lema “conectando clientes a oportunidades” (HSBC, 2018, p. ii).

Julgamos importante contextualizar a questão do HSBC no Brasil. A instituição entraria no mercado nacional em 1997, arrematando parte do antigo Bamerindus, bem como ampliando sua participação em 2003 com a aquisição dos ativos do *Lloyds*, que, à época, saía do país. Entre 1995 e 2000, o Brasil representava um excelente negócio para os grupos financeiros globais, chegando a serem cinco entre os dez maiores bancos privados no país (DRUMMOND, 2015). Mas, com os desdobramentos das acusações, em 2012, nos EUA, investigações por manipulação de taxa de câmbio na Europa, em 2013 e 2014, e a divulgação do *Swiss Leaks*, em 2015 (DRUMMOND, 2015), o banco iniciaria uma reestruturação global, desfazendo-se de diversas operações de risco em todo o mundo, dentre elas, anunciando a saída do Brasil e da Turquia em junho de 2015 (HSBC, 2015; DRUMMOND, 2015; VEJA, 2015).

Nesse mesmo período, a divulgação do *Swiss Leaks* havia levado à abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito no Senado brasileiro, conhecida como “CPI do HSBC”, que foi encerrada em maio de 2016 quando o vice-presidente da comissão, o senador Randolfe Rodrigues, alegaria que a ação de lobistas impedia o andamento das investigações, levando-os a repassarem a ação para os demais órgãos de fiscalização (VIEIRA, 2016). A PF enviou à Justiça Federal, no final de 2017, com vistas ao andamento da última fase das investigações, uma lista com 660 brasileiros suspeitos de manterem contas ou investimentos suspeitos no HSBC da Suíça e de 13 ex-funcionários do HSBC Brasil suspeitos de conivência ao operacionalizarem transações supostamente ilícitas. Apesar do esforço, a PF acredita que grande parte desses suspeitos possam ter regularizado suas operações com o Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária concedido pela presidência em 2016 (GLOBO, 2018).

A venda da maior parte das operações brasileiras ao Bradesco ocorreria em junho de 2016, com a alegação de que seriam mantidas as operações voltadas para grandes clientes corporativos (HSBC, 2016). O discurso oficial foi de reestruturação das operações de forma global para captura de valor e diminuição de ativos ponderados pelo risco, desfazendo-se de operações menores e se voltando para economias com maior potencial de crescimento, como a Ásia (HSBC, 2015; VEJA, 2015). Esses argumentos também foram utilizados nas decisões do então presidente, Stuart Gulliver, de se retirar de operações na América Latina, como da Colômbia, Peru, Uruguai, Paraguai, Costa Rica, El Salvador e Honduras a partir de 2012 (REUTERS, 2012), mas aparecem com uma nova leitura no *The Guardian* em 2015, segundo o qual o banco alega que vendeu, naquele ano, operações as quais sabia que não conseguiria implementar regras como “conheça seus clientes” (PRATLEY, 2015, p.3).

Sendo assim, nos perguntamos se essas mesmas regras não deveriam ser verdadeiras a respeito das operações suíças e de outros paraísos fiscais? E, sendo negativa a resposta do banco, visto a atual manutenção das referidas unidades, nos questionamos: quando se conhece os clientes e mesmo assim não se impõem restrições às operações ilícitas desses, esse não estaria se tornando seu cúmplice?

Com essa questão retórica, finalizamos a discussão dos resultados, abordando as principais perspectivas teóricas e relações coloniais desveladas nesta pesquisa. No próximo capítulo, apresentamos as considerações finais desta dissertação, bem como as principais contribuições deste estudo, as suas limitações e sugestões para pesquisas futuras.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A corrupção é um crime previsto legalmente em diversos países e tem um custo para a economia global ao desequilibrar as regras da livre concorrência, mas é, especialmente, para os países periféricos, como o Brasil, que seu legado de miséria e degradação é mais pernicioso. A corrupção não é um acordo entre somente duas partes, envolve uma rede de atores que, internacionalmente, estruturam operações de transferências bancárias, lavagem de dinheiro e ocultação de patrimônio em empresas de fachada, geralmente, utilizando estruturas financeiras em paraísos fiscais. Escândalos como *Swiss Leaks*, *Panama Papers*, *Global Laudromat* e *Guptagate* revelam apenas aqueles que saíram do controle, mas, provavelmente, muitos outros podem estar ocultos ou em andamento.

Nesta dissertação, propomo-nos a responder a seguinte questão: como a corrupção transnacional se associa ao projeto colonial a partir da perspectiva pós-colonialista? Considerando a análise do envolvimento do banco HSBC com a corrupção transnacional, delimitamos o período de análise aos dez últimos anos, bem como selecionamos duas fontes jornalísticas conceituadas e representativas no histórico de escândalos envolvendo a instituição bancária: o consórcio investigativo internacional ICIJ e o jornal britânico *The Guardian*.

A partir dessa questão de pesquisa, o objetivo geral da dissertação foi compreender, sob a lente pós-colonial, a corrupção como um fenômeno transnacional. Para atender a esse objetivo, foram analisadas 55 reportagens publicadas nos *websites* das fontes selecionadas, mantendo-se a língua original, o inglês, totalizando 208 laudas apenas de textos em padrão ABNT NBR 10719 (ABNT, 2011). A análise temática, método escolhido, foi realizada com o suporte do software ATLAS.ti 8, resultando em um mapa temático com dois temas finais.

O primeiro tema final revelado foi a **cumplicidade** do capital, a qual é representada pelas corporações financeiras em conluio com os infratores que se envolvem em esquemas corruptos. Neste estudo, a definição transnacional, associada à corrupção, não se refere apenas ao suborno que atravessa fronteiras, mas também aos crimes associados e indispensáveis, em particular, a lavagem de dinheiro. A análise indicou uma séria de padrões de conivência, leniência e orientação pelo HSBC, bem como de outras instituições financeiras, a clientes como elites corruptas de países do terceiro mundo, cartéis de drogas, traficantes de armas, terroristas, contrabandistas de diamantes de sangue e sonegadores fiscais. Associada a discursos evasivos e dissimulados, a cumplicidade corporativa é desvelada na violência exercida diretamente pelos criminosos, mas particularmente, de forma indireta e menos explícita, por essas corporações

financeiras através da contínua extração de benefícios econômicos a despeito da vida e dos direitos humanos, tal como defendido por Banerjee (2008a).

O segundo tema final foi a **impunidade**, a qual se expressa tanto pelo lado do colonizador, quanto pelo do colonizado. Pelo lado do colonizador, revelam-se padrões nos quais se manifestam restrições e falta de capacidade das autoridades para coibir a criminalidade que sustenta a corrupção transnacional, algumas vezes, limitada por uma proximidade política publicamente controversa. No outro lado da impunidade, encontram-se as vítimas da violência e da indiferença do colonizador em paralelo com a resistência, que é representada pelo jornalismo investigativo e seus informantes, os quais se articulam, aproveitando do crescimento da tecnologia da informação e dos meios e comunicação de massa para expor, mesmo que ainda em poucos casos, esses esquemas. Nesse tema, revelam-se a ambivalência e a contradição do discurso colonial (PRASAD, 2003), pois, ao mesmo tempo em que aqueles no papel de colonizadores conclamam ao combate à corrupção, permitem, ou talvez se articulem, para cerceá-lo.

As pesquisas sobre o *dark side* corporativo vêm ocupando espaço no campo dos estudos organizacionais, e a corrupção tem sido reconhecida como um tema importante nesse campo. Este estudo procurou contribuir para a gestão de organizações ao apresentar teorias sobre a dinâmica da corrupção transnacional, seus padrões e atores sob uma perspectiva crítica que contextualiza esse fenômeno com articulações mais amplas, como um “novo” poder colonial globalizado que se manifesta na conveniência da cumplicidade com alguns e da impunidade de outros.

Ao entenderem o funcionamento dos esquemas de corrupção, reconhecendo seus atores e padrões, sob uma perspectiva crítica, os gestores podem identificar esses mecanismos e atuarem nas organizações para que políticas de governança estejam coerentemente associadas a práticas de responsabilidade social, não se restringindo a “palavras bonitas no papel”. Espera-se que, ao serem confrontados com as consequências mais amplas das práticas corruptas, representadas em todas as categorias de vítimas discutidas nesta pesquisa, os gestores se conscientizem e revejam seu papel na definição de limites para políticas de remuneração e outros incentivos que levam seus executivos e funcionários a desconsiderarem preceitos legais e éticos esperados nas rotinas das corporações.

Do ponto de vista da utilização da abordagem crítica pós-colonial nesta pesquisa, concordamos com os autores que afirmam que os estudos que buscam explicar a predominância da corrupção em algumas regiões do mundo, apesar de apreenderem seu impacto para o desenvolvimento social, econômico e político desses países, ignoram o papel do colonialismo

na sua formação e institucionalização. Neste estudo, buscamos desvelar essas relações coloniais, identificando a dinâmica de cumplicidade de corporações globalizadas que lucram com a subjugação da soberania das nações periféricas e, muitas vezes, da vida, bem como da dinâmica da impunidade conferida pela proximidade do poder do capital e do poder político. Dessa maneira, acreditamos que, ao reconhecerem os interesses presente nessas relações, pesquisadores possam analisar as propostas e os discursos hegemônicos anticorrupção a partir de uma subjetividade mais próxima às margens, gerando, assim, alternativas coerentes com a perspectiva dos colonizados e, talvez, mais factíveis com a realidade desses territórios

Outra contribuição sugerida é específica para o âmbito da gestão pública. Ao discutirmos os resultados, observamos um conjunto de debilidades estruturais e circunstanciais presentes na rotina das autoridades, sejam elas do poder legislativo, judiciário ou executivo. É provável que essas questões sejam do conhecimento de vários gestores, mas, talvez, não sejam publicamente discutidas as relações da impunidade das grandes corporações como uma forma de perpetuação das condições de violência e miséria em grande parte do mundo atual. Ao destacar essa perspectiva, espera-se que movimentos de contestação se inspirem, com novos projetos e ideias que pressionem as estruturas de poder a mudarem, ocupando, assim, as brechas do discurso colonial.

Como limitações deste estudo, iniciamos pela própria delimitação necessária a construção do corpus de pesquisa, concentrando-se em uma empresa, e por consequência, a um setor de análise. Reconhecemos que a corrupção transnacional é um fenômeno complexo e amplo, e que o setor financeiro tem um papel essencial na sua perpetuação, entretanto, outras dinâmicas, tão ou mais estruturadas, e com diferentes nuances, podem existir em outros setores e também precisam ser desveladas. Tanto nas reportagens, como no referencial teórico, foram encontradas referências a setores que não puderam ser adequadamente explorados nesta dissertação, representando oportunidade para futura pesquisas, destacando os setores: aeroespacial, defesa, tecnologia da informação, energia, petróleo, mineração, megaeventos esportivos e infraestruturas ferroviária e metroviária.

Outra limitação reconhecida foi a quantidade de documentos analisados, uma vez que restringimos a análise temática às reportagens em *websites* gratuitos por questões de operacionalização da pesquisa. Acreditamos que a complementação do *corpus* com reportagens de outras fontes, como jornais por assinatura, poderia, eventualmente, contribuir com novas categorias ou atores que não foram identificados. Além disso, os resultados da análise, seja na fase de codificação, ou na de interpretação, são decorrentes do conhecimento e da subjetividade de um único autor, podendo apresentar alguma distinção se replicados por outros pesquisadores.

Também restringimos a pesquisa com a não incorporação da intertextualidade, ou seja, não incluímos no *corpus* outras reportagens referenciadas por meio de *hyperlinks* nos textos já selecionados. Essa limitação surgiu ao se identificar que o tamanho do *corpus* poderia, no caso desta dissertação, exceder a proposta da pesquisa. Entretanto, trata-se de uma oportunidade para trabalhos futuros que envolvam grupos de pesquisadores ou utilizem métodos que envolvam menor subjetividade, como, por exemplo, uma análise de conteúdo.

Por fim, uma última limitação que merece nota, e também constitui uma oportunidade para pesquisas futuras, foi identificada durante a fase de leitura para seleção do *corpus*, referindo-se aos documentos institucionais, alguns dos quais utilizamos nas contextualizações, mas que não foram investigados com a perspectiva metodológica proposta na pesquisa. Sugerimos, assim, análises comparativas ou isoladas desses documentos, que poderiam enriquecer as discussões apresentadas nesta dissertação, utilizando, como alternativa à análise temática, uma análise crítica do discurso. Entre as fontes, sugerimos relatórios de agentes financeiros, como do próprio HSBC; de entidades multilaterais anticorrupção, como a OCDE e a StAR; de ONGs contra a corrupção, contra a lavagem de dinheiro, ou contra o segredo dos paraísos fiscais e; ainda, de autoridades governamentais, como relatórios de comissões de inquérito parlamentar, no caso do Brasil, ou de subcomitês de investigação do senado, como no caso norte-americano.

REFERÊNCIAS

ADAM, Ezinwanyi E. Postcolonialism and Socio-political Development in Africa: Learning Through the Literary Eyes of Ngugi Wa Thiong’O. **Journal of Literature and Art Studies**, v. 5, n. 7, p. 521-530, 2015. <https://doi.org/10.17265/2159-5836/2015.07.005>

ADLER, P. S.; FORBES, L. C.; WILLMOTT, H. Critical Management Studies. Cap. 3. In: WALSH, J.; BRIEF, A. (Eds). *Academy of management annals 1*. New York: Lawrence Erlbaum, p. 119–179, 2007.

AFRICAN UNION. **African Union Convention on Preventing and Combating Corruption**. 11 jul. 2003. Disponível em: <<https://au.int/en/treaties/african-union-convention-preventing-and-combating-corruption>>. Acesso em: 14/10/2017.

ALCADIPANI, Rafael; ROSA, Alexandre Reis. O pesquisador como outro: uma leitura pós-colonial do “Borat” brasileiro. **Revista de Administração de Empresas**, v. 50, n. 4, p. 371-382, 2010. <https://doi.org/10.1590/S0034-75902010000400003>

ALVES, Fábio de Oliveira; BARBOSA, Davyson Demmer Guimarães. A Força do Triângulo Mineiro. **INDI**. 27 mar. 2017. Disponível em: <<http://www.indi.mg.gov.br/a-forca-do-triangulo-mineiro/>> Acesso em: 11 jul.2017.

ALVESSON, M.; DEETZ, S. Teoria Crítica e Abordagens Pós-Modernas para Estudos Organizacionais. In: CLEGG, S.; HARDY, C.; NORD, W. (Orgs.). (Organizadores da edição brasileira: CALDAS, M.; FACHIN, R.; FISCHER, T.). **Handbook de estudos organizacionais**, v. 1: Modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais. São Paulo: Atlas, p. 227-266, 1999.

ASHCROFT, Bill; GRIFFITHS, Gareth; TIFFIN, Helen. Introduction. In: _____ **The Empire Writes Back: Theory and practice in post-colonial literatures**. 2. Ed. London: Routledge, p. 1-13, 2003. <https://doi.org/10.4324/9780203426081>

_____. **Post-colonial Studies: The key concepts**. 2. Ed. Routledge, 2007.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10719**:informação e documentação:relatório técnico e/ou científico. Rio de Janeiro, 2011.

ATTRIDE-STIRLING, Jennifer. Thematic networks: an analytic tool for qualitative research. **Qualitative research**, v. 1, n. 3, p. 385-405, 2001. <https://doi.org/10.1177/146879410100100307>

AUSTRALIAN TAXATION OFFICE. **Project DO IT: the deadline is fast approaching**. 10 dez. 2014. Disponível em: <<https://www.ato.gov.au/Media-centre/Media-releases/Project-DO-IT---the-deadline-is-fast-approaching/>>. Acesso em: 05 jun. 2018.

AVRITZER, Leonardo et al. (Org.). **Corrupção: ensaios e críticas**. Editora UFMG, 2012. 503 p.

BABCOCK, Charles. Prying Eyes? Sovereign Has You Covered. **ICIJ**. 08 fev. 2015. Disponível em: <<https://www.icij.org/investigations/swiss-leaks/prying-eyes-sovereign-has-you-covered/>>. Acesso em: 14 mai. 2018.

BALL, James; DAVIES, Harry. HSBC money-laundering procedures 'have flaws too bad to be revealed'. **The Guardian**. 05 jun. 2015. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/business/2015/jun/05/hsbc-money-laundering-procedures-flaws-too-bad-to-be-revealed>>. Acesso em: 05 jun. 2018.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, v. 11, p. 89-117, 2013. <http://doi.org/10.1590/S0103-33522013000200004>

BAKER, Raymond W. Magnitudes and Misunderstandings In: _____. **Capitalism's Achilles Heel - Dirty Money and How to Renew the Free-Market System**. John Wiley & Sons, Inc., Hoboken, New Jersey, 2005. p. 162-209

BANERJEE, Subhabrata Bobby; LINSTED, Stephen. Globalization, multiculturalism and other fictions: colonialism for the new millennium? **Organization**, v. 8, n. 4, p. 683-722, 2001. <https://doi.org/10.1177/135050840184006>

BANERJEE, Subhabrata Bobby. Necrocapitalism. **Organization Studies**, v. 29, n.12, p.1541-1563, 2008a.

_____. Corporate Social Responsibility: The Good, the Bad and the Ugly. **Critical sociology**, v. 34, n. 1, p. 51-79, 2008b. <https://doi.org/10.1177/0896920507084623>

BAUER, Martin W.; GASKELL, George; ALLUN, Nicholas C. Qualidade, Conhecimento e Interesses do Conhecimento. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: um manual prático**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002. p. 39-63.

BAUER, Martin W.; AARTS, Bas. A Construção do Corpus: Um Princípio para a Coleta de Dados Qualitativos. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: um manual prático**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002. p. 15-36.

BBC MUNDO. Panama Papers: como escândalo chega ao Brasil e à América Latina. **BBC BRASIL**. 05 abr. 2016. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160405_panama_papers_america_latina_1_ab> . Acesso em: 16 abr. 2017.

BHABHA, Homi K. **O Local da Cultura**. Tradução: Myrian Ávila; Eliana L.L. Reis; Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

BONNICI, Thomas. Avanços e ambiguidades do pós-colonialismo no limiar do século 21. **Léguas & Meia: Revista de literatura e diversidade cultural**. Feira de Santana: UEFS, v. 4, n. 3, p. 186-202, 2005.

BRATSIK, Peter. Political Corruption in the Age of Transnational Capitalism. **Historical Materialism**, v. 22, n. 1, p. 105-128, 2014. <https://doi.org/10.1163/1569206X-12341334>

BREUER, Lanny A. **Assistant Attorney General Lanny A. Breuer Speaks at the New York City Bar Association**. 13 set. 2012a. New York. Department of Justice. Justice News. Disponível em: <<https://www.justice.gov/opa/speech/assistant-attorney-general-lanny-breuer-speaks-new-york-city-bar-association>>. Acesso em: 22 mai. 2018.

_____. **Assistant Attorney General Lanny A. Breuer Speaks at the HSBC Press Conference**. 11 dez. 2012b. New York. Department of Justice. Justice News. Disponível em: <<https://www.justice.gov/opa/speech/assistant-attorney-general-lanny-breuer-speaks-hsbc-press-conference>>. Acesso em: 26 jun. 2018.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2º Edição, 1986.

CAMPOS, J. Edgardo; LIEN, Donald; PRADHAN, Sanjay. The impact of corruption on investment: Predictability matters. **World Development**, v. 27, n. 6, p. 1059-1067, 1999. [https://doi.org/10.1016/S0305-750X\(99\)00040-6](https://doi.org/10.1016/S0305-750X(99)00040-6)

CARLIN, Aidan; LOKANAN, Mark Eshwar. Ritualisation and money laundering in the Swiss banking sector. **Journal of Money Laundering Control**, v. 21, n.1, p.89-103, 2018. <https://doi.org/10.1108/JMLC-04-2017-0013>

CARRIER, Dan. Roberto Saviano: London is heart of global financial corruption. **The Guardian**. 29 mai. 2016. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/books/2016/may/29/roberto-saviano-london-is-heart-of-global-financial-corruption>>. Acesso em: 05 jun. 2018.

CARRINGTON, Paul D.. Law and transnational corruption: the need for Lincoln's law abroad. **Law and Contemporary Problems**, v. 70, n. 4, p. 109-138, 2007.

CAVE, Andrew. Deal that undid Bell Pottinger: inside story of the South Africa scandal. **The Guardian**. 5 set. 2017. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/media/2017/sep/05/bell-pottingersouth-africa-pr-firm>>. Acesso em: 27 jun. 2018.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o Colonialismo**. Tradução: Noêmia de Souza. Lisboa: Ed. Livraria Sá da Costa Editora, 1977. 69 p.

CHITTUM, Ryan. Diamond Dealers In Deep Trouble As Bank Documents Shine Light On Secret Ways. **ICIJ**. 08 fev. 2015. Disponível em: <<https://www.icij.org/investigations/swiss-leaks/diamond-dealers-deep-trouble-bank-documents-shine-light-secret-ways/>>. Acesso em: 14 mai. 2018.

COBHAM, Alex. Corrupting Perceptions. Why Transparency International's flagship corruption index falls short. **Foreign Policy**. 22 jul. 2013. Disponível em: <<https://foreignpolicy.com/2013/07/22/corrupting-perceptions/>>. Acesso em 07 mai. 2018.

COE. **Details of Treaty No.173**: Criminal Law Convention on Corruption. Disponível em: <<https://www.coe.int/en/web/conventions/full-list/-/conventions/treaty/173>>. Acesso em: 14 out. 2017.

COOLEY, Alexander; SHARMAN, Jason C.. Blurring the line between licit and illicit: transnational corruption networks in Central Asia and beyond. **Central Asian Survey**, v. 34, n. 1, p. 11-28, 2015. <https://doi.org/10.1080/02634937.2015.1010799>

_____. Transnational Corruption and the Globalized Individual. **Perspectives on Politics**, v. 15, n. 3, p. 732-753, 2017. <https://doi.org/10.1017/S1537592717000937>

CORONADO, Gabriela. Discourses of Anti-corruption in Mexico. Culture of Corruption or Corruption of Culture? **Journal of Multidisciplinary International Studies**, v. 5, n. 1, p.1-23, 2008. <https://doi.org/10.5130/portal.v5i1.479>

COSTA, Sérgio. Desprovincializando a sociologia: a contribuição pós-colonial. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 21, n. 60, p. 118-183, 2006.

COSTAS, Ruth. Lava-Jato: Dez empresas que pagaram milhões nos EUA por corrupção. **BBC Brasil**. 26 nov. 2014. São Paulo. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/11/141117_investigacoes_petrobras_sec_ru>. Acesso em: 04 mai. 2018.

CHRISTENSEN, John. The looting continues: tax havens and corruption. **Critical Perspectives on International Business**, v. 7, n.2, p. 177-196, 2011. <https://doi.org/10.1108/17422041111128249>

DART, Tom. Families of Americans killed by Mexican cartels sue HSBC for laundering billions. **The Guardian**. 11 fev. 2016. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/business/2016/feb/11/families-of-americans-killed-by-mexican-cartels-sue-hsbc>>. Acesso em: 05 jun. 2018.

DASH, Eric. If It's Too Big to Fail, Is It Too Big to Exist? **The New York Times**. 20 jun. 2009. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2009/06/21/weekinreview/21dash.html?partner=rss&emc=rss>>. Acesso em: 22 mai. 2018

DAVIES, Harry. HSBC files: 10 days on, bank faces 10 separate inquiries. **The Guardian**. 18 fev. 2015a. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/news/2015/feb/18/hsbc-files-10-days-on-10-inquiries>>. Acesso em: 05 jun. 2018.

_____. Petrobras scandal project received hundreds of millions from UK taxpayers. **The Guardian**. 20 mar. 2015b. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/environment/2015/mar/20/petrobras-scandal-project-received-hundreds-of-millions-from-uk-taxpayers>>. Acesso em: 13/6/2018.

DAVIES, Rob. HSBC 'complicit' in South Africa scandal, House of Lords told. **The Guardian**. 01 nov.2017a. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/business/2017/nov/01/hsbc-investigated-fund-transfers-south-africa-corruption-row-zuma-gupta>>. Acesso em: 04 jun. 2018.

_____. HSBC shut down accounts linked to Gupta scandal. **The Guardian**. 10 nov. 2017b. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/business/2017/nov/10/hsbc-shut-down-accounts-linked-to-gupta-scandal>>. Acesso em: 05 jun. 2018.

_____; BALL, James. HSBC launches internal investigation into Italy chief. **The Guardian**. 08 jun. 2015. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/business/2015/jun/08/hsbc-launches-internal-investigation-into-italy-chief>>. Acesso em: 05 jun. 2018.

_____; BURKE, Jason. Chancellor asks for scrutiny of UK bank links to South Africa corruption inquiry. **The Guardian**. 18 out. 2017a. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/politics/2017/oct/18/chancellor-philip-hammond-requests-examination-of-hsbc-standard-chartered-banking-links-to-south-africa-corruption-inquiry>>. Acesso em: 04 jun. 2018.

_____; _____. Labour demands review into City of London role in money laundering. **The Guardian**. 19 out. 2017b. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/business/2017/oct/19/labour-demands-review-uk-banking-role-money-laundering-gupta-south-africa>>. Acesso em: 05 jun. 2018.

DE MARIA, William. The new war on African “corruption”: Just another neo-colonial adventure? In: International Critical Management Studies Conference, 4, 2005. **Anais...** Cambridge University, UK, p. 1-21, 2005.

DE MARIA, Bill. Neo-colonialism through measurement: a critique of the corruption perception index. **Critical perspectives on international business**, v. 4, n. 2/3, p.184-202, 2008. <https://doi.org/10.1108/17422040810870079>

DENNIS, Brady. Senate report criticizes HSBC for inadequate internal controls. **The Washington Post**. 16 jul. 2012. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/business/economy/senate-report-criticizes-hsbc-for-money-laundering-inadequate-monitoring/2012/07/16/gJQABhqXpW_story.html?noredirect=on&utm_term=.bba8f8b35aca>. Acesso em: 24 jun. 2018.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: _____. (Org.) DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. **Planejamento da Pesquisa Qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006, p. 15-42.

DICIONÁRIO FINANCEIRO. **Forex**. Disponível em: <<https://www.dicionariofinanceiro.com/forex/>>. Acesso em: 19 jul.2018.

DION, Michel. Uncertainties and presumptions about corruption. **Social Responsibility Journal**, v. 9, n. 3, p.412-426, 2013. <https://doi.org/10.1108/SRJ-04-2012-0045>

DIRLIK, Arif. The postcolonial aura: Third World criticism in the age of global capitalism. **Critical Inquiry**, v. 20, n. 2, p. 328-356, 1994. <https://doi.org/10.1086/448714>

DOMINGUES, Joelza Ester. **“O Fardo do Homem Branco”**: Ode ao Imperialismo. Fevereiro/2015. Ensinar História. Disponível em: <<http://www.ensinarhistoriajoelza.com.br/imperialismo/>>. Acesso em 16 mar. 2018.

DOJ. **BAE Systems PLC Pleads Guilty and Ordered to Pay \$400 Million Criminal Fine**. 1 mar. 2010. U.S. Department of Justice. Justice News. Washington, DC. Disponível em:

<<https://www.justice.gov/opa/pr/bae-systems-plc-pleads-guilty-and-ordered-pay-400-million-criminal-fine>>. Acesso em: 13 mai. 2018.

_____. **HSBC Holdings Plc. and HSBC Bank USA N.A. Admit to Anti-Money Laundering and Sanctions Violations, Forfeit \$1.256 Billion in Deferred Prosecution Agreement.** 11 dez. 2012. U.S. Department of Justice. Justice News. Washington, DC. Disponível em: <<https://www.justice.gov/opa/pr/hsbc-holdings-plc-and-hsbc-bank-usa-na-admit-anti-money-laundering-and-sanctions-violations>>. Acesso em: 13 mai. 2018.

_____. **SEC. A Resource Guide to the U.S. Foreign Corrupt Practices Act.** Washington, DC, 14 nov. 2012. 120p. Manual. U.S. Department of Justice and U.S. Securities & Exchange Commission. Disponível em: <<https://www.justice.gov/sites/default/files/criminal-fraud/legacy/2015/01/16/guide.pdf>>. Acesso em 03 mai. 2018.

_____. **Foreign Corrupt Practices Act.** 3 fev. 2017. U.S. Department of Justice. Disponível em: <<https://www.justice.gov/criminal-fraud/foreign-corrupt-practices-act>>. Acesso em: 26 abr 2018.

_____. **HSBC Holdings Plc Agrees to Pay More Than \$100 Million to Resolve Fraud Charges.** 18 jan. 2018. U.S. Department of Justice. Justice News. Washington, DC. Disponível em: <<https://www.justice.gov/opa/pr/hsbc-holdings-plc-agrees-pay-more-100-million-resolve-fraud-charges>>. Acesso em: 30 mai. 2018.

DONCEL, Luis. Alemanha já passou por seu ‘caso Odebrecht’ com a Siemens. **El País.** 10 fev. 2017. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2017/02/06/internacional/1486411299_340049.html>. Acesso em: 16 abr.2017

DOHERTY, Jonh; FINLAYSON, Nicole. The UK Bribery Act 2010: is its bite worse than its bark? **Lexology.** 12 ago. 2015. Disponível em: <<https://www.lexology.com/library/detail.aspx?g=6bc04f05-819f-4387-9472-dc598273c897>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

DRUMMOND, Carlos. **O HSBC faz as malas. Carta Capital.** 24 mai. 2015. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/revista/850/o-hsbc-faz-as-malas-546.html>>. Acesso em: 28 mar. 2018.

DYCK, Alexander; MORSE Adair; ZINGALES, Luigi. Who Blows the Whistle on Corporate Fraud? **The Journal of Finance**, v. 65, n. 6, p.2213-2253, 2010. <https://doi.org/10.1111/j.1540-6261.2010.01614.x>

ESPORTE IG. Fifa entrega à Justiça relatório de escândalo de corrupção e inclui brasileiros. **IG São Paulo.** 31 mar. 2017. Disponível em: <<http://esporte.ig.com.br/futebol/2017-03-31/fifa-relatorio-interno.html>> Acesso em: 11 jul. 2017.

EL PAIS. Morre J. Hawilla, delator e réu confesso do Fifagate. El Pais. 25 mai. 2015. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/05/25/deportes/1527259385_497316.html>. Acesso em 07 jul. 2018.

EPSTEIN, Isaac. O dilema do prisioneiro e a ética. **Estudos Avançados**, v. 9, n. 23, p. 149-163, 1995. <https://doi.org/10.1590/S0103-40141995000100010>

ERNST&YOUNG. **Navigating today's complex business risks**: Europe, Middle East, India and Africa - Fraud Survey 2013. 2013. 25 p. Relatório. Disponível em: <[https://www.ey.com/Publication/vwLUAssets/Navigating_todays_complex_business_risks/\\$FILE/Navigating_todays_complex_business_risks.pdf](https://www.ey.com/Publication/vwLUAssets/Navigating_todays_complex_business_risks/$FILE/Navigating_todays_complex_business_risks.pdf)> Acesso em: 04 mai./2018

ESCOBAR, Arturo. Mundos y conocimientos de otro modo. **Tabula Rasa**, v. 1, n. p. 51-86, 2003.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Tradução: José Laurêncio Melo. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1968. 275 p.

_____. **Pele negra, Máscaras Brancas**. Tradução: Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008. 193 p.

FARREL, Paul et al.. Leading Australian figures held offshore bank accounts. **The Guardian**. 08 fev. 2015. Disponível em: <https://www.theguardian.com/news/2015/feb/09/hsbc-swiss-files-leading-australian-figures-held-offshore-bank-accounts?CMP=share_btn_tw>. Acesso em: 04 jun. 2018.

FAUSTINO, Deivison Mendes. “**Por que Fanon? Por que Agora?**”: Frantz Fanon e os fanonismos no Brasil. 2015. 260 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. 2017. **Painel Regional da Indústria Mineira**. Regionais FIEMG. Junho/2017. Disponível em: <<http://www7.fiemg.com.br/regionais/alto-paranaiba/produto/painel-da-industria-mineira>>. Acesso em: 11 jul. 2017.

FITZGIBBON, Will. Files Open New Window On \$182-Million Halliburton Bribery Scandal In Nigeria. **ICIJ**. 08 fev. 2015. Disponível em: <<https://www.icij.org/investigations/swiss-leaks/files-open-new-window-182-million-halliburton-bribery-scandal-nigeria/>>. Acesso em: 14 mai. 2018.

_____. Panama Papers Law Firm Mossack Fonseca Closes Its Doors. **ICIJ**. 14 mar. 2018. Disponível em: <<https://www.icij.org/investigations/panama-papers/panama-papers-law-firm-mossack-fonseca-closes-doors/>>. Acesso em: 27 jun. 2018.

_____; DIAZ-STRUCK, Emilia; HUDSON, Michael. Founders of Panama Papers Law Firm Arrested on Money Laundering Charges. **ICIJ**. 11 fev. 2017. Disponível em: <<https://panamapapers.icij.org/20170211-mossfon-panama-arrests.html>> Acesso em: 11 jul. 2017.

_____; HAMILTON, Martha M.. The Real ‘Housewives’ of HSBC. **ICIJ**. 08 fev. 2015a. Disponível em: <<https://www.icij.org/investigations/swiss-leaks/real-housewives-hsbc/>>. Acesso em: 14 mai. 2018.

_____; _____. Bank's Services For Arms Dealers In Conflict With Its Own Policy. **ICIJ**. 08 fev. 2015b. Disponível em: <<https://www.icij.org/investigations/swiss-leaks/banks-services-arms-dealers-conflict-its-own-policy/>>. Acesso em: 14 mai. 2018.

_____; _____. Law Firm's Files Include Dozens Of Companies And People Blacklisted By U.S. Authorities. **ICIJ**. 04 abr. 2016. Disponível em: <<https://www.icij.org/investigations/panama-papers/20160404-sanctioned-blacklisted-offshore-clients/>>. Acesso em: 04 jun. 2018

FLICK, Uwe. **Introdução à Pesquisa Qualitativa**. Trad. Joice Elias Costa. 3. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FOLHA DE S.PAULO. **Folha Explica – Operação Lava Jato**. 2017. Disponível em: <<http://arte.folha.uol.com.br/poder/operacao-lava-jato/>> Acesso em: 23 Jun. 2017.

FORBES. **The Global 2000**. 21 abr. 2010. Disponível em: < https://www.forbes.com/lists/2010/18/global-2000-10_The-Global-2000_Rank.html> . Acesso em: 24 jun. 2018.

FINANCIAL STABILITY BOARD. **Policy Measures to Address Systemically Important Financial Institutions**. 2011. Disponível em: <http://www.fsb.org/2011/11/r_111104bb/>. Acesso em: 27 mai. 2018.

GALLAS, Daniel. Escândalo da Siemens “ensinou empresários alemães a não pagar propina”. **BBC Brasil**. 13 ago. 2013. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/08/130812_siemens_escandalo_dg>. Acesso em: 16 abr. 2017.

GALLEGO, Cecile S.. Panama Papers investigations bring more than \$700 million back onshore. **ICIJ**. 27 jun. 2018. Disponível em: <<https://www.icij.org/blog/2018/06/panama-papers-investigations-bring-700-million-back-onshore/>>. Acesso em: 27 jun. 2018.

GANDHI, Leela. **Postcolonial Theory: A critical introduction**. New York: Columbia University Press, 1998. <https://doi.org/10.1080/13688799890093>

GARSIDE, Juliette et al.. Ex-HSBC boss Stephen Green: the ethical banker with questions to answer. **The Guardian**. 09 fev. 2015. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/business/2015/feb/09/ex-hsbc-boss-stephen-green-the-ethical-banker-with-questions-to-answer>>. Acesso em: 04 jun. 2018.

GARSIDE, Juliette. HSBC files: how a 1934 Swiss law enshrined secrecy. **The Guardian**. 08 fev. 2015a. Disponível em: <https://www.theguardian.com/business/2015/feb/08/hsbc-files-1934-swiss-law-secrecy?CMP=share_btn_tw>. Acesso em: 04 jun. 2018.

_____. HSBC pays out £28m over money-laundering claims. **The Guardian**. 04 jun. 2015b. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/business/2015/jun/04/hsbc-fined-278m-over-money-laundering-claims>>. Acesso em: 05 jun. 2018.

_____. HSBC whistleblower given five years' jail over biggest leak in banking history. **The Guardian**. 27 nov. 2015c. Disponível em:

<<https://www.theguardian.com/news/2015/nov/27/hsbc-whistleblower-jailed-five-years-herve-falciani>>. Acesso em: 05 jun. 2018.

_____; PEGG, David. Mossack Fonseca serviced Assad cousin's firms despite Syria corruption fears. **The Guardian**. 05 abr. 2016. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/news/2016/apr/05/mossack-fonseca-panama-papers-rami-makhlouf-syria-assad-hsbc>>. Acesso em: 05 jun. 2018.

GAUCI, Geoffrey; FISHER, Jessica. The UK Bribery Act and the US FCPA: the Key Differences. 01 jun. 2011. **Association of Corporate Counsel**. Disponível em: <<https://www.acc.com/legalresources/quickcounsel/UKBAFCPA.cfm?makepdf=1>>. Acesso em: 05 jun. 2018.

GEBEL, Anja C. Human Nature and Morality in the Ant-corruption Discourse of Transparency international. **Public Administration and Development**. v. 32, n. 1, p. 109-128, Fev 2012. <https://doi.org/10.1002/pad.1604>

GIUDICE, Lauren. DPA and NPA's in the FCPA Context and Expressed Criticism. In: Regulating corruption: Analyzing uncertainty in current foreign corrupt practices act enforcement. **BUL Rev.**, v. 91, p. 366-368, 2011.

GLOBAL WITNESS. **Banks and Dirt Money: How The Financial System enables States Looting at a Devastating Human Cost**. London, United Kingdom, 2015. 27 p. Relatório. Disponível em: <<https://www.globalwitness.org/en/campaigns/corruption-and-money-laundering/banks-and-dirty-money/>>. Acesso em: 26 jun. 2018.

GLOBO. PF conclui inquérito do cartel dos trens em SP e indícia 33 pessoas. **G1**. São Paulo. 04 dez. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/12/pf-conclui-inquerito-do-cartel-dos-trens-e-indicia-33-pessoas.html> Acesso em: 11 jul. 2017.

_____. PF mira 660 brasileiros com contas secretas na Suíça. **Gazeta Online**. 01 mai.2018. Disponível em: <<https://www.gazetaonline.com.br/noticias/brasil/2018/05/pf-mira-660-brasileiros-com-contas-secretas-na-suica-1014129364.html>>. Acesso em: 07 jul. 2018.

GOOGLE. **Pesquisa em Frações de Segundo**. 2018. Por Dentro da Pesquisa. Rastreamento e indexação. Disponível em: <<https://www.google.com/intl/pt-BR/insideseach/howsearchworks/crawling-indexing.html>>. Acesso em: 30 mai. 2018.

GREENBERG, Theodore S. et al.. **Politically Exposed Persons: A Policy Paper on Strengthening Preventive Measures**. 2009. StAR. World Bank. Washington, DC. 2009. 97 p. Relatório. Disponível em: <<http://siteresources.worldbank.org/EXTSARI/Resources/5570284-1257172052492/PEPs-ful.pdf?resourceurlname=PEPs-ful.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

GROSFOGUEL, Ramón. Colonial difference, geopolitics of knowledge, and global coloniality in the modern/Colonial capitalist world-system. **Review (Fernand Braudel Center)**, v. 25, n. 3, p. 203-224, 2002.

_____. The Epistemic Decolonial Turn: Beyond Political-Economy Paradigms 1. **Cultural Studies**, v. 21, n. 2-3, p. 211-223, 2007. <https://doi.org/10.1080/09502380601162514>

_____. “La descolonización del conocimiento: diálogo crítico entre la vision descolonial de Frantz Fanon y la sociologia Descolonial de Boaventura de Souza Santos”. In: Seminário de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCAR, 5, 2013, São Carlos. **Anais...** São Carlos: UFSCAR, 2013.

GUPTA, Akhil. Blurred boundaries: the discourse of corruption, the culture of politics, and the imagined state. **American Ethnologist**, v. 22, n. 2, p. 375-402, 1995. <https://doi.org/10.1525/ae.1995.22.2.02a00090>

_____; NUGENT, David; SREENATH, Shreyas. State, corruption, postcoloniality: A conversation with Akhil Gupta on the 20th anniversary of “Blurred Boundaries”. **American Ethnologist**, v. 42, n. 4, p. 581-591, 2015. <https://doi.org/10.1111/amet.12157>

HALL, Stuart. Introduction: Who Needs 'Identity'? In: _____; GAY, Paul Du. **Questions of Cultural Identity**. London: Sage Publications, 1996, p.1-17.

_____. Quando foi o pós-colonial? Pensando no limite. In: _____. **Da Diáspora**. Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003a, p.95-120.

_____. Que “negro” é esse na cultura negra? In: _____. **Da Diáspora**. Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003b, p.335-349.

HAMILTON, Martha M.. Whistleblower? Thief? Hero? Introducing The Source Of The Data That Shook HSBC. **ICIJ**. 08 fev.2015. Disponível em: <<https://www.icij.org/investigations/swiss-leaks/whistleblower-thief-hero-introducing-source-data-shook-hsbc/>>. Acesso em: 14 mai. 2018.

_____.; SORGENFRI, Jakob. New Countries Seek HSBC Data And Undeclared Cash. **ICIJ**. 08 fev. 2015. Disponível em: <<https://www.icij.org/investigations/swiss-leaks/new-countries-seek-hsbc-data-and-undeclared-cash/>>. Acesso em: 14 mai. 2018

HARDING, Luke. Azerbaijan Laundromat shows UK is choice of crooks and despots, says Hodge. **The Guardian**. 19 out. 2017. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/politics/2017/oct/19/azerbaijan-laundromat-shows-uk-is-choice-of-crooks-and-despots-says-hodge>>. Acesso em: 27 jun. 2018.

_____; HOPKINS, Nick; BARR, Caelainn. British banks handled vast sums of laundered Russian money. **The Guardian**. 20 mar. 2017. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2017/mar/20/british-banks-handled-vast-sums-of-laundered-russian-money>>. Acesso em: 11 jun. 2018.

HARDOUIN, Patrick. Too big to fail, too big to jail: restoring liability a lesson from HSBC case. **Journal of Financial Crime**. v. 24, n. 4, p.513-519, 2017. <https://doi.org/10.1108/JFC-09-2016-0061>

HOPKINS, Nick; HARDING, Luke; MASON, Rowena. Police to examine 'Global Laundromat' money laundering allegations. **The Guardian**. 12 mar. 2017. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2017/mar/21/police-to-examine-global-laundromat-money-laundering-allegations>>. Acesso em: 13/6/2018.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva. 2001.

HSBC. **2006 Annual Report and Accounts**. 2007. 454 p. Relatório. Disponível em: <<https://www.hsbc.com/investor-relations/group-results-and-reporting/group-reporting-archive?period=All&company=undefined®ion=undefined&year=2006>>. Acesso em: 27 jun. 2018.

_____. **HSBC Group: Our story**. 2013. Relatório. Disponível em: <<https://www.hsbc.com/about-hsbc/company-history>>. Acesso em: 02 mar. 2018.

_____. **Actions to Capture Value From our Global Presence in a Changed World**. 09 jun. 2015. HSBC Investor Update. News Release. Disponível em: <www.hsbc.com/-/media/HSBC-com/InvestorRelationsAssets/investor-update-2015/news-release.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2018.

_____. **Completion of Sale of Brazil Business**. 01 jul. 2016. News Release. Disponível em: <www.hsbc.com/.../2016/july/sea-160701-hsbc-completes-sale-of-brazil-business.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2018.

_____. **Annual Report and Accounts 2016**. 21 fev. 2017a. Group results and reporting. Disponível em: <<https://www.hsbc.com/investor-relations/group-results-and-reporting/group-reporting-archive/annual-results-2016-quick-read>> Acesso em: 13 mai. 2018.

_____. **Expiration of 2012 Deferred Prosecution Agreement**. 11 dez. 2017b. Media Release. Disponível em: <<https://www.hsbc.com/news-and-insight/media-resources/media-releases/2017/hsbc-holdings-plc-expiration-of-2012-deferred-prosecution-agreement>>. Acesso em: 26 jun. 2018.

_____. **Annual Report and Accounts 2017**. 20 fev. 2018. Group results and reporting. Disponível em: <<https://www.hsbc.com/investor-relations/group-results-and-reporting/annual-report>>. Acesso em: 13 mai. 2018.

HUDSON, Michael. JPMorgan Chase's record highlights doubts about big banks' devotion to fighting dirty money flows. **ICIJ**. 26 abr. 2013. Disponível em: <<https://www.icij.org/investigations/offshore/jpmorgan-chases-record-highlights-doubts-about-big-banks-devotion-fighting-dirty-money/>>. Acesso em: 04 jun. 2018.

HUNTINGTON, Samuel Phillips. A Nova Era da Política Mundial. In: _____. **O Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial**. Tradução: M. H. C. Côrtes. Rio de Janeiro: Objetiva. 1996, p. 17-43.

ICIJ. Giant Leak Of Offshore Financial Records Exposes Global Array Of Crime And Corruption. **ICIJ**. 03 abr. 2016. Disponível em: <<https://www.icij.org/investigations/panama-papers/20160403-panama-papers-global-overview/>>. Acesso em: 04 jun. 2018.

_____. Explore the Panama Papers Key Figures. In: Investigations – The Panama Papers. **ICIJ**. 31 jan. 2017. Disponível em: <https://www.icij.org/investigations/panama-papers/explore-panama-papers-key-figures/>. Acesso em: 20 abr. 2018.

IMF DATAMAPPER. Datasets. **World Economic Outlook** (October 2017). Gross Domestic Product (GDP). Real GDP growth. Disponível em: <http://www.imf.org/external/datamapper/NGDP_RPCH@WEO/OEMDC/ADVEC/IND/CHN/BRA/RUS/ZAF> Acesso em: 16 mar. 2018.

INVESTOPEDIA. **What is a 'Public Limited Company - PLC'**. Disponível em: <<https://www.investopedia.com/terms/p/plc.asp>>. Acesso em: 09 jul. 2018.

KAUFMANN, Daniel. Myths and Realities of Governance and Corruption. **Global Competitiveness Report 2005-06**, p. 81-98, Outubro 2005. Disponível em: <<http://mpra.ub.uni-muenchen.de/8089/>>. Acesso em: 27 ago. 2017.

KELLE, Udo. Computer-assisted Analysis of Qualitative Data. IN: Ed. FLICK, Uwe; VON KARDORFF, Ernst; STEINKE, Ines. Translation: Bryan Jenner. **A Companion to Qualitative Research**. London: SAGE, p. 276-282, 2004.

KOEHLER, Mike. Measuring the Impact of Non-Prosecution and Deferred Prosecution Agreements on Foreign Corrupt Practices Act Enforcement. **UCDL Rev.**, v. 49, p. 497, 2015.

LAMBSDORFF, Johann Graf; SCHULZE, Günther G. What Can We Know About Corruption? A Very Short History of Corruption Research and a List of What We Should Aim For. **Journal of Economics and Statistics (Jahrbuecher fuer Nationaloekonomie und Statistik)**, v. 235, n. 2, p. 100-114, 2015.

LATIN AMERICAN SUBALTERN STUDIES GROUP. Founding Statement. **Boundary 2**. v. 20, n. 3, p. 110-121, 1993. <https://doi.org/10.2307/303344>

LATRIBUNE. Pour Eva Joly, "le G8 ne lutte pas vraiment contre la corruption". **La Tribune**. 08 jun. 2007. Disponível em: <<https://www.latribune.fr/archives/2007/ID63B45C0FFF6ED4E0C12572F20034EDB0/pour-eva-joly-le-g8-ne-lutte-pas-vraiment-contre-la-corruption.html>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

LE MONDE. HSBC, origem do ópio. **Le Monde Diplomatique Brasil**. 8 nov. 2011. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/hsbc-origem-do-opio/>. Acesso em: 28 mar. 2018

LEC. 20 Anos da Convenção Antissuborno da OCDE: há o que comemorar? **Legal Ethics Compliance**. 02 fev. 2018. Disponível em: <<http://www.lecnews.com.br/blog/20-anos-da-convencao-antissuborno-da-ocde/>>. Acesso em: 30 mar 2018.

LEIGH, David. **Manx link to Antigua corruption inquiry**. **The Guardian**. 11 mar. 2009. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/uk/2009/mar/11/antigua-isle-of-man>>. Acesso em: 05 jun. 2018.

_____; EVANS, Rob; TRAN, Mark. BAE pays fines of £285m over arms deal corruption claims. Guardian campaign vindicated by weapons maker's admissions over Saudi al-Yamamah contract and other cases. **The Guardian**. 05 fev. 2010. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2010/feb/05/bae-admits-bribery-saudi-yamamah>> Acesso em: 07 mai. 2018.

_____. et al.. HSBC's response: 'Standards of due diligence were significantly lower than today'. **The Guardian**. 08 fev. 2015b. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/business/2015/feb/08/hsbc-responds-revelations-misconduct-swiss-bank>>. Acesso em: 04 jun. 2018.

_____. HSBC files: why the public should know of Swiss bank's pattern of misconduct. **The Guardian**. 08 fev. 2015c. Disponível em: <https://www.theguardian.com/business/2015/feb/08/hsbc-files-public-right-to-know-swiss-operation-leaked-data?CMP=share_btn_tw>. Acesso em: 04 jun. 2018.

_____. HSBC files: Catalogue of malpractice endorsed by bankers laid bare in HSBC files. **The Guardian**. 08 fev. 2015d. Disponível em: <https://www.theguardian.com/business/2015/feb/08/hsbc-files-catalogue-malpractice-bankers-tax?CMP=share_btn_tw>. Acesso em: 04 jun. 2018.

_____. HSBC files reveal mystery of Richard Caring and the £2m cash withdrawal. **The Guardian**. 09 fev. 2015e. Disponível em: <https://www.theguardian.com/business/2015/feb/09/hsbc-files-richard-caring-2million-cash-withdrawal?CMP=share_btn_tw>. Acesso em: 04 jun. 2018.

_____. Cash pilgrims and bricks of money: HSBC Swiss bank operated like cash machine for rich clients. **The Guardian**. 09 fev. 2015f. Disponível em: <https://www.theguardian.com/business/2015/feb/09/hsbc-files-swiss-bank-cash-machine-rich-clients?CMP=share_btn_tw>. Acesso em: 04 jun. 2018.

_____. HSBC files: HMRC had data on misconduct before bank boss made trade minister. **The Guardian**. 09 fev. 2015g. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/business/2015/feb/09/hsbc-files-hmrc-data-misconduct-stephen-green-trade-minister>>. Acesso em: 04 jun. 2018.

_____. HSBC files raise questions about oversight of senior bankers past and present. **The Guardian**. 09 fev. 2015h. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/business/2015/feb/09/hsbc-files-questions-oversight-senior-bankers-swiss>>. Acesso em: 04 jun. 2018.

_____. Swiss bank aggressively pushed way for clients to avoid new tax. **The Guardian**. 10 fev. 2015i. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/business/2015/feb/10/hsbc-files-swiss-bank-aggressive-marketing-clients-avoid-new-tax>>. Acesso em: 05 jun. 2018.

_____. HSBC files show Tories raised over £5m from HSBC Swiss account holders. **The Guardian**. 11 fev. 2015j. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/business/2015/feb/11/hsbc-files-show-tories-raised-over-5m-from-hsbc-swiss-account-holders>>. Acesso em: 05 jun. 2018.

_____. HSBC files reveal how UK's non-dom tax concession is being exploited. **The Guardian**. 11 fev. 2015l. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/business/2015/feb/11/hsbc-files-reveal-how-uks-non-dom-tax-concession-is-being-exploited>>. Acesso em: 05 jun. 2018.

_____. Swiss bank hid money for suspected criminals. **The Guardian**. 12 fev. 2015m. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/news/2015/feb/12/hsbc-files-swiss-bank-hid-money-for-suspected-criminals>>. Acesso em: 05 jun. 2018.

_____. Fugitives, aides and bagmen: HSBC's 'politically exposed' clients. **The Guardian**. 12 fev. 2015n. The Guardian. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/news/2015/feb/12/hsbc-politically-exposed-clients-fugitives-aides-bagmen>>. Acesso em: 05 jun. 2018.

_____. HSBC files show how Swiss bank helped clients dodge taxes and hide millions. **The Guardian**. 12 fev. 2015o. Disponível em: <https://www.theguardian.com/business/2015/feb/08/hsbc-files-expose-swiss-bank-clients-dodge-taxes-hide-millions?CMP=share_btn_tw>. Acesso em: 06 abr. 2018.

LEWIS, PauL. US government faces pressure after biggest leak in banking history. **The Guardian**. 08 fev. 2015. Disponível em: <https://www.theguardian.com/news/2015/feb/08/us-government-biggest-leak-banking-history-questions-irs-taxes?CMP=share_btn_tw>. Acesso em: 04 jun. 2018.

LICHTBLAU, Eric. In Justice Shift, Corporate Deals Replace Trials. **The New York Times**. 09 abr. 2008. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2008/04/09/washington/09justice.html>>. Acesso em: 04 mai. 2018.

_____; DOUGHERTY, Carter. Siemens to Pay \$1.34 Billion in Fines. **The New York Times**. 15 dez. 2008. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2008/12/16/business/worldbusiness/16siemens.html>>. Acesso em: 08 mai. 2018.

LIMA, Venício A. de Mídia. In: AVRITZER, L. et al. (org.) **Corrupção: Ensaio e críticas**. 2. Ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012, p. 535-542.

LINSTEAD, Stephen; MARÉCHAL, Garance; GRIFFIN, Ricky W. Theorizing and researching the dark side of organization. **Organization Studies**, v. 35, n. 2, p. 165-188, 2014. <https://doi.org/10.1177/0170840613515402>

LORD, Nicholas J.. Regulating transnational corporate bribery: Anti-bribery and corruption in the UK and Germany. **Crime, Law and Social Change**, v. 60, n. 2, p. 127-145, 2013. <https://doi.org/10.1007/s10611-013-9445-y>

_____. Responding to transnational corporate bribery using international frameworks for enforcement: Anti-bribery and corruption in the UK and Germany. **Criminology & Criminal Justice**, V. 14, n. 1, p. 100-120, 2014. <https://doi.org/10.1177/1748895812474662>

MCCULLOCH, Scott. HSBC's anti-money laundering compliance under investigation. **Business Insider**. 21 fev. 2017. Disponível em: <<https://www.insider.co.uk/news/hsbcs-anti-money-laundering-compliance-9896293>>. Acesso em: 26 jun. 2018.

MACHADO, Igor José de Renó. Reflexões sobre o pós-colonialismo. **Teoria e Pesquisa**, n. 44-45, p. 19-32, 2004.

MALDONADO-TORRES, Nelson. La descolonización y el giro des-colonial. Comentario Internacional: **Revista del Centro Andino de Estudios Internacionales** (Quito), n. 7, p. 65-78, 2007a.

_____. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón. **El Giro Decolonial**. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007b, p. 127-167.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MATHIASON, Nick. HSBC accused of aiding 'unusual' Angolan \$50m money transfer. **The Guardian**. 04 fev. 2010. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/business/2010/feb/04/hsbc-angola-us-senate>>. Acesso em: 05 jun. 2018.

_____; BARR, Caelainn. **HSBC under fire over leading role in land deals for Mubarak regime**. **The Guardian**. 01 set. 2011. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/business/2011/may/01/hsbc-egypt-corruption-mubarak-property>>. Acesso em: 05 jun. 2018.

MEDEIROS, Cintia Rodrigues de Oliveira. **Inimigos públicos: Crimes Corporativos e Necrocorporações**. 2013. 316 f. 2013. Tese (Doutorado em Administração) - Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2013. <https://doi.org/10.1590/S0034-759020150209>

_____. Crimes corporativos e estudos organizacionais: uma aproximação possível e necessária. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, V. 55, n. 2, p. 202-208, 2015.

MESQUITA, Nuno Coimbra; MOISÉS, J. A.; RICO, Bruno. Diferentes Dinâmicas da Corrupção: Mídia, Percepção e Instituições no Contexto Brasileiro. In: CUNHA, I.F.; SERRANO, E.(coords.). **Cobertura Jornalística da Corrupção Política**, 2014, p. 283-316.

MIGNOLO, Walter D. The geopolitics of knowledge and the colonial difference. **The South Atlantic Quarterly**, v. 1, n. 1, p. 57-96, 2002.

_____. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, E. (org.) **A Colonialidade do Saber: Eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos aires: CLACSO, p. 71-103, 2005.

_____. **La idea de America Latina: La herida colonial y la opción decolonial**. Traducción: Silvia Jawerbaum y Julieta Barba. Barcelona: Gedisa. 2007. 241 p.

_____. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF–Dossiê: Literatura, língua e identidade**, n. 34, p. 287-324, 2008.

MING, Shi. 1839: China proíbe importação de ópio. Os acontecimentos que marcaram o dia de hoje na História. **Deutsche Welle**. 18 mar. 2018. Disponível em: <<http://www.dw.com/pt->

br/1839-china-pro%C3%ADbe-importa%C3%A7%C3%A3o-de-%C3%B3pio/a-473490?maca=bra-uol-all-1387-xml-uol>. Acesso em: 23 mai. 2018.

MORAES, Dênis de. Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci. **Revista Debates**, v. 4, n. 1, p. 54-77, 2010.

MONTIGNY, Philippe. Is Corruption a Cultural Issue? **Ethic Intelligence**. 15 abr. 2015. Disponível em: <<http://www.ethic-intelligence.com/blog/8291-corruption-cultural-issue/>> Acesso em: 08 jun.2017.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Operação Lava Jato**. 2016. Disponível em: <<http://lavajato.mpf.br/atuacao-na-1a-instancia/investigacao/historico/por-onde-comecou>> Acesso em: 28 nov. 2016.

MULINGE, Munyae M.; LESETEDI, Gwen N. Interrogating our past: colonialism and corruption in Sub-Saharan Africa. **African Journal of Political Science/Revue Africaine de Science Politique**, v. 3, n. 2, p. 15-28, 1998.

NEATE, Rupert. HSBC escaped US money-laundering charges after Osborne's intervention. **The Guardian**. 11 jul. 2016. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/business/2016/jul/11/hsbc-us-money-laundering-george-osborne-report>>. Acesso em: 05 jun. 2018.

_____. London law firm accused over role in South Africa scandal. **The Guardian**. 15 jan. 2018. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/law/2018/jan/15/london-law-firm-accused-over-role-in-south-africa-corruption-scandal>>. Acesso em: 05 jun. 2018.

_____; TREANOR, Jill. FBI arrests senior HSBC banker accused of rigging multibillion-dollar deal. **The Guardian**. 20 jul. 2016. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/business/2016/jul/20/hsbc-mark-johnson-stuart-scott-arrested-currency-exchange>>. Acesso em: 05 jun. 2018.

NEVES, Rita Ciotta. A perspectiva pós-colonial de Antonio Gramsci: Os subalternos. **Babilônia**. Revista Lusófona de Línguas, Culturas e Tradução, n. 8-9, p. 59-64, 2010.

NORTON ROSE FULBRIGHT. Differences between the UK Bribery Act and the US Foreign Corrupt Practices Act. Junho 2011. **Norton Rose Fulbright**. Publications. Disponível em: <<http://www.nortonrosefulbright.com/knowledge/publications/52195/differences-between-the-uk-bribery-act-and-the-us-foreign-corrupt-practices-act>>. Acesso em: 05 Jun. 2018.

ORGANIZATION OF AMERICAN STATES. **Inter-American Convention Against Corruption** (B-58). 29 mar. 1996. Disponível em: <http://www.oas.org/en/sla/dil/inter_american_treaties_B-58_against_Corruption.asp>. Acesso em: 14 out. 2017.

OFFICE OF THE COMPTROLLER OF THE CURRENCY. **OCC Issues Cease and Desist Order Against HSBC Bank USA, N.A.** 07 out. 2010. Disponível em: <<https://www.occ.gov/news-issuances/news-releases/2010/nr-occ-2010-121.html>>. Acesso em: 06 jun. 2018.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **Fighting the Crime of Foreign Bribery**: The Anti-Bribery Convention and the OECD Working Group on Bribery. 2017. 6 p. Relatório. Disponível em: <<http://www.oecd.org/corruption/Fighting-the-crime-of-foreign-bribery.pdf>>. Acesso em: 23 mar. 2018.

OLIVEIRA, André. Lava Jato deve reacender casos de propina no metrô de São Paulo. **El País**. 13 mar. 2017. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/02/17/politica/1487361867_212483.html> Acesso em: 11 jul. 2017.

O'REILLY, Cary; MATUSSEK, Karin. Siemens to Pay \$1.6 Billion to Settle Bribery Cases. **Washington Post**. 06 dez. 2008. Disponível em: <<http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2008/12/15/AR2008121502926.html>>. Acesso em: 09 mai, 2018.

OSOBA, Segun O. Corruption in Nigeria: historical perspectives. **Review of African Political Economy**, v. 23, n. 69, p. 371-386, 1996. <https://doi.org/10.1080/03056249608704203>

OTUSANYA, Olatunde Julius. Corruption as an obstacle to development in developing countries: a review of literature. **Journal of Money Laundering Control**, v. 14, n. 4, p.387-422, 2008. <https://doi.org/10.1108/13685201111173857>

PELÚCIO, Larissa. Subalterno quem, cara pálida? Apontamentos às margens sobre pós-colonialismos, feminismos e estudos *queer*. **Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar**, v. 2, n. 2, p. 395-418, 2012.

PEZZODIPANE, Rosane Vieira. Pós-colonial: a ruptura com a história única. **Revista Simbiótica**, v. 1, n. 03, p. 87-97, 2013.

PINTO, Céli Regina Jardim. **A Banalidade da Corrupção**: uma forma de governar o Brasil. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, 177 p.

PIRES, Breiller. Ricardo Teixeira: “Lula não é nada. Diga o que você tem para mim”. **El País**. 27 jun. 2017. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/06/27/deportes/1498598684_223319.html> Acesso em: 11 jul. 2017.

PLATT, Sthephen. **Capitalismo Criminoso**: como as instituições financeiras facilitam o crime. Tradução: Celso Roberto Paschoa. São Paulo: Cultrix, 2017. 302 p.

PRAKASH, Gyan. Subaltern Studies as Postcolonial Criticism. **The American Historical Review**, December, v. 99, n. 5, p. 1475–1490, 1994.

PRASAD, Anshuman. **Postcolonial Theory and Organizational Analysis**: A Critical Engagement. New York: Palgrave Macmillan, 2003, 295 p. <https://doi.org/10.1057/9781403982292>

PRATLEY, Nils. HSBC's Presbyterian principles forgotten in the global dash for cash. **The Guardian**. 09 fev. 2015. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/business/nils->

pratley-on-finance/2015/feb/09/hsbcs-presbyterian-principles-forgotten-in-the-global-dash-for-cash>. Acesso em: 04 jun. 2018.

PERMANENT SUBCOMMITTEE ON INVESTIGATIONS OF UNITED STATES SENATE. **Keeping Foreign Corruption out of the United States: Four Case Histories**. Washington, DC. 04 fev. 2010. 323 p. Relatório. Disponível em: <<https://www.hsgac.senate.gov/subcommittees/investigations/hearings/-keeping-foreign-corruption-out-of-the-united-states-four-case-histories>>. Acesso em: 13 mai. 2018.

_____. **U.S. Vulnerabilities to Money Laundering, Drugs, and Terrorist Financing: HSBC Case History**. Washington, DC, 17 jul. 2012. 334 p. Relatório. Disponível em: <<https://www.hsgac.senate.gov/subcommittees/investigations/hearings/us-vulnerabilities-to-money-laundering-drugs-and-terrorist-financing-hsbc-case-history>>. Acesso em: 06 abr. 2018.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade, poder, globalização e democracia. **Novos Rumos**, v. 37, p. 4-28, 2002.

_____. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo. (org.) **A Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, p. 117-142, 2005.

REEVELL, James. Entenda o escândalo de corrupção na FIFA. **BBC Brasil**. 27 mai. 2015. Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/05/150527_entenda_fifa_lab. Acesso em 16 abr.2017.

REUTERS. HSBC negocia venta de cuatro operaciones en América Latina. **Reuters**. 10 mai. 2012. Disponível em: < <https://lta.reuters.com/article/idLTASIE84902F20120510>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

ROSA, Alexandre Reis; ALCADIPANI, Rafael. A terceira margem do rio dos estudos críticos sobre administração e organizações no Brasil:(re) pensando a crítica a partir do pós-colonialismo. **RAM - Revista de Administração Mackenzie**, v. 14, n. 6, p. 185-215, 2013.

ROSE-ACKERMAN, Susan. Democracy and 'grand' corruption. **International Social Science Journal**, v. 48, n. 149, p. 365-380, 1996. <https://doi.org/10.1111/1468-2451.00038>

_____. Political corruption and democracy. Connecticut. **Journal of International Law**, v. 14, p. 363-378, 1999.

_____. "Grand" corruption and the ethics of global business. **Journal of Banking & Finance**. v. 26, p. 1889-1918, 2002. [https://doi.org/10.1016/S0378-4266\(02\)00197-8](https://doi.org/10.1016/S0378-4266(02)00197-8)

RUSHE, Dominic. **HSBC 'sorry' for aiding Mexican drugs lords, rogue states and terrorists**. (17/07/2012). The Guardian. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/business/2012/jul/17/hsbc-executive-resigns-senate>>. Acesso em: 11 jun. 2018.

_____; TREANOR, Jill. HSBC's record \$1.9bn fine preferable to prosecution, US authorities insist. **The Guardian**. 11 dez. 2012. Disponível em:

<<https://www.theguardian.com/business/2012/dec/11/hsbc-fine-prosecution-money-laundering>>. Acesso em: 05 jun. 2018.

RYLE, Gerard. 100,000 Clients, \$100 Billion: The Swiss Leaks Data. **ICIJ**. 08 fev. 2015. Disponível em: <https://www.icij.org/investigations/swiss-leaks/100000-clients-100-billion-swiss-leaks-data/>. Acesso em: 14 mai. 2018.

_____. et al.. About this project. **ICIJ**. 08 fev. 2015a. Disponível em: <https://www.icij.org/investigations/swiss-leaks/about-project-swiss-leaks/>. Acesso em: 14 mai. 2018.

_____. et al.. Banking Giant HSBC Sheltered Murky Cash Linked To Dictators And Arms Dealers. **ICIJ**. 08 fev. 2015b. Disponível em: <<https://www.icij.org/investigations/swiss-leaks/banking-giant-hsbc-sheltered-murky-cash-linked-dictators-and-arms-dealers/>>. Acesso em: 14 mai. 2018.

SAID, Edward W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. Tradução: Rosaura Eichenberg. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2007. 523 p.

SAMPSON, Steven. The anti-corruption industry: from movement to institution. **Global Crime** v. 11, n. 2, p. 261-278, 2010. <https://doi.org/10.1080/17440571003669258>

SCHÄFFER, Margareth. "Entre-lugares" da cultura: diversidade ou diferença? **Educação & Realidade**, v. 24, n. 1, p. 161-167, 1999.

SCHUBERT, Siri; MILLER, T. Chistian. At Siemens, Bribery Was Just a Line Item. **The New York Times**. 20 dez. 2008. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2008/12/21/business/worldbusiness/21siemens.html>. Acesso em: 08 mai. 2018.

SEABROOKE, Leonard; WIGAN, Duncan. The governance of global wealth chains. **Review of International Political Economy**, v. 24, n. 1, p. 1-29, 2017. <https://doi.org/10.1080/09692290.2016.1268189>

SEC. **Tenaris to Pay \$5.4 Million in SEC's First-Ever Deferred Prosecution Agreement**. 17 mai. 2011. Securities and Exchange Commission. Press Release Archive. Washington, DC. Disponível em: <<https://www.sec.gov/news/press/2011/2011-112.htm>>. Acesso em 04 mai. 2018.

S&P. The world's 100 largest banks. **S&P Global Intelligence**. 11 abr. 2017. Disponível em: <<http://www.snl.com/web/client?auth=inherit#news/article?id=40223698&cdid=A-40223698-11568>>. Acesso em: 23 abr. 2018.

SERIOUS FRAUD OFFICE. **BAE fined in Tanzania defence contract case**. 21 dez. 2010. Press Release. London, United Kindgon. Disponível em: <http://star.worldbank.org/corruption-cases/sites/corruption-cases/files/documents/arw/BAE_Tanzania_SFO_PR_DEC_21_2010.pdf>. Acesso em: 04 mai. 2018.

_____. **SFO agrees first UK DPA with Standard Bank**. 30 nov. 2015. Press Release. London, United Kingdom. Disponível em: <<https://www.sfo.gov.uk/2015/11/30/sfo-agrees-first-uk-dpa-with-standard-bank/>>. Acesso em: 04 mai. 2018.

SHELLEY, Louise. The Unholy Trinity: Transnational Crime, Corruption, and Terrorism. **Brown Journal of World Affairs**, v. 11, n. 2, p. 101-111, winter/spring 2005.

SILBEY, Susan S.. 1996 Presidential Address: "Let Them Eat Cake": Globalization, Postmodern Colonialism, and the Possibilities of Justice. **Law and Society Review**, v. 31, n. 2, p. 207-235, 1997. <https://doi.org/10.2307/3053925>

SILVA, Lucas Trindade da. Colonialidade do poder como meio de conhecimento: em torno de seus limites e potencialidades explicativas. **PLURAL**, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 204-221, 2015.

SIKKA, Prem. Enterprise culture and accountancy firms: new masters of the universe. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 21, n. 2, p. 268-295, 2008. <https://doi.org/10.1108/09513570810854437>

_____. Smoke and mirrors: Corporate social responsibility and tax avoidance. **Accounting Forum**, v. 34, n. 3-4, p. 153-168, 2010. <https://doi.org/10.1016/j.accfor.2010.05.002>

_____; LEHMAN, Glen. The supply-side of corruption and limits to preventing corruption within government procurement and constructing ethical subjects. **Critical Perspectives on Accounting**, v. 28, p. 62-70, 2015. <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2015.01.008>

SILVÉRIO, Válter. Multiculturalismo e metamorfose na racialização: notas preliminares sobre a experiência contemporânea brasileira. In: BONELLI, Maria da Glória; LANDA, Martha Diaz Villegas de (Orgs.) **Sociologia e Mudança Social no Brasil e na Argentina**. São Carlos: Compacta, 2013, p. 33-60.

SMITH, Elliot Blair; BABCOCK, Charles R.. New Law, New Loophole, New Business for Giant Global Bank HSBC. **ICIJ**. 08 fev. 2015. Disponível em: <<https://www.icij.org/investigations/swiss-leaks/new-law-new-loop-hole-new-business-giant-global-bank-hsbc/>>. Acesso em: 14 mai. 2018.

SOUZA, Lynn Mário T. Menezes de. Hibridismo e tradução cultural em Bhabha. In: ABDALA JÚNIOR, Benjamin (org). **Margens da Cultura**: mestiçagem, hibridismo & outras misturas. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004. p. 113-133.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Tradução: Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. 133 p.

SRERE, Mark A.; MAMMEN, Jennifer Kies. SEC Announces Its First Deferred Prosecution Agreement With an Individual in an FCPA Case. **Lexology**. 18 fev. 2016. Disponível em: <<https://www.lexology.com/library/detail.aspx?g=22ae1092-bffa-4539-85c8-5d124b78821f>>. Acesso em: 04 mai. 2018

STAR. **Stolen Asset Recovery (StAR) Initiative: Challenges, Opportunities, and Action Plan.** United Nations Office on Drugs and Crime and World Bank. Junho 2007. 48 p. Relatório. Disponível em: <https://www.unodc.org/pdf/Star_Report.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2018.

SUNG, Hung-En. Between demand and supply: Bribery in international trade. **Crime, Law and Social Change**, v. 44, n. 1, p. 111-132, 2005. <https://doi.org/10.1007/s10611-006-9011-y>

_____. Transnational Corruption in Weapons Procurement in East Asia: A Case Analysis. **Sociological focus**, v. 42, n. 3, p. 254-275, 2009. <https://doi.org/10.1080/00380237.2009.10571356>

TENBRUNSEL, Ann; THOMAS, Jordan. **The Street, The Bull and The Crisis:** United States & United Kingdom Financial Services Industry Survey. The University of Notre Dame and Labaton Sucharow LLP. Labaton Sucharow. New York, NY. Maio 2015. 10p. Relatório. Disponível em: <https://www.secwhistlebloweradvocate.com/pdf/Labaton-2015-Survey-report_12.pdf>. Acesso em: 8 jun. 2017.

OPEN SECRETS. **Influence & Lobbying.** Lobbying. Sector. Finance, Insurance & Real Estate. The Center for Responsive Politics. Updated on April 24, 2018. Disponível em: <<https://www.opensecrets.org/lobby/indus.php?id=F&year=2018>>. Acesso em: 19 mai. 2018.

TAX JUSTICE NETWORK. **Tax Havens.** 2018a. Disponível em: <<https://www.taxjustice.net/faq/tax-havens/>>. Acesso em: 13 abr. 2018

_____. **Financial Secrecy Index Rankings 2018.** 2018b. Disponível em: <<https://www.financialsecrecyindex.com/>>. Acesso em: 13 abr. 2018

TRANSPARENCY INTERNATIONAL. **Global Corruption Report 2009:** Corruption and the Private Sector. Cambridge University Press, New York. 2009. 462 p. Relatório. Disponível em: <https://www.transparency.org/whatwedo/publication/global_corruption_report_2009>. Acesso em: 25 abr. 2018

_____. **How Do You Define Corruption?** 2016. Disponível em: <<https://www.transparency.org/what-is-corruption/#define>> Acesso em: 29 jun. 2016.

_____. **Our Organisation.** 2017. Disponível em: <<https://www.transparency.org/whoweare/organisation>>. Acesso em: 04 mai. 2017

_____. **Corruption Perceptions Index 2017.** 2018. Disponível em: <https://www.transparency.org/news/feature/corruption_perceptions_index_2017>. Acesso em: 25 abr. 2018.

TRAUTMAN, Lawrence J.; ALTENBAUMER-PRICE, Kara. Lawyers, guns, and money: The bribery problem and the UK Bribery Act. **The International Lawyer**, p. 481-517, 2013.

TREANOR, Jill. Foreign exchange fines: banks handed £2.6bn in penalties for market rigging. **The Guardian**. 12 nov. 2014. Disponível em:

<<https://www.theguardian.com/business/2014/nov/12/foreign-exchange-fines-ubs-hsbc-citibank-jp-morgan-rbs-penalties-market-rigging>>. Acesso em: 05 jun. 2018.

TREISMAN, Daniel. What have we learned about the causes of corruption from ten years of cross-national empirical research? **Annual Review of Political Science**, v. 10, p. 211-244, 2007. <https://doi.org/10.1146/annurev.polisci.10.081205.095418>

TUCKETT, Anthony. Applying Thematic Analysis Theory to Practice: a researcher's experience. **Contemporary nurse**, v. 19, n. 1-2, p. 75-87. 2005. <https://doi.org/10.5172/conu.19.1-2.75>

UK MINISTRY OF JUSTICE. **The Bribery Act 2010**: Guidance about procedures which relevant commercial organisations can put into place to prevent persons associated with them from bribing (section 9 of the Bribery Act 2010). London, United Kingdom, 11 fev. 2012. 45 p. Manual. Disponível em: <<https://www.gov.uk/government/publications/bribery-act-2010-guidance>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

U.S. HOUSE OF REPRESENTATIVE. 2016. **Too Big to Jail**: Inside the Obama Justice Department's Decision not to hold Wall Street Accountable. Report Prepared by The Republican Staff of the Committee on Financial Services. 11 jul. 2016. 282 p. Relatório. Disponível em: <https://financialservices.house.gov/uploadedfiles/07072016_oi_tbtj_sr.pdf> Acesso em: 22 mai. 2018.

UNITED NATION OFFICE ON DRUGS AND CRIME. **United Nation Convention Against Corruption**. General Assembly resolution 58/4 of 31 October 2003. Vienna, Austria, 2004. 56 p. Resoluções da Convenção. Disponível em: <https://www.unodc.org/documents/treaties/UNCAC/Publications/Convention/08-50026_E.pdf> Acesso em: 15 out 2017.

_____. **Signature and Ratification Status**. Status as of: 18 April 2018. Disponível em: <<https://www.unodc.org/unodc/en/corruption/ratification-status.html>>. Acesso em: 26 abr. 2018

U.S. SENATE JOINT COMMITTEE ON TAXATION. **Report of the investigation of Enron corporation and related entities regarding federal tax and compensation issues, and policy recommendations**. Washington, DC, Fevereiro 2013. 723 p. Relatório. Disponível em: <<http://www.house.gov/jct/s-3-03-vol1.pdf>>. Acesso em: 20 abr 2018

VAINFAS, Ronaldo. Psicologia colonial. **Folha de S. Paulo**. Livros. 06 jan. 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs0601200817.htm>> Acesso em: 01 abr.2017.

VALOR. Ex-presidente sul-africano Jacob Zuma é indiciado por corrupção. **Valor Econômico**. 16 mar.2018. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/internacional/5389643/ex-presidente-sul-africano-jacob-zuma-e-indiciado-por-corrupcao>>. Acesso em: 27 jun. 2018.

VAN DER DOES DE WILLEBOIS, Emile et al.. **The Puppet Masters**: How the Corrupt use Legal Structures to Hide Stolen Assets and What to Do about It. StAR. World Bank. Washington, DC. 2011. 267 p. Relatório. Disponível em:

<<https://star.worldbank.org/star/sites/star/files/puppetmastersv1.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

VAUGHAN, Diane. The dark side of organizations: Mistake, misconduct, and disaster. **Annual Review of Sociology**, v. 25, n. 1, p. 271-305, 1999. <https://doi.org/10.1146/annurev.soc.25.1.271>

VEJA. HSBC anuncia que vai sair do Brasil e cortar 50 mil empregos. **VEJA**. 09 jun. 2015. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/economia/hsbc-anuncia-que-vai-sair-do-brasil-e-cortar-50-mil-empregos/>>. Acesso em: 10 jul.2018.

VIEIRA, Sergio. CPI do HSBC aprova relatório de Ferraço e encerra seus trabalhos. **Senado Notícias**. 25 mai. 2016. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/05/25/cpi-do-hsbc-aprova-relatorio-de-ferraco-e-encerra-seus-trabalhos>>. Acesso em: 06 jul. 2018.

WALSH, Catherine. **Interculturalidad, Estado, Sociedad: Luchas (de)coloniales de nuestra época**. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar, Ediciones Abya-Yala, 2009. Disponível em: < <http://www.flacsoandes.edu.ec/interculturalidad/wp-content/uploads/2012/01/Interculturalidad-estado-y-sociedad.pdf> > Acesso em: 16 abr.2017.

WALTER, Silvana Anita; BACH, Tatiana Marceda. Adeus papel, marca-textos, tesoura e cola: inovando o processo de análise de conteúdo por meio do Atlas. ti. **Administração: ensino e pesquisa**, v. 16, n. 2, p. 275-308, 2015. <https://doi.org/10.13058/raep.2015.v16n2.236>

WANDERLEY, Sergio; FARIA, Alex. The Chandler–Furtado case: A de-colonial re-framing of a North/South (dis) encounter. **Management & Organizational History**, v. 7, n. 3, p. 219-236, 2012. <https://doi.org/10.1177/1744935912444355>

WARE, Gleen T.; NOONE, Gregory P.. The Anatomy of Transnational Corruption. **International Affairs Review**, v. 14, n. 2, p. 29-51, 2005.

WESTWOOD, R. International Business and Management Studies as an Orientalist Discourse: A Postcolonial Critique. **Critical Perspectives on International Business**, v. 2, n. 2, p. 91-113, 2006. <https://doi.org/10.1108/17422040610661280>

WIESER, Doris. Eduardo Lourenço e Severino Elias Ngoenha em diálogo: uma leitura decolonial. **Cerrados – Revista do Programa de Pós Graduação em Literatura**, n. 41, p. 222-237, 2016.

WILKINSON, Sue. Women with breast cancer talking causes: Comparing content, biographical and discursive analyses. **Feminism & Psychology**, v. 10, n. 4, p. 431-460, 2000. <https://doi.org/10.1177/0959353500010004003>

WILLIAMS, James W.; BEARE, Margaret E.. The business of bribery: Globalization, economic liberalization, and the “problem” of corruption. **Crime, Law and Social Change**, v. 32, n. 2, p. 115-146, 1999. <https://doi.org/10.1023/A:1008375930680>

WINTOUR, Patrick Wintour et al.. No 10 forced to defend PM's appointment of former HSBC boss as trade minister. **The Guardian**. 09 fev. 2015. Disponível em:

<<https://www.theguardian.com/business/2015/feb/09/margaret-hodge-accuses-ex-chairman-lord-stephen-green-over-hsbc-files>>. Acesso em: 05 jun. 2018.

WITSOE, Jeffrey. Corruption as power: Caste and the political imagination of the postcolonial state. **Journal of the American Ethnological Society**, v. 38, n. 1, p. 73-85, 2011. <https://doi.org/10.1111/j.1548-1425.2010.01293.x>

WORLD BANK. **People and Development**. Annual Meetings Address by James D. Wolfensohn. 01 out. 1996. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/pt/135801467993234363/People-and-development-annual-meetings-address-by-James-D-Wolfensohn-President>>. Acesso em: 05 jan 2018

4IMN. 2016 Newspaper Web Rankings: Top 200 Newspapers in the World. **4 International Media & Newspapers**. Disponível em: <<https://www.4imn.com/top200/>>. Acesso em: 06 jun. 2017.

APÊNDICE A – Catalogação e critérios de seleção das reportagens

Quadro 1 - Resultados das buscas realizadas e da seleção para a construção do *corpus* de análise nos sites do ICIJ e do *The Guardian*.

Index	Fonte	Critério de busca	Título da reportagem	Data da reportagem	Critérios de exclusão	Inclusão no <i>Corpus</i>	Quantidade de laudas (ABNT**)	Disponível em:
1	ICIJ	<i>Swiss Leaks</i>	<i>Whistleblower? Thief? Hero? Introducing The Source Of The Data That Shook HSBC</i>	08/02/2015	*	Sim	8,5	https://www.icij.org/investigations/swiss-leaks/whistleblower-thief-hero-introducing-source-data-shook-hsbc/
2	ICIJ	<i>Swiss Leaks</i>	<i>The Real 'Housewives' Of HSBC</i>	08/02/2015	*	Sim	4,5	https://www.icij.org/investigations/swiss-leaks/real-housewives-hsbc/
3	ICIJ	<i>Swiss Leaks</i>	<i>New Countries Seek HSBC Data And Undeclared Cash</i>	23/02/2015	*	Sim	2,0	https://www.icij.org/investigations/swiss-leaks/new-countries-seek-hsbc-data-and-undeclared-cash/
4	ICIJ	<i>Swiss Leaks</i>	<i>Prying Eyes? Sovereign Has You Covered</i>	12/02/2015	*	Sim	2,00	https://www.icij.org/investigations/swiss-leaks/prying-eyes-sovereign-has-you-covered/
5	ICIJ	<i>Swiss Leaks</i>	<i>Bank's Services For Arms Dealers In Conflict With Its Own Policy</i>	10/02/2015	-	Sim	5,0	https://www.icij.org/investigations/swiss-leaks/banks-services-arms-dealers-conflict-its-own-policy/
6	ICIJ	<i>Swiss Leaks</i>	<i>Files Open New Window On \$182-Million Halliburton Bribery Scandal In Nigeria</i>	10/02/2015	-	Sim	4,5	https://www.icij.org/investigations/swiss-leaks/files-open-new-window-182-million-halliburton-bribery-scandal-nigeria/

Index	Fonte	Critério de busca	Título da reportagem	Data da reportagem	Critérios de exclusão	Inclusão no <i>Corpus</i>	Quantidade de laudas (ABNT**)	Disponível em:
7	ICIJ	<i>Swiss Leaks</i>	<i>Diamond Dealers In Deep Trouble As Bank Documents Shine Light On Secret Ways</i>	09/02/2015	-	Sim	8,0	https://www.icij.org/investigations/swiss-leaks/diamond-dealers-deep-trouble-bank-documents-shine-light-secret-ways/
8	ICIJ	<i>Swiss Leaks</i>	<i>Banking Giant HSBC Sheltered Murky Cash Linked To Dictators And Arms Dealers</i>	08/02/2015	-	Sim	15,0	https://www.icij.org/investigations/swiss-leaks/banking-giant-hsbc-sheltered-murky-cash-linked-dictators-and-arms-dealers/
9	ICIJ	<i>Swiss Leaks</i>	<i>New Law, New Loophole, New Business for Giant Global Bank HSBC</i>	08/02/2015	-	Sim	7,0	https://www.icij.org/investigations/swiss-leaks/new-law-new-loophole-new-business-giant-global-bank-hsbc/
10	ICIJ	<i>HSBC Corruption</i>	<i>Giant Leak Of Offshore Financial Records Exposes Global Array Of Crime And Corruption</i>	03/04/2016	-	Sim	16,0	https://www.icij.org/investigations/panama-papers/20160403-panama-papers-global-overview/
11	ICIJ	<i>HSBC Corruption</i>	<i>Law Firm's Files Include Dozens Of Companies And People Blacklisted By U.S. Authorities</i>	04/04/2016	-	Sim	8,5	https://www.icij.org/investigations/panama-papers/20160404-sanctioned-blacklisted-offshore-clients/
12	ICIJ	<i>HSBC Corruption</i>	<i>JPMorgan Chase's record highlights doubts about big banks' devotion to fighting dirty money flows</i>	26/04/2013	-	Sim	11,0	https://www.icij.org/investigations/offshore/jpmorgan-chases-record-highlights-doubts-about-big-banks-devotion-fighting-dirty-money/

Index	Fonte	Critério de busca	Título da reportagem	Data da reportagem	Critérios de exclusão	Inclusão no <i>Corpus</i>	Quantidade de laudas (ABNT**)	Disponível em:
13	<i>The Guardian</i>	<i>HSBC Corruption</i>	<i>HSBC 'complicit' in South Africa scandal, House of Lords told</i>	01/11/2017	-	Sim	1,5	https://www.theguardian.com/business/2017/nov/01/hsbc-investigated-fund-transfers-south-africa-corruption-row-zuma-gupta
14	<i>The Guardian</i>	<i>HSBC Corruption</i>	<i>Chancellor asks for scrutiny of UK bank links to South Africa corruption inquiry</i>	18/10/2017	-	Sim	2,0	https://www.theguardian.com/politics/2017/oct/18/chancellor-philip-hammond-requests-examination-of-hsbc-standard-chartered-banking-links-to-south-africa-corruption-inquiry
15	<i>The Guardian</i>	<i>HSBC Corruption</i>	<i>HSBC files show how Swiss bank helped clients dodge taxes and hide millions</i>	12/02/2015	-	Sim	3,5	https://www.theguardian.com/business/2015/feb/08/hsbc-files-expose-swiss-bank-clients-dodge-taxes-hide-millions?CMP=share_btn_tw
16	<i>The Guardian</i>	<i>HSBC Corruption</i>	<i>HSBC's response: 'Standards of due diligence were significantly lower than today'</i>	08/02/2015	-	Sim	2,0	https://www.theguardian.com/business/2015/feb/08/hsbc-responds-revelations-misconduct-swiss-bank
17	<i>The Guardian</i>	<i>HSBC Corruption</i>	<i>HSBC files: why the public should know of Swiss bank's pattern of misconduct</i>	08/02/2015	-	Sim	2,0	https://www.theguardian.com/business/2015/feb/08/hsbc-files-public-right-to-know-swiss-operation-leaked-data?CMP=share_btn_tw
18	<i>The Guardian</i>	<i>HSBC Corruption</i>	<i>HSBC files: how a 1934 Swiss law enshrined secrecy</i>	08/02/2015	-	Sim	1,0	https://www.theguardian.com/business/2015/feb/08/hsbc-files-1934-swiss-law-secrecy?CMP=share_btn_tw

Index	Fonte	Critério de busca	Título da reportagem	Data da reportagem	Crítérios de exclusão	Inclusão no <i>Corpus</i>	Quantidade de laudas (ABNT**)	Disponível em:
19	<i>The Guardian</i>	<i>HSBC Corruption</i>	<i>HSBC files: Catalogue of malpractice endorsed by bankers laid bare in HSBC files</i>	08/02/2015	-	Sim	3,0	https://www.theguardian.com/business/2015/feb/08/hsbc-files-catalogue-malpractice-bankers-tax?CMP=share_btn_tw
20	<i>The Guardian</i>	<i>HSBC Corruption</i>	<i>HSBC files reveal mystery of Richard Caring and the £2m cash withdrawal</i>	09/02/2015	-	Sim	3,0	https://www.theguardian.com/business/2015/feb/09/hsbc-files-richard-caring-2million-cash-withdrawal?CMP=share_btn_tw
21	<i>The Guardian</i>	<i>HSBC Corruption</i>	<i>US government faces pressure after biggest leak in banking history</i>	08/02/2015	-	Sim	6,0	https://www.theguardian.com/news/2015/feb/08/us-government-biggest-leak-banking-history-questions-irs-taxes?CMP=share_btn_tw
22	<i>The Guardian</i>	<i>HSBC Corruption</i>	<i>Leading Australian figures held offshore bank accounts</i>	08/02/2015	-	Sim	2,5	https://www.theguardian.com/news/2015/feb/09/hsbc-swiss-files-leading-australian-figures-held-offshore-bank-accounts?CMP=share_btn_tw
23	<i>The Guardian</i>	<i>HSBC Corruption</i>	<i>Cash pilgrims and bricks of money: HSBC Swiss bank operated like cash machine for rich clients</i>	09/02/2015	-	Sim	3,5	https://www.theguardian.com/business/2015/feb/09/hsbc-files-swiss-bank-cash-machine-rich-clients?CMP=share_btn_tw
24	<i>The Guardian</i>	<i>HSBC Corruption</i>	<i>Ex-HSBC boss Stephen Green: the ethical banker with questions to answer</i>	09/02/2015	-	Sim	2,5	https://www.theguardian.com/business/2015/feb/09/ex-hsbc-boss-stephen-green-the-ethical-banker-with-questions-to-answer

Index	Fonte	Critério de busca	Título da reportagem	Data da reportagem	Crítérios de exclusão	Inclusão no <i>Corpus</i>	Quantidade de laudas (ABNT**)	Disponível em:
25	<i>The Guardian</i>	<i>HSBC Corruption</i>	<i>HSBC files: HMRC had data on misconduct before bank boss made trade minister</i>	09/02/2015	-	Sim	3,0	https://www.theguardian.com/business/2015/feb/09/hsbc-files-hmrc-data-misconduct-stephen-green-trade-minister
26	<i>The Guardian</i>	<i>HSBC Corruption</i>	<i>HSBC files raise questions about oversight of senior bankers past and present</i>	09/02/2015	-	Sim	2,5	https://www.theguardian.com/business/2015/feb/09/hsbc-files-questions-oversight-senior-bankers-swiss
27	<i>The Guardian</i>	<i>HSBC Corruption</i>	<i>HSBC's Presbyterian principles forgotten in the global dash for cash</i>	09/02/2015	-	Sim	3,0	https://www.theguardian.com/business/nils-pratley-on-finance/2015/feb/09/hsbcs-presbyterian-principles-forgotten-in-the-global-dash-for-cash
28	<i>The Guardian</i>	<i>HSBC Corruption</i>	<i>Swiss bank aggressively pushed way for clients to avoid new tax</i>	10/02/2015	-	Sim	3,0	https://www.theguardian.com/business/2015/feb/10/hsbc-files-swiss-bank-aggressive-marketing-clients-avoid-new-tax
29	<i>The Guardian</i>	<i>HSBC Corruption</i>	<i>HSBC files show Tories raised over £5m from HSBC Swiss account holders</i>	11/02/2015	-	Sim	3,5	https://www.theguardian.com/business/2015/feb/11/hsbc-files-show-tories-raised-over-5m-from-hsbc-swiss-account-holders
30	<i>The Guardian</i>	<i>HSBC Corruption</i>	<i>HSBC files reveal how UK's non-dom tax concession is being exploited</i>	11/02/2015	-	Sim	4,0	https://www.theguardian.com/business/2015/feb/11/hsbc-files-reveal-how-uks-non-dom-tax-concession-is-being-exploited
31	<i>The Guardian</i>	<i>HSBC Corruption</i>	<i>Swiss bank hid money for suspected criminals</i>	12/02/2015	-	Sim	6,0	https://www.theguardian.com/news/2015/feb/12/hsbc-files-swiss-bank-hid-money-for-suspected-criminals

Index	Fonte	Critério de busca	Título da reportagem	Data da reportagem	Critérios de exclusão	Inclusão no <i>Corpus</i>	Quantidade de laudas (ABNT**)	Disponível em:
32	<i>The Guardian</i>	HSBC Corruption	<i>Fugitives, aides and bagmen: HSBC's 'politically exposed' clients</i>	12/02/2015	-	Sim	2,5	https://www.theguardian.com/news/2015/feb/12/hsbc-politically-exposed-clients-fugitives-aides-bagmen
33	<i>The Guardian</i>	HSBC Corruption	<i>Mossack Fonseca serviced Assad cousin's firms despite Syria corruption fears</i>	05/04/2016	-	Sim	3,5	https://www.theguardian.com/news/2016/apr/05/mossack-fonseca-panama-papers-rami-makhlouf-syria-assad-hsbc
34	<i>The Guardian</i>	HSBC Corruption	<i>HSBC files: 10 days on, bank faces 10 separate inquiries</i>	18/02/2015	-	Sim	1,5	https://www.theguardian.com/news/2015/feb/18/hsbc-files-10-days-on-10-inquiries
35	<i>The Guardian</i>	HSBC Corruption	<i>Manx link to Antigua corruption inquiry</i>	11/03/2009	-	Sim	1,5	https://www.theguardian.com/uk/2009/mar/11/antigua-isle-of-man
36	<i>The Guardian</i>	HSBC Corruption	<i>HSBC under fire over leading role in land deals for Mubarak regime</i>	01/09/2011	-	Sim	2,5	https://www.theguardian.com/business/2011/may/01/hsbc-egypt-corruption-mubarak-property
37	<i>The Guardian</i>	HSBC Corruption	<i>HSBC escaped US money-laundering charges after Osborne's intervention</i>	11/07/2016	-	Sim	1,5	https://www.theguardian.com/business/2016/jul/11/hsbc-us-money-laundering-george-osborne-report
38	<i>The Guardian</i>	HSBC Corruption	<i>HSBC pays out £28m over money-laundering claims</i>	04/06/2015	-	Sim	2,5	https://www.theguardian.com/business/2015/jun/04/hsbc-fined-278m-over-money-laundering-claims
39	<i>The Guardian</i>	HSBC Corruption	<i>HSBC shut down accounts linked to Gupta scandal</i>	10/11/2017	-	Sim	2,0	https://www.theguardian.com/business/2017/nov/10/hsbc-shut-down-accounts-linked-to-gupta-scandal

Index	Fonte	Critério de busca	Título da reportagem	Data da reportagem	Crítérios de exclusão	Inclusão no <i>Corpus</i>	Quantidade de laudas (ABNT**)	Disponível em:
40	<i>The Guardian</i>	<i>HSBC Corruption</i>	<i>HSBC accused of aiding 'unusual' Angolan \$50m money transfer</i>	04/02/2010	-	Sim	1,5	https://www.theguardian.com/business/2010/feb/04/hsbc-angola-us-senate
41	<i>The Guardian</i>	<i>HSBC Corruption</i>	<i>HSBC whistleblower given five years' jail over biggest leak in banking history</i>	27/11/2015	-	Sim	2,5	https://www.theguardian.com/news/2015/nov/27/hsbc-whistleblower-jailed-five-years-herve-falciani
42	<i>The Guardian</i>	<i>HSBC Corruption</i>	<i>HSBC launches internal investigation into Italy chief</i>	08/06/2015	-	Sim	2,5	https://www.theguardian.com/business/2015/jun/08/hsbc-launches-internal-investigation-into-italy-chief
43	<i>The Guardian</i>	<i>HSBC Corruption</i>	<i>Roberto Saviano: London is heart of global financial corruption</i>	29/05/2016	-	Sim	2,0	https://www.theguardian.com/books/2016/may/29/roberto-saviano-london-is-heart-of-global-financial-corruption
44	<i>The Guardian</i>	<i>HSBC Corruption</i>	<i>No 10 forced to defend PM's appointment of former HSBC boss as trade minister</i>	09/02/2015	-	Sim	4,0	https://www.theguardian.com/business/2015/feb/09/margaret-hodge-accuses-ex-chairman-lord-stephen-green-over-hsbc-files
45	<i>The Guardian</i>	<i>HSBC Corruption</i>	<i>London law firm accused over role in South Africa scandal</i>	15/01/2018	-	Sim	1,5	https://www.theguardian.com/law/2018/jan/15/london-law-firm-accused-over-role-in-south-africa-corruption-scandal
46	<i>The Guardian</i>	<i>HSBC Corruption</i>	<i>Labour demands review into City of London role in money laundering</i>	19/10/2017	-	Sim	3,0	https://www.theguardian.com/business/2017/oct/19/labour-demands-review-uk-banking-role-money-laundering-gupta-south-africa

Index	Fonte	Critério de busca	Título da reportagem	Data da reportagem	Crítérios de exclusão	Inclusão no <i>Corpus</i>	Quantidade de laudas (ABNT**)	Disponível em:
47	<i>The Guardian</i>	<i>HSBC Corruption</i>	<i>HSBC money-laundering procedures 'have flaws too bad to be revealed'</i>	05/06/2015	-	Sim	2,0	https://www.theguardian.com/business/2015/jun/05/hsbc-money-laundering-procedures-flaws-too-bad-to-be-revealed
48	<i>The Guardian</i>	<i>HSBC Corruption</i>	<i>Foreign exchange fines: banks handed £2.6bn in penalties for market rigging</i>	12/11/2014	-	Sim	2,5	https://www.theguardian.com/business/2014/nov/12/foreign-exchange-fines-ubs-hsbc-citibank-jp-morgan-rbs-penalties-market-rigging
49	<i>The Guardian</i>	<i>HSBC Corruption</i>	<i>Families of Americans killed by Mexican cartels sue HSBC for laundering billions</i>	11/02/2016	-	Sim	2,0	https://www.theguardian.com/business/2016/feb/11/families-of-americans-killed-by-mexican-cartels-sue-hsbc
50	<i>The Guardian</i>	<i>HSBC Corruption</i>	<i>FBI arrests senior HSBC banker accused of rigging multibillion-dollar deal</i>	20/07/2016	-	Sim	2,5	https://www.theguardian.com/business/2016/jul/20/hsbc-mark-johnson-stuart-scott-arrested-currency-exchange
51	<i>The Guardian</i>	<i>HSBC Corruption</i>	<i>HSBC's record \$1.9bn fine preferable to prosecution, US authorities insist</i>	11/12/2012	-	Sim	2,5	https://www.theguardian.com/business/2012/dec/11/hsbc-fine-prosecution-money-laundering
52	<i>The Guardian</i>	<i>HSBC Corrupt</i>	<i>British banks handled vast sums of laundered Russian money</i>	20/03/2017	-	Sim	4,0	https://www.theguardian.com/world/2017/mar/20/british-banks-handled-vast-sums-of-laundered-russian-money
53	<i>The Guardian</i>	<i>HSBC Corrupt</i>	<i>HSBC 'sorry' for aiding Mexican drugs lords, rogue states and terrorists</i>	17/07/2012	-	Sim	2,5	https://www.theguardian.com/business/2012/jul/17/hsbc-executive-resigns-senate

Index	Fonte	Critério de busca	Título da reportagem	Data da reportagem	Critérios de exclusão	Inclusão no <i>Corpus</i>	Quantidade de laudas (ABNT**)	Disponível em:
54	<i>The Guardian</i>	<i>HSBC Bribery</i>	<i>Petrobras scandal project received hundreds of millions from UK taxpayers</i>	20/03/2015	-	Sim	3,0	https://www.theguardian.com/environment/2015/mar/20/petrobras-scandal-project-received-hundreds-of-millions-from-uk-taxpayers
55	<i>The Guardian</i>	<i>HSBC Bribery</i>	<i>Police to examine 'Global Laundromat' money laundering allegations</i>	12/03/2017	-	Sim	2,5	https://www.theguardian.com/world/2017/mar/21/police-to-examine-global-laundromat-money-laundering-allegations
56	ICIJ	<i>Swiss Leaks</i>	<i>60,000 Leaked files: Explore the Swiss Leaks Data</i>	08/02/2015	Banco de Dados.	Não	-	https://www.icij.org/investigations/swiss-leaks/explore-swiss-leaks-data/
57	ICIJ	<i>Swiss Leaks</i>	<i>60 Minutes: Stolen Data Shakes Swiss Banking to its Core</i>	09/02/2015	Documentário audiovisual.	Não	-	https://www.icij.org/investigations/swiss-leaks/60-minutes-stolen-data-shakes-swiss-banking-its-core/
58	ICIJ	<i>Swiss Leaks</i>	<i>From a UK MP to Secret German Tax Investigations: Swiss Leaks Video Reports</i>	24/02/2015	Documentário audiovisual.	Não	-	https://www.icij.org/investigations/swiss-leaks/uk-mp-secret-german-tax-investigations-swiss-leaks-video-reports/
59	ICIJ	<i>Swiss Leaks</i>	<i>100,000 Clients, \$100 Billion: The Swiss Leaks Data</i>	08/02/2015	Resumo.	Não	-	https://www.icij.org/investigations/swiss-leaks/100000-clients-100-billion-swiss-leaks-data/
60	ICIJ	<i>Swiss Leaks</i>	<i>Key Findings</i>	08/02/2015	Resumo.	Não	-	https://www.icij.org/investigations/swiss-leaks/key-findings-9/
61	ICIJ	<i>Swiss Leaks</i>	<i>About this project</i>	08/02/2015	Resumo.	Não	-	https://www.icij.org/investigations/swiss-leaks/about-project-swiss-leaks/

Index	Fonte	Critério de busca	Título da reportagem	Data da reportagem	Crítérios de exclusão	Inclusão no <i>Corpus</i>	Quantidade de laudas (ABNT**)	Disponível em:
62	ICIJ	<i>Swiss Leaks</i>	<i>'Standards Were Significantly Lower Than Today:' HSBC's Response</i>	08/02/2015	Documento externo.	Não	-	https://www.icij.org/investigations/swiss-leaks/standards-were-significantly-lower-today-hsbcs-response/
63	ICIJ	<i>HSBC Corruption</i>	<i>Criminal trial requested as HSBC faces growing pressure</i>	20/03/2015	<i>Blog.</i>	Não	-	https://www.icij.org/blog/2015/03/criminal-trial-requested-hsbc-faces-growing-pressure/
64	ICIJ	<i>HSBC Corruption</i>	<i>HSBC apologizes as more government probes begin</i>	17/02/2015	<i>Blog.</i>	Não	-	https://www.icij.org/blog/2015/02/hsbc-apologizes-more-government-probes-begin/
65	ICIJ	<i>HSBC Corruption</i>	<i>Wanted: Honorary Consuls For 'Cash-Strapped' African Nations</i>	22/05/2018	HSBC é apenas citado.	Não	-	https://www.icij.org/investigations/west-africa-leaks/wanted-honorary-consuls-cash-strapped-african-nations/
66	ICIJ	<i>HSBC Corruption</i>	<i>How Officials, Businesses And Traffickers Hide Billions From Cash-Starved Governments Offshore</i>	22/05/2018	HSBC é apenas citado.	Não	-	https://www.icij.org/investigations/west-africa-leaks/officials-businesses-traffickers-hide-billions-cash-starved-governments-offshore/
67	ICIJ	<i>HSBC Corruption</i>	<i>Go global. Pitch your investigation to ICIJ</i>	22/03/2018	<i>Blog.</i>	Não	-	https://www.icij.org/blog/2018/03/go-global-pitch-your-investigation-to-icij/
68	ICIJ	<i>HSBC Corruption</i>	<i>How ICIJ went from having no data team to being a tech-driven media organization</i>	29/11/2017	<i>Blog.</i>	Não	-	https://www.icij.org/blog/2017/11/icij-went-no-data-team-tech-driven-media-organization/
69	ICIJ	<i>HSBC Corruption</i>	<i>7 charts that show how the rich hide their cash</i>	13/09/2017	<i>Blog.</i>	Não	-	https://www.icij.org/blog/2017/09/7-charts-show-how-rich-hide-their-cash/

Index	Fonte	Critério de busca	Título da reportagem	Data da reportagem	Crítérios de exclusão	Inclusão no <i>Corpus</i>	Quantidade de laudas (ABNT**)	Disponível em:
70	ICIJ	<i>HSBC Corruption</i>	<i>Panama Papers Have Had Historic Global Effects — And The Impacts Keep Coming</i>	01/12/2016	HSBC é apenas citado.	Não	-	https://www.icij.org/investigations/panama-papers/20161201-global-impact/
71	ICIJ	<i>HSBC Corruption</i>	<i>Panama Papers Source Offers Documents To Governments, Hints At More To Come</i>	06/05/2016	HSBC é apenas citado.	Não	-	https://www.icij.org/investigations/panama-papers/20160506-john-doe-statement/
72	ICIJ	<i>HSBC Corruption</i>	<i>Panamanian Law Firm Is Gatekeeper To Vast Flow Of Murky Offshore Secrets</i>	03/04/2016	HSBC é apenas citado.	Não	-	https://www.icij.org/investigations/panama-papers/20160403-mossack-fonseca-offshore-secrets/
73	ICIJ	<i>HSBC Corruption</i>	<i>A new ICIJ investigation exposes a rogue offshore industry</i>	03/04/2016	HSBC é apenas citado.	Não	-	https://www.icij.org/blog/2016/04/new-icij-investigation-exposes-rogue-offshore-industry/
74	ICIJ	<i>HSBC Corruption</i>	<i>Offshore links of more than 140 politicians and officials exposed</i>	03/04/2016	<i>Blog.</i>	Não	-	https://www.icij.org/blog/2016/04/offshore-links-more-140-politicians-and-officials-exposed/
75	ICIJ	<i>HSBC Corruption</i>	<i>Swiss Leaks a microcosm of billions lost annually in Africa</i>	13/02/2015	<i>Blog.</i>	Não	-	https://www.icij.org/blog/2015/02/swiss-leaks-microcosm-billions-lost-annually-africa/
76	ICIJ	<i>HSBC Corruption</i>	<i>Sun and Shadows: How an Island Paradise Became a Haven for Dirty Money</i>	03/06/2014	HSBC é apenas citado.	Não	-	https://www.icij.org/investigations/offshore/sun-and-shadows-how-island-paradise-became-haven-dirty-money/
77	ICIJ	<i>HSBC Corruption</i>	<i>The British Virgin Islands: A Forbidden City</i>	24/01/2014	HSBC é apenas citado.	Não	-	https://www.icij.org/investigations/offshore/british-virgin-islands-forbidden-city/

Index	Fonte	Critério de busca	Título da reportagem	Data da reportagem	Crítérios de exclusão	Inclusão no <i>Corpus</i>	Quantidade de laudas (ABNT**)	Disponível em:
78	ICIJ	<i>HSBC Corruption</i>	<i>Politicians Talk Tough On Tax Haven Reform, But Activists Say Talk Is Cheap</i>	19/11/2013	HSBC é apenas citado.	Não	-	https://www.icij.org/investigations/offshore/politicians-talk-tough-tax-haven-reform-activists-say-talk-cheap/
79	ICIJ	<i>HSBC Corruption</i>	<i>American Fugitive Used Big Banks To Shuffle More Than \$1 Million Offshore, Records Show</i>	05/09/2013	HSBC é apenas citado.	Não	-	https://www.icij.org/investigations/offshore/american-fugitive-used-big-banks-shuffle-more-1-million-offshore-records-show/
80	ICIJ	<i>HSBC Corruption</i>	<i>Release of offshore records draws worldwide response</i>	05/04/2013	<i>Blog.</i>	Não	-	https://www.icij.org/blog/2013/04/release-offshore-records-draws-worldwide-response/
81	ICIJ	<i>HSBC Corruption</i>	<i>Ponzi Scheme Used Offshore Hideaways To Shuffle Investors' Money</i>	03/04/2013	HSBC é apenas citado.	Não	-	https://www.icij.org/investigations/offshore/ponzi-scheme-used-offshore-hideaways-shuffle-investors-money/
82	ICIJ	<i>HSBC Corruption</i>	<i>Ferdinand Marcos' Daughter Tied to Offshore Trust in Caribbean</i>	02/04/2013	HSBC é apenas citado.	Não	-	https://www.icij.org/investigations/offshore/ferdinand-marcos-daughter-tied-offshore-trust-caribbean/
83	ICIJ	<i>HSBC Corruption</i>	<i>The adventure capitalist</i>	12/03/2012	HSBC é apenas citado.	Não	-	https://www.icij.org/investigations/makingkilling/adventure-capitalist/
84	ICIJ	<i>HSBC Corrupt</i>	<i>The 'Paradise Papers' and the Long Twilight Struggle Against Offshore Secrecy</i>	27/12/2017	HSBC é apenas citado.	Não	-	https://www.icij.org/investigations/paradise-papers/paradise-papers-long-twilight-struggle-offshore-secrecy/
85	ICIJ	<i>HSBC Corrupt</i>	<i>'Offshore Magic Circle' Law Firm Has Record Of Compliance Failures</i>	05/11/2017	HSBC é apenas citado.	Não	-	https://www.icij.org/investigations/paradise-papers/appleby-offshore-magic-circle-law-firm-record-of-compliance-failures-icij/

Index	Fonte	Critério de busca	Título da reportagem	Data da reportagem	Crítérios de exclusão	Inclusão no <i>Corpus</i>	Quantidade de laudas (ABNT**)	Disponível em:
86	ICIJ	<i>HSBC Corrupt</i>	<i>New penalties for bankers aiding tax evasion in UK</i>	24/02/2015	<i>Blog.</i>	Não	-	https://www.icij.org/blog/2015/02/new-penalties-bankers-aiding-tax-evasion-uk/
87	ICIJ	<i>HSBC Corrupt</i>	<i>Lawyers and Accountants Help Rich Manage Their Money</i>	05/04/2013	HSBC é apenas citado.	Não	-	https://www.icij.org/investigations/offshore/trusted-service-provider-blends-invisible-offshore-world/
88	ICIJ	<i>HSBC Bribery</i>	<i>HSBC to pay \$352m to settle tax evasion charges in France</i>	15/11/2017	<i>Blog.</i>	Não	-	https://www.icij.org/blog/2017/11/hsbc-swiss-france-352m-settlement/
89	ICIJ	<i>HSBC Bribery</i>	<i>HSBC US committee takes month off political donations</i>	20/02/2015	<i>Blog.</i>	Não	-	https://www.icij.org/blog/2015/02/hsbc-us-committee-takes-month-political-donations/
90	ICIJ	<i>HSBC Bribery</i>	<i>HSBC's Geneva office raided as Swiss open investigation</i>	18/02/2015	<i>Blog.</i>	Não	-	https://www.icij.org/blog/2015/02/hsbc-geneva-office-raided-swiss-open-investigation/
91	<i>The Guardian</i>	<i>HSBC Corruption</i>	<i>HSBC, too big to jail, is the new poster child for US two-tiered justice system</i>	12/12/2012	Opinião.	Não	-	https://www.theguardian.com/commentisfree/2012/dec/12/hsbc-prosecution-fine-money-laundering
92	<i>The Guardian</i>	<i>HSBC Corruption</i>	<i>HBOS manager and other City financiers jailed over £245m loans scam</i>	02/02/2017	Não possui referência ao HSBC.	Não	-	https://www.theguardian.com/business/2017/feb/02/hbos-manager-and-other-city-financiers-jailed-over-245m-loans-scam
93	<i>The Guardian</i>	<i>HSBC Corruption</i>	<i>Rona Fairhead should lose BBC job over HSBC role, says influential MP</i>	09/03/2015	Não possui as palavras-chave associadas à corrupção.	Não	-	https://www.theguardian.com/media/2015/mar/09/rona-fairhead-should-lose-bbc-job-over-hsbc-role-says-influential-mp

Index	Fonte	Critério de busca	Título da reportagem	Data da reportagem	Crítérios de exclusão	Inclusão no <i>Corpus</i>	Quantidade de laudas (ABNT**)	Disponível em:
94	<i>The Guardian</i>	<i>HSBC Corruption</i>	<i>HSBC triggers investigation into palm oil company over deforestation allegations</i>	17/07/2017	Não possui as palavras-chave associadas à corrupção.	Não	-	https://www.theguardian.com/sustainable-business/2017/jul/17/hsbc-investigation-palm-oil-company-deforestation-allegations-noble-plantations
95	<i>The Guardian</i>	<i>HSBC Corruption</i>	<i>Denials continue despite MPs hearing of HSBC tax evasion claims in 2011</i>	11/02/2015	Não possui as palavras-chave associadas à corrupção.	Não	-	https://www.theguardian.com/news/2015/feb/11/denials-continue-despite-mps-hearing-of-hsbc-tax-evasion-claims-in-2011
96	<i>The Guardian</i>	<i>HSBC Corruption</i>	<i>Tory donor questioned by SFO over corruption claims at Petrofac</i>	12/05/2017	HSBC é apenas citado	Não	-	https://www.theguardian.com/business/2017/may/12/conservative-tory-donor-ayman-asfari-questioned-serious-fraud-office-petrofac
97	<i>The Guardian</i>	<i>HSBC Corruption</i>	<i>HSBC has form: remember Mexico and laundered drug money</i>	15/02/2015	Opinião.	Não	-	https://www.theguardian.com/commentisfree/2015/feb/15/hsbc-has-form-mexico-laundered-drug-money
98	<i>The Guardian</i>	<i>HSBC Corruption</i>	<i>Whistleblower wins 13-year campaign against HSBC</i>	20/01/2017	Não possui as palavras-chave associadas à corrupção.	Não	-	https://www.theguardian.com/money/2017/jan/20/whistleblower-wins-13-year-campaign-hsbc-excessive-credit-card-charges-nicholas-wilson
99	<i>The Guardian</i>	<i>HSBC Corruption</i>	<i>Banking is changing, slowly, but its culture is still corrupt</i>	16/11/2014	Opinião.	Não	-	https://www.theguardian.com/commentisfree/2014/nov/16/banking-changing-slowly-but-culture-still-corrupt

Index	Fonte	Critério de busca	Título da reportagem	Data da reportagem	Critérios de exclusão	Inclusão no <i>Corpus</i>	Quantidade de laudas (ABNT**)	Disponível em:
100	<i>The Guardian</i>	<i>HSBC Corruption</i>	<i>What did Rolls-Royce directors know about bribery scandal? 'No comment'</i>	19/01/2017	HSBC é apenas citado	Não	-	https://www.theguardian.com/business/2017/jan/19/what-did-rolls-royce-directors-know-about-bribery-scandal-no-comment
101	<i>The Guardian</i>	<i>HSBC Corruption</i>	<i>HSBC, JP Morgan and Crédit Agricole fined €485m by EU</i>	07/12/2016	Não possui as palavras-chave associadas à corrupção.	Não	-	https://www.theguardian.com/business/2016/dec/07/hsbc-jpmorgan-credit-agricole-fined-eu-euribor
102	<i>The Guardian</i>	<i>HSBC Corruption</i>	<i>Investigative journalism and filmmaking: Uncovering corporate corruption</i>	20/07/2015	HSBC é apenas citado	Não	-	https://www.theguardian.com/guardian-masterclasses/2015/jul/20/investigative-journalism-and-filmmaking-uncovering-corporate-corruption-david-leigh-ben-lewis-journalism-course
103	<i>The Guardian</i>	<i>HSBC Corruption</i>	<i>Bankers, lawyers and other professionals abetting corrupt money in UK property</i>	29/07/2015	Opinião.	Não	-	https://www.theguardian.com/money/2015/jul/29/bankers-lawyers-and-other-professionals-abetting-corrupt-money-in-uk-property
104	<i>The Guardian</i>	<i>HSBC Corruption</i>	<i>Revealed: Swiss account secret of HSBC chief Stuart Gulliver</i>	23/02/2015	Não possui as palavras-chave associadas à corrupção.	Não	-	https://www.theguardian.com/business/2015/feb/22/swiss-account-secret-of-hsbc-chief-stuart-gulliver-revealed
105	<i>The Guardian</i>	<i>HSBC Corrupt</i>	<i>Clinton foundation received up to \$81m from clients of controversial HSBC bank</i>	10/02/2015	Não possui as palavras-chave associadas à corrupção.	Não	-	https://www.theguardian.com/us-news/2015/feb/10/hillary-clinton-foundation-donors-hsbc-swiss-bank

Index	Fonte	Critério de busca	Título da reportagem	Data da reportagem	Crítérios de exclusão	Inclusão no <i>Corpus</i>	Quantidade de laudas (ABNT**)	Disponível em:
106	<i>The Guardian</i>	<i>HSBC Corrupt</i>	<i>HSBC pays record \$1.9bn fine to settle US money-laundering accusations</i>	11/12/2012	Não possui as palavras-chave associadas à corrupção.	Não	-	The Guardian - HSBC Corrupt
107	<i>The Guardian</i>	<i>HSBC Corrupt</i>	<i>Ex-HSBC banker denies fraud charges brought in US</i>	21/07/2016	Não possui as palavras-chave associadas à corrupção.	Não	-	https://www.theguardian.com/business/2016/jul/21/hsbc-bankers-stuart-scott-mark-johnson
108	<i>The Guardian</i>	<i>HSBC Corrupt</i>	<i>City watchdog investigating HSBC over potential financial crime, bank reveals</i>	21/02/2017	Não possui as palavras-chave associadas à corrupção.	Não	-	https://www.theguardian.com/business/2017/feb/21/hsbc-cuts-pay-of-senior-executives-after-failing-to-combat-financial
109	<i>The Guardian</i>	<i>HSBC Corrupt</i>	<i>How a big US bank laundered billion from Mexico's murderous drug gangs</i>	02/04/2011	HSBC é apenas citado.	Não	-	https://www.theguardian.com/world/2011/apr/03/us-bank-mexico-drug-gangs
110	<i>The Guardian</i>	<i>HSBC Corrupt</i>	<i>Telegraph owners' £250m HSBC loan raises fresh questions over coverage</i>	19/02/2015	Não possui as palavras-chave associadas à corrupção.	Não	-	https://www.theguardian.com/media/2015/feb/19/telegraph-250m-loan-hsbc-editorial-changes-yodel
111	<i>The Guardian</i>	<i>HSBC Corrupt</i>	<i>Former HSBC boss tried to avoid tax on £8m Kensington house</i>	07/04/2016	Não possui as palavras-chave associadas à corrupção.	Não	-	https://www.theguardian.com/news/2016/apr/07/ex-hsbc-boss-michael-geoghegan-panama-papers-tried-to-avoid-tax-kensington-house
112	<i>The Guardian</i>	<i>HSBC Corrupt</i>	<i>France widens HSBC Swiss bank inquiry to global holding company</i>	09/04/2015	Não possui as palavras-chave associadas à corrupção.	Não	-	https://www.theguardian.com/news/2015/apr/09/hsbc-files-france-expands-investigation-to-include-global-holding-company

Index	Fonte	Critério de busca	Título da reportagem	Data da reportagem	Critérios de exclusão	Inclusão no <i>Corpus</i>	Quantidade de laudas (ABNT**)	Disponível em:
113	<i>The Guardian</i>	<i>HSBC Corrupt</i>	<i>French prosecutor calls for HSBC to stand trial for alleged tax fraud</i>	03/11/2016	Não possui as palavras-chave associadas à corrupção.	Não	-	https://www.theguardian.com/business/2016/nov/03/hsbc-bank-french-prosecutor-calls-stand-trial-alleged-tax-swiss-subsiary
114	<i>The Guardian</i>	<i>HSBC Corrupt</i>	<i>Theresa May promised to tackle greedy bosses – instead she’s helping them</i>	02/05/2017	Opinião.	Não	-	https://www.theguardian.com/commentisfree/2017/may/02/theresa-may-hsbc-chief-executive-8m-inequality
115	<i>The Guardian</i>	<i>HSBC Bribery</i>	<i>Former HBOS banker received string of bribes, court hears</i>	26/09/2016	Não possui referência ao HSBC.	Não	-	https://www.theguardian.com/business/2016/sep/26/former-hbos-banker-lynden-scourfield-bribes-david-mills
116	<i>The Guardian</i>	<i>HSBC Bribery</i>	<i>Axa s Henri de Castries resigns fuelling HSBC speculation</i>	21/03/2016	Não possui as palavras-chave associadas à corrupção.	Não	-	https://www.theguardian.com/business/2016/mar/21/axa-henri-de-castries-resigns-fuelling-hsbc-speculation
117	<i>The Guardian</i>	<i>HSBC Bribery</i>	<i>US authorities lift threat to prosecute HSBC</i>	11/12/2017	Não possui as palavras-chave associadas à corrupção.	Não	-	https://www.theguardian.com/business/2017/dec/11/hsbc-prosecution-threat-us-money-laundering
118	<i>The Guardian</i>	<i>HSBC Bribery</i>	<i>UK at centre of secret \$3bn Azerbaijani money laundering and lobbying scheme</i>	04/09/2017	Não possui referência ao HSBC.	Não	-	https://www.theguardian.com/world/2017/sep/04/uk-at-centre-of-secret-3bn-azerbaijani-money-laundering-and-lobbying-scheme
119	<i>The Guardian</i>	<i>HSBC Bribery</i>	<i>BAE accused of secretly paying £1bn to Saudi prince</i>	07/06/2007	Não possui referência ao HSBC.	Não	-	https://www.theguardian.com/world/2007/jun/07/bae1
120	<i>The Guardian</i>	<i>HSBC Bribery</i>	<i>Rolls-Royce calls its first staff AGM</i>	12/03/2017	HSBC é apenas citado.	Não	-	https://www.theguardian.com/business/2017/mar/12/rolls-royce-calls-its-first-staff-agm

Index	Fonte	Critério de busca	Título da reportagem	Data da reportagem	Crítérios de exclusão	Inclusão no <i>Corpus</i>	Quantidade de laudas (ABNT**)	Disponível em:
121	<i>The Guardian</i>	<i>HSBC Bribery</i>	<i>Société Générale to pay £815m to settle Libyan lawsuit</i>	05/05/2017	Não possui referência ao HSBC.	Não	-	https://www.theguardian.com/business/2017/may/04/societe-generale-libyan-investment-authority
122	<i>The Guardian</i>	<i>HSBC Bribery</i>	<i>Bilderberg 2015: where criminals mingle with ministers</i>	11/06/2015	Opinião.	Não	-	https://www.theguardian.com/world/2015/jun/11/continual-police-checks-ruining-bilderberg-party
123	<i>The Guardian</i>	<i>HSBC Bribery</i>	<i>Swiss press Kremlin bribery allegations</i>	16/09/2000	Reportagem com mais de 10 anos.	Não	-	https://www.theguardian.com/world/2000/sep/16/russia.iantraynor
124	<i>The Guardian</i>	<i>HSBC Bribery</i>	<i>Out of the ordinary</i>	25/01/2003	Reportagem com mais de 10 anos.	Não	-	https://www.theguardian.com/world/2003/jan/25/argentina.weekend7
125	<i>The Guardian</i>	<i>HSBC Bribery</i>	<i>HSBC investigated by Jersey regulators</i>	09/11/2012	Não possui as palavras-chave associadas à corrupção.	Não	-	https://www.theguardian.com/business/2012/nov/09/hsbc-investigated-jersey-regulators
126	<i>The Guardian</i>	<i>HSBC Bribery</i>	<i>HSBC spends more on fighting financial crime as profits fall by 19%</i>	04/05/2017	Não possui as palavras-chave associadas à corrupção.	Não	-	https://www.theguardian.com/business/2017/may/04/hsbc-first-quarter-pre-tax-profit-falls-19
127	<i>The Guardian</i>	<i>HSBC Bribery</i>	<i>HSBC to keep its headquarters in London</i>	15/02/2016	Não possui as palavras-chave associadas à corrupção.	Não	-	https://www.theguardian.com/world/2017/mar/21/police-to-examine-global-laundromat-money-laundering-allegations

Fonte: Elaborado pela autora durante a pesquisa.

* Não possui palavras chaves associadas a corrupção definidas na pesquisa. Mantido por fazer parte da série de reportagens "*Swiss Leaks*".

** ABNT NBR 10719 (ABNT, 2011)